

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL SOBRE O “MUNDO
RURAL” NAS OBRAS DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS E JOSÉ
GRAZIANO DA SILVA**

William Héctor Gómez Soto

Orientadora: Prof. Dra. Anita Brumer

Porto Alegre, fevereiro de 2002

SUMÁRIO

Lista de Gráficos	5
Lista de Tabelas	6
<i>Dedicatória</i>	7
<i>Agradecimentos</i>	8
INTRODUÇÃO	10
1. Objeto de estudo	18
2. Problema de pesquisa	21
3. Objetivos	24
4. Hipóteses	24
5. Procedimentos metodológicos	25
CAPÍTULO I : A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO COMO PERSPECTIVA DE ABORDAGEM	29
1. A protosociologia do conhecimento	32
2. A teoria marxista da ideologia	34
3. A tradição durkheimniana	41
4. A maturidade da sociologia	43
5. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim	45
6. A sociologia do conhecimento como campo especial	53
CAPÍTULO II: SOCIEDADE, AGRICULTURA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL NO BRASIL	63
1. A questão agrária: as contribuições de Marx, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov	64
2. A questão agrária brasileira	73
3. As transformações sociais na agricultura brasileira	75
4. O camponês e a modernização da agricultura	87

5. As lutas sociais no campo	89
6. A "Sociologia Rural" no Brasil	92

**CAPÍTULO III: JOSÉ DE SOUZA MARTINS:
A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DO "MUNDO RURAL" E
DO CAPITALISMO BRASILEIRO** 109

1. A influência teórica de Florestan Fernandes	112
2. A influência de Henri Lefebvre na obra de Martins	126
3. "Mundo rural" e sociologia na obra de José de Souza Martins	129
4. Ideologia urbana e mundo rural	132
5. O rural e o urbano na formação da economia nacional	136
6. O problema agrário brasileiro: relações sociais e ausência de ação racional	139
7. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a propriedade privada da terra	146
8. A reforma agrária	149
9. Da crise do Brasil agrário à crise do capitalismo	154
10. A origem do camponês no Brasil	156
11. O problema camponês	161
12. O conceito de <i>produção capitalista de relações não-capitalistas</i>	163
13. O conceito de renda capitalizada	166
14. O problema da personificação do capital	168
15. Terra de Trabalho e Terra de Negócios	178
16. A centralidade da categoria <i>produção capitalista de relações não capitalistas</i>	183
17. A noção de <i>formação econômico-social</i>	184
18. O camponês como categoria analítica	193
19. A noção de <i>pobre</i>	195
20. Uma nova interpretação acerca das lutas sociais no campo	199

CAPÍTULO IV: JOSÉ GRAZIANO DA SILVA E A DEBILIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO	207
1. A trajetória intelectual	207
2. A questão agrária	212
3. O progresso técnico na agricultura	223
4. Industrialização da agricultura: a nova síntese	225
5. A proletarização do campesinato	226
6. A apropriação histórica da terra	227
7. A separação cidade-campo e a industrialização da agricultura	243
8. O capitalismo fraco	244
9. A questão da pequena produção	246
10. A perda de importância da pequena produção	247
11. A reforma agrária	250
12. A urbanização do rural	259

CAPÍTULO V: COINCIDÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO “NOVO DEBATE AGRARISTA”	266
1. O desenvolvimento capitalista no campo	270
2. A pequena produção familiar: declínio ou recriação?	277
3. A questão agrária na sociedade brasileira	285
4. O lugar do “rural” como categoria analítica	292
5. Os vínculos institucionais	295
CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

LISTA DE GRÁFICOS

Fig. 1 Pontos de partida para análise da problemática	23
Fig. 2 A reflexibilidade do conhecimento	30
Fig. 3 Núcleo conceitual da análise martinsiana	187
Fig. 4 Esquema explicativo de José de Souza Martins	194
Fig.5 O sentido do desenvolvimento capitalista na análise graziana	215
Fig. 6 A dinâmica da industrialização na análise graziana	235
Fig. 7: Esquema analítico graziano	259

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Enfoque analítico	62
Quadro 2. A subordinação da pequena produção na análise graziana	213
Quadro 3. O conceito de trabalho assalariado na análise graziana	221
Quadro 4. A subordinação da propriedade da terra ao capital	233
Quadro 5: Recriação e destruição da pequena propriedade	234
Quadro 6: Classificação graziana das classes sociais no campo	241
Quadro 7: Estrutura de classes no campo e políticas públicas	252
Quadro 8: Decomposição e diferenciação do campesinato	256
Quadro 9: Caracterização das classes sociais no campo	258
Quadro 10: Principais influências teóricas	305
Quadro 11: Principais conceitos das perspectivas analíticas	
de José de Souza Martins e José Graziano da Silva	306

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a Anita Brumer, minha orientadora.

A Alexander que vino al mundo en diciembre y en un lugar distante.

A Natalia y Lurdes que me enseñaron que el amor no tiene geografía ni tiempo.

A Guillermo que despierta en mi la ternura y me hace descubrir cada día la alegría de ser padre.

A doña Lucrecia, mi madre

A mis amigos de Nicaragua que aunque lejos me incentivaron y a los amigos cercanos que siempre confiaron que esta tesis era posible.

A los que murieron soñando un mundo diferente.

A los explotados y oprimidos de América Latina, a los olvidados, a los que mueren sin esperanza y a los que viven sin condiciones para vivir.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar queria agradecer a minha orientadora Profª. Anita Brumer que aceitou sem hesitar o desafio de orientar esta tese; pelo seu constante incentivo, sobretudo naqueles momentos de escuridão em que todo parecia perdido e confuso. Sua crítica rigorosa e sua leitura atenta, minuciosa e paciente das muitas versões desta tese me ensinaram que o orientador é uma peça fundamental no processo de produção de conhecimento num curso de doutorado.

Ao Professor Enno Liedke pelas suas valiosas sugestões, pelo estímulo e por acreditar que esta tese era possível.

Aos professores do Curso de Sociologia pelos constantes desafios, provocações, sugestões e pelo convite a novas leituras e autores.

Aos meus colegas do doutorado Mauro, Luciano, Sheila, Luiza e Teresa por compartilhar comigo angústias, experiências e esperanças.

Ao Prof. Zander Navarro pelos seus valiosos ensinamentos e sugestões de leitura. Foi ele quem sugeriu o tema desta tese.

A CAPES pelo apoio indispensável.

Também queria registrar meu agradecimento muito especial a Regiane e Denise pelo auxílio eficiente.

À Universidade de Santa Cruz do Sul pelo seu apoio institucional.

A meus colegas do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC

INTRODUÇÃO

Esta tese trata sobre a produção do conhecimento social sobre o "mundo rural" nos últimos 30 anos no Brasil e sua importância reside no fato de que os estudos sobre as "questões rurais" representam uma parte importante das ciências sociais brasileiras neste período. A produção intelectual sobre o "mundo rural" é vasta, rica e resultado de um imenso esforço de observações e coleta de dados. Pesquisadores de diversos centros acadêmicos do país se dedicaram a estudar os mais variados aspectos dos fenômenos rurais, contando para isto com diferentes influências teóricas, entre as quais podem ser mencionadas as tradições originadas em Durkheim, Weber e Marx.

Esses esforços permitiram o acúmulo de uma quantidade significativa de material empírico, que permite compreender de forma confiável a evolução da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a vastidão dessa produção e a quantidade de "produtores" deste conhecimento torna difícil sua avaliação sistemática a partir de um esforço isolado e individual. Esta tese aborda apenas uma parte desse conhecimento, mas significativa porque se refere à produção de dois autores que são referências obrigatórias para quem estuda o "mundo rural": José de Souza Martins (sociólogo da Universidade de São Paulo - USP) e José Graziano da Silva (economista da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP).

O interesse por esta pesquisa partiu da recente preocupação dos cientistas sociais de refletir e avaliar a produção das ciências sociais brasileiras. Nos últimos anos, no Brasil, os cientistas sociais mostraram interesse em avaliar e interpretar suas próprias trajetórias como produtores de conhecimento. No dizer de Miceli (1989: 5), trata-se de realizar uma espécie de ajuste de contas com os cientistas sociais brasileiros, avaliando "seus feitos e derrotas, seus inventos e cópias, mentores, concorrentes e discípulos, modelos de argumentação, matrizes de idéias, sistemas de valores". Nesse sentido pode-se entender as obras coletivas e seminários dedicados a alguns dos nomes mais destacados das ciências sociais brasileiras,

tais como: Antonio Cândido, Luis Costa Pinto, Octavio Ianni, Gabriel Cohn, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes¹. Cabe mencionar que estas obras coletivas não podem ser consideradas análises de fôlego sobre as obras destes autores, mas como uma merecida homenagem de discípulos e pares².

Nota-se, ainda, uma maior carência no que se refere a trabalhos que analisem a produção do conhecimento acerca do “mundo rural” brasileiro³. Esta tese tenta preencher este vazio mesmo que de forma parcial e incompleta, porque por um lado, do universo de produtores, foram escolhidos dois autores que escreveram sobre o rural; e por outro, a análise se restringiu à produção escrita publicada dos dois autores. Ficaram de fora aqueles escritos dedicados a temas considerados “não-rurais”, por exemplo, as análises acerca da vida cotidiana nas cidades, no caso de Martins.

Reconstruir o método e os esquemas teóricos que os cientistas sociais brasileiros têm utilizado, descoberto ou (re)descoberto supõe não só o exame detalhado de seus textos, mas também a busca das suas influências teóricas. Sem dúvida uma avaliação abrangente desta produção é um desafio complexo que requer um investimento de longo prazo, e, sobretudo um trabalho coletivo e não apenas um esforço individual⁴.

¹ Sobre Florestan Fernandes recentemente foram publicados dois livros. Um deles, escrito por José de Souza Martins *Florestan – Sociologia e consciência social no Brasil*; o outro intitulado *Florestan ou sentido das coisas*, com ensaios escritos por: Antonio Candido, Caio Navarro de Toledo, Emir Sader, Octávio Ianni, dentre outros. A obra de Costa Pinto também foi objeto de uma merecida homenagem; em maio de 1998 cientistas sociais brasileiros discutiram as principais contribuições num seminário realizado no Rio de Janeiro. Como resultado foi publicado o livro *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil – Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Da mesma forma, Gabriel Cohn é homenageado em *A ousadia crítica – Ensaio para Gabriel Cohn*. A vasta obra de Octávio Ianni também é analisada por seus pares e discípulos no livro *Humanismo e Compromisso – Ensaio sobre Octávio Ianni*.

² Poder-se-ia afirmar que há uma escassez de modelos de referências teóricas e metodológicas que analisem em profundidade a produção intelectual dos cientistas sociais brasileiros. Os trabalhos recentes mencionados limitam-se a salientar a importância e o lugar que ocupam esses autores homenageados no cenário das ciências sociais brasileiras, mas não há ainda um sério esforço por desvendar o método explicativo, as influências teóricas e as convergências entre os autores.

³ Cabe mencionar aqui o trabalho coordenado recentemente por Sérgio Miceli para a ANPOCS, que tinha como objetivo avaliar as ciências sociais brasileiras, no qual, surpreendentemente, a temática acerca do “mundo rural” ficou excluída. Porém atualmente uma nova equipe de pesquisadores tem incorporado a temática rural para ser objeto de avaliação.

⁴ Neste sentido, cabe salientar que há outros trabalhos em andamento (uma tese de doutorado na USP e uma dissertação de mestrado na UFRGS) sobre a obra de José de Souza Martins que podem somar-se ao esforço sugerido neste trabalho.

A produção de conhecimento que interessa para esta tese é aquela dedicada ao “mundo rural”. Talvez poder-se-ia dizer que, anos atrás, a produção sobre o “mundo rural” era mais “abundante”, levando-se em conta o número de produtores de conhecimento e a quantidade de pesquisas realizadas. Alguns autores observam um declínio relativo dessa produção nos anos recentes, porém não há dados suficientes para comprovar esta afirmação. Para alguns autores, os cientistas sociais brasileiros têm perdido o interesse na problemática e nos fenômenos rurais e este “desinteresse” aparente possivelmente pode ser explicado pela urbanização e pela industrialização. Wanderley (1997), por exemplo, afirma que, a partir dos anos 70, os cientistas sociais brasileiros abandonaram o estudo do “mundo rural” como resultado da perda da sua importância relativa, graças ao êxodo para as cidades e à conseqüente redução da população rural.

Segundo a autora, os novos temas que passaram a interessar aos pesquisadores estão estreitamente vinculados com os fenômenos próprios da sociedade industrial e da urbanização da sociedade brasileira, porém não há indícios contundentes que mostrem a perda de interesse dos cientistas sociais acerca do estudo dos fenômenos sociais do “mundo rural”. Antes disso, estão acontecendo mudanças significativas na forma como os cientistas sociais olham sociologicamente o campo, assim como alguns temas novos têm surgido na agenda dos cientistas sociais.

Até hoje não há uma análise que dê conta do deslocamento do interesse de cientistas sociais para outros temas. Sigaud também sustenta que a crescente urbanização e o êxodo rural, assim como a industrialização, são elementos que podem explicar a “perda de interesse” pela questão agrária, ao mesmo tempo em que aponta outros dois elementos de caráter subjetivo para sustentar sua afirmação: a censura política, que provocou a redução do interesse pelo rural⁵, e “as alterações na lógica de operação própria ao campo de

⁵ Talvez isto se explique pelo fato de que o campo, no Brasil, se constituiu em cenário de graves conflitos sociais. Como mostra a experiência histórica de muitos países da América Latina, os movimentos revolucionários de esquerda tinham no campo seu lugar de origem por uma questão de estratégia militar e política. O aspecto militar da estratégia se derivava da guerra popular na China que pode ser resumida da seguinte maneira: enfrentar o exército inimigo, mais poderoso militarmente, num terreno desconhecido e desvantajoso, e por isso mesmo com possibilidades de ser derrotado pelas forças populares. O aspecto político da estratégia tem a ver com a existência de um campesinato numeroso e explorado que poderia se integrar à revolução. Consciente da importância do campesinato para a revolução, os militares censuraram qualquer

produtores de conhecimento” (Sigaud, 1992, p.30), justificados em parte, pela importância assumida por novos temas de pesquisa (como é o caso da violência, da democratização) e de novas perspectivas analíticas (como as abordagens de Bourdieu e Foucault). Além disso, poder-se-ia afirmar que essas alterações se manifestam na busca de novas áreas temáticas mais “lucrativas” em termos de “poder simbólico”, ou seja, de “investimentos” que ampliam o reconhecimento intelectual.

Na verdade, nem todos os cientistas sociais “agrários” migraram para outros campos de interesse. Em alguns casos, o que pode ser chamado de “migração” não tem sido mais que uma busca de novos temas de pesquisa, mas sem abandonar o interesse pela problemática agrária. Essa recorrência aos estudos agrários talvez possa ser explicada porque a sociedade brasileira ainda não conseguiu resolver os graves problemas do campo e também porque o “mundo rural” e suas contradições ainda representam um bom ponto de partida para apreender-se as particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Desta forma, a problemática agrária apresenta-se como um desafio teórico e prático para os intelectuais. Temas como o caráter da reforma agrária, os movimentos sociais no campo, a pequena produção familiar ou camponesa, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, entre outros, ainda permanecem na agenda e nas preocupações de destacados intelectuais brasileiros. É preciso destacar, no entanto, que, embora permaneçam como temas de pesquisa, eles renovam-se com a dinâmica geral da sociedade brasileira e do “mundo rural” em particular, assim como, em alguns estudos, incorporam abordagens distintas.

Entre os temas que permanecem na agenda de pesquisa dos cientistas sociais brasileiros, cabe destacar a questão da reprodução social do campesinato ou da agricultura familiar, os movimentos sociais e a violência no campo, a diversidade cultural do campesinato e as lutas pela reforma agrária. Estes são alguns dos temas que estão presentes na literatura acadêmica, nas pesquisas e nos debates nos encontros dos cientistas brasileiros como ANPOCS e PIPSA, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem sido objeto de

publicação relacionada com a luta social no campo e essa repressão política desviou o interesse dos cientistas sociais.

estudo de inúmeras pesquisas realizadas nos principais centros acadêmicos do País, e no exterior. Muito recentemente, cabe destacar também as pesquisas que focalizam sua atenção nas formas de organização dos assentamentos rurais. Estes têm sido analisados sobre diversos aspectos: a viabilidade econômica, as formas de organização produtiva e social, a democracia e suas relações com o MST, e a forma em que se inserem na região onde se localizam. Os assentamentos rurais têm sido debatidos nos diferentes fóruns de discussão dos cientistas sociais no Brasil (ANPOCS, SOBER).⁶ Vinculado a estes, outro tema parece preocupar os cientistas sociais: trata-se da discussão em torno do significado da ruralidade e do rural. Esta ainda é uma discussão em aberto. O que é rural? E quais são os limites da ruralidade?. Na década de 90, alguns cientistas sociais questionam o significado da antiga noção de rural (Graziano da Silva, 1999; Brumer e Tavares dos Santos, 1994). Recentemente também os cientistas sociais estão incorporando novos temas, como a questão do gênero na agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Cabe então salientar a emergência de “novos” enfoques metodológicos e teóricos para a análise do mundo rural. Alguns autores, desde uma perspectiva que poderia chamar-se de “neomarxista”, por revitalizarem a idéia marxista da “proletarização do campesinato”, chamam a atenção para o “novo rural” brasileiro (Graziano da Silva, 1996) ou como Veiga (1997), levantam a idéia de que o “desenvolvimento rural é parte integrante de uma única dinâmica –sistêmica- de desenvolvimento”, onde a agricultura familiar desempenha um papel importante. Em outras palavras, Veiga (1997) argumenta a impossibilidade de explicar-se o desenvolvimento rural sem entender-se o movimento do desenvolvimento capitalista, compreendido como uma totalidade. Como se verá mais adiante, esta idéia se encontra também em Graziano da Silva. Há ainda outros autores que, como Abramovay (1992), buscam uma nova perspectiva de análise da problemática agrária e da agricultura familiar, questionando as interpretações baseadas nos paradigmas da diferenciação social de Lenin ou da industrialização da agricultura de Kautsky e, portanto, reafirmando que a

⁶ Em 1997, como resultado de um convênio entre FINEP/CPDA/UFRRJ, se inicia uma pesquisa sobre os assentamentos rurais em seis estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Acre, Sergipe e Rio Grande do Sul (Medeiros e Leite, 1998).

permanência da agricultura familiar não é antagônica com o desenvolvimento do capitalismo.

Do exposto anteriormente, pode-se afirmar que o “rural” continua sendo objeto de interesse dos cientistas sociais brasileiros. Há sim a busca de novas formas e de novas perspectivas de análise. Apesar das transformações pelas quais passou o “mundo rural” brasileiro, nas últimas décadas, ele ainda é um campo fundamental de estudo, cujas questões continuam a despertar imensa curiosidade científica e é capaz de gerar um rico debate nas ciências sociais brasileiras.

As dificuldades de uma tese⁷ deste tipo decorrem do enorme vazio, que apenas recentemente começa a ser lentamente preenchido, de estudos e pesquisas no campo da sociologia da sociologia. No entanto pode-se observar que alguns autores têm refletido sobre a prática e a teoria dos cientistas sociais brasileiros. Entre estes autores estão Fernandes (1977), Liedke Filho (1992), Miceli (1989), Limongi (1989), Tavares de Almeida (1986), Nascimento Arruda (1986), Ianni (1971), Martins (1986) e Villas Bôas (1997), que têm realizado esforços de construir uma reflexão sociológica da sociologia brasileira. Estes autores chamam a atenção para a necessidade de reconstruir, de forma crítica, a teoria e a prática de mais de meio século de produção dos cientistas sociais brasileiros. Parece que o momento é oportuno para que os cientistas sociais realizem um ajuste de contas com sua própria prática e testem desta forma a consistência e validade de suas idéias e métodos de interpretação e de análise da sociedade brasileira. Como indica Miceli (1989:5), uma avaliação da sua prática científica levará os cientistas sociais a reconhecer seus próprios erros, suas influências teóricas, seus concorrentes e seus discípulos, suas opções políticas ou seus vínculos partidários. Em suma, como disse Miceli (1989: 5), esta reflexão permite destacar as “práticas e significações que estão na raiz de nossa existência social”.

⁷ Geralmente os trabalhos em Sociologia da Sociologia dedicam-se apenas a mapear os temas que os autores trabalham sem aprofundar na busca dos elementos teóricos e metodológicos que explicam as escolhas temáticas desses autores. Isto se deve fundamentalmente porque não há um quadro de referência analítico, único, aplicável a diversos autores e que possibilite a comparação a partir de critérios comuns.

Na mesma linha de preocupação, outros autores, como Gnaccarini e Moura (1983), Martins (1986), Sigaud (1992), Tavares dos Santos (1993), Cavalcanti (1993), Grossi Porto, (1993), Gómez (1994), Brumer e Tavares dos Santos (1994, 2000), entre outros, chamaram a atenção sobre a necessidade de “revisitar” e “avaliar” a produção das Ciências Sociais sobre o “mundo rural” à luz das novas transformações e das novas descobertas no campo teórico-metodológico a nível internacional. A busca de novos temas e/ou novas interpretações do mesmo objeto de estudo toma nomes diversos, como “nova sociologia rural”, “sociologia dos processos sociais agrários” (Tavares dos Santos, 1991) ou “sociologia da agricultura”⁸, com o objetivo principal de destacar as transformações enfrentadas pela “velha” sociologia rural⁹. Porém, não é possível afirmar que a necessidade de avaliar as ciências sociais brasileiras seja determinada por esta tendência internacional. É preciso reconhecer, no entanto, que as reflexões acerca da sociologia rural nos países europeus¹⁰ e nos Estados Unidos tem exercido uma certa influência na discussão sobre as formas e os métodos de estudar o “mundo rural”.

Entre os que reconhecem que a reflexão dos autores sobre suas próprias obras, sobre sua prática e seus resultados é um processo imprescindível para o avanço e o desenvolvimento da sociologia está Bourdieu. Para Bourdieu (2000:20) a sociologia da sociologia não é apenas uma especialidade da sociologia, mas uma condição da prática sociológica¹¹. A sociologia da sociologia pretende conhecer os determinismos sociais, ou

⁸ Nos Estados Unidos essa corrente intelectual surgiu em meados da década de 70, quando a agricultura nesse país atravessava uma crise profunda. Essa situação de crise tem levado teóricos americanos a propor novas questões de estudo e a levantar algumas preocupações teórico-metodológicas. Esse movimento intelectual denominado “nova sociologia rural” ou “nova sociologia da agricultura” fundamenta-se em tendências neo-marxistas e neo-weberianas que resgatam as contribuições teóricas de Marx, Lenin, Kautsky e Chayanov. Dentre os temas tratados com base nesta perspectiva estão: o papel da etnicidade na persistência da agricultura familiar; a indústria agrícola, a força de trabalho assalariado agrícola; a agricultura em tempo parcial; e gênero e agricultura. Newby e Buttel são alguns dos autores representativos desta nova corrente. Ver Schneider (1997)

⁹ Chama-se a atenção, no entanto, para o fato de que os nomes distintos, na verdade, abrangem também questões distintas.

¹⁰ Cabe lembrar, entre outras, as reflexões de Mendras (1969) Gurvitch e Courtin (1969), Lefebvre (1978,1986) e Newby (1982).

¹¹ Para que um autor analise sua própria obra é necessário um certo distanciamento de seu próprio trabalho que lhe permita olhar de fora para dentro; mas para isso ainda é necessário um rigoroso modelo analítico que lhe sirva de referência. Aqui pode ser citado, numa esfera muito diferente da sociologia, a tentativa do pintor russo Kandinski (1997) de elaborar um modelo teórico para analisar suas obras, modelo que lhe permitiu reconstruir o seu método. Porém essa prática é pouco freqüente, e até poder-se-ia afirmar permanece totalmente ausente na prática e na preocupação dos sociólogos. A análise das obras de outros permite o

seja, os vínculos sociais externos ou aqueles impostos internamente pelos próprios sociólogos. Bourdieu chama esta prática de “coerção interiorizada”. A sociologia da sociologia, segundo Bourdieu (2000:20), “é o pré-requisito de toda prática sociológica, no que diz respeito a ser capaz de fornecer os instrumentos do conhecimento dos vínculos sociais que podem agir quer na forma de pressões externas, quer, o que é bem pior, na forma de coerção interiorizada”.

Com isto ele quer dizer que há mecanismos ou processos sociais que exercem uma influência fundamental sobre os cientistas sociais. Eles internalizam essas coerções sociais, determinando em certa medida sua produção de conhecimento, suas escolhas temáticas, teóricas e metodológicas. Nas palavras de Bourdieu (2000:20), esta idéia da determinação do social sobre os cientistas sociais se expressa da seguinte forma:

“Uma das coisas que a sociologia da sociologia me ensinou é que muitíssimas vezes os obstáculos ao conhecimento são sociais. Por exemplo, há aproximações entre conceitos ou entre autores que não podemos fazer, porque esses conceitos ou esses autores pertencem a universos que se excluem. Passei a vida tramando casamentos desiguais entre conceitos, isto é, aproximando Cassirer de Durkheim, Kant de Marx, Weber de Marx, Marx de Durkheim etc., sempre com a sensação de que o que impedia as pessoas de ver que esses autores diziam a mesma coisa, ou coisas complementares, eram raízes puramente sociais. Essa é uma das vantagens da sociologia da sociologia, mas existem muitas outras ainda”.

O estudo da produção intelectual, ou seja, a análise das obras dos autores, pode ser melhor entendida utilizando-se a noção de “campo da produção cultural” de Bourdieu¹² (1996: 53). Neste campo, ou “espaço dos possíveis”, os autores constroem um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais que ele chama de “personagens-guia” e de conceitos. Estes “personagens-guia” são a forma em que aparecem nas obras dos autores suas influências teóricas. De acordo com Bourdieu, “esse espaço de possíveis é o que faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados, e

distanciamento necessário, mesmo assim é preciso contar com um rigoroso modelo analítico para superar a tendência de descrever o óbvio e ir além das aparências.

relativamente autônomos em relação às determinações diretas do ambiente econômico e social” (Bourdieu, 1996: 53). Assim, as obras dos autores analisados neste trabalho têm sentido na sua relação com o contexto histórico, que, neste caso, não é outra coisa senão o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

1. O objeto de estudo

Esta tese é resultado da análise das obras de dois dos autores mais representativos e frequentemente citados nos trabalhos publicados ou não, no Brasil e no exterior, sobre o “mundo rural” brasileiro. A reflexão teórica e a análise exaustiva da realidade rural realizada por estes dois autores são de tal importância que é impossível deixá-las de lado quando se deseja pesquisar qualquer aspecto do mundo rural brasileiro. Pode-se afirmar com certeza que, no Brasil, não incluir os trabalhos destes dois autores como referência obrigatória nas pesquisas sobre aspectos sociais do rural, realizadas atualmente no mundo acadêmico e fora dele, levaria no mínimo a obter-se resultados limitados.

Sabe-se que autores com formações acadêmicas diferentes (antropólogos, economistas, sociólogos, entre outros) e em condições institucionais distintas têm centrado sua atenção num amplo leque temático relacionado com o “mundo rural”. Dada a impossibilidade de estudar todos esses autores e de realizar um recorte justificado, decidiu-se centrar esta pesquisa na análise das obras de José de Souza Martins, sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) e de José Graziano da Silva, economista da Universidade de Campinas (UNICAMP).

A principal justificativa para a escolha desses dois cientistas sociais está no fato de serem os mais citados nos trabalhos nas áreas sociais sobre o rural, no Brasil, conforme a pesquisa desenvolvida por Melo (1997). Em sua tese de doutoramento apresentada no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Manuel Palácio da Cunha Melo (1997) analisou as referências bibliográficas de 244 dissertações e 58 teses,

¹² Esclarece-se, no entanto, que a abordagem analítica adotada neste trabalho, explicitada mais adiante, não é a de Bourdieu.

defendidas entre 1989 e 1993, em 11 instituições brasileiras de ensino superior¹³, dos artigos publicados numa pequena amostra de revistas especializadas, assim como das ementas de disciplinas oferecidas nos programas de pós-graduação, quantificando as referências a autores e obras mais citados nas ciências sociais brasileiras. Ele agrupa as referências em quatro áreas de conhecimento: Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Estudos Agrários¹⁴.

Utilizando a técnica de produção de *cluster* hierarquizados, Melo classifica os autores segundo os índices de concentração (percentual de citações) nas áreas de conhecimento mencionadas anteriormente. Utilizando os índices das citações recebidas pelos autores, Melo constrói 10 *clusters* (três de Antropologia, dois de Ciência Política, quatro de Sociologia e um de Estudos Agrários), “expressivos dos diferentes padrões de distribuição das citações por essas quatro áreas” (Melo, 1997: 94). Nesse processo de construção dos *clusters*, Melo seleciona 116 autores, cada um com o mínimo de 20 citações.

O *cluster* dos Estudos Agrários está formado por quatro autores brasileiros que têm o maior índice de citações nos trabalhos analisados: José de Souza Martins (USP), José Graziano da Silva (UNICAMP), Afrânio Garcia Júnior (UFRJ) e José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS) e por dois autores estrangeiros: Friedrich Engels e Edward P. Thompson.

¹³ As instituições escolhidas na pesquisa realizada por Melo são: seis universidades federais: UFRJ, UFRuRJ, UFMG, UnB, UFRGS, UFPe e três estaduais: USP, UNICAMP, UNESP; uma universidade particular: PUC/SP e um centro de ensino: IUPERJ. Como o autor nota, a distribuição das teses e dissertações é muito desigual devido às diferenças de produtividade e de que muitos programas não oferecem as áreas de conhecimento pesquisada. A maior parte das teses e dissertações se encontram concentradas na UFRJ (24%) e na USP (14,9%). Sem dúvida a pesquisa realizada por Melo contém fortes limitações, mas foi útil na escolha dos autores estudados, sobretudo se se concorda que não há dados que permitam descobrir de forma certa o peso e as influências dos autores no campo das ciências sociais brasileiras. O campo do que ele denomina “Estudos agrários” limitou-se principalmente às dissertações de mestrado do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola da UFRuRJ. No entanto, os resultados de uma possível pesquisa que busque classificar os autores mais citados no campo dos “estudos agrários” apontariam disparadamente a Martins e Graziano da Silva como os autores mais importantes na produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil.

¹⁴ Esta classificação poderia ser questionada, uma vez que os “Estudos Agrários” não constituem um campo específico de conhecimento, equivalente a Antropologia, Sociologia e Ciência Política, estando presente tanto nessas três áreas de conhecimento como na Geografia, na História, na Agronomia e em outras áreas. No

Dos quatro autores brasileiros, escolheram-se os dois que possuem produção maior: José de Souza Martins e José Graziano da Silva.¹⁵ Apesar das diferenças em termos de abordagens teóricas e metodológicas existentes entre eles, este trabalho baseia-se na suposição de que, a partir da análise da produção intelectual desses dois autores, é possível fazer uma reconstrução da produção de uma parte importante da sociologia rural brasileira dos últimos 30 anos. Martins inicia sua produção nos anos 60 e Graziano da Silva na década de 70. Estes dois autores apresentam um amplo leque temático no campo dos “Estudos agrários”. Apesar de não ser sociólogo, Graziano da Silva representa uma vertente fundamental da produção de conhecimento sobre o “mundo rural”. Sua obra resgata a tradição da crítica radical ao capitalismo brasileiro, construída nas análises de Caio Prado Júnior e Inácio Rangel, sem falar do pensamento marxista.

A análise da obra dos dois autores selecionados para este trabalho limita-se às temáticas centrais, principais conceitos utilizados e orientações teóricas. Sem dúvida, a análise das influências teóricas destes autores é complexa. Não se buscou, por exemplo, ir a fundo nas influências que clássicos como Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lênin ou Marx exerceram sobre as obras destes autores.

Os autores estudados trabalham em ambientes institucionais diferentes, com influências teóricas e trajetórias intelectuais distintas, o que possibilitou fazer a análise comparativa dos temas que eles têm abordado neste período e do tratamento dado por eles aos fenômenos sociais rurais, considerando ainda que o ambiente em que cada um deles desenvolveu suas atividades acadêmicas e de pesquisa expressa tanto as diferenças regionais do desenvolvimento institucional das ciências sociais brasileiras como sua vinculação a áreas de conhecimento distintas.

Cabe salientar que estes autores apresentam graus diversos de proximidade com distintas instituições sociais e estes vínculos evidenciam as possíveis influências que essas

entanto, o destaque dado a ele tem um caráter instrumental na definição dos autores a serem relacionados como os mais representativos para a presente pesquisa.

¹⁵ A produção de José Vicente Tavares dos Santos e de Afrânio Garcia Júnior sobre o mundo rural restringe-se a dois livros cada, apesar de que ambos têm publicado vários artigos sobre o tema.

instituições têm exercido sobre seu pensamento, assim como o efeito que suas idéias possam ter tido sobre a prática social dessas instituições. Os autores estudados têm mantido vínculos mais ou menos intensos com algumas instituições ideológicas e políticas. No caso de José de Souza Martins, é relevante sua aproximação, como assessor, da Igreja, uma relação que foi mais intensa nos anos 80. José Graziano da Silva foi assessor, nos anos 80, da Comissão de Política Agrária do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos dos trabalhadores rurais, especialmente da Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP). Cabe destacar, ainda, sua participação como assessor na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro em 1983.

2. O problema de pesquisa

O desenvolvimento da tese se centrou na investigação de um conjunto de questões que são descritas da seguinte maneira:

1. De que forma as escolhas teóricas de José de Souza Martins e José Graziano da Silva, isto é, as influências que eles receberam dos autores-mentores, podem explicar suas preferências temáticas e suas construções analíticas acerca do “mundo rural” brasileiro?
2. De que maneira os vínculos institucionais, sejam estes partidários ou acadêmicos, estabelecidos pelos dois autores, influenciaram na definição de seus objetos de estudo, na formulação das hipóteses e na forma como eles abordaram a problemática sobre o “mundo rural” brasileiro?
3. De que forma as condições históricas da sociedade brasileira, as contradições sociais, as lutas e movimentos sociais no campo, as grandes transformações econômicas e sociais foram determinantes para suas escolhas temáticas e seus marcos conceituais?
4. Como se situam e se diferenciam as obras destes dois autores num quadro diversificado de interpretações e visões acerca do mundo rural brasileiro?

Quais as principais questões abordadas por eles? Como se relacionam entre si? Como variam no tempo?

Em outras palavras, buscou-se entender as diferentes perspectivas teóricas dos dois autores na sua abordagem sobre o rural. Nesse sentido procurou-se identificar as principais temáticas abordadas por estes dois autores; que abordagens teóricas influenciaram suas perspectivas analíticas; suas trajetórias intelectuais; os conceitos utilizados e seus significados; os problemas levantados, as hipóteses formuladas, enfim sua visão de mundo. Além disto, procurou-se entender de que forma seus vínculos partidários e institucionais podem contribuir para entender suas escolhas temáticas. As questões de pesquisa se ilustram no seguinte esquema:

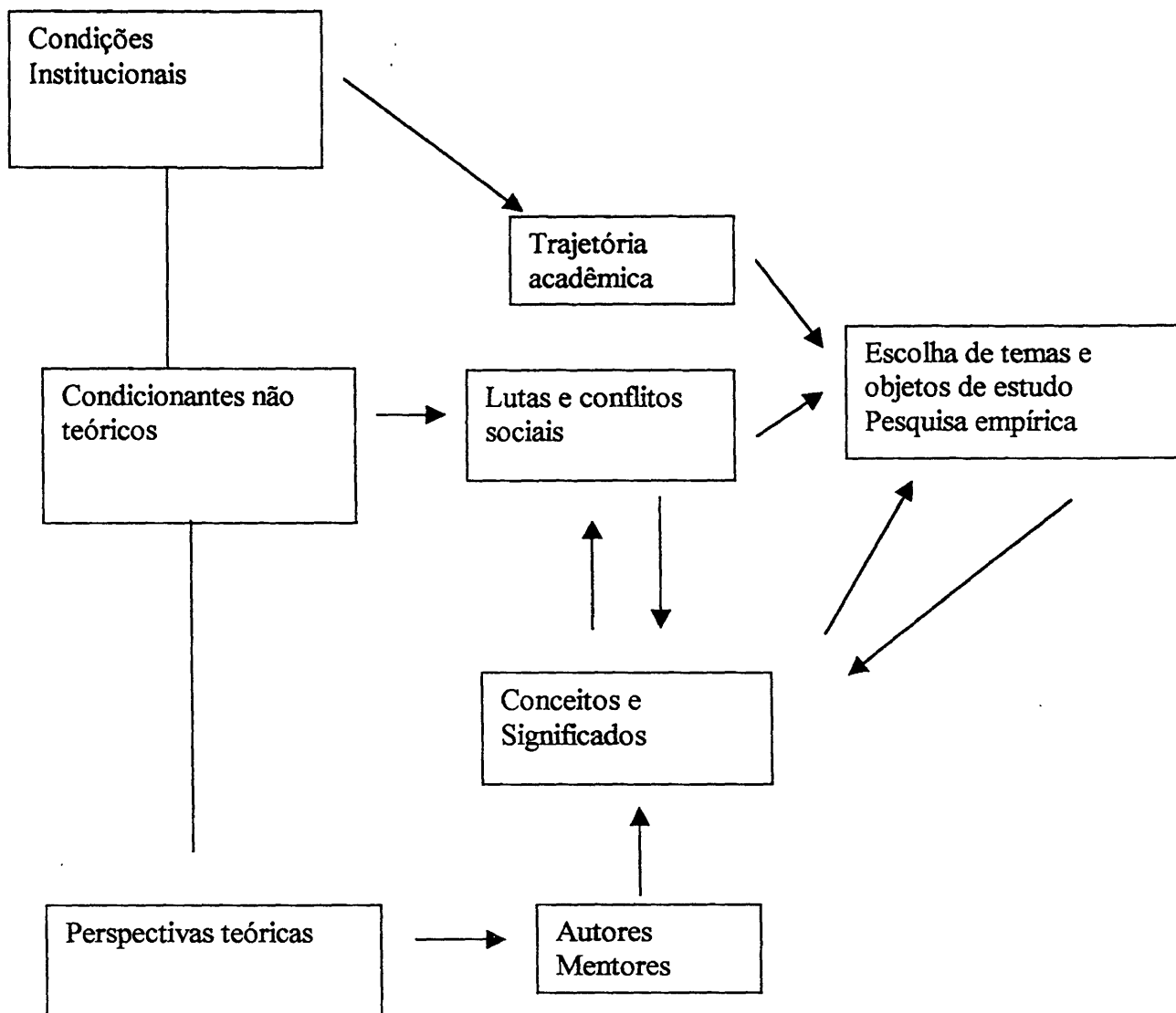


Fig. 1 Pontos de partida para análise da problemática

Esse esquema mostra a multiplicidade de condicionantes da produção de conhecimento dos dois autores estudados. Por um lado, as condições institucionais, e por outro, as influências teóricas em tensão com uma sociedade em movimento, marcada por conflitos e lutas sociais.

3. Objetivos:

1. Identificar as influências que José de Souza Martins e José Graziano da Silva recebem dos autores-mentores e que permitem explicar e entender a construção de seus quadros teóricos-metodológicos
2. Analisar os principais temas e questões abordadas pelos dois autores
3. Estabelecer as convergências e divergências entre os conceitos e temas trabalhados pelos dois autores buscando as relações entre eles
4. Analisar a evolução da produção dos autores enfatizando as variações no tempo dos conceitos, influências e temas trabalhados.

4. Hipóteses

Hipótese 1: As influências teóricas, através dos autores-mentores, resulta ser determinante para a forma como os dois autores constroem seus quadros de explicação da sociedade brasileira. Mais que as condições institucionais e históricas, essas escolhas teóricas foram fundamentais na sua formação acadêmica e desempenharam um papel fundamental na elaboração das suas análises acerca do “mundo rural” brasileiro.

Hipótese 2: As condições históricas da formação e as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil influenciaram a produção de conhecimento dos dois autores.

Hipótese 3: Os autores cuja obra é analisada na tese possuem trajetórias e projetos intelectuais distintos que os influenciam na escolha dos temas, e no levantamento dos problemas e das hipóteses. Suas elaborações teóricas, pesquisas empíricas e interesses intelectuais estão marcados fortemente pelos conflitos e lutas sociais. Mas, ao mesmo tempo, suas perspectivas analíticas também estão condicionadas pela situação institucional em que estão inseridos, por suas opções teóricas e pelas demandas externas, seja dos governos, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais ou da Igreja.

5. Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, procedeu-se, primeiramente, a identificar os temas, os problemas levantados, as hipóteses construídas ao longo da produção de José de Souza Martins e José Graziano da Silva, e com elas, as principais categorias que permitiram descobrir o peso dos autores-mentores¹⁶, que com suas teorias exercem uma influência decisiva nas obras dos autores estudados. Muitas vezes essa influência é explícita, quando os autores em estudo reconhecem-na de forma clara em seus livros ou em entrevistas. Em outras ocasiões, é possível detectar a influência dos autores-mentores através das citações feitas e nas referências teóricas utilizadas na abordagem de problemas ou temas específicos, ou na construção de suas hipóteses.

Também se realizou a análise de entrevistas que tanto José de Souza Martins e José Graziano da Silva têm oferecido e publicado em diferentes revistas. Estas entrevistas forneceram a informação necessária para compor suas trajetórias intelectuais, seus vínculos institucionais e acadêmicos, e a forma como eles próprios avaliam sua evolução, definindo etapas de acordo com as preferências de temas ou também mostrando claramente suas influências em determinados períodos.

A lista das obras dos autores não foi difícil obter. No currículo de José Graziano da Silva, disponível na Home Page da UNICAMP, está toda sua produção intelectual desde seus primeiros trabalhos até os mais recentes. Da mesma forma, a produção de Martins está disponível em anexos nos seus últimos livros publicados. Sem dúvida alguns textos são mais relevantes que outros. Consideram-se como os mais relevantes aqueles mais citados pelos próprios autores e por outros. Porém, a análise abrange toda a publicação em livros e os artigos publicados mais representativos. A produção fundamental de Martins está em livro. Entretanto, Graziano da Silva, apesar de ter o mais importante da sua produção intelectual em livro, produziu alguns artigos centrais e apresentações de trabalhos em Congressos, que não foram publicados ainda e que se encontram no site da UNICAMP ou em alguma revista. Observou-se, no entanto, que Graziano da Silva retoma, na sua

¹⁶ Decidiu-se chamar assim os autores que influenciaram a obra dos dois autores estudados neste trabalho.

produção em livros, as idéias fundamentais que estão nesses artigos, em outros casos, os trabalhos publicados em livros são uma revisão atualizada daqueles artigos. Depois, procedeu-se a “levantar os dados”. Com a ajuda de quadros, buscou-se identificar em cada trabalho dos autores, os temas, conceitos e significados, problemas e hipóteses. Construir esses quadros foi um procedimento muito demorado, por isso, no caso da obra de Graziano da Silva, optou-se por utilizar outra técnica, isto é, a da localização nos próprios textos dos temas, conceitos e significados, fazendo uso de canetas coloridas (ver Anexo¹⁷).

Organizados os dados, ou seja, os temas, conceitos e significados, identificaram-se os temas relevantes a partir da sua permanência constante na produção dos autores. Para explicar melhor isto, tomem-se os temas da reforma agrária e da pequena produção como exemplos. Ambos temas aparecem como centrais na produção destes autores. Daí pode-se derivar que estes temas são relevantes. Porém examinou-se a forma como esses temas foram tratados pelos autores estudados ao longo da sua obra. No levantamento de dados, também surgiu um conjunto muito grande de conceitos. Alguns deles são considerados centrais e outros secundários. Buscou-se identificar os conceitos centrais, verificando em que grau explicam os outros conceitos e, sobretudo, a medida em que permitem explicar e compreender o conjunto da produção dos autores. Em outras palavras, com a identificação destes conceitos centrais, foi possível estabelecer as diferenças nas perspectivas dos autores estudados, distinguindo-os. Os conceitos centrais, assim, expressam as idéias fundamentais (idéias elementos) que permitem confrontar os autores ou aproximá-los.

Também se tentou identificar de que forma os temas estudados e a orientação das análises dos dois autores acompanharam as transformações na agricultura e na sociedade brasileira.

Posteriormente buscou-se identificar as influências dos autores-mentores. Em alguns casos os mesmos autores estudados oferecem pistas sobre suas influências, explicitando-as. Em outros, coube o autor desta tese encontrá-las, identificando as idéias

¹⁷ Nos anexos se apresentam alguns modelos dos dois tipos de procedimentos utilizados para fazer a análise de conteúdo.

dos autores-mentores através das citações e as referências utilizadas na construção das análises. Uma das dificuldades deste trabalho é a ausência sentida de um modelo de referência para a análise da produção de conhecimento social. Ainda há um vazio imenso de estudos que busquem analisar e identificar de que forma e a partir de que influências teóricas os cientistas sociais explicam a sociedade brasileira.

A exposição da tese está organizada da seguinte forma: no capítulo I são apresentadas as proposições teórico-metodológicas da pesquisa, construídas a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento. No capítulo 2, apresentam-se os traços principais do processo histórico de transformação da agricultura brasileira, ao mesmo tempo em que se faz um balanço da produção de conhecimento sobre o mundo rural brasileiro, indicando os principais temas abordados e os trabalhos e autores mais representativos. O objetivo deste capítulo é mostrar de que forma se inserem as obras dos autores estudados na vasta e rica produção acerca do “mundo rural” brasileiro. Buscou-se identificar o lugar que ocupam o conhecimento produzido por Martins e Graziano da Silva, destacando a originalidade e a relevância das suas contribuições teóricas e empíricas para as ciências sociais brasileiras.

O capítulo 3 é dedicado à análise da produção de José de Souza Martins. Neste capítulo realiza-se um exame detalhado das contribuições do sociólogo da USP, desde seus primeiros trabalhos na década de 60. São abordados ainda os principais temas, suas influências teóricas, os conceitos fundamentais e as construções analíticas elaboradas para entender e explicar a sociedade brasileira a partir do “mundo rural”.

No capítulo 4 faz-se o mesmo exercício analítico em relação à obra de José Graziano da Silva, mostrando os temas que este autor trabalhou, sua trajetória intelectual, seus principais trabalhos, a evolução da sua interpretação acerca do mundo rural, suas influências teóricas, suas preferências temáticas e, salientando suas contradições e coerências.

Finalmente no capítulo 5, realiza-se uma análise comparativa das perspectivas teóricas e metodológicas dos dois autores, buscando mostrar suas convergências e divergências na escolha de temas e hipóteses. Em alguns casos as influências teóricas distintas que os dois autores recebem os distanciam e os opõem. Em outros momentos, sua opção e o compromisso com as populações rurais marginalizadas e excluídas os aproximam e complementam.

CAPÍTULO I

A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO COMO PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

A produção sobre o mundo rural dos autores escolhidos para esta pesquisa é analisada dentro da perspectiva teórica da sociologia do conhecimento, isto é, a partir da relação estabelecida entre conhecimento e existência. A sociologia do conhecimento busca descobrir o caráter social dos vínculos entre teorias e modos de pensar. Segundo Mannheim existem condicionantes não-teóricos sobre o pensamento, as ações dos grupos sociais em um determinado contexto histórico, que também influenciam o pensamento e o modo de pensar. A Sociologia do Conhecimento se atribuiu “a tarefa de resolver o problema do condicionamento social do pensamento, reconhecendo ousadamente essas relações, trazendo-as para o horizonte da própria ciência e usando-as para verificar as conclusões de nossa pesquisa” (Mannheim, 1986, p.286).

A sociologia do conhecimento indaga sobre quem conhece, ou seja, sobre o próprio sujeito do conhecimento, sobre seu caráter empírico e concreto. O conhecimento parece derivar-se da inter-relação do sujeito que tenta conhecer e o objeto a ser conhecido. No processo do conhecimento, o sujeito não tende a refletir sobre ele mesmo, mas sobre o seu objeto de estudo, preso pela fascinação com seu objeto. O sujeito desaparece no momento da observação, aparentando fundir-se com seu objeto. Neste caso, como é mostrado no gráfico a seguir, ocorre uma relação linear sujeito-objeto.

Sujeito \longrightarrow objeto

“Mas quando o conhecimento se torna reflexivo e volta sobre si mesmo, descobre não somente o antigo objeto de conhecimento – já conhecido -, mas sobretudo o antigo sujeito do conhecimento que trabalha sobre o objeto, descobre o ato de conhecer de forma completa, incorporando assim uma segunda dimensão vertical, a reflexiva” (Lamo, González e Torres (1994:48):

Como resultado deste processo de reflexão, o sujeito se torna conhecido e parte ativa do conhecimento. Na reflexibilidade está a base da sociologia do conhecimento, como se mostra no gráfico seguinte. O que está no centro é, pois, não só o conhecimento, mas o processo de conhecer e o lugar do sujeito.

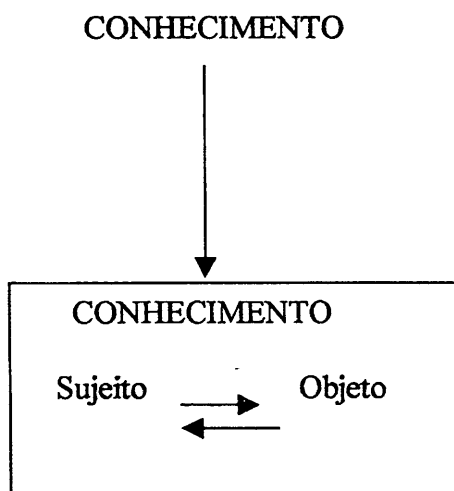


Fig. 2 A reflexibilidade do conhecimento

A sociologia do conhecimento pode ser entendida como um conhecimento do conhecimento, é uma ciência particular que tem como objeto de pesquisa não os fenômenos ou coisas do mundo, mas o conhecimento sobre os fenômenos e coisas do mundo. No

centro da análise está o próprio conhecimento. Trata-se também de um método de investigação histórico-sociológico que tenta descobrir as formas concretas dessa relação no desenvolvimento intelectual da humanidade.

A sociologia do conhecimento permite revelar o sujeito do conhecimento. Segundo Lamo, González e Torres (1994) o desenvolvimento da sociologia do conhecimento é um progressivo descobrimento do sujeito do conhecimento, revelando seu caráter empírico e plural, tornando-o objeto privilegiado da sua investigação. Assim, a sociologia do conhecimento questiona sobre quem conhece. A reflexividade do conhecimento, ao voltar sobre si mesmo, incorpora o sujeito do conhecimento.

O conhecimento emerge da relação sujeito-objeto. Mas, como afirmam Lamo, González e Torres (1994), no ato de conhecimento o sujeito como ator é esquecido por ele mesmo. No processo de conhecer, o sujeito é fascinado pelo objeto, fica fundido nele e desaparece. Por isso, a epistemologia positivista elimina o sujeito do conhecimento para centrar sua atenção no objeto, estabelecendo uma relação linear. Mas quando o conhecimento retorna sobre si mesmo descobre uma interação sujeito-objeto, incorporando uma nova dimensão.

Numa tentativa de mostrar a evolução da sociologia do conhecimento a partir dos primeiros esforços de explicar a origem das idéias até sua constituição como um “ramo especial” da sociologia, Lamo, González e Torres (1994:48) distinguem quatro etapas: a protosociologia do conhecimento; a teoria marxista da ideologia; a tradição durkheimniana e a maturidade da sociologia do conhecimento. Esta periodização é útil porque permite compreender o caráter histórico do descobrimento do sujeito do conhecimento. A primeira é a construção de uma protosociologia do conhecimento originada com Bacon e os enciclopedistas franceses do século XVIII.

1. A protociologia do conhecimento

A “protociologia do conhecimento” se deriva da teoria dos ídolos de Bacon e dos enciclopedistas franceses. Para os enciclopedistas franceses a Razão é portadora da Verdade enquanto que o sujeito cognitivo, no ato de conhecer, é responsável pelos erros, pré-julgamentos e ídolos. Então, o esforço de Bacon e os enciclopedistas franceses estava destinado a criar mecanismos para evitar esses erros e pré-julgamentos no processo de conhecer. Bacon é o precursor com sua “teoria dos ídolos” da tradição dos enciclopedistas franceses na análise social do pensamento, enriquecida por Montesquieu, Condillac, Helvétius, Holbach e Destutt de Tracy. Marx, Lukács e Mannheim são os continuadores ilustrados desta tradição. A tradição ilustrada se forma na crítica dos pré-julgamentos que produzem os erros do conhecimento da realidade social e distorcem as relações humanas tornando-as relações baseadas no poder e na violência.

Os enciclopedistas franceses elaboraram uma teoria para entender os erros que deturpam o conhecimento e definem a “ideologia” como um “engano deliberado” ou uma “mentira consciente”. É a partir dessas premissas que tomam corpo a crítica da religião e a crítica da política que caracterizam o período da Revolução Francesa e marcam suas origens intelectuais. A crítica religiosa parte da idéia de que a religião é produto do engano e da ignorância. Esta idéia inicialmente aparece em Hobbes e é desenvolvida por Helvétius e Holbach. Os deuses são produtos da ignorância das causas que explicam o comportamento da natureza. A dominação e a subordinação política estaria baseada nesta ignorância e portanto na religião. Spinoza afirmava que a superstição e o medo são os meios mais eficazes para garantir a dominação das massas. “Desta maneira, a crítica ilustrada à deformação do conhecimento vincula-se com o pensamento revolucionário” (Lamo, González e Torres, 1994: 148-149). É isso que se conclui desta idéia radical dos enciclopedistas franceses. A preocupação de evitar os erros e de desvendar a ideologia como engano consciente é o ponto de partida para a construção de uma sociologia do conhecimento que evidencia a busca de uma teoria que explique a relação sujeito-objeto.

Uma outra tradição, a conservadora, também contribui na formação da sociologia do conhecimento. “Estas duas tradições enfrentam-se radicalmente a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, baseadas em concepções políticas diferentes, revolucionárias, num caso e conservadores no outro, e a partir de premissas intelectuais também opostas” (Lamo, González e Torres, 1994: 148-149). Como se sabe a tradição revolucionária baseia-se na idéia do progresso contra a ignorância e o erro. A tradição conservadora sustenta-se na idéia de que o passado é melhor que o presente, portanto a resposta a todos os males da sociedade está precisamente neste retorno e a verdade encontra-se nas antigas comunidades tradicionais não contaminadas ainda pela modernidade. Segundo Lamo, González e Torres (1994: 149), o Romantismo alemão é expressão do pensamento conservador e tem como continuadores e herdeiros Max Scheler e Carl Smith, fundadores da sociologia do conhecimento como disciplina acadêmica.

Apesar das diferenças existentes entre o pensamento conservador e revolucionário, ambos coincidem na busca da origem social das idéias. Mannheim afirmou que ambas tradições convergem na sociologia do conhecimento, salientando que o pensamento conservador, opondo-se à tradição ilustrada, desenvolve importantes postulados, como o pressuposto de que as idéias possuem um caráter histórico e social. Isto significa que explicar as idéias a partir do contexto social não é atributo exclusivo do pensamento revolucionário. Segundo Lamo, González e Torres (1994: 152), na perspectiva de Mannheim, a tradição ilustrada tem um lugar privilegiado, precisamente por que este autor parte do suposto de que sem a tradição ilustrada não existiria a tradição conservadora. O importante a ser salientado é que ainda continua o confronto destas duas tradições de pensamento, por exemplo no atual embate modernismo x pós-modernismo, pois os autores participantes deste debate buscam argumentos em uma ou outra, na tradição revolucionária ou na conservadora.

2. A teoria marxista da ideologia

Para Marx, a sociedade capitalista se apresenta de forma enganosa. As relações entre as mercadorias ocultam as relações sociais. Portanto, o capital não é uma coisa, mas uma relação social. Não é o sujeito que se engana, é a realidade que se apresenta de forma falsificada.

Mas se a realidade na sociedade capitalista apresenta-se de forma mitificada, também cria o sujeito capaz de conhecê-la de forma objetiva, transcendendo o fetichismo das mercadorias. Esse sujeito é o proletariado. Desta forma, o proletariado tem a missão de desvendar as relações coisificadas no capitalismo e, portanto têm a possibilidade de tornar-se sujeito do conhecimento. “O ‘reino da liberdade’, o final da ‘pré-história da humanidade’ significa que as relações coisificadas entre os homens, a coisificação, começa a perder seu poder sobre o homem e a entregá-lo a este” (Lukács, 1975: 76).

Lefebvre (1979: 49) refere-se ao estudo das ideologias como uma crítica radical das representações gerais como a filosofia e o direito, a religião e as artes. Para este autor, as representações gerais

“como formações nebulosas saídas dos cérebros dos homens, se sobrepõem ao processo material empiricamente constatável sem esses intermediários. A moral, a religião, a metafísica e os outros aspectos da ideologia, as formas correspondentes da consciência só são independentes na aparência. Elas não têm história, não têm desenvolvimento, isto é, não possuem nenhuma autonomia em relação à produção e às trocas materiais entre os seres humanos. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência, fórmula célebre, frequentemente citada fora de seu contexto” (Lefebvre, 1979:49).

Poder-se-ia afirmar que o esforço de Bacon¹ para explicar as representações que considera como elementos que se interpõem entre o pensamento e a realidade é continuado e desenvolvido por Marx nas suas análises do fetiche da mercadoria, da ideologia e da alienação do homem.

De acordo com Lamo, González e Torres (1994:157), pode-se encontrar em* Montesquieu algumas idéias básicas da sociologia do conhecimento, principalmente nas suas duas obras fundamentais: *Cartas Persas* e *Do espírito das Leis*. Na primeira, podem ser identificados elementos componentes da sociologia compreensiva, na qual Montesquieu utiliza o olhar dos outros, os viajantes persas, para compreender a própria realidade política, social e cultural. Na outra obra, na sua análise das leis que governam a sociedade, podem-se identificar os elementos da sociologia positivista. Nas duas obras são salientadas as idéias da diversidade, da pluralidade e da variabilidade da sociedade humana. O fato de existirem costumes diferentes não significa que alguns desses costumes sejam contrários à Razão, e isto se deve à existência de um denominador comum, a natureza humana. Ou seja, a Razão se expressa em costumes diferentes (Lamo, González e Torres 1994: 157). A contribuição de Montesquieu para a sociologia do conhecimento pode ser sintetizada da seguinte maneira: há uma relação direta entre as instituições sociais e o pensamento; a posição que um indivíduo ocupa na sociedade influencia sua visão do mundo; isto é, existe

¹ A teoria dos ídolos de Bacon, ou seja os pré-julgamentos, as falsas noções, as representações ilusórias que dificultam encontrar a verdade pode ser considerada como elemento que permite explicar as origens da sociologia do conhecimento. Para Bacon existem quatro tipos de ídolos que dominam e bloqueiam o entendimento humano: os ídolos da tribo, da caverna, do foro e do teatro. Os ídolos da tribo baseiam-se na própria natureza humana. “O entendimento humano é semelhante a um espelho infiel que reflete desigualmente as das coisas e, dessa forma, as distorce e corrompe” (Bacon, 1973:27). Os homens possuem uma caverna que corrompem a luz da natureza. Cada homem forma uma caverna particular “seja devido à natureza própria e singular de cada um; seja devido à educação ou conversação com os outros; seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram” (Bacon, 1973:27). Os ídolos do foro refere-se à associação dos homens resultado das suas relações comerciais, de troca. Bacon afirma que os homens se associam em função de um discurso que bloqueia o entendimento humano. “Nem as definições, nem as explicações com que os homens doutos se munem e se defendem, em certos domínios, restituem as coisas ao seu lugar. Ao contrário as palavras forçam o intelecto e o perturbam por completo. E os homens, são assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias”. Segundo Lamo, González e Torres (1994: 154), Bacon considera os ídolos do foro os mais perigosos por que, por um lado, chegam ao entendimento através do linguagem, confundindo a realidade com os significados dos termos e pelo outro, pela crença de que controla-se a realidade a partir dos termos que a expressam.

Por último, os ídolos do teatro. Bacon considera as filosofias como representações “que figuram mundo fictícios e teatrais” (Bacon, 1973: 27).

uma relação entre a ação social dos homens e as idéias que sustentam. Poder-se-ia dizer* que na obra de Monstequieu encontra-se a gênese da explicação social das idéias.

Não se trata aqui de desenvolver as idéias de cada um dos pensadores da ilustração, apenas é necessário, para este trabalho, mostrar que nas obras dos pensadores iluministas franceses encontra-se a gênese da sociologia do conhecimento. Nas suas obras é possível identificar uma busca da explicação das origens das idéias a partir das condições históricas, sociais e institucionais. Assim, as idéias destes pensadores constituem-se um vínculo histórico com as idéias que mais tarde desenvolvem Marx e Mannheim.

O conceito de ideologia ocupa um lugar de destaque na análise de Marx sobre o capitalismo. Para alguns autores como Lefebvre (1979:45), o conceito de ideologia é muito confuso, mesmo reconhecendo nele um dos conceitos mais originais desenvolvidos por Marx. O termo “ideologia” aparece na filosofia empirista e sensualista nos finais do século XVIII na França. Marx redimensiona e redefine esse termo dando-lhe um status fundamental na sua interpretação da sociedade capitalista. Segundo Lamo, González e Torres (1994: 163), na crítica social elaborada por Helvétius, Holbach e Destutt de Tracy encontram-se alguns antecedentes dos temas e análise que Marx realiza, sobretudo no que se refere ao esforço de desmascarar o engano, na luta contra os pré-julgamentos pela verdade. As idéias desses filósofos partem do suposto que o engano não é resultado do sujeito (e aqui em oposição a Bacon), mas é produto do interesse dos poderosos. O sucesso que os poderosos obtém deve-se à sua capacidade de elaborar “ideologias”. Pode-se dizer que há uma certa afinidade com o conceito de ideologia elaborado mais tarde por Marx e seus seguidores.

“Utilizando a teoria da superstição baconiana como ponte entre os “idola” e os “préjugés”, os filósofos franceses fazem avançar a sociologia do conhecimento desde a teoria do simples do erro psicosocial à análise do autoengano e os interesses; do pré-julgamento inconsciente ou “idola” ao pré-julgamento interessado ou mentira; da crítica da ciência à crítica da sociedade e do Estado; finalmente, da problemática do sujeito à do objeto do conhecer. Em suma, com eles passamos de uma psicologia do conhecimento científico para uma verdadeira sociologia do conhecimento,

científico ou não, natural ou social” (Lamo, González e Torres 1994: 163)

Para Lamo, González e Torres (1994: 163), Helvétius é um dos primeiros a afirmar que o conhecimento depende da sociedade. Ou seja, que as idéias dependem das posições sociais. Destutt de Tracy afirma que ideologia seria uma ciência das idéias e os filósofos que a exercem “ideólogos” (Lefebvre, 1979:45).

“A origem das idéias deve remontar-se às sensações; estas ao serem percebidas no presente, são ao mesmo tempo idéias e sentimentos, sendo impossível separar uma coisa da outra. Mas na lembrança a sensação distancia-se progressivamente do sentimento e fica apenas a pura idéia. Esse é o motivo de nossos enganos e, portanto, dos enganos da religião: acreditar que podem existir idéias sem sensações” (Lamo, González e Torres 1994: 163).

Segundo Lefebvre, Marx transforma o conceito de ideologia: e não é mais uma noção que explica a coisa, ela é a própria coisa. O termo ideologia, para os filósofos franceses era inicialmente a forma para explicar a origem das idéias, depois é o conceito de ideologia que deve ser explicado. Para Marx, o conceito de ideologia abrange as representações de uma sociedade historicamente determinada. A ideologia alemã é um exemplo disto. “Marx quer elaborar uma teoria das representações gerais, isto é, sociais; ele dá os elementos de uma gênese explicativa das *ideologias*, que define e vincula às suas condições históricas e sociológicas” (Lefebvre, 1979:45-46). Em certa medida, o significado inicial dado pelos filósofos franceses do século XVIII não desaparece no pensamento de Marx, mas, como já se disse, se transforma.

Lefebvre (1979:46) assinala a importância que têm as imagens para Marx. As imagens são, para Marx, elementos do conhecimento e possuem alcance científico. Para analisar a forma como Marx desenvolve o conceito de ideologia, Lefebvre (1979:46) utiliza o conceito de “transparência”, que segundo ele significa “presença” e que se diferencia da “representação” por opor-se a ela.

Quando Marx trata em *O capital* do fetichismo da mercadoria, ele afirma que as relações sociais baseadas na produção de mercadorias encobrem as verdadeiras relações sociais. Marx afirma que o dinheiro, como expressão suprema da produção mercantil, “longe de revelar o caráter social dos trabalhos privados, e portanto, as relações sociais entre os produtores privados, as encobre”. Marx define as categorias como “formas mentais aceitas pela sociedade, e portanto objetivas, em que se expressam as condições de produção deste regime social de produção historicamente determinado que é a produção de mercadorias” (Marx (1978: 41),).

“Assim, para Marx, a consciência (social) que nasce de uma *praxis* só reflete fielmente essa *praxis* em situações bastante definidas: quando a própria *praxis* não está envolvida em véus nebulosos e as relações entre os seres humanos permanecem diretas, sem intermediários ‘opacos’. Em estruturas sociais e modos de produção determinados, as *praxis* sociais produzem *representações*. Essas representações aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Ora a esclarecem como uma falsa transparência, ora mergulham na penumbra e nas trevas em nome de uma doutrina ainda mais obscura que a realidade da qual surgiu. A realidade social, isto é, os homens e os grupos humanos em suas interações, produz aparências, que são algo além e diverso de ilusões sem consistência (...)De forma especial, a produção mercantil está envolvida em nebulosidades” (Lefebvre, 1979:47).

De acordo com Lefebvre (1970:47-48), na produção mercantil está a chave para entender-se a análise de Marx.

“À primeira vista, a mercadoria parece um objeto evidente e trivial. Mas nossa análise mostrou, ao contrário, que é uma coisa muito complexa, cheia de sutilidades metafísicas e argúcias teóricas...O caráter misterioso da mercadoria reside portanto em que reflete o caráter social do trabalho como se fosse um caráter material dos próprios produtos do seu trabalho, um dom natural social destes objetos como se, portanto, a relação social que media entre os produtores e o trabalho coletivo da sociedade fosse uma relação social estabelecida entre os mesmos objetos, independentemente dos produtores” (Marx, 1978: 36-37).

base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (...) é preciso ... explicar esta consciência pela contradição da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx,1983: 24-25)

De acordo com Lefebvre (1979:48-49), nas obras de Marx é possível encontrar pelo menos dois significados do termo ideologia. São significados tão diversos que suscitam a necessidade de aprofundar seu esclarecimento. Em primeiro lugar, a ideologia aparece como falsa consciência, como “reflexo invertido, mutilado, deformado do real” e da história. Os indivíduos conceberiam a realidade de forma desordenada e confusa. No outro significado, a ideologia se torna uma visão generalizada de uma classe social. Assim, deixa de ser apenas uma falsificação da realidade. Os ideólogos dessa classe produzem representações abstratas. “Aqueles que detêm o poder material (econômico e político), segundo as relações sociais e jurídicas existentes, detêm também o poder ‘espiritual’. As representações, isto é, a consciência social, formam-se pela formulação e idealização das condições reais que justamente permitem o primado econômico, social e político de tal grupo ou tal classe” (Lefebvre, 1979:51). Então, para melhor entender a ideologia é preciso saber o que acontece na esfera do poder, isto é, da luta de interesses das classes.

Lefebvre (1979:56) afirma que, para entender-se melhor o conceito de ideologia em Marx, pode-se compará-lo com a noção de ‘representações coletivas’ de Durkheim. A diferença reside em que, enquanto Durkheim considera que as representações são produtos da sociedade, Marx argumenta que a ideologia é resultado das classes e de suas lutas.

Finalmente, é necessário ressaltar que, na concepção de Marx, a práxis revolucionária poderá destruir a dominação ideológica. Esta práxis, ação exclusiva do proletariado como classe revolucionária, permite a articulação dialética entre conhecimento e consciência. Esta práxis histórica produz uma ideologia revolucionária que se constitui em arma poderosa do proletariado na sua missão de destruir o capitalismo.

3. A tradição durkheimiana

Numa outra tradição derivada das elaborações teóricas de Durkheim, um dos fundadores da sociologia moderna, o conhecimento se expressa como representações coletivas. A terceira etapa refere-se à formulação durkheimiana. De acordo com Lamo, González e Torres (1994), Durkheim considera que é a sociedade como um todo, e não uma classe específica, o sujeito cognitivo que, por meio das estruturas da vida cotidiana, gera as categorias que se apresentam como filtros do entendimento. Assim, o tempo, o espaço e a causalidade não são categorias a priori do entendimento, mas a posteriori e por isso ajustadas às diversas formas sociais. Apesar das diferentes concepções, existe em Marx e Durkheim a convicção de que o sujeito do conhecimento não é uma Razão impessoal, mas um sujeito concreto, seja este uma classe social ou a sociedade.

Segundo Lamo, González e Torres (1994: 50), Durkheim sociologiza as categorias kantianas do entendimento, criando uma nova perspectiva para a sociologia do conhecimento. Os trabalhos de Durkheim buscam construir uma teoria sociológica que estabeleça uma relação explicativa entre a estrutura social e a gênese dos conceitos.

De acordo com Lamo, González e Torres (1994), é possível interpretar a análise de Durkheim sobre a produção do conhecimento a partir da diferenciação que ele constrói acerca das representações individuais e coletivas. Na perspectiva de Durkheim existe o predomínio da sociedade sobre o indivíduo: “Desta forma, as representações que expressam a sociedade não são redutíveis à soma das representações individuais, da mesma maneira que a sociedade não é um mero agregado de indivíduos” (Lamo, González e Torres, 1994: 206). Disso conclui-se que a sociedade produz fenômenos distintos daqueles existentes no indivíduo. Nas palavras de Durkheim, a sociedade:

“é uma realidade *sui generis*; tem suas características próprias que não se encontram, ou que não se encontram da mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente distinto das representações puramente individuais, e podemos estar certos de

antemão de que as primeiras acrescentam algo às segundas” (Durkheim, 1996:XXIII).

Das palavras de Durkheim pode-se concluir que as condições materiais da sociedade têm uma maior relevância na produção de saberes que a estrita psicologia individual. A sociedade então elabora as normas morais que se impõem sobre os indivíduos, por isso é que a moralidade coletiva está acima da moralidade individual. Mas a sociedade se impõe nos indivíduos não somente a partir das regras morais, mas também de maneira lógica impondo as representações coletivas e as formas de pensar e de atuar. O indivíduo internaliza tanto as normas morais como as formas de pensar que dominam numa determinada sociedade. De acordo com Durkheim,

“A verdade é que somos formados de duas partes distintas que se opõem uma à outra como o profano ao sagrado, e se pode dizer, num certo sentido, que existe divino em nós. Pois a sociedade, essa fonte única de tudo o que é sagrado, não se limita a nos mover de fora e a nos afetar passageiramente; ela se organiza em nós de maneira duradoura, suscitando todo um mundo de idéias e de sentimentos que a exprimem, mas que ao mesmo tempo fazem parte integrante de nós mesmos” (Durkheim, 1996: 275-276).

A capacidade da sociedade de elaborar produtos ou representações coletivas supõe a elaboração de conceitos e idéias, em suma, de conhecimentos que possuem, portanto, um caráter social e são resultados de elaborações de gerações sucessivas. Então, Durkheim rejeita a fundamentação empirista do conhecimento, ou seja aquele produto das sensações do indivíduo. Durkheim afirma que

“submeter a razão à experiência é fazê-la desaparecer, pois é reduzir a universalidade e a necessidade que a caracterizam a serem apenas puras aparências, ilusões que, na prática podem ser cômodas, mas que a nada correspondem nas coisas; conseqüentemente, é recusar toda realidade objetiva à vida lógica que as categorias têm por função regular e organizar. O empirismo clássico conduz ao irracionalismo; talvez até seja por esse último nome que convenha designá-lo” (Durkheim, 1996:XXI).

Em suma, a distinção entre as representações coletivas e representações individuais, assim como entre o conhecimento individual e conhecimento coletivo, é o ponto chave para entender-se a perspectiva de Durkheim acerca da produção do conhecimento. O conhecimento individual está baseado na psicologia do indivíduo, enquanto que o conhecimento coletivo está diretamente relacionado com as particularidades da sociedade e, portanto, não pode ser reduzido à soma dos conhecimentos individuais. São as representações coletivas que levam à ação social. As diferenças entre Marx e Durkheim são evidentes. A análise de Marx privilegia a produção da ideologia a partir do reconhecimento de uma sociedade dividida em classes e, em consequência disto, acontece uma contradição entre uma falsa consciência e uma consciência verdadeira; Durkheim afirma que não há nenhum tipo de ocultamento e que o conhecimento reflete a sociedade. Cabe salientar que tanto Marx como Durkheim reconhecem a existência de um sujeito do conhecimento, seja este uma classe social ou a sociedade como um todo (Lamo, González e Torres, 1994: 51).

4. A maturidade da sociologia

A quarta etapa refere-se à emergência de um conjunto de iniciativas, na Alemanha no primeiro pós-guerra, de perspectivas teóricas distintas que buscavam restabelecer a objetividade do conhecimento. Primeiramente, a idéia da irrelevância do sujeito aparece novamente no *Tractatus Lógico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein (1995), que defendia que a pureza da linguagem deveria ser garantia da objetividade da ciência. Por outro lado, a sociologia compreensiva de Weber sugere que o pesquisador se posicione no lugar do ator social para entender sua conduta interior. As causas da ação são buscadas a nível interno do ator social. Assim, Weber inclui a subjetividade como objeto de análise das ciências sociais. Por fim, cabe destacar o esforço teórico do marxista húngaro Georg Lukács no sentido de recuperar a essência crítica do marxismo, uma linha de pensamento que foi continuada pelos pensadores da Teoria Crítica: Adorno, Horkheimer e Marcuse.

Lamo, González e Torres (1994: 51) referem-se à maturidade da sociologia do conhecimento num contexto de profundos conflitos e crise na Alemanha de Weimar. Este

contexto conflitante é resultado de uma série de motivos: o enfraquecimento da idéia do progresso por causa da Primeira Guerra Mundial; a ampla discussão acerca da objetividade das ciências sociais; a emergência da crítica historicista à Razão Ilustrada e crise do positivismo; a politização e a radicalização fanática da sociedade. “Na Alemanha de Weimar a sociologia do conhecimento era quase uma necessidade de terapia para penetrar o véu de irracionalidade que progressivamente envolveu toda a vida social até culminar na catástrofe totalitária do nazismo” (Lamo, González e Torres, 1994: 51). Assim, na Alemanha do pós Primeira Guerra Mundial emergiram diversas tendências intelectuais, que buscaram restabelecer a objetividade do pensamento em oposição ao irracionalismo dominante.

Na primeira metade dos anos 20, surge na sociedade alemã um conjunto de propostas que buscavam tornar-se novas perspectivas acerca do sujeito do conhecimento. De acordo com Lamo, González e Torres (1994: 51), estas propostas poderiam sintetizar-se da seguinte maneira:

- O novo enfoque de Ludwig Wittgenstein acerca da velha questão da irrelevância do sujeito cognitivo. Este enfoque dará origem ao neopositivismo do Círculo de Viena, e com ele, à ortodoxia da academia ocidental, hegemônica até o aparecimento de *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Khun em 1962;
- A publicação em 1922 de *Economia e Sociedade* de Max Weber. Além de tratar de temas importantes para a tradição da sociologia como o desencantamento do mundo, a burocratização da sociedade e a sociologia da religião, Weber recuperou o melhor do historicismo alemão, na formulação da sociologia compreensiva em que o pesquisador se coloca no lugar do ator social para compreender seus motivos interiores e que leva à ação do sujeito. Com sua análise, Weber chamava a atenção acerca da necessidade de entender-se e interpretar a subjetividade da ação social. Deste modo, ainda que não haja uma sociologia do conhecimento explícita, a sociologia compreensiva weberiana é

um pressuposto imprescindível de toda tentativa de compreender o sentido das ações e as definições da situação dos atores;

- A publicação em Berlim em 1923 de *História e consciência de classe* de Georgy Lukács, que afirma ser o proletariado o sujeito de conhecimento numa sociedade dividida em classes sociais. A obra de Lukács revitaliza o marxismo e inicia um processo de ruptura com o dogmatismo stalinista. Esta linha de pensamento será continuada e enriquecida por Adorno, Horkheimer e Marcuse e se estende até os anos 70;
- Por último, o ponto culminante desta renovação das ciências sociais na Alemanha é o surgimento da sociologia do saber de Max Scheler. Mas é com a publicação de *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim, em Bonn, em 1929, que a sociologia atinge sua verdadeira maturidade. Mannheim argumenta que o conhecimento é empírico e não transcendental como afirmava Scheler. E de que não existe pré-determinado sujeito do conhecimento como afirmava Lukács, mas uma diversidade de pontos de vista. Lembre-se que, na Alemanha, o proletariado estava votando no partido nazista em finais da década de 20, num contexto não favorável à tese de Lukács.

5. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim²

Apesar das críticas de Merton a Mannheim, referidas a um certo “relativismo”, é nas elaborações teóricas de Mannheim que se encontram os fundamentos da sociologia do conhecimento.

Ideologia e Utopia, de Mannheim, publicado em 1929, é a obra fundamental que ao mesmo tempo expressa os avanços da sociologia do conhecimento nos anos 20 e abre novas perspectivas para este campo especial da sociologia.

² Karl Mannheim nasceu em Budapeste em 1893. Estudou nas universidades de Berlim, Paris e Friburgo antes de ir para a Universidade de Heidelberg. Em 1918 defendeu sua tese intitulada “A análise estrutural da epistemologia” na Universidade de Budapeste. Heidelberg era nessa época o principal centro intelectual e a influência de Weber era ainda dominante.

Mannheim rompe com a tradição anterior, em primeiro lugar, argumentando contra Scheler e Wittgenstein, afirmando que o conhecimento é empírico e não transcendental; em segundo lugar, questionando Lukács, no sentido de que não há um sujeito social (o proletariado) com o privilégio de conhecer a sociedade, mas afirmando que existe uma diversidade de perspectivas.

Mannheim define a sociologia do conhecimento, diferenciando-a da teoria da ideologia. Se a teoria da ideologia está interessada em estudar o engano e o disfarce dos grupos sociais, a Sociologia do Conhecimento centra seu interesse nas diferentes formas nas quais o objeto apresenta-se ao sujeito em distintos contextos sociais. "Assim, as estruturas mentais são inevitavelmente formadas diferentemente em conformações sociais e históricas diferentes" (Mannheim, 1986: 287).

O problema da ideologia ocupa um lugar central na obra de Mannheim. É a partir da análise da ideologia que ele constrói sua sociologia do conhecimento. Mannheim inicia sua análise da ideologia buscando a sua definição como conceito para posteriormente aprofundar sua crítica da deformação ideológica do pensamento. "A fim de se compreender a situação atual do pensamento, torna-se necessário começar com os problemas da 'ideologia' (...) Não existe melhor introdução para o problema do que a análise do significado do termo 'ideologia'" (Mannheim, 1986: 81).

O primeiro problema identificado por Mannheim é a diversidade de significados da palavra 'ideologia'. A análise da variação de significados da ideologia leva Mannheim a definir dois tipos de relações. A primeira, estabelecida pela diferenciação dos conceitos de ideologia particular e ideologia total. A segunda, constituída pela contraposição entre ideologia e utopia.

Nas palavras de Mannheim:

"A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos das idéias e representações

apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados (...) sua particularidade se torna evidente quando é contrastada com a concepção total, mais inclusiva, da ideologia. Referimo-nos aqui à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo” (Mannheim, 1986: 81-81).

Entre essas duas concepções há um ponto em comum. Nas duas, a interpretação do significado vai além do que foi dito pelo sujeito ou grupo, através da análise das condições sociais do indivíduo ou grupo. Assim, “as idéias expressadas pelo indivíduo são dessa forma encaradas como funções da sua existência. Isto significa que opiniões, declarações, proposições e sistemas de idéias não são tomados por seu valor aparente, mas são interpretados à luz da situação de vida de quem os expressa. Significa, ainda mais, que o caráter e a situação de vida específicos dos sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações” (Mannheim, 1986: 82).

Na análise de Mannheim, apesar de ter um ponto em comum, ambas concepções são diferentes. Enquanto a ideologia particular apenas toma uma parte do enunciado do opositor, a concepção de ideologia total abrange a visão do mundo do opositor, “inclusive seu aparato conceitual”, entendido como resultado da vida social em que o opositor participa. A concepção particular de ideologia restringe a análise à esfera da psicologia individual, enquanto que a concepção total de ideologia refere-se a modos de experiência e pensamentos de uma determinada época ou grupo social. Segundo Mannheim,

“Cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias. Quando utilizamos a concepção total de ideologia procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social, e, neste caso, nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores

deste sistema ideológico de pensamento como um todo” (Mannheim, 1986:82-83).

Outro aspecto da análise de Mannheim sobre ideologia baseia-se na reconstrução histórica dos conceitos de ideologia particular e total, ou seja, na busca das suas origens históricas. Esses dois conceitos diferenciados supõem trajetórias históricas distintas. A origem da concepção de ideologia particular encontra-se na suspeita ou na descrença que, em qualquer época, suscitavam os adversários. Mas, segundo Mannheim (1986:87), somente quando se realiza uma interpretação sistemática do engano é que se pode falar que se está fazendo uma análise ideológica. Aqui se realiza a passagem para uma concepção total da ideologia. Passa-se da esfera psicológica do indivíduo para a esfera social. Então, a ideologia não é considerada apenas como um engano, mas como uma função social, relacionando o discurso do adversário com a situação social. O mundo aparece como uma “unidade estrutural” (Mannheim, 1986:92). Mais adiante, Mannheim afirma que foi o marxismo que realizou a síntese entre as duas concepções de ideologia. Nas suas palavras: “Foi a teoria marxista que por primeiro concretizou a fusão das concepções particular e total de ideologia. Foi esta teoria a que primeiro concedeu a devida ênfase ao papel da posição e dos interesses de classe no pensamento. Devido, em grande parte, ao fato de se haver originado no hegelianismo, o marxismo era capaz de ultrapassar o nível de análise meramente psicológico e de colocar o problema em um quadro filosófico mais amplo” (Mannheim, 1996: 100). Porém, para Mannheim, a análise marxista é limitada por se basear em dois critérios definitivos que permitiam separar o que não era ideologia: a prática política e a interpretação econômica. A análise da ideologia parecia haver-se tornado monopólio da teoria marxista e identificada com o movimento proletário revolucionário. De acordo com Mannheim: “Não é mais um privilégio exclusivo dos pensadores socialistas referir o pensamento burguês aos fundamentos ideológicos, desacreditando-o desta forma. Atualmente grupos com quaisquer pontos de vista usam esta arma contra todos os demais. Como resultado estamos ingressando em uma nova época do desenvolvimento intelectual e social” (Mannheim, 1986: 101). O próprio marxismo poderia ser objeto de uma análise ideológica. A afirmação de Mannheim de que não há uma posição absoluta para fazer uma análise da ideologia expressa claramente o salto para a sociologia do conhecimento. Porém, surge uma nova problemática: o “relativismo”. Não há uma posição absoluta do

sujeito que conhece. Tanto ele como o adversário estão condicionados pela sua posição social. Mannheim dedicará muitos esforços para resolver esta questão e encontrar critérios seguros para relacionar pensamento e existência.

No último capítulo de *Ideologia e Utopia*, intitulado de “A sociologia do conhecimento”, Mannheim (1986:286), define o objetivo do novo ramo da Sociologia: “analisar a relação entre conhecimento e existência; enquanto pesquisa histórico-sociológica, busca traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade”. Neste último capítulo, Mannheim substitui o conceito de “ideologia” pelo conceito de “perspectiva”. Então, não se trata mais de analisar o “incorreto”, o “engano”, ou seja, os fenômenos que acontecem a nível psicológico, mas ao nível estrutural ou noológico. Isto permitirá entender por que um mesmo objeto é observado de diversos ângulos. Convém assinalar que neste capítulo Mannheim realiza uma separação radical entre a teoria da ideologia e a sociologia do conhecimento. Este último capítulo não fazia parte da edição original e foi publicado posteriormente, em 1931, dois anos depois da primeira edição. Nos capítulos anteriores Mannheim mostrava uma transição mais gradual entre a teoria da ideologia e a sociologia do conhecimento. Este último capítulo mostra a evolução do pensamento de Mannheim (Lamo, González e Torres, 1994: 329).

As mentiras e falsificações que aparecem a nível individual não conseguem abarcar a estrutura mental do sujeito de forma integral. Por ser a nível psicológico, tem uma dimensão fragmentada, o que impede ter uma visão total do social. Em outras palavras, centrar a análise na psicologia individual, nas motivações pessoais de um pensador é insuficiente para entender o social como objeto de estudo. Para Mannheim, a Sociologia do Conhecimento consegue apreender essa estrutura mental em sua totalidade, tal como apresenta-se nas diferentes correntes de pensamento e grupos sociais.

➤ A Sociologia do Conhecimento examina o pensamento a nível estrutural e considera a possibilidade de que um mesmo objeto assuma diferentes aspectos no curso do desenvolvimento social. Ao atribuir à ideologia um significado falsificador, Mannheim

rejeita o uso deste conceito e propõe a noção de "*perspectiva*" para entender a posição de um pensador.

Mannheim (1986:290) indica dois fatores extrateóricos que influenciam o pensamento: a competição e a relação entre gerações "diferentemente situadas". "A competição controla não somente a atividade econômica através do mecanismo do mercado, nem somente o curso dos acontecimentos políticos e sociais, mas, igualmente, fornece o impulso motor de diversas interpretações do mundo que, quando se vem a descobrir seu fundamento social, se revelam como expressões intelectuais de grupos conflitantes em luta pelo poder". Isto explica a pluralidade de perspectiva e de interpretações do mundo. Por sua vez, a relação entre gerações diferentes "influencia os princípios de seleção, organização e polarização das teorias e pontos-de-vista predominantes em uma dada sociedade, num determinado momento" (Mannheim, 1986:291).

De acordo com Mannheim (1986:288), a Sociologia do Conhecimento deve ser considerada como uma teoria e como um método histórico-sociológico da pesquisa. Enquanto teoria assume duas formas: investigação empírica e processo epistemológico. A investigação empírica, através da descrição e da análise, permite entender como as relações sociais influenciam o pensamento. Esta problematização empírica possibilita a busca da explicação sociológica das inter-relações entre pensamento e relações sociais e coloca em discussão o problema da verdade e o valor do conhecimento condicionado socialmente.

Desde a perspectiva da pesquisa empírica, a Sociologia do Conhecimento pode ser entendida como uma teoria da determinação social do pensamento efetivo. Isso significa que o pensamento não se desenvolve historicamente de acordo com determinadas leis imanentes, mas é influenciado por fatores de caráter extra-teóricos. Mannheim (1986:289) denomina-os "fatores existenciais". Esta determinação dos fatores existenciais deve ser encarada como um fato quando eles exercem uma influência decisiva nas formas e no conteúdo do pensamento.

Esta perspectiva rompe com a concepção que limitava o entendimento da mudança das idéias ao plano restrito da história das idéias e busca a explicação do pensamento no seu vínculo com os processos sociais. Esta é uma contribuição de Mannheim que toma como ponto de partida a concepção de Marx segundo a qual o ser social determina a consciência social. Esta ligação entre pensamento social e processos sociais é explicitada por Mannheim da seguinte forma:

“A principal tese da sociologia do conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais. Realmente, é verdade que só o indivíduo é capaz de pensar. Não há entidade metafísica alguma tal como uma mente de grupo que pense acima das cabeças dos indivíduos, ou seria falso daí deduzir que todas as idéias e sentimentos que motivam o indivíduo tenham origem apenas nele, e que possam ser adequadamente explicadas tomando-se unicamente por base sua experiência de vida” (Mannheim, 1986: 30).”

E continua:

“...a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado (Mannheim, 1986: 31).”

Assim, o pensamento não pode ser explicado exclusivamente a partir da esfera individual. A posição teórica de um autor não pode ser explicada apenas por seus interesses individuais, mas pelas motivações de determinados grupos de cuja visão participa como indivíduo. Por isso, não é possível compreender o pensamento sem levar em conta a referência aos processos sociais.

"Conhece-se o mundo através de muitas orientações diferentes, porque existem muitas tendências de pensamento simultânea e mutuamente contraditórias(...) lutando entre si, com suas diferentes interpretações da experiência 'comum'. Não se há de encontrar, portanto, a chave deste conflito no 'objeto em si mesmo' (...) mas nas várias e diversas expectativas, propósitos e impulsos que nascem da experiência " (Mannheim, 1986: 291).

Quando Mannheim (1986:297) refere-se à influência que os grupos sociais exercem sobre o pensamento, não se restringe apenas às classes sociais, mas a uma diversidade mais abrangente de grupos: seitas, escolas de pensamento, status, grupos ocupacionais. Porém reconhece que de todos estes grupos, as classes sociais têm um peso maior na determinação social do pensamento. Nas suas próprias palavras: “É claro que não pretendemos negar que o mais importante, dentre os grupamentos e unidades sociais mencionados acima, seja a estratificação de classes, uma vez que, em última análise, todos os demais grupos sociais surgem e são transformados como partes das condições mais básicas de produção e dominação” (Mannheim, 1986:297).

Na concepção de Mannheim, não é apenas o grupo social que influencia na determinação do pensamento, é a prática histórica e a situação social destes grupos. Cabe salientar que ao ampliar as determinações sociais além da estrutura de classes, Mannheim está enfraquecendo o vigor crítico de Marx que, como se sabe, baseia-se nas classes sociais. Apesar da importância da contribuição de Mannheim para a sociologia do conhecimento, convém reconhecer, com Lamo, González e Torres (1994: 333), que quando Mannheim estuda a relação entre conhecimento e existência não o faz de maneira dialética. Para Mannheim os fatores existenciais condicionam o pensamento, mas também ocorre o condicionamento contrário, ou seja, as idéias têm um papel importante no desenvolvimento da sociedade moderna. Esta observação de Lamo, González e Torres (1994: 329) pode ser complementada afirmando-se que também o pensamento influencia o pensamento, trata-se aqui das influências teóricas, das determinações que sobre o pensador contemporâneo exercem as idéias de pensadores do passado. Ou seja, pode-se concluir que há uma múltipla determinação sobre o pensamento.

6. A sociologia do conhecimento como campo especial

Numa publicação de 1945, Robert K. Merton (1977:46) chama a atenção para a emergência da sociologia do conhecimento, reconhecendo-a como um “campo especial” da sociologia. O objeto desta sociologia, segundo Merton, abrange um conjunto muito diverso de temas: idéias, ideologias, éticas, filosofias, ciência e tecnologias. Mas seja qual for o objeto, a essência da sociologia do conhecimento é a busca das relações entre o conhecimento e “outros fatores existenciais da sociedade ou da cultura”. Mais ainda, Merton (1977: 51) afirma que a sociologia do conhecimento “cobrou vida com a memorável hipótese de que ainda as verdades devem de ser socialmente explicáveis, devem ser relacionadas com a sociedade histórica na que aparecem”.

Por último, resulta muito útil para este trabalho o paradigma proposto por Merton (1977: 52) para entender a sociologia do conhecimento. Este paradigma supõe e compreende um conjunto aberto de categorias, que pode ainda ser completado, por ser parcial. Merton aborda neste paradigma algumas questões essenciais para o objeto da sociologia do conhecimento, ou seja, as relações entre a base existencial e as produções mentais.

Merton (1977: 52) identifica as bases existenciais do conhecimento como sociais e culturais. A base social compreende os seguintes conceitos: posição social, classe, geração, papel ocupacional, modo de produção, estruturas grupais (universidades, seitas, partidos políticos), “situação histórica”, interesses, sociedade, adesão étnica, mobilidade social, estrutura de poder, processos sociais. A base cultural está formada por valores, ethos, clima de opinião, tipo de cultura e mentalidade cultural.

Para Merton (1977: 52), as esferas das produções mentais que são objetos da análise sociológica são: as crenças morais, as ideologias, as idéias, as categorias do pensamento, a filosofia, as crenças religiosas, a tecnologia, etc. E os aspectos analisados são o nível de abstração, os pressupostos, conteúdo conceitual, modelos de verificação, objetivos da atividade intelectual, etc.

Segundo Merton (1977:52-53), entre as bases existenciais e o conhecimento, há dois tipos de relações. O primeiro tipo são as relações causais ou funcionais que buscam encontrar a determinação, a causa, a condição necessária, o condicionamento, a interdependência funcional, a interação, a dependência, etc. O segundo tipo são as relações simbólicas, orgânicas ou de significação. A este tipo pertencem as relações de coerência, harmonia, unidade, congruência, compatibilidade e não compatibilidade, expressão, realização, conexão interna, analogias estilísticas, etc.

Merton (1977: 53) afirma também que essas relações escondem uma função latente, um objetivo, como por exemplo, manter o poder, obscurecer relações sociais reais, canalizar a conduta, oferecer motivações, afastar a crítica, desviar a hostilidade, dar segurança, controlar a natureza, etc.

Em síntese, pode-se afirmar que Merton (1977: 53) coincide com Mannheim quando propõe um paradigma da sociologia do conhecimento que busca encontrar as relações entre as condições históricas, institucionais, culturais, materiais e políticas de uma determinada sociedade e os diversos aspectos do conhecimento humano. O objetivo último da sociologia do conhecimento é encontrar as determinações e as particularidades dessas relações, as motivações e os interesses que encobrem. Este paradigma é muito útil para entender o escopo da sociologia do conhecimento e mostra também que há uma certa linha de continuidade com as idéias dos filósofos da ilustração francesa que foram mencionados anteriormente. O problema das determinações sociais e existenciais do conhecimento ainda é objeto de debate nas ciências sociais. Mesmo em enfoques teóricos diferentes como os de Scheler, Durkheim, Marx, Mannheim e Sorokin, encontra-se a tese central de que o pensamento tem uma base existencial, mesmo assim Merton (1977:54) reconhece que este é apenas um “consenso formal” e que existe uma variedade de enfoques que formam uma tempestade e, no centro dela, afirma Merton curiosamente, está a idéia de Marx de que as relações sociais correspondem à base das idéias. Porém, Marx localiza as idéias dos indivíduos nas classes sociais.

De acordo com Merton, para Scheler os fatores como raça, parentesco, estrutura de poder, fatores de produção, população, geográficos e geopolíticos não formam categorias úteis por que reúnem elementos muitos distintos. Apesar disso, Scheler mantém a ideia principal de relacionar o conhecimento com as estruturas sociais (Merton, 1977:56).

Como já foi dito, com base em Merton, Mannheim, mesmo partindo das idéias de Marx, consegue ampliar a noção de bases existenciais. Para ele o problema é determinar quais dos aspectos das bases existenciais são decisivas na formação de um modelo de pensamento. Como indica Merton, a contribuição de Mannheim vai no sentido de relativizar a posição de classe como determinante das idéias. Para Merton, Mannheim:

“Considera, por exemplo, que um grupo organicamente integrado concebe a história como um movimento contínuo para a realização dos seus objetivos, enquanto que os grupos socialmente desenraizados e debilmente integrados aderem a uma intuição histórica que destaca o fortuito e o imponderável. Só explorando a variedade das formações grupais – gerações, grupos de status, seitas, grupos ocupacionais, etc. – e seus modos característicos de pensamento pode descobrir-se uma base existencial correspondente à grande variedade de perspectivas e conhecimentos que realmente surgem” (Merton, 1977: 58).

De acordo com Merton (1977), nessa mesma direção Durkheim busca encontrar nas estruturas e relações grupais a “gênese das categorias do pensamento e que as categorias variam com as mudanças na organização social” (Merton, 1977: 58). No seu estudo sobre as formas religiosas, Durkheim (1996:VII) afirma que “Os ritos mais bárbaros ou os mais extravagantes, os mitos mais estranhos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto da vida, seja individual ou social (...) não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas de existência”.

Pelo que se afirmou anteriormente, é possível entender-se que há uma relação direta entre as bases existenciais e o pensamento, porém mesmo isto sendo verdade, é necessário considerar que esta relação não é determinística nem mecânica nem unilateral. As esferas diversas do pensamento (a filosofia, a religião, a ciência) ou, na linguagem de Marx e

Engels, a “superestrutura ideológica”, se condicionam mutuamente e recebem a influência dos fenômenos econômicos de forma indireta.

Como indica Merton, a análise que relativiza a influência das condições econômicas sobre o pensamento encontra-se nos últimos escritos de Engels:

“Num Estado moderno, o direito não só deve corresponder à situação econômica geral e ser sua expressão, mas também ser uma expressão consistente em si mesma, na que as contradições internas não a façam aparecer como inconsistente. Com o objetivo de conseguir isto, distancia-se mais do simples reflexo das condições econômicas (...) A evolução política, jurídica, filosófica, religiosa, literária, artística, etc, baseia-se na evolução econômica. Mas todas estas esferas atuam ” (Engels apud Merton 1977: 61-62).

Assim também como o direito, as outras esferas do conhecimento encontram-se condicionadas pelo acúmulo de conhecimentos pré-existentes, e só indiretamente pelos fatores econômicos (Merton, 1977: 61).

Vale a pena salientar a idéia de que a relação entre a existência e o conhecimento é o objeto central da sociologia do conhecimento. Em consequência, o desafio da teoria sociológica é explicar a forma em que as idéias relacionam-se. Como bem disse Merton (1977: 71), para encontrar os vínculos entre o conhecimento e a sociedade é necessária a construção de uma “teoria completa do método sociológico e da causalidade sociológica”. Assim, ele conclui que os esforços do sociólogo na construção de uma sociologia do conhecimento dedicam-se a entender pelo menos dois tipos de relações: uma delas é a causal funcional e a outra, a simbólica, orgânica ou significativa.

Segundo Merton (1977: 72), Marx e Engels dedicaram-se a analisar principalmente as relações causais entre a base econômica e as idéias, definindo-as como relações de correspondência, reflexo e dependência. É necessário dizer que Marx não considera o pensamento um mero reflexo da base econômica, ou mais especificamente da situação de classe. A teoria da história formulada por Marx e Engels sublinha que os homens produzem suas idéias, sua consciência, a sociedade, num momento determinado da trajetória da humanidade. Sem dúvida Marx refere-se a uma sociedade de classes, onde as idéias

dominantes são aquelas da classe dominante de uma época histórica. Como resultado de uma sociedade dividida em classes sociais aparece o problema da falsa consciência, ou seja, a questão “de como chegam a prevalecer ideologias que não estão de acordo com os interesses de classe nem são adequadas à situação” (Merton, 1977:72). Então, a ideologia é uma visão deturpada do real, mas afinal é uma expressão das condições materiais. E também a ideologia é vista dentro da tradição marxista, mesmo que seja um reflexo deformado da realidade, como um elemento que motiva a mudança social. Lembre-se aqui a expressão “ideologia proletária”, como um conjunto de idéias que desvenda as relações sociais de exploração e opressão e arma à classe proletária para a transformação social (revolução proletária).

Como se afirmou anteriormente, para Merton, nos escritos finais de Engels é possível encontrar uma relativização da relação entre as condições econômicas e as idéias. Nas palavras de Merton (1977:74):

“As teses de Marx e Engels sobre os vínculos entre as idéias e a infraestrutura econômica afirmam, então, que a estrutura econômica constitui o marco que limita a esfera das idéias que demonstrarão ser socialmente efetivas; podem surgir idéias que não tenham conexão com qualquer uma das classes em conflitos, mas terão escassas consequências. As condições econômicas são necessárias, mas são insuficientes, para a aparição e difusão de idéias que expressam os interesses ou a visão, ou ambas as coisas de distintos estratos sociais”.

Pode-se concluir então, com Merton, que não há um determinismo economicista em Marx, ou seja, não é possível atribuir a Marx uma visão mecanicista em que as idéias estão determinadas pelo econômico.

Autores como Berger e Luckmann (1998: 15) concordam que a sociologia do conhecimento trata fundamentalmente das relações entre pensamento e o contexto social em que surge: trata-se da “determinação existencial do pensamento”. Assim, estes autores enfatizam a importância de Marx para a sociologia do conhecimento, mas também concordam em que a grande questão é saber a que tipo de determinação Marx se referia:

“A sociologia do conhecimento tem sua raiz na proposição de Marx que declara ser a consciência do homem determinada por seu ser social. Sem dúvida tem havido muitos debates para se saber ao certo que espécie de determinação Marx tinha em mente. Pode-se dizer, com certeza, que muito da grande ‘luta com Marx’ que caracterizou não somente os começos da sociologia do conhecimento, mas a ‘idade clássica’ da sociologia em geral (particularmente tal e como é manifestada nas obras de Weber, Durkheim e Pareto) foi realmente uma luta contra uma defeituosa interpretação de Marx pelos marxistas modernos (...) Como quer que seja, a sociologia do conhecimento herdou de Marx não somente a mais exata formulação de seu problema central, mas também alguns de seus conceitos-chaves, entre os quais deveriam ser mencionados particularmente os conceitos de ‘ideologia’ (idéias que servem de armas para os interesses sociais) e ‘falsa consciência’ (pensamento alienado do ser social real do pensador)” (Berger e Luckmann, 1998: 17).

Berger e Luckmann (1998: 17) afirmam que as noções marxistas de “infraestrutura” e “superestrutura” exerceram um fascínio especial sobre a sociologia do conhecimento. Na interpretação dos seguidores de Marx a superestrutura era apenas um reflexo da infraestrutura. Mas esta é uma interpretação incorreta que atribui um caráter mecanicista ao pensamento dialético de Marx. Para Marx o pensamento humano funda-se no trabalho e nas relações sociais. De acordo com Berger e Luckmann (1998: 18), “o melhor modo de compreender as expressões ‘infra-estrutura’ e ‘superestrutura’ é considerá-las respectivamente como atividade humana e mundo produzido por esta atividade”. Estes autores ainda enfatizam que essas noções foram incorporadas de diversas formas pela sociologia do conhecimento. Assim, como indicam esses autores, estas noções foram retomadas por Scheler, porém seu interesse pela sociologia do conhecimento foi apenas um fenômeno momentâneo em sua carreira de filósofo: “Seu objetivo final era o estabelecimento de uma antropologia filosófica que transcendesse a relatividade dos pontos de vista específicos histórica e socialmente localizados” (Berger e Luckmann, 1998: 19-20).

É importante destacar que Scheler teve um significado importante e é considerado como um dos fundadores da moderna sociologia do conhecimento, chegando a analisar

com “abundantes detalhes a maneira em que o conhecimento humano é ordenado pela sociedade” (Berger e Luckmann, 1998: 20). Como indicam Berger e Luckmann (1998), com Scheler iniciou-se um amplo debate acerca da validade e aplicabilidade da sociologia do conhecimento. A sociologia do conhecimento chega à Inglaterra não através das obras de Scheler, mas das elaborações de Karl Mannheim. “Pode-se afirmar com segurança que quando os sociólogos hoje em dia pensam na sociologia do conhecimento, pró ou contra, em geral o fazem nos termos da formulação de Mannheim” (Berger e Luckmann, 1998: 21). Talvez isto se deva a que a obra de Scheler permaneceu muito tempo sem tradução e tivesse maior densidade filosófica que a obra de Mannheim. Uma parte importante da obra de Mannheim tinha sido escrita em inglês, na época de seu exílio na Inglaterra, o que facilitou a disseminação das suas idéias.

Os aspectos analíticos destacados por Mannheim (1986:294) para a análise do conhecimento produzido são a “*análise dos significados dos conceitos utilizados*”; o “*fenômeno do contraconceito*” e a “*ausência de certos conceitos*”. Essas categorias analíticas são úteis para apreender as “perspectivas” do pensamento dos dois autores no processo de produção de conhecimento sobre os fenômenos sociais rurais. Isto é, acredita-se que a identificação dos conceitos e seus significados presentes e ausentes na obra dos dois autores permite estabelecer as diferenças das matrizes teórico-explicativas dos autores em questão e selecionar um pequeno grupo de conceitos para explicitar os quadros analíticos construídos por José de Souza Martins e José Graziano da Silva.

A *análise do significado dos conceitos utilizados* foi empregada com o objetivo de diferenciar a forma como estes conceitos foram usados pelos autores. Este uso diferenciador dos conceitos, segundo Mannheim, é resultado da posição social de quem pensa, mas provavelmente também é resultado da formação intelectual do indivíduo, e das heranças teóricas por ele recebidas. Então, de acordo com a perspectiva de Mannheim, a formulação dos conceitos está relacionada com os interesses do observador ou seja, “...o pensamento é dirigido de acordo com as expectativas de um grupo social específico. Assim, entre os possíveis dados da experiência, cada conceito incorpora aqueles que, à luz dos interesses do investigador, seja essencial dominar e abranger” (Mannheim, 1986: p.295).

Destes conceitos derivam-se os contraconceitos que se colocam em oposição (ex: conservadorismo/progresso). A própria análise dos conceitos possibilita a definição dos *contraconceitos*, refletindo a posição distinta de estratos e grupos sociais.

Por sua vez, a *ausência de certos conceitos* não mostra apenas a ausência de determinados pontos de vista, mas uma compreensão limitada de alguns problemas centrais. Como diz Mannheim (1986: 295): "Entretanto, não só os conceitos, em seus conteúdos concretos, divergem uns dos outros, como também as categorias básicas de pensamento podem igualmente divergir".

Mannheim define o conceito de "perspectiva" como a maneira pela qual um objeto é visto, ou seja, a forma pela qual alguém constrói esse objeto no pensamento.

"A perspectiva é, portanto, algo mais do que a determinação meramente formal do pensamento, elementos que devem ser necessariamente negligenciados por uma lógica puramente formal. São precisamente tais fatores os responsáveis pelo fato de que duas pessoas possam - ainda que apliquem de forma idêntica as mesmas regras lógico-formais, como, por exemplo, a lei da contradição ou a fórmula do silogismo - julgar o mesmo objeto de forma bastante diferente" (Mannheim, 1986: 294).

As mudanças no pensamento dos dois autores estudados, José de Souza Martins e José Graziano da Silva, foram consideradas e analisadas a partir do *método da imputação*, proposto por Mannheim. Este método implica na apreensão da *perspectiva* do autor estudado e a relação desta *perspectiva* com as correntes de pensamento das quais forma parte. Por sua vez estas *correntes de pensamento* devem ser relacionadas com os processos sociais que as determinam. Estas correntes de pensamento não são outras senão as influências teóricas recebidas por Martins e Graziano da Silva dos autores-mentores.

Segundo Mannheim, o processo de imputação compreende dois níveis. O primeiro, refere-se aos problemas gerais da interpretação ou seja, trata da busca dos estilos e da perspectiva do autor, "...investigando expressões singulares e registros de pensamento que pareçam estar relacionados a uma *Weltanschauung*, que eles expressam" (Mannheim, 1986:

327). Esta análise torna explícitos todos os elementos implícitos que encontram-se separados de um sistema de pensamento, também permitindo descobrir a "unidade de visão subjacente". Estas visões de mundo a que Mannheim se refere operam como "tipos ideais", que constituem hipóteses indispensáveis para a pesquisa.

O segundo nível de imputação tenta encontrar as inter-relações entre as visões de mundo identificadas e o pensamento do autor analisado, em outras palavras, descobrir como estes tipos ideais são refletidos no seu pensamento. Nas palavras de Mannheim (1986: 327), "Todos os autores da época acessíveis para nós devem ser examinados sob este ponto-de-vista e, em cada caso, deve-se proceder à imputação com base nas combinações e cruzamentos de ponto-de-vista a serem encontrados em suas afirmações".

O método de imputação de Mannheim consiste em determinar a que grupo social corresponde cada idéia. Este método compreende três níveis: o primeiro consiste na reconstrução sistemática de uma mentalidade ou perspectiva. Como afirmam Lamo, González e Torres (1994), assim como nos tipos ideais de Weber, essa reconstrução realiza-se enfatizando determinado aspecto da realidade a partir de uma visão de mundo, para diferenciá-la de outra visão de mundo. O segundo nível é a comprovação experimental deste tipo construído. E, por último, a imputação sociológica a determinados grupos da mentalidade reconstruída. A análise dos estilos de pensamento e de sua imputação aos grupos sociais significará uma nova visão da história das idéias.

Em suma, as categorias de *perspectiva*, dos *significados dos conceitos utilizados*, dos *contraconceitos*, dos *conceitos ausentes* são tomadas de Mannheim e utilizadas para a análise da problemática proposta. A partir destes conceitos, são examinadas as "perspectivas" do pensamento dos dois autores, na produção de conhecimento sobre os fenômenos sociais rurais. O esquema a seguir mostra os elementos teórico-metodológicos utilizados na análise:

Quadro 1. Enfoque analítico

Condicionantes não-teóricos	<ul style="list-style-type: none"> • Condições institucionais • Trajetória acadêmica • Lutas e conflitos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectivas Analíticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas • Temas • Hipóteses • Novos conceitos
Condicionantes teóricos	<ul style="list-style-type: none"> • Influências dos autores-mentores • Conceitos e significados • Conceitos ausentes • Contraconceitos • Marco teórico de referência 		

O que se quer mostrar a partir deste esquema é que na construção das perspectivas analíticas dos autores estudados há uma combinação de condicionantes. Os condicionantes não-teóricos se expressam através das lutas e conflitos sociais como também pelas condições institucionais em que ambos autores estão inseridos. Os condicionantes teóricos se manifestam não somente nas escolhas teóricas e nos conceitos utilizados, mas também nas leituras das obras dos autores-mentores. Cabe mencionar que no processo de produção de conhecimento não há uma determinação unilateral e mecânica, mas um processo dialético entre teoria e práxis.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE, AGRICULTURA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é caracterizar o campo de conhecimento sobre o rural brasileiro, mostrando de que forma se insere nele o conhecimento produzido por José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Em outras palavras, neste capítulo se privilegia o conhecimento produzido pelos cientistas sociais acerca do mundo rural no Brasil, mostrando as diferenças das análises e interpretações. Não cabe dúvida que ao serem analisadas essas interpretações e o conhecimento produzido ter-se-á uma visão dos principais traços do processo histórico das transformações da sociedade brasileira e seus efeitos sobre o “mundo rural”. Mas, como afirma Castro (1979), é “impossível tomar a totalidade das idéias elaboradas – ou todas as diferentes explicações que foram dadas – no decorrer de um processo relativamente longo”. Porém não é a intenção deste capítulo fazer uma descrição sobre as principais transformações que modificaram a sociedade e principalmente o “mundo rural brasileiro”.

A hipótese que se pretende demonstrar é que a partir de meados da década de 60, os “produtores” de conhecimento sobre o “mundo rural” brasileiro tomam como tema central o *processo de transformações na agricultura*. Como afirmam Grossi Porto e Siqueira (1997:26) “as reflexões contidas nos estudos realizados sobre a temática do campo, nas últimas décadas, indicam um esforço de compreensão das transformações ocorridas na sociedade e de construção da explicação dessas transformações”.

Esta escolha resultou de dois importantes processos ocorridos neste período: a modernização da agricultura e a institucionalização das ciências sociais, com a criação e a expansão dos cursos de pós-graduação. Esse processo de transformações - entendido não apenas como a mudança na base tecnológica da produção agrícola, mas como expressão da expansão do capitalismo no campo, teve repercussões profundas, não só no campo econômico, social e tecnológico, mas também na produção de conhecimento acerca do mundo rural, já que a expansão dos cursos de pós-graduação em ciências sociais significou a ampliação da pesquisa empírica com rigoroso teor científico. Em outras palavras, por um lado, a modernização da agricultura e a institucionalização das ciências sociais viabilizam a superação do debate feudalismo X capitalismo¹ e por outro lado, a questão agrária passa de uma preocupação ou estratégia praticamente restrita aos partidos de esquerda para um objeto científico da Academia.

1. A questão agrária: as contribuições de Marx, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov

A questão agrária se torna objeto de debate e de análise no último quartel do século XIX nos países europeus onde ainda persistiam os traços da sociedade feudal. Para alguns pensadores, os senhores e camponeses representavam o atraso diante da expansão das relações capitalistas no campo, que destruía as velhas relações feudais. Para outros, a presença do campesinato representava a proteção da nação diante da migração de trabalhadores estrangeiros. Ao mesmo tempo em que o capitalismo se expandia no campo também se estendiam os benefícios da democracia burguesa (sufrágio universal) para a população do campo. Desta forma surgem novos atores sociais no cenário político: os camponeses. As duas posições iniciais foram modificando-se rapidamente diante da complexidade do que se conhece até hoje como a “questão agrária”. Assim, aqueles que defendiam a primeira posição observaram que o desaparecimento dos camponeses não ocorreria tão rapidamente como esperavam; os outros aprofundaram a idéia de que a presença dos camponeses garantia a unidade nacional e da sociedade. No cenário político: os partidos social-democratas, liberais e nacionalistas passaram a disputar os votos das

¹ Debate entre economistas brasileiros, na década de 50, sobre as características e rumos da agricultura brasileira, cujos detalhes serão apresentados mais adiante neste trabalho.

populações rurais. Desta forma, as reivindicações camponesas foram incorporadas nos programas partidários e nas estratégias para alcançar o poder. Os partidos trabalhadores e socialistas que privilegiavam os proletários urbanos, nos seus programas e discursos, passaram a propor reivindicações específicas das populações camponesas: redução de impostos e de juros, indenizações para os agricultores expropriados, criação de condições para viabilizar a pequena produção mercantil. O objetivo era evidente: atrair os camponeses e torná-los uma reserva ativa de votos e apoio político.

Marx e Engels preocuparam-se, desde o início das suas trajetórias intelectuais, com a problemática agrária, entendendo-a como parte integrante das suas análises sobre as relações sociais capitalistas. A questão camponesa, na perspectiva de Marx e Engels, complementa a análise da estrutura social no capitalismo. A idéia central que está presente na análise marxista é que os camponeses são considerados como uma classe transitória que se situa entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

As preocupações de Marx em relação à questão camponesa aparecem no primeiro período da sua trajetória intelectual, quando denuncia, no *Rheinische Zeitung*, a miséria dos viticultores de Mosella. Hegedus (1984) chama o Marx deste período de jornalista-filósofo. A derrota da revolução de 1848 modifica a visão de Marx acerca da questão camponesa. Marx dirige sua crítica aos camponeses, que não se juntaram aos operários na revolução de 1848. “Daí chega à conclusão de que, no Ocidente, a classe camponesa não mais pode ser uma força revolucionária autônoma ainda que a classe operária tenha necessidade de que os camponeses a apóiem e a aceitem como seu aliado natural e guia” (Hegedus, 1984: 152).

A partir de 1850 Marx centra seu enfoque na questão agrária num sentido mais amplo, buscando dessa maneira explicar as leis do desenvolvimento capitalista na agricultura. Cabe destacar dois elementos teóricos fundamentais dessa explicação: a teoria da renda da terra e a enunciação da lei da concentração do capital considerada válida também para a agricultura. A teoria da renda significou a incorporação da questão agrária na economia política marxista, além disso tornou-se o fundamento teórico de uma importante reivindicação dos programas agrários do movimento socialista: a nacionalização

da propriedade fundiária. A lei da concentração do capital é uma peça importante na construção da teoria marxista, primeiro porque permite explicar o movimento do capital e segundo, porque fundamenta as possibilidades reais do socialismo. A concentração da produção resulta, segundo Marx, em altos níveis de organização dos trabalhadores facilitando a criação de *associações de produtores livres*². (Hegedus, 1984).

A teoria da concentração da produção leva Marx a considerar a superioridade da grande produção em detrimento da pequena produção camponesa. Como indica Hegedus, “os marxistas atacavam o modo de produção camponês não só por sua escassa eficácia, mas também porque nutriam dúvidas sobre o produto ético e espiritual que gerava. Não devemos esquecer que, naquela época, diante dos fenômenos de crise moral cada vez mais evidentes e característicos do desenvolvimento capitalista, muitos pensadores – não só entre os proudhonianos, mas em geral entre os defensores de várias tendências anticapitalistas – consideravam ideal a forma de vida do camponês” (Hegedus, 1984: 155).

Desde Marx até o surgimento de *A questão agrária* de Kautsky, pode-se observar uma linha de continuidade na teoria marxista que critica duramente a economia camponesa por considerá-la representante do passado. Os marxistas afirmavam que enquanto a grande produção agrícola produzia alimentos e matérias primas para a população industrial, os camponeses apenas produziam para eles mesmos. A perspectiva marxista em relação aos camponeses se explica porque sua análise se constrói a partir dos interesses de outra classe social: o proletariado industrial.

Somente nos anos 1890, a partir da necessidade de contar com os votos dos camponeses para eleger representantes dos partidos socialistas no parlamento europeu, é que ocorre uma mudança na visão marxista em relação aos camponeses. Ainda assim, o Programa de Erfurt de 1891 ratifica a tese de que o desenvolvimento capitalista provoca a ruína inevitável dos camponeses. Kautsky, que teve um papel destacado na elaboração do Programa, foi além, afirmando que os camponeses que não se sentiam proletários não eram

² Marx imaginava uma associação de homens livres que trabalhem de forma coletiva os meios de produção, o trabalho deixa de ser individual para se tornar trabalho social, o mesmo ocorre com o produto do trabalho que

só irrecuperáveis para a causa proletária, mas devem ser considerados inimigos. No Congresso de Frankfurt de 1894, apesar de confirmar-se a tese da proletarização do campesinato, também os social-democratas alemães se declaram a favor da defesa do campesinato.

Uma comissão agrária constituída após o Congresso de Frankfurt provocou uma polarização no seio da socialdemocracia alemã, argumentando a favor da necessidade de repartição de terras para assegurar a reprodução social dos camponeses. Kautsky polemiza contra essas posições consideradas por ele como “revisionistas”, precisamente por promover a melhoria das condições camponeses e por isso mesmo, reforçar a propriedade privada. De acordo com Hegedus, “essa mudança tempestuosa na questão agrária e camponesa, levada a efeito em poucos anos, suscitou sérias preocupações entre os defensores do ponto de vista marxista e ortodoxo. A contra-ofensiva começou com o ensaio de Engels, *A questão camponesa na França e na Alemanha*, publicado em 1894, no décimo número de *Neue Zeit*” (Hegedus, 1984: 161).

Ao mesmo tempo em que os socialistas e marxistas reconhecem o inevitável desaparecimento do campesinato, também propõem políticas específicas nos seus programas para mobilizar as populações do campo. Essa ambigüidade levou alguns analistas, como Engels, a considerar o campesinato como um grupo social diferenciado. No seu artigo clássico *O problema camponês na França e na Alemanha*, Engels diferencia os pequenos camponeses dos camponeses médios e grandes. Como é de se supor, de acordo com Engels, unicamente os pequenos camponeses deveriam ser do interesse dos partidos socialistas. Cabe salientar que, na análise de Engels, a utilização de trabalho assalariado é o critério fundamental que permite diferenciar o pequeno camponês do médio e do grande. Quando Engels trata do problema camponês, está se referindo exclusivamente ao pequeno camponês:

“Este não é apenas o mais importante de todos os camponeses, em termos numéricos, na Europa Ocidental em geral, senão que além disso constitui o caso crítico de todo o nosso

deixa de ser privado e se torna social (Ver especialmente *Fetichismo da mercadoria* no primeiro tomo de *O Capital*).

problema. Uma vez que tenhamos clara nossa atitude em relação ao pequeno camponês, teremos todos os pontos de referência necessários para determinar nossa posição face às demais categorias da população camponesa” (Engels, 1981: 62).

Assim, o campesinato pobre representava, segundo Engels, um aliado dos operários urbanos na luta pelo socialismo, mas, para isso, antes haveria que libertá-los da dominação dos grandes proprietários rurais. Para Engels, o pequeno camponês é:

“o proprietário ou arrendatário - principalmente o primeiro - de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que possa sustentá-lo e aos familiares. Este pequeno camponês, é portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda a posse de seus meios de trabalho; é, conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos” (Engels, 1981: 62).

No entanto, o avanço da produção capitalista, apesar de libertar o pequeno camponês das imposições feudais, também destrói as condições fundamentais da sua existência, e por isso, Engels o considera “um futuro proletário”, devido a que está condenado irremediavelmente a desaparecer.

Mesmo assim, permanece na análise de Engels a ambigüidade de por um lado afirmar o inevitável desaparecimento do pequeno camponês na medida em que o capitalismo avança no campo e por outro argumentar acerca da necessidade de incorporar nos programas agrários dos partidos socialistas reivindicações que visassem a criação das condições necessárias para sua reprodução social³. Engels critica a posição dos socialistas franceses que afirmavam no seu programa agrário que não haveria contradição entre a luta pela manutenção da pequena propriedade e a luta pelo socialismo. Os pequenos camponeses desaparecerão porque o capitalismo industrial implantou a propriedade coletiva. Engels afirma que a propriedade individual, seja esta a do pequeno camponês ou a do artesão está fadada a desaparecer. Os socialistas, segundo Engels, deverão ter o papel de

³ Poder-se-ia dizer que essa ambigüidade se manifesta e está presente, como se verá adiante, nas interpretações dos produtores do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil, configurando-se como posições polares.

levar os pequenos camponeses para uma propriedade coletiva, somente dessa forma poderão evitar seu desaparecimento.

Nas palavras de Engels:

“não podemos prestar, já não ao Partido, senão aos próprios pequenos camponeses, pior serviço que o de lhes fazer promessas que despertem neles a esperança – ainda que só a esperança – de que nos propomos manter de um modo permanente a pequena propriedade (...) Muito pelo contrário, é dever de nosso Partido fazer ver aos camponeses constantemente e sem descanso que sua situação é totalmente desesperadora enquanto o capitalismo dominar, faze-los ver a absoluta impossibilidade de manter sua pequena propriedade intocável, a absoluta certeza de que a grande produção capitalista passará por cima de sua pequena exploração impotente e antiquada, com a mesma facilidade com que um trem esmaga um carrinho de mão” Engels, 1981: 76).

O operário - despojado da sua propriedade individual seja esta agrícola ou artesanal - se apresenta, no esquema analítico de Engels, como o futuro do pequeno camponês. Na sua visão a propriedade coletiva representa a superação histórica da propriedade individual. O problema é que essa propriedade coletiva se caracteriza, no capitalismo, pela apropriação privada do trabalho coletivo, por isso Engels propõe a propriedade coletiva, apropriada socialmente pelos produtores livremente associados.

A tendência ao desaparecimento do campesinato

A finais dos anos 1890, a polêmica acerca do destino do campesinato se polarizou no interior da social-democracia alemã. Os que defendiam a inevitabilidade do desaparecimento do campesinato consideravam essa tendência uma lei objetiva; os reformistas, por sua vez, mostravam uma atitude ambígua porque, por um lado, defendiam os camponeses, mas, pelo outro, não se atreviam a criticar a lei do desaparecimento do campesinato.

Contudo, o acesso a novos dados estatísticos obrigou à ortodoxia revisar a tese da impossibilidade de sobrevivência do campesinato. A partir desses novos dados, Kautsky, em *A questão agrária*, publicada pela primeira vez em 1899, provocou muita polêmica no

seio da social-democracia, ao afirmar que se verificavam duas tendências combinadas na agricultura: a concentração e a parcelização das propriedades. A tese de Kautsky significou uma correção importante ao ponto de vista anterior. Mesmo assim, para Kautsky, a parcelização aparecia como um componente que complementava o processo de concentração, reforçando a tese da inevitabilidade do desaparecimento do campesinato ou seja, longe de reduzir a importância da tese do desaparecimento do campesinato, os novos dados imprimiam-lhe um novo vigor.

No seu livro *A questão Agrária*, Kautsky descreve a trajetória da economia camponesa que, de predominante, no início, numa agricultura submetida ao regime feudal, passa por um processo de decomposição devido a fatores como a usura, a penetração do capitalismo no campo e as contradições de classes. Kautsky salienta que a burguesia desempenha um papel extraordinário na transformação da agricultura. É a burguesia que leva o progresso técnico (a aplicação científica da agronomia, a mecanização, a utilização da eletricidade) à agricultura, provocando o desenvolvimento das forças produtivas, a especialização da agricultura e a divisão do trabalho entre as unidades de produção. Desta forma, a uniformidade do mundo rural dominado pelas relações feudais deu lugar a uma maior diversidade agrícola e social na agricultura. Kautsky salienta que o processo de transformação na agricultura ocorre através da sua integração ao mercado e principalmente devido ao crescimento das cidades, mas isso também significou um processo de subordinação da agricultura ao capital urbano. Para Kautsky, o capitalismo viabiliza a existência da grande produção agrícola tecnicamente mais racional que a pequena produção camponesa. Kautsky enfatiza o caráter capitalista da utilização das máquinas agrícolas como desempenhando um papel revolucionário e transformador, estimulando o fluxo dos operários agrícolas para as cidades, o que por sua vez continuará a estimular a utilização de máquinas na agricultura. Este autor enfatiza, na sua obra, o caráter capitalista da agricultura moderna, as relações entre a grande e a pequena produção e a tendência à proletarianização. Para Kautsky, a pequena produção predomina apenas nas regiões em decadência ou onde domina a grande produção pré-capitalista.

Kautsky reconhece que a falta de operários agrícolas, resultado do fluxo migratório para as cidades, é um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo e, por isso, os

capitalistas entregam terra para os operários, que assim se tornam pequenos camponeses, para assegurar a mão-de-obra necessária. Em consequência, o operário agrícola totalmente despossuído é uma raridade porque os operários agrícolas também são donos de pequenas parcelas de terras. Em outras palavras, a necessidade de mão-de-obra da parte dos capitalistas pode levar à criação de uma camada social de pequenos camponeses, por isso, segundo Kautsky não cabe esperar um completo desaparecimento da pequena produção camponesa porque os próprios capitalistas se dedicam a restabelecê-la quando esta está perto de desaparecer.

Eduard Bernstein e Eduard David alimentaram a discussão, afirmando que os dados mostravam o fortalecimento da pequena produção camponesa. De acordo com Hegedus (1984: 164), David demonstra que, na Alemanha, no período 1882 e 1895, havia aumentado a área cultivada das propriedades que tinham de 2 a 5 e de 5 a 20 hectares.

Anos mais tarde, Lênin se identificaria plenamente com as posições de Kautsky. No seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lênin demonstra que, na Rússia, o desenvolvimento das relações agrárias ocorria nos moldes capitalistas, apesar disso, reconheceu o papel revolucionário dos camponeses pobres. Em consequência, a política agrária dos bolcheviques aceitava a idéia da divisão de terra, um pecado original de acordo com a linha ortodoxa. Pode-se afirmar que uma volta trágica e dramática à ortodoxia foi levada à prática por Stalin em 1929, na coletivização forçada de milhões de camponeses.

Uma outra interpretação acerca da questão agrária é a elaborada pelo economista agrícola russo Alexander Chayanov⁴, que fez esforços para construir uma teoria que explicasse a racionalidade e as particularidades da economia camponesa. Chayanov parte do suposto teórico de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, portanto as categorias analíticas utilizadas para explicar a economia capitalista (salários e lucros) resultam inadequadas para entendê-la.

⁴ Elaborar uma teoria específica para analisar a economia camponesa é o objetivo que Chayanov se propôs desde 1911. Cabe salientar que os fatos de a Rússia ser um país com mais de 80% da população morando no campo, de o modo camponês ser a forma predominante de produção, de a economia depender das exportações de produtos agrícolas e de existir uma riqueza de dados sobre o campo, talvez expliquem a produção de conhecimento acerca da situação econômica e social do campesinato naquele período.

Para Chayanov, o trabalho é a única forma possível de renda para o camponês porque não existem salários e portanto está ausente o cálculo do lucro. A questão que está no centro da análise de Chayanov é explicar os mecanismos que determinam o trabalho familiar numa unidade de produção essencialmente doméstica, isto é, desvinculada do mercado. O objetivo fundamental da economia camponesa, segundo Chayanov é a satisfação das necessidades e não o lucro. É por isso que o núcleo analítico de sua interpretação passa a ser a relação entre trabalho familiar e consumo. Assim, Chayanov pode explicar porque, na Rússia às quedas nos preços dos produtos agrícolas sucedia-se o aumento da produção, algo distinto da ação dos capitalistas que reagem com a redução da produção quando os preços caem.

No entanto, o principal aspecto polêmico entre Chayanov e a tradição marxista e leninista dá-se em relação à teoria da diferenciação social do campesinato. Como já foi indicada acima, no seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lênin classifica os camponeses em ricos, médios e pobres, utilizando para isso o critério da compra e venda da força de trabalho: os camponeses ricos compram força de trabalho adicional; os camponeses médios compram e vendem força de trabalho e os camponeses pobres são obrigados a vender sua força de trabalho numa determinada época do ano. A tese leninista da diferenciação social se refere a que os camponeses pobres tendem a se tornar proletários, enquanto que os camponeses ricos se tornariam uma nova burguesia. Os camponeses médios estariam entre essas duas forças polares: a acumulação de capital e a proletarianização.

Na análise de Chayanov, o elemento central é o tamanho e a evolução da família. De acordo com ele, o tamanho das famílias depende da sua própria evolução, desde sua constituição até a morte do chefe da família, argumentando que as variações da força de trabalho familiar determinam o acesso à terra. Chayanov contrapõe a idéia da diferenciação populacional à idéia leninista da diferenciação social do camponês, ou seja, para ele os camponeses possuem diferentes tamanhos de propriedade por causa da evolução das relações de parentesco.

A partir das idéias expostas anteriormente, pode-se concluir que a economia camponesa típica possui duas características fundamentais: utilização da força de trabalho familiar e ausência de acumulação de capital. Aqueles grupos sociais que, apesar de utilizarem força de trabalho familiar e acumular capital por causa do aumento da produtividade do trabalho, estariam colocados em outro ponto do desenvolvimento do capitalismo agrário. Em outro ponto estariam os que combinam trabalho familiar e contratam força de trabalho alheia e acumulam capital. O ponto de chegada é a exploração capitalista onde a força de trabalho é totalmente assalariada e o objetivo fundamental é a obtenção de lucro.

2. A questão agrária brasileira

No Brasil, o tema da “questão agrária”⁵ inclui a questão do desaparecimento do campesinato, a importância econômica da pequena produção e os mecanismos de reprodução e de subordinação dos pequenos produtores. Este é um dos temas que mais tem provocado a curiosidade intelectual dos estudiosos brasileiros, gerando investimentos significativos, tanto teóricos como empíricos.

Por sua vez, a reforma agrária, como solução para a questão agrária, é outro tema recorrente nos debates dos cientistas sociais. Recentemente, alguns autores, entre eles Graziano da Silva e Geraldo Muller, questionam a sua pertinência, pois como argumentam, o capitalismo se desenvolveu no campo mesmo sem realizar uma reforma agrária. Segundo estes autores, a reforma agrária perdeu seu sentido econômico, ou seja, a reforma agrária deixou de ser o mecanismo capaz de remover os obstáculos para o desenvolvimento capitalista. Hoje apenas pode ser vista como uma política ou um programa social que beneficie as vítimas da modernização da agricultura.

⁵ Para Graziano da Silva a questão agrícola refere-se fundamentalmente aos aspectos relacionados com a produção agrícola: preços, produtividade, tecnologia; enquanto que a questão agrária se situa na esfera das relações sociais e as relações de propriedade.

Moacir Palmeira argumenta que as questões colocadas no debate feudalismo x capitalismo ainda permaneceriam se não fossem substituídas por novas questões. Palmeira (1984:27) refere-se ao debate feudalismo x capitalismo como sistemas de questões que enquanto “não forem efetivamente quebrados ou não se colocarem no seu lugar outros sistemas de questões, o debate permanece”.

De outra perspectiva, poder-se-ia considerar que, com a modernização da agricultura, o problema agrário brasileiro ganha novas dimensões, interpretações e propostas para sua solução. De acordo com Octávio Ianni, a diversidade de interpretações e propostas para solucionar o problema agrário no Brasil pode ser sintetizada em três visões.

A primeira visão, que pode ser chamada de *tecnológica*, propõe a solução do problema agrário com a adoção e difusão de novas tecnologias de origem industrial, com vistas ao aumento da produtividade agrícola. Esta visão/explicação torna-se dominante com o Golpe militar de 64 e vincula-se à necessidade de expansão das relações sociais capitalistas no campo (Ianni (1984:65).

Uma segunda visão, chamada por Ianni de *populista*, propõe a volta à comunidade camponesa ideal como aquela proclamada pelos antigos militantes russos de finais do século XIX, buscando preservar e criar as condições para a reprodução social dos camponeses. Ianni (1984: 66) se refere a esta visão como “imaginária” porque é incompatível com o grau de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para ele, a prática de alguns setores da Igreja se baseia nessa visão.

A outra visão, denominada de *radical*, se baseia na idéia leninista da aliança operário-camponesa como estratégia política de uma possível revolução socialista. Poder-se-ia dizer que a política e a prática de alguns dirigentes do MST têm essa visão como referência. Como afirma Ianni, a idéia de uma revolução camponesa animou as lutas das Ligas Camponesas na década de 50 (Ianni, 1984: 67).

O confronto dessas e outras interpretações ocorrem no contexto das transformações das relações sociais no campo, isto é, do desenvolvimento do capitalismo. A industrialização da agricultura e a urbanização são dois elementos fundamentais no quadro histórico das transformações. De acordo com Ianni (1984: 67), esse contexto histórico se expressa na constituição dos complexos agroindustriais e a adoção por segmentos importantes da população rural de valores e idéias da sociedade urbana. Enfim, trata-se do desenvolvimento acelerado do capitalismo no campo.

Como se mencionou anteriormente, a visão modernizante se tornou hegemônica com o Golpe Militar de 1964. Entre 1930 e 1964 predominou um bloco de poder que dominou o Estado brasileiro, baseado na aliança de interesses da burguesia industriais e latifundiários, mas após 1964, com o golpe militar, é notório o domínio do capital financeiro (Ianni, 1984: 67,68):

O desenvolvimento capitalista significou a transformação de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade moderna e industrializada. Os autores parecem coincidir em que o golpe militar de 64 implicou a expansão acelerada do capitalismo no campo. Não se nega que o processo de transformação da sociedade brasileira é anterior ao golpe do Estado, mas se quer enfatizar que a partir dos anos 60 ocorre uma visível e inegável ampliação das relações capitalistas no campo. Alguns autores têm analisado esse longo processo de transformação do “complexo rural” para os “complexos agroindustriais”.

3. As transformações sociais na agricultura brasileira

Os trabalhos de Kageyama e Graziano da Silva podem ser considerados emblemáticos de uma visão que tenta apreender as transformações de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, baseando-se fundamentalmente, mas não exclusivamente, nas modificações tecnológicas. No esquema explicativo desses autores, a tecnologia é considerada uma relação social. Em outras palavras, essas modificações na

base tecnológica expressam, segundo eles, a hegemonia e o avanço das relações sociais capitalistas.

Na interpretação destes autores, o processo de transformações na agricultura brasileira resume-se na passagem do complexo rural para os complexos agro-industriais, na emergência de um mercado interno e na industrialização da agricultura. De acordo com Graziano da Silva (1996), este processo iniciou-se no Brasil em 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro e foi implantada a Lei de Terras⁶, foi estimulado pela crise de 1929 e consolidou-se nos anos 50 com a produção de bens de capital.

Outros autores concordam com essa visão de transformação da sociedade brasileira de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial, estabelecendo-se de certa forma um consenso acerca do caráter capitalista da sociedade brasileira. Brandão Lopes (1984:112-3), por exemplo, considera que com “o desenvolvimento capitalista – durante todo o pós-guerra e com maior ímpeto nos anos posteriores a 1967 – o Brasil transformou-se de uma economia agrária numa economia industrial (...) O cerne das transformações foi a acentuação do caráter capitalista das empresas agrárias, cujo desenvolvimento teve por tendências centrais a capitalização, a tecnificação e a proletarização”. Como se verá mais adiante, a proletarização não implicou o aumento numérico dos assalariados agrícolas, muito pelo contrário, a modernização tecnológica da agricultura provocou a redução da mão-de-obra assalariada no campo. Por sua vez, a pequena produção familiar se expandiu. Esta expansão aconteceu de duas formas: ampliação da fronteira e a utilização intensiva da terra de parte das empresas capitalistas. Essas condições permitiram a criação de um espaço para a agricultura familiar tecnificada e voltada para o mercado.

Na interpretação de Kageyama et al. (1990: 116), o processo de desenvolvimento e transformações da agricultura brasileira pode ser caracterizado basicamente por duas

⁶ Lei No 601, promulgada no Brasil em 1850, conhecida como Lei de Terras. Segundo Sandroni (1994), seus objetivos eram: a) proibir a aquisição de terras que não fosse por outro meio senão a compra, extinguindo, o regime de posses; b) aumentar o preço das terras e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores, visando a reduzir a oferta de trabalho na agricultura e consequentemente a elevação dos salários. Para tanto, as terras eram vendidas em leilões públicos a partir de um preço mínimo bastante elevado; c) os recursos

grandes etapas: crise do complexo rural (1850-1945) e modernização da agricultura (a partir de 1945). Como se deve supor, cada grande etapa subdivide-se em períodos específicos com características próprias. O conceito de modernização da agricultura utilizado por Kageyama e colaboradores (cabe destacar dentre eles a José Graziano da Silva) é, no início, bastante elástico e amplo. A modernização da agricultura significa, segundo esta concepção, qualquer mudança na base técnica da produção agrícola, seja esta apenas a substituição de algumas culturas por outras ou ainda a incorporação de novas variedades (Kageyama, et al. 1990:113). Posteriormente e para aprimorar a análise, o conceito de modernização da agricultura se torna mais preciso e passa a significar “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (Kageyama, et al. 1990:119).

A história da agricultura evolui desde a dissolução do “complexo rural” até a “industrialização da agricultura”. No complexo rural, o camponês produz em “interação com a natureza”, extraindo dela os instrumentos necessários. No complexo rural, não há inter-relação entre as unidades de produção. A dinâmica estava determinada pela demanda do mercado mundial. O preço do produto no mercado mundial determinava que a alocação de recursos disponível se destinasse a sua produção. Se houvesse um declínio no preço deste produto, os recursos (capital, terra e trabalho) centravam-se na reprodução da força de trabalho e das condições de produção (Kageyama, et al. 1990:116). No interior das fazendas produziam-se produtos manufaturados e instrumentos simples de produção. A divisão do trabalho era rudimentar. A maior parte dos bens eram valores de uso, e portanto, não se destinavam ao mercado. O mercado interno era incipiente.

A passagem para o trabalho livre é o fator que determina a crise do complexo rural. “A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista – simultâneo ao processo de substituição de importações – significou o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno” (Kageyama, et al. 1990:117).

obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem (Sandroni, 1994).

Muitos autores, dentre deles Martins (1973), Graziano da Silva (1996) e Caio Prado Júnior (1963), coincidem na importância da emergência do trabalho livre para o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, precisamente por que marca a ruptura com a sociedade tradicional. Na segunda metade do século XIX, ocorre uma paulatina substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Emerge o complexo cafeeiro paulista baseado no trabalho livre. A própria produção de equipamentos e instrumentos de trabalho, assim como a produção de outros produtos manufaturados e a reprodução da força de trabalho, permanece internalizada nas fazendas de café. Mesmo assim, algumas atividades produtivas começam a se tornar independentes do complexo cafeeiro. Desta forma, “cria-se um setor independente de formadores de fazendas de café; separam-se também alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais (principalmente aguardente) para abastecimento de cidades e vilas que se formavam; desenvolve-se a produção de algodão com base nas relações de parceria e articulada com a indústria têxtil, que já nasce como grande indústria em 1880, e criam-se atividades manufatureiras nas cidades (oficinas de reparo, manufaturas de louças, chapéus e outros bens de consumo não-duráveis)” (Kageyama, et al. 1990:118).

Com o dinamismo do complexo cafeeiro ampliam-se as atividades dos setores artesanais dedicados a produzir máquinas e equipamentos agrícolas (secadoras, despulpadoras, exadas, arados). Surgem as primeiras agroindústrias e a indústria têxtil se torna a primeira indústria nacional. Inicia-se a importação de bens de consumo leves [de consumo indireto] (Kageyama, et al. (1990:118).

Nos anos 30, com a ascensão das novas forças políticas, concretizou-se o projeto de industrialização da economia brasileira como alternativa de desenvolvimento nacional. A industrialização brasileira não teve o apoio dos governos que representavam os interesses dos latifundiários. A Revolução de 1930, a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica de 1929 são fatores que estimularam a industrialização brasileira.

De acordo com Palmeira e Leite (1997), os autores que estudaram o êxodo rural definiam como marco temporal o ano de 1930 e atribuíam o esvaziamento a vários fatores,

entre eles: a seca no nordeste, a urbanização e a industrialização. Nos anos 40 e 50⁷ se discutia se a mecanização da agricultura era causa ou consequência do êxodo rural. Não resta dúvida de que a indústria significou historicamente uma força que exerceu atração de setores da população rural em diversos períodos. Este fluxo migratório nunca foi linear nem contínuo.

Martine e Garcia (1987) estimam que, nas duas décadas que se seguiram ao processo de modernização da agricultura brasileira, 28,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais. Martine (1987:63) mostra que, contrariamente ao senso comum, o maior fluxo migratório, nos anos 60 e 70, não se produziu a partir do Nordeste, mas a partir da região Sudeste, ou seja, segundo ele, os índices de migração mais altos pertencem ao estado de São Paulo, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro⁸. Segundo eles “a emigração do campo mais intensa não começou no Nordeste ou nos outros estados mais pobres, mas sim nas regiões de maior desenvolvimento. Evidentemente, o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa” (Martine, 1987: 63). O que este autor quer demonstrar é que a causa da migração não é necessariamente a pobreza (que caracterizaria grande parte da população camponesa do Nordeste), mas sim resulta do ritmo do processo de modernização e avanço do capitalismo no campo, que provocam a substituição do trabalho humano por máquinas e técnicas sofisticadas de cultivo.

⁷ De acordo com Martine (1987:61) estima-se que nos anos 40, três milhões de pessoas migraram do campo para as cidades e na década de 50 foram sete milhões de pessoas. Mas é com a modernização da agricultura que a migração campo-cidade se intensificou, provocando uma maior concentração urbana. Uma das causas do êxodo rural, segundo este autor foi a crise da pequena produção familiar, que ele considera como “a maior fonte de emprego e renda para a população rural”. Como já se disse anteriormente, a modernização concentradora e as políticas beneficiaram fundamentalmente os grandes empreendimentos, marginalizando os pequenos produtores familiares. Martine argumenta que: “a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo” (Martine e Garcia, 1997: 63):

⁸ O autor chegou a esta conclusão através do exame dos índices migratórios (migração líquida a partir da área rural no período p1 a p2 dividida pela população rural em p1), nos períodos 60-70 e 70-80: no primeiro período considerado, o índice migratório do Sudeste (com os maiores índices em São Paulo, seguido de Minas Gerais) foi de -0,516, enquanto que o do Nordeste foi de -0,298; no segundo período, os maiores índices migratórios ocorreram no Sul (principalmente no estado do Paraná), com -0,478, e no Sudeste, com -0,463, enquanto que o índice migratório do Nordeste foi -0,279 (Martine, 1987:tab.3.2, p. 64).

O processo de modernização da agricultura mudou completamente a estrutura da população brasileira. Segundo Palmeira, em 1940, 70% da população era rural e apenas 30% era urbana. Em 1980, esta estrutura populacional inverteu-se devido ao forte fluxo migratório, apenas 32,4% da população era urbana (Martine, 1987:66). Em 1991 apenas 24% da população total era rural. A incapacidade da indústria de absorver este excedente populacional agravou as condições sociais de miséria. Como disse Palmeira (1989: 89), “esse deslocamento da população têm acompanhado diferentes tipos de crises no setor agropecuário e os movimentos, nem sempre regulares, de crescimento das atividades econômicas nas cidades que, conjugados ou não àqueles, exercem alguma atração sobre determinados segmentos da população rural”.

De forma concomitante ao processo de industrialização da agricultura, a sociedade brasileira passou por um importante processo de urbanização, o qual foi intensificado pelo crescimento da industrialização da economia brasileira como um todo⁹. A busca de empregos, serviços e espaço para satisfazer suas necessidades explicam a migração de contingentes importantes da população que migrou para as grandes cidades. Mas contrariamente ao padrão europeu em que a mecanização da agricultura e a expulsão da população rural para as cidades desempenharam um papel importante para o processo de industrialização, no Brasil a oferta de mão-de-obra nas cidades sempre foi superior à criação de empregos urbano-industriais. “Desta forma, grande parte da mão-de-obra que se apresenta nas cidades termina no terciário marginal, tendo uma produtividade mínima e uma sobrevivência precária. A razão disso é simples: as altas taxas de migração urbana, junto com taxas elevadas de crescimento vegetativo, significam um inchamento da força de trabalho muito maior do que a capacidade de criação de empregos” (Martine, 1987: 66).

De acordo com Oliveira (1977), no período 1930-1960, a burguesia industrial paulista conquistou a hegemonia econômica e enfatizou o caráter industrializante da

⁹ Observa-se que entre alguns economistas brasileiros existem divergências acerca de qual processo iniciou antes no Brasil, Singer (1988), por exemplo, argumenta que a urbanização precedeu a industrialização, trazendo consequências para a qualidade de vida das principais capitais do País. Ao mesmo tempo, diferentes autores também discordam sobre as principais causas das migrações rurais-urbanas: uns colocam ênfase nos fatores de expulsão, principalmente devido à concentração da terra e às dificuldades de fixação do homem no

política econômica em oposição aos interesses das oligarquias agrárias. Nesse período, segundo Kageyama (1990:118), inicia-se a integração dos mercados de trabalho, alimentos e matérias primas. Com isto, o processo de industrialização ganha fôlego devido às possibilidades da substituição de importações. A industrialização brasileira atinge seu ponto mais alto quando, a meados da década de 50, começa a produção em grande escala de bens de capital. Com a consolidação da indústria nacional começa o processo de industrialização da agricultura. A industrialização da agricultura é a fase mais avançada do processo de modernização. Kageyama et al. (1990:121) afirmam que esse processo de industrialização da agricultura se inicia na metade dos anos 60. Como conceito, a “industrialização da agricultura” não se limita a descrever o processo de consumo de insumos industriais de parte da agricultura, mas também indica que não se pode analisar a agricultura sem considerar suas interrelações com a indústria, afinal a agricultura passou definitivamente sob o comando do capital. Ocorre também um processo de integração de capitais. Este processo de industrialização dá origem aos “complexos agroindustriais”, outro conceito caro para Kageyama, Graziano da Silva e colaboradores. Nas palavras de Kageyama et al.,

“A industrialização da agricultura supõe além da existência do DI (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna (...) A produção agrícola passou então a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agrocomercial prevalecente até os anos 60” (Kageyama, et al. 1990:122).

Com a industrialização da agricultura, ela não pode mais ser considerada como um setor independente, com dinâmica própria. A agricultura passa a depender da dinâmica da indústria.

O processo de modernização da agricultura caracterizou as transformações capitalistas no campo e marcou a passagem de uma agricultura “natural” para uma produção agrícola baseada em fortes incorporações de insumos industrializados e

campo, enquanto que outros destacam os fatores de atração. O certo é que as migrações brasileiras têm sido

importados. A modernização da agricultura significou uma revolução na base técnica da produção agrícola, que dependeu, num primeiro momento, de importações de tratores e insumos, as quais requeriam recursos financeiros significativos. Segundo Delgado (1985), em meados dos anos 60, iniciou-se um profundo processo de transformação da agricultura brasileira, cuja máxima expressão foi a emergência e consolidação do complexo agroindustrial. A agricultura deixou de ser dependente do meio natural para estabelecer uma forte inter-relação com a indústria. A agricultura passou a depender dos bens de capital e dos insumos produzidos pela indústria, da mesma forma que se vinculou com a indústria processadora de bens naturais.

Num outro enfoque, mas em certa medida complementando a análise de Kageyama et al. (1990), Delgado (1985:33) afirma que a mudança da base técnica da agricultura e a emergência do complexo agroindustrial foram dois fenômenos diferentes que significaram uma transformação radical da agricultura. Estes dois fenômenos implicaram na transição de uma agricultura que dependia da natureza para uma agricultura baseada no consumo intensivo de bens e insumos industriais (fertilizantes, tratores e colhedoras). Segundo Delgado (1985: 33), são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. Cabe salientar o apoio financeiro do Estado como forma de incentivo no consumo dos produtos industriais na agricultura. Este processo, denominado por alguns autores como “industrialização do campo”, culmina com a instalação da indústria produtora de bens de produção para a agricultura e um mercado nacional de produtos agrícolas, no final dos anos 60.

Como resultado destes dois processos, acontece um terceiro processo: a integração intersetorial dos capitais industriais. Este processo tem como consequência o “desenvolvimento do capital financeiro na agricultura” (Delgado, 1985: 34).

A maior parte dos autores coincide em que a modernização da agricultura significou uma profunda mudança tecnológica. Alguns deles, como Martine e Garcia (1987:9), colocam ênfase nas condições específicas que impulsionaram a modernização da agricultura. Os autores se referem a que a modernização da agricultura ocorre devido à disponibilidade de um pacote tecnológico (a revolução verde) e à necessidade de articulação com setores industriais internacionais. Além disso, os autores assinalam as condições políticas favoráveis, concretizadas na aliança entre a velha oligarquia e o capital financeiro e industrial. Contudo, a chave explicativa da análise de Martine e Garcia está no papel que atribuem à política de crédito. Para eles, o crédito subsidiado foi o principal instrumento de modernização da agricultura e também o mecanismo de concentração de renda. A política de crédito beneficiou os grandes produtores, as culturas de exportação e estimulou a produção industrial através do consumo de máquinas e insumos industrializados. Porém, apenas a existência de um pacote tecnológico não era suficiente, fazia falta uma ideologia dominante e modernizadora que só se concretizaria após o golpe de 1964. Com efeito, de acordo com Martine e Garcia (1987) a origem da modernização da agricultura se encontra na introdução de pacotes tecnológicos na década de 50, mas só veio a ser implementada após a emergência de uma ideologia modernizante com o golpe militar de 1964, através da internacionalização e da industrialização da economia brasileira. A agricultura ficou definitivamente subordinada ao processo de acumulação do capital, não somente mantendo sua antiga função fornecedora de matérias primas e de mão-de-obra para a indústria, mas também como um novo e amplo mercado para os produtos de origem industrial. Martine e Garcia (1987:24) destacam os efeitos sociais do processo de modernização da agricultura, tendo em vista que as políticas de crédito favoreceram as médias e grandes empresas e as pequenas propriedades não tinham possibilidade de acesso à terra.

Desde finais da década de 80, alguns autores começam a questionar a viabilidade econômica e técnica do modelo de crescimento baseado na modernização da agricultura. Esse modelo de desenvolvimento entra em crise, pois a modernização da agricultura, além dos impactos econômicos e sociais também teve fortes impactos ambientais, tais como a erosão dos solos causada pelas tecnologias importadas que também contaminaram os alimentos. Além disso, apesar da grande quantidade de insumos a produtividade agrícola não continuou a crescer como se esperava. Para Martine e Garcia (1987: 261-262), a modernização da agricultura pode ser questionada tanto do ponto de vista técnico como econômico, sem mencionar seus efeitos sociais. Em suas palavras: “No caso brasileiro, não há dúvida de que os resultados obtidos pela modernização conservadora no campo refletem perfeitamente o modelo de sociedade que estava sendo proposto. Um modelo no qual industrialização, concentração e tecnificação eram sinônimas de progresso e, paralelamente, participação, desconcentração e igualdade eram, muitas vezes, sinônimo de subversão”.

A modernização, nas décadas de 60-80, significou um forte estímulo da demanda por produtos agrícolas. O atendimento desta demanda e o aumento das exportações agrícolas foram cruciais para a acumulação capitalista no país. Isso provocou como consequência a ampliação da mercantilização da agricultura. De acordo com Delgado (1985:20), este processo de mercantilização manifestou-se em três dimensões, na esfera das relações sociais capitalistas: a formação de um mercado nacional de produtos agropecuários e agroindustriais; a consolidação de um mercado de trabalho e a formação de um mercado de terras.

Essas dimensões manifestam-se claramente na dinâmica da produção de trigo e arroz irrigado no Rio Grande do Sul e de cana-de-açúcar em São Paulo, que criaram as condições necessárias para a existência de um mercado interno de máquinas e implementos agrícolas, demanda satisfeita via mercado externo. O modelo empresarial desta produção possibilitou a acumulação de capital e sua ampliação através dos investimentos na mecanização agrícola. Mas, como indica Delgado (1985:34), esta ampliação foi efetivamente completada com a instalação da produção nacional de máquinas, implementos e insumos agrícolas nos anos 60. Assim, a partir da década de 60, a economia brasileira

passou a produzir os produtos industriais necessários para avançar no processo de industrialização da agricultura.

A modernização da agricultura significou a renovação da base técnica da produção agrícola, mas também provocou a concentração da propriedade e da renda, assim como a queda no nível de vida da população no campo. Segundo Graziano da Silva (1985:35), em 1975, de um total de 5 milhões de estabelecimentos, 50% detinham somente 2,5% da área. Isso significava que um total de 2,5 milhões de pequenos produtores controlava aproximadamente 8 milhões de hectares, o que resultava numa média de 3 hectares para cada produtor. Em contraste, apenas 1% dos grandes estabelecimentos controlava 45% da área total. Isto é, 50 mil propriedades apropriavam-se de 150 milhões de hectares e esses estabelecimentos tinham em média 3 mil hectares. A modernização da agricultura ocorrida no Brasil é “conservadora”, como Graziano da Silva (1982) a denomina, precisamente por esse aspecto altamente concentrador de terras e rendas.

Resulta significativo que essas mudanças na agricultura e na sociedade brasileira repercutem nos esquemas analíticos dos produtores de conhecimento sobre o mundo rural brasileiro. Muller (1983: 180) salienta que a industrialização da agricultura e a desruralização da população brasileira redefinem a unidade de análise: “a unidade analítica fundamental da agricultura pós-70 no país é o complexo agroindustrial, e vale a pena acrescentar, que essa unidade repõe o que se tem chamado de questão agrária nacional”. Nesse sentido, Muller coincide com Graziano da Silva e Kageyama, que também consideram que as análises sobre a agricultura devem levar em conta suas inter-relações com a indústria e os outros setores da economia. Como conclui Muller (1983:180): “A adoção da unidade de análise CAI implica em considerar a agricultura como uma das partes do todo, que tem na industrialização do campo e na agroindústria as outras partes. No entanto, é a estrutura desse todo que determina a estrutura e a dinâmica da agricultura e não o contrário”. Em outras palavras, para esses autores, a agricultura perdeu definitivamente sua independência, ficando submetida à lógica da reprodução do capital.

A industrialização da agricultura, segundo Otávio Ianni (1978:8), foi consequência de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais nacionais e internacionais, dentre eles, a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964. A crise da cafeicultura é apontada por este autor como um dos fatores internos que favoreceu a emergência da sociedade industrial brasileira. Por sua vez, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade industrializada implicou a “democratização das relações políticas e sociais”. Para Ianni (1978:8), isto se traduz na “expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes médias e operárias”. No contexto internacional, destas rupturas e transformações econômicas e políticas, Ianni (1978:8-9) ressalta as duas Grandes Guerras mundiais; a crise de 1929; a emergência dos Estados Unidos e a perda de hegemonia da Inglaterra, Alemanha e França; a formação da URSS, da China e de Cuba como países socialistas; a independência da Índia e dos países africanos. O elemento de análise importante que Ianni (1978:23) agrega e complementa às interpretações de Kageyama e de Delgado refere-se ao papel que as relações internacionais do Brasil desempenharam no avanço do processo de industrialização. Assim, o autor afirma que “a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos” (Ianni, 1978: 23). Desta forma a formação e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro fazem parte da história do capitalismo mundial. Vale a pena reproduzir, nas palavras de Ianni (1978:35), a dinâmica histórica da industrialização brasileira:

- “A ruptura parcial e a recomposição (sucessiva e alternadamente) das relações políticas e econômicas com a sociedade tradicional e com os sistemas externos;
- a frustração das tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo;
- a combinação dos modelos exportador, substituição e associado, ou internacionalista, num sistema econômico heterogêneo e contraditório;
- a participação crescente do Estado no comando do processo econômico;
- a transformação da região Centro-Sul (com centros nas cidades de São Paulo; Rio de Janeiro e Belo Horizonte) em núcleo hegemônico na economia nacional;

- a formação dos movimentos de massa, como estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial”.

4. O camponês e a modernização da agricultura

Pode-se sustentar aqui que a modernização da agricultura mudou o significado do conceito de camponês, identificado como o responsável por uma unidade de produção de subsistência e sem vínculos com o mercado. Os estudiosos do mundo rural no Brasil passaram a se referir a uma unidade de produção familiar tecnicizada e fortemente mercantilizada. Como afirma Grossi Porto e Siqueira (1997:26), o surgimento de novas categorias buscava “acompanhar a complexidade dos processos sociais que se desenvolveram no campo brasileiro nas últimas décadas”. Para Sandroni (1983:124-5), o camponês e o agricultor familiar se diferenciam porque o camponês tem uma escassa mercantilização e utiliza técnicas rudimentares enquanto que a agricultura familiar responde aos mecanismos de mercado. O agricultor familiar está completamente submetido às oscilações de preços e está subordinado ao sistema financeiro. A agricultura familiar tende à especialização produtiva, utilizando técnicas modernas e insumos industrializados. O agricultor familiar obtém as máquinas e os insumos produtivos no mercado, assim como os produtos de subsistência.

O conceito de camponês teve na sua origem um significado ideológico e político, mas também se situou num dos pólos do debate feudalismo x capitalismo. No outro pólo encontrava-se o conceito de proletariado salientado por Caio Prado Júnior na sua polêmica com Alberto Passos Guimarães¹⁰. Apesar dessa origem, o conceito de campesinato representou um conceito central na produção acadêmica sobre o “mundo rural” brasileiro. O conceito de campesinato permitiu aos cientistas sociais entender e explicar a diversidade das relações sociais existentes no campo como, por exemplo: a parceria, a pequena propriedade, a moradia, o arrendamento. Um traço distintivo do conceito de campesinato, sobretudo nos anos 50 e 60, era sua definição em oposição ao latifúndio. Foi na década de

¹⁰ Os termos da polêmica feudalismo versus capitalismo protagonizada por Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães serão retomados mais adiante.

70 que a produção de conhecimento sobre o mudo rural passa a salientar o conceito de pequena produção. De acordo com Grossi Porto e Siqueira (1997: 29) “o conceito de pequena produção contribuiu para uma relativa despolitização do tema. Sob este aspecto não parece haver dúvidas de que ao conceito de campesinato associava-se sobretudo um conteúdo político e ideológico que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção”. Porém o uso dominante do conceito de pequena produção não significou o desaparecimento do conceito de campesinato. Autores como Graziano da Silva, como se verá mais adiante, ainda utilizam os dois conceitos de forma indistinta nas suas análises ou, como afirmam Grossi Porto e Siqueira (1997: 29),

“Muito freqüentemente, em uma mesma análise, enquanto o conceito de pequena produção era utilizado na qualidade de conceito ‘operacional’, associado mais diretamente à caracterização empírica dos grupos estudados, o de campesinato guardava, em certo sentido, sua função teórica referida às questões mais abrangentes do tipo de contexto histórico do grupo estudado, lógica e especificidade de funcionamento e de organização da unidade produtiva, caráter familiar do trabalho, ‘leis de movimento’ da chamada economia camponesa, entre outras”.

Segundo Grossi Porto e Siqueira (1997:38), o processo de modernização da agricultura e o “próprio caráter agroindustrial da expansão capitalista no Brasil traduzem uma perda relativa da autonomia de alguns conceitos, dentre eles os de campesinato e de pequena produção”.

É neste marco de transformações institucionais¹¹ e de modernização da agricultura que deve ser compreendida e explicada a produção de conhecimento de José de Souza

¹¹ De acordo com Brumer e Tavares dos santos (1994:3), a produção institucional da sociologia rural inicia-se com os estudos realizados na Universidade de São Paulo na metade dos anos 50. Em outro trabalho Brumer e Tavares dos Santos (1994:4, 2000:36), referem que na década de 60, como parte do Programa “Aliança para o Progresso do Governo dos Estados Unidos, surgem três cursos de pós-graduação em Agronomia, Veterinária, Economia e Sociologia Rural na Universidade Federal de Viçosa (MG), na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. No Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal de Rio Grande do Sul se criam os cursos de pós-graduação em economia e sociologia rural. Para Brumer e Tavares dos Santos (2000:36-37), os mestrados em sociologia rural no Brasil surgem vinculados e sob a hegemonia da economia rural, ambas orientadas pelas respectivas disciplinas norte-americanas, de cunho altamente empiricista e positivista. Na Universidade de São Paulo, as

Martins e José Graziano da Silva. Novas categorias surgem desse esforço teórico e empírico dos produtores de conhecimento sobre o mundo rural. Dos trabalhos de Martins, por exemplo, surgem os conceitos de cativo da terra e de terra de negócio/ terra de trabalho, sintetizando a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, e salientando a relação entre produção de subsistência e produção capitalista.

5. As lutas sociais no campo

Como indica Ianni (1985), as lutas sociais no campo têm sua origem na política de massas do período populista e, ao mesmo tempo, são resultado do processo de modernização da agricultura.

A organização e mobilização das Ligas Camponesas no período de 1954-64 configuram a máxima expressão das lutas sociais no campo brasileiro naquele período. As Ligas camponesas¹² aglutinavam um conjunto variado de grupos sociais (parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e assalariados) que lutavam por melhores condições de trabalho e de vida: salários e terras para cultivo. Os partidos políticos, comunistas e populistas, assim como setores progressistas da Igreja, juntaram-se às lutas organizadas pelas Ligas Camponesas, inicialmente em Pernambuco e depois estendidas para todo o território brasileiro. O poder industrial-agrário, estabelecido após a revolução de 1930, estava sendo questionado no campo pelo movimento camponês: “..ao lutar pela terra e a melhoria das condições de trabalho, remuneração, etc., o movimento camponês exigia a formação de outro bloco de poder, no qual ele estivesse presente” (Ianni,1985:42).

análises da Escola de Florestan Fernandes iniciam um processo de ruptura com tradição empiricista própria da sociologia americana, incorporando a dialética marxista como método de análise. A construção de uma outra sociologia rural na década de 70 tem em José de Souza Martins um de seus principais representantes. Em 1974, José Graziano da Silva defende sua dissertação de mestrado, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo alimentando uma visão crítica acerca da distribuição de renda no Brasil. Nesta mesma década, no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRJ), são produzidos importantes trabalhos que têm como tema central a reprodução social do campesinato. A institucionalização da “sociologia rural” fortalece-se com a criação de um conjunto de revistas e a organização de sociedades científicas nacionais como ANPOCS, PIPSA, SBS, SBPC, entre outras.

¹² Bastos (1984) afirma que as Ligas camponesas, junto com outros movimentos sociais no campo que emergiram no fim da década de 50 e início da década de 60, questionaram o bloco industrial-agrário, conquistando, dessa forma, um importante espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais.

A presença do Estado no processo de modernização da agricultura alterou os mecanismos anteriores de dominação, pois o surgimento de novos mediadores reduziu o poder dos antigos oligarcas locais. Por outro lado, a expulsão dos colonos do interior das fazendas eliminou as relações tradicionais de dominação baseadas na figura do patrão. Esse vazio nas redes tradicionais de dominação foi preenchido pela redefinição da intervenção do Estado. Como indicam Palmeira e Leite:

“O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural e a possibilidade aberta pelo Estatuto da Terra de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o setor agrícola ou a agricultura permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês – o trabalhador rural – tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações” (Palmeira e Leite, 1997).

Ou seja, se por um lado o Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência do agricultor como uma categoria profissional, o Estatuto da Terra reconheceu a existência de uma questão agrária. As condições legais para a sindicalização dos trabalhadores rurais possibilitaram a organização de importantes segmentos de trabalhadores. Os sindicatos de trabalhadores, ao se constituírem numa nova forma de mediação, enfraqueciam ainda mais o poder tradicional dos latifundiários. Por sua vez, a Igreja católica também se tornou um mediador fundamental, como apoio da luta política dos camponeses e trabalhadores rurais. Enfim, a sindicalização e luta dos trabalhadores e camponeses foram decisivos para transformar a questão agrária numa questão política.

Sandroni sugere que as lutas pela terra nos anos 50 foram estimuladas e impulsionadas pelos movimentos sociais das cidades. Segundo ele:

“nos 50 e 60 as reivindicações pela reforma agrária eram muito mais empurradas da cidade para o campo do que vice-versa. Constituíam mais um impulso ideológico-programático do que uma reivindicação política enraizada nas forças sociais diretamente interessadas em obtê-la (...) essa luta existe obviamente e é muito

intensa nas áreas de fronteira agrícola e em algumas regiões como no Nordeste, mas não tem a força suficiente para se transformar numa questão política nacional da ordem do dia” (Sandroni, 1983:130).

A luta pela terra atingiu um caráter nacional, mas segundo Sandroni (1983:130), essa luta está mais relacionada a preços dos produtos agrícolas, créditos, escoamento, armazenagem e insumos baratos que a terra. A análise deste autor privilegia a agricultura familiar, que ele denomina de “pequena burguesia agrária”, reduzindo a importância da produção camponesa de subsistência.

De outra perspectiva, Sygaud (1983:140) mostra a relação entre a expansão da agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar e as greves de trabalhadores assalariados nos engenhos produtores de cana-de-açúcar na Zona da Mata. Segundo ela os trabalhadores acederam à terra através das lutas por salários.

É interessante que esses autores mostrem o caráter complexo da luta pela terra no Brasil e suas inter-relações com as lutas urbanas, em outras palavras, a relevância das análises destes dois autores está em que mostram a tênue fronteira entre as reivindicações pela terra e daquelas específicas dos trabalhadores urbanos como salários.

Pode-se concluir que as mudanças na agricultura brasileira não foram apenas de caráter econômico e tecnológico e nem se limitaram ao campo, elas afetaram profundamente toda a sociedade brasileira. Palmeira e Leite (1997) resumem muito bem o caráter das transformações das últimas décadas:

“as mudanças sofridas pela sociedade brasileira, nas últimas décadas, não se limitaram à sua economia, e nem as mudanças na sua economia se limitaram ao campo, e nem as mudanças sofridas pelo campo se limitaram à agricultura, e nem as mudanças na agricultura foram apenas econômicas, e nem as mudanças econômicas no setor agrícola se restringiram à modernização tecnológica ou à integração ao mercado ou a integração ao complexo agroindustrial e, finalmente, nem as mudanças sofridas pelo setor agrícola para além da modernização se limitaram a seus efeitos perversos”.

6. A “Sociologia Rural” no Brasil

Qualquer avaliação sobre a produção sobre a questão agrária no Brasil terá o defeito de não ser exaustiva. Primeiro porque o tema é muito amplo e a quantidade de conhecimento produzido ultrapassa qualquer tentativa de avaliação individual; segundo porque as interpretações e teses acerca da questão agrária extrapolam a academia. E terceiro devido à velocidade da produção de conhecimento, que desatualiza rapidamente as referências bibliográficas utilizadas.

De acordo com Pereira de Queiroz (1978:47): “A sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o ‘exotismo’ de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são conhecidos nas diversas regiões do país”. Segundo ela *Os Sertões* talvez seja a referência da descoberta das particularidades de um mundo arcaico, oposto às inovações da vida moderna. Até certo ponto há, na literatura brasileira do fim do século XIX, uma exaltação às diferenças de um mundo completamente diverso do mundo urbano e industrial. Rodrigues Brandão (1984:189-190) chama atenção para a existência de uma “pré-sociologia” do campesinato”. O autor se refere a um conjunto de estudos sistemáticos que se centraram sobre o “homem do campo”. Esses estudos foram realizados por “folcloristas, etnógrafos e historiadores autodidatas”. São estudos que resgatam fragmentos da cultura da comunidade. Galvão (1984: 85) destaca três autores representativos do que Brandão chama de pré-sociologia do campesinato: Euclides da Cunha (*Os Sertões*, de 1902), Graciliano Ramos (*Vidas Secas*, de 1938) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão Veredas*, de 1956).

Nas suas obras, esses autores salientam, através da construção literária do homem pobre e livre do campo, um mundo diferente da modernidade. O campo é definido como o oposto da cidade, um mundo com outra lógica. O interior rural é definido como o que está fora da fazenda. “aquilo que não é fazenda e o que não é cidade, o resto, portanto, é o campo, o interior, o sertão” (Galvão, 1984: 85). Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha flagra o homem pobre no campo numa situação de guerra; Guimarães narra a participação do

homem do campo nas lutas dos coronéis e Graciliano focaliza a vida de uma família de retirantes em época de paz.

A produção de conhecimento acerca do mundo rural no Brasil está relacionada diretamente com a institucionalização das ciências sociais. Pode-se falar de duas etapas da institucionalização das ciências sociais no Brasil. A primeira ocorre nos anos 30, com a criação dos cursos de ciências sociais: Escola de Sociologia e Política, Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal. A segunda etapa se caracteriza pelo surgimento e expansão dos cursos de pós-graduação em ciências sociais. A institucionalização das ciências sociais e o mapeamento dos temas tratados parecem ser aspectos comuns às análises que fazem uma reflexão sobre a produção sociológica. Miceli (1989: 9), por exemplo, dedicou-se a construir uma “sociologia da vida intelectual no campo das ciências sociais ao invés de uma análise genética de paradigmas ou de famílias de pensamento, ou sequer de uma genealogia das matrizes temáticas, conceituais e disciplinares”, sem abandonar a análise do processo de institucionalização das ciências brasileiras.

A sociologia fundada por Florestan Fernandes no final da década de 50 teve como principal desafio explicar cientificamente as profundas transformações sociais que fizeram emergir a nova sociedade urbano-industrial. É possível reconhecer que esta nova sociologia, pelas suas inovações temáticas, teóricas e metodológicas, representou uma ruptura paradigmática em relação às interpretações da sociedade brasileira anteriores, ao mesmo tempo que suas elaborações teóricas e indagações ainda permeiam as obras e análises dos cientistas contemporâneos. Resulta difícil entender o Brasil atual sem dialogar com a produção teórica do núcleo de sociólogos formados e orientados por Florestan Fernandes. Por causa desta influência é que se pode falar da Escola de Sociologia de São Paulo ou da Escola Sociológica de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, incorporando a dialética marxista como método de análise, é o fundador dessa nova fase da sociologia que supera a seu modo a discussão ideológica acerca da natureza feudal da agricultura brasileira. A idéia fundadora da Escola de Sociologia de Florestan Fernandes é aquela que explica que o desenvolvimento capitalista

brasileiro reproduz e subordina relações sociais anteriores ao capitalismo. Os trabalhos produzidos pelos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) com base nesta sociologia crítica enfraquecem e encerram as interpretações dualistas introduzidas no Brasil por Jaques Lambert e Roger Bastide.

Para Ianni (1998:198), o Brasil é pensado a partir de certas regiões, “há um contrabando regionalista, ou localista na maneira pela qual o pesquisador está trabalhando a História do país”, assim os “escritos amazonenses” que refletem o Brasil estariam influenciados pela história da Amazônia e as análises que autores do Rio Grande do Sul elaboram sobre a sociedade brasileira teriam um certo “sotaque” gaúcho.

Com base nisso, Ianni considera a existência de duas matrizes sociológicas na sociedade brasileira: a do Nordeste e a do Centro-Sul. A matriz do Nordeste teria seu epicentro no Recife e Gilberto Freyre como seu representante principal, mas também há outros autores importantes como Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins de Rego. Nas obras destes autores, não propriamente sociólogos, encontram-se muitos elementos da sociedade brasileira. A Escola do Nordeste, representada por Gilberto Freyre, tem uma visão do Brasil fortemente vinculada com a história secular do Nordeste. Esta produção intelectual é decisiva para entender-se a formação histórica da sociedade brasileira. Com o processo de industrialização e urbanização, o eixo desloca-se para São Paulo. Isto explica não só a importância da Escola de Sociologia de São Paulo, mas sua preocupação e insistência por estudar as condições e as consequências da industrialização. Como afirma Ianni (1998: 199), o “Nordeste não deixa de existir, continua sendo uma matriz importante, mas pretérita. E São Paulo se transforma num centro importante, presente”. Assim, Ianni, longe de questionar a existência e a hegemonia da Escola de Sociologia de São Paulo, reafirma seu lugar de destaque na história do pensamento social brasileiro.

Com a formação do núcleo de sociólogos organizado por Florestan Fernandes nos anos 50, acontece uma ruptura com a tradição sociológica das décadas de 20 e 30. A produção intelectual deste núcleo representa uma referência indispensável para a discussão dos problemas da sociedade brasileira contemporânea. A sociologia deste núcleo foi um

ponto de partida que inaugurou uma nova forma de pensar, baseada no rigor científico e distanciando-se da liberdade fantasiosa do ensaísmo¹³.

Nos anos 20, autores como Oliveira Vianna tentaram construir um referencial analítico para suas reflexões sobre a problemática brasileira. Oliveira Vianna e Paulo Prado recorrem à bioantropologia e à sociobiologia por carecer de um referencial sociológico. É apenas nos anos 30, com a obra de Gilberto Freyre, que se observou a tentativa de construir a teoria social como sistema elaborado. Como afirma Bastos (1998), Freyre representa o último pensador de uma época e o primeiro de outra. A sociologia de Gilberto Freyre é construída a partir da idéia de que as classes tradicionais não podem ser excluídas da nova sociedade. Freyre levanta a tese da conciliação entre os “velhos” e os “novos” setores dirigentes. Os setores tradicionais eram portadores de uma sabedoria que não existia na Igreja e nem no Estado, por isso não poderiam ser afastados da condução da nação. A sociologia torna-se, então, uma sociologia do consenso. Ou seja, uma sociologia que legitima a nova ordem social. A democracia social e a democracia racial são as noções que expressam o consenso social proclamado pela sociologia elaborada por Gilberto Freyre.

No final da década de 50 e início da década de 60, foi questionado o acordo que levou à formação do bloco agrário-industrial que se manteve por mais de 30 anos no Brasil, por um conjunto de manifestações políticas, sociais e culturais. Este questionamento expressou-se nos movimentos sociais, na crise de poder, no debate da questão fundiária e na denúncia dos limites dos direitos. Como indica Bastos, a sociologia de Florestan Fernandes surgiu neste contexto e, portanto, em oposição à sociologia anterior que ignorava a análise crítica das relações sociais e que, pelo contrário, contribuía para a reprodução da ordem tradicional (Bastos, 1998).

Florestan Fernandes realizou uma forte crítica à visão culturalista baseada na diversidade de raças e de cultura como fundamento da sociedade. No centro da análise de

¹³ Este estilo expressa-se, no início de século, nas obras de autores como Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Sylvio Romero, Manuel Bonfim e Alberto Torres, que expressaram apenas suas interpretações pessoais sobre os problemas sociais, sem nenhuma pretensão teórica nem poder explicativo consistente.

Florestan Fernandes está a investigação das relações sociais, observando que a diversidade cultural esconde uma aguda desigualdade. Como afirma Bastos (1998: 152),

“a combinação das duas teses – sobre o negro e sobre a revolução burguesa – compõe a ruptura crítica com a reflexão sociológica anterior. É possível ver uma continuidade nessas duas temáticas da obra de Florestan Fernandes. O autor aponta para as peculiaridades da formação social brasileira como forma *particular* de realização do sistema capitalista, distinta tanto das experiências clássicas do capitalismo originário quanto das experiências nos países latino-americanos”.

A análise de Villas Bôas (1997) sobre a produção intelectual brasileira centra-se principalmente na temática da produção sociológica. Segundo esta autora, no período de 1945 a 1964, a produção sociológica formava um todo coerente que poderia ser dividido em duas partes. A primeira, concentrada principalmente de 1945 a 1955, estava preocupada principalmente com o mundo rural. Os sociólogos centraram sua atenção em temas como: as relações sociais no Engenho, a coexistência de novas e velhas relações de trabalho, as condições sociais e culturais da propriedade rural e a importância da vida rural na política nacional. São ilustrativas deste período obras como *Os parceiros de Rio Bonito*, de Antônio Cândido, e *Lutas da família no Brasil*, de Luiz Costa Pinto, que pretendiam entender o significado do meio rural brasileiro.

A segunda parte dessa produção intelectual no período de 1945 a 1964, de acordo com Villas Bôas (1997), centrou-se na necessidade de avaliar a mobilidade social de grupos étnicos (negros, brancos, libaneses, alemães, japoneses e italianos). Destacam-se, neste conjunto de trabalho, as pesquisas de Thales de Azevedo sobre a ascensão dos negros na cidade de Salvador e os trabalhos de Costa Pinto sobre as relações de brancos e negros na cidade do Rio de Janeiro. Cabe destacar ainda *A aculturação dos alemães no Brasil*, de Emílio Willems. Pode-se destacar que essas pesquisas surgiram no marco da primeira etapa da institucionalização das ciências sociais iniciada nos anos 30. Como já foi observado acima, uma segunda etapa se iniciou a meados dos anos 60, com a ampliação dos cursos de pós-graduação. Esses investimentos ocorriam de forma paralela ao debate no seio da esquerda brasileira acerca do caráter das relações sociais na agricultura brasileira.

Para Villas Bôas (1997: 75), a industrialização da economia brasileira que, como se enfatizou anteriormente, se intensificou a partir de meados da década de 50, provocou uma mudança radical na sociologia, que passou a ocupar-se com a modernização da sociedade. Ampliaram-se os temas de pesquisa e enriqueceram-se as perspectivas teóricas. “Os pesquisadores passam a tratar de temas rurais e urbanos tendo agora como quadro de referência o processo de transformação da sociedade de base agrária em sociedade industrial (Villas Bôas, 1997: 75)”.

Nas décadas de 50 e 60, com a emergência do movimento camponês, o “campo” tornou-se um problema político e objeto de preocupação dos cientistas sociais. Nestes anos dominou o debate sistematizado por Palmeira (1971), sobre a natureza feudal ou capitalista das relações sociais no campo.

A produção intelectual brasileira sobre o rural, nas décadas de 50 e 60, estava submetida ao debate sobre a natureza das relações sociais no campo. Tratava-se de um debate que muitas vezes situava-se fora do mundo acadêmico, fazendo parte das discussões políticas da esquerda sobre a natureza da revolução brasileira. Posicionar-se a favor ou contra a interpretação que definia a sociedade brasileira como feudal trazia importantes implicações para a política e para a prática da esquerda brasileira. Neste sentido, considerar o campo dominado pelas relações feudais levava alguns militantes da esquerda a apoiar a burguesia progressista contra os “restos feudais”.¹⁴ Ao contrário, considerar que as relações capitalistas dominavam no campo fazia com que esses militantes reconhecessem que o proletariado era a classe dirigente da revolução socialista brasileira. Os camponeses seriam, nessa concepção, uma força secundária de apoio. De algum modo, esta polêmica reproduzia o debate entre Lenin e Trotsky no início do século XX, na Rússia. Como afirma Palmeira (1971), o viés ideológico do debate tornou-se incontornável. Para ele, a forma de passar da

¹⁴ A idéia acerca do caráter feudal da agricultura brasileira deriva-se ou baseia-se na visão dualista. No livro de Jaques Lambert (1976), *Os dois Brasis*, essa visão aparece claramente. De acordo com a interpretação dualista, coexistem na sociedade brasileira dois setores econômicos e sociais, independentes e totalmente diferenciados: um setor moderno, expresso na indústria e outro setor, atrasado, fechado, o setor agrícola.

esfera meramente ideológica para a esfera científica é a busca de uma “terceira posição”, que pode levar os intelectuais à reconstrução do rural como objeto de estudo.

Segundo Palmeira (1984), no início da década de 60, o debate feudalismo x capitalismo ultrapassou o campo intelectual e tornou-se uma questão política por duas razões principais. A primeira foi a emergência de um movimento camponês e das lutas pela reforma agrária. O camponês converteu-se num protagonista político através da sua participação nos sindicatos rurais e nas ligas camponesas. A segunda foi o surgimento de novos partidos e grupos de esquerda que questionaram o “monopólio” exercido pelo Partido Comunista. Cada grupo tinha sua versão da “revolução brasileira”, ou seja, a definição do estágio desta “revolução”. E isso passava necessariamente pela caracterização das relações dominantes na agricultura brasileira.

Os trabalhos de Prado Júnior (*A Revolução brasileira*, (1966), Martins [*Capitalismo e tradicionalismo* (1975); *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1973)] e de Francisco de Oliveira [*Crítica da Razão dualista* (1975)], entre outros, buscam uma interpretação sobre o “mundo rural” que se distancia do viés ideológico do debate feudalismo x capitalismo. Não só distanciamento ideológico, mas também teórico, já que eles partem da caracterização da sociedade brasileira como capitalista. Estes autores estabelecem uma nova forma de interpretação que, valorizando o trabalho de campo, inspirou muitos trabalhos e pesquisas nas décadas de 70. Como se afirmou anteriormente, esta tradição de ruptura está marcada pelos trabalhos de Antônio Cândido (*Os parceiros de Rio Bonito*, 1964) e Maria Isaura de Queiroz (*Bairros rurais paulistas*, 1967 e *O Campesinato brasileiro*, 1973).

Em resumo, a importância deste conjunto de trabalhos reside na recusa à interpretação que considerava os camponeses apenas como “restos feudais” e, ao mesmo tempo, significou um distanciamento crítico da tese da proletarização do campesinato. A acumulação de dados e de evidências empíricas como resultado das pesquisas de campo provocou o questionamento de ambas interpretações. Nisso reside a originalidade dos novos trabalhos sobre o campo. Assim, o camponês no Brasil não é considerado no sentido europeu, derivado do sistema feudal, mas como resultado da expansão da fronteira agrícola,

da imigração e da colonização de novas terras. Trata-se de um campesinato amplamente heterogêneo, que apresenta inúmeras diferenças regionais. Este campesinato luta por sua reprodução social e econômica, ao mesmo tempo em que é útil na acumulação de capital. Como resultado, diversos trabalhos dedicam-se a valorizar o papel político dos camponeses, como é o caso do trabalho de Martins (1983): *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*.

É possível observar que, a partir dos anos 60, a maior parte dos autores que se interessaram pelos estudos do mundo rural brasileiro buscou entender as dimensões econômicas e sociais das transformações profundas na agricultura produzidas pela modernização da agricultura e seus impactos sociais. Sem dúvida existiu uma produção de conhecimento anterior à modernização, mas são estudos isolados, dispersos, sem um eixo unificador. Talvez o único eixo unificador anterior tenha sido o debate ideológico acerca da natureza feudal ou capitalista da agricultura brasileira. A produção de conhecimento sobre o mundo rural no Brasil não somente aumenta em quantidade, mas também pode ser entendida e explicada a partir do marco histórico da modernização da agricultura.

Sigaud (1992) distingue a produção de conhecimento sobre o rural nos anos 50 e 60 da produção dos anos 70 e 80. Para a autora, se a produção de conhecimento sobre o campo, nos anos 50 e 60, tinha como preocupação básica a natureza das relações sociais, nos anos 70 e 80, os estudiosos estavam preocupados com as transformações sociais no campo. Mas se nos anos 50 e 60 havia uma problemática comum, os anos 70 se caracterizaram pela emergência de novas problemáticas.

Como foi dito anteriormente, a partir dos anos 60 a agricultura absorveu quantidades significativas de créditos e de insumos modernos, o que resultou no aumento da produção e da produtividade. O processo de modernização da agricultura foi realizado sem alterações substanciais na estrutura da propriedade agrária. Graziano da Silva (1983) denominou este processo de “modernização conservadora” porque provocou um efeito perverso de concentração da renda, o aumento da exploração da força de trabalho e o empobrecimento das condições de vida da população do campo. Este contexto histórico não

só estimulou a irrupção dos movimentos sociais no campo, mas também, ironicamente, levou alguns intelectuais como Graziano da Silva a questionar a necessidade da reforma agrária. Segundo Graziano da Silva (1987:49),

“os objetivos das propostas de reformas agrárias burguesas elaboradas antes de 64 foram em grande parte superadas pela própria modernização da agricultura. Criou-se um amplo mercado interno para a indústria nascente; aumentou-se a produção e produtividade; o campesinato tradicional diferenciou-se gerando não apenas um novo camponês tecnificado, mas também empresas familiares de um lado e proletários de outro; o grande capital se territorializou integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais, rompeu-se a velha dicotomia mercado externo/interno que unificava a dinâmica da agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros”.

Em termos gerais pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura e seus efeitos sociais têm sido a temática central e o principal objeto de preocupação dos cientistas sociais nas últimas décadas. Talvez se possa dizer que a modernização da agricultura, como tema, teve até hoje um efeito “unificador” que dá coerência a outros temas que dele se derivam. Assim, a presença do campesinato na sociedade brasileira tem sentido e significação plena se vinculada à problemática da modernização da agricultura. Os movimentos sociais no campo também podem ser considerados como um tema derivado e resultante dos efeitos concentradores da modernização da agricultura.

A modernização da agricultura permitiu superar, de uma vez por todas, o debate capitalismo X feudalismo. Nos anos 50, o debate sobre as relações sociais no campo esteve circunscrito principalmente à esfera dos partidos políticos; com a institucionalização das ciências sociais, esse debate passou para a Academia.

De acordo com Sygaud (1992:36):

“A expansão do capitalismo no campo, suas dimensões, e a relação entre esta expansão e o desenvolvimento do capitalismo no país atraíram a atenção de inúmeros produtores. Pensados como a tendência dominante na agricultura brasileira, o processo de

desenvolvimento do capitalismo no campo e a atuação do estado no sentido de promovê-lo foram interpretados como a chave para o entendimento das transformações das relações sociais e em alguns casos até mesmo para a explicação/previsão/prescrição dos papéis políticos dos atores”.

Os estudos realizados por esses produtores de conhecimento buscam como entender a importância das formas não capitalistas de produção no processo de acumulação capitalista; o papel do crédito subsidiado na modernização da agricultura; o caráter concentrador e “conservador” da modernização; os impactos sociais das mudanças tecnológicas; a expansão da agroindústria; o peso dos pequenos produtores na produção de alimentos e de matérias primas; os movimentos sociais no campo; as novas formas de dominação; o papel dos mediadores; a subordinação dos pequenos produtores e trabalhadores ao capital; a emergência de novos grupos sociais como os trabalhadores temporários ou bóias-frias. Cabe salientar que estes estudos buscaram como compreender a reprodução social do campesinato explicando sua presença e permanência mesmo com o avanço do capitalismo no campo. As análises sobre o campesinato se centraram nos mecanismos da sua reprodução social e seus vínculos com o mercado; as relações entre trabalho assalariado e trabalho familiar; as formas tradicionais de dominação via moradia e as novas formas de dominação através da sua integração às grandes agroindústrias, por exemplo. Outras contribuições importantes nesse processo de institucionalização e de expansão do conhecimento foram os estudos sobre a identidade cultural e étnica na formação dos camponeses do Sul, sobre o fracasso de alguns deslocamentos para outras regiões, por exemplo dos “brasiguaios¹⁵” e dos “matuchos¹⁶” (Tavares dos Santos, 1993); e sobre as lutas pela reforma agrária e pela implantação dos assentamentos camponeses.

O conjunto de estudos sobre o mundo rural, intensificado a partir de meados da década de 60, consegue criar um campo específico de estudo dentro das ciências sociais brasileiras. Sigaud (1992:39) afirma que o “conjunto de investimentos empíricos, a partir de diferentes pontos de vista sobre o modo de conhecer, de diferentes temas e de diferentes regiões geográficas, que a população de produtores revelou a seus ‘pares’ no espaço

¹⁵ Agricultores brasileiros que migraram buscando terras para o Paraguai.

acadêmico e à sociedade brasileira (pois os trabalhos estão aí e são disponíveis), por um lado, as mudanças na base técnica da produção e, através dela, a face 'moderna' da agricultura e, por outro lado, as mudanças nas relações sociais”.

Gnaccarini e Moura (1983): 1) agrupam os trabalhos produzidos sobre o rural, no Brasil, a partir dos anos 70, em quatro tipos de abordagens: 1) os estudos sobre a pequena produção; 2) os estudos sobre a produção capitalista; 3) os estudos sobre a cultura rural e 4) os estudos centrados nas práticas políticas.

No primeiro conjunto de estudo, podem-se distinguir dois tipos de enfoques: o primeiro enfatiza a subordinação do campesinato/ pequenos produtores ao capital, enquanto que o segundo dedica-se a entender a dinâmica interna da reprodução social da pequena produção. São exemplos do primeiro tipo os trabalhos de Tavares dos Santos (1979) sobre os Colonos do Vinho na Serra Gaúcha, de Elida Liedke (1977) sobre os pequenos produtores de fumo integrados e subordinados às grandes indústrias de fumo e o de John Wilkinson (1986) sobre a subordinação da pequena produção agrícola no Nordeste. No segundo tipo encontram-se, entre outros, os trabalhos: *Trabalho familiar e campesinato*, de Afrânio Garcia Júnior e Beatriz Heredia (1971) e *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores* de Garcia Júnior (1976). Além desses trabalhos inúmeras dissertações de mestrado, teses de doutorados e outras pesquisas de ordem institucional tratam dessas questões.

Dentre os trabalhos que centraram sua atenção na produção capitalista, buscando entender e explicar a relação entre capitalismo e agricultura, encontram-se diversos trabalhos de Martins (*Capitalismo e tradicionalismo; A imigração e a crise do Brasil agrário* entre outros) e de Graziano da Silva (*Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura; A modernização dolorosa*)¹⁷.

¹⁶ Camponeses gaúchos que diante a impossibilidade de reprodução social, principalmente pela falta de terra, decidiram migrar para Mato Grosso.

¹⁷ Uma análise aprofundada das obras destes dois autores é apresentada nos capítulos III e IV desta tese.

Um dos temas relevantes que historicamente dividiu os “agraristas” brasileiros é a permanência e o desaparecimento do campesinato ou, em outros termos, a expropriação e a conseqüente proletarização do campesinato. Apesar de que o processo social da expropriação do campesinato está diretamente relacionado com a modernização da agricultura, ele é anterior a ela. A maior parte dos autores brasileiros coincidem em que a expropriação do campesinato não se transformou em proletarização, apesar de que alguns autores celebraram o surgimento do bóia-fria como expressão da proletarização do campesinato¹⁸. Segundo Palmeira e Leite (1997) o processo de expropriação do campesinato se expressa de diferentes formas: na expulsão dos posseiros mesmo nas áreas de fronteira agrícola; na impossibilidade da reprodução no Sul, resultado da existência do latifúndio e do endividamento. A expropriação do campesinato não se transformou em proletarização, apenas criou esta possibilidade. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que ocorria a expropriação dos camponeses, aumentava o número de pequenos produtores. Como afirmam Palmeira e Leite (1997): “a expulsão dos camponeses do interior das grandes propriedades não impediu que os pequenos produtores entre 1940 e 1988 aumentassem em número mais que qualquer outra categoria de trabalhador rural”.

Em relação à cultura rural, merecem destaque *Os Parceiros de Rio Bonito*, de Antônio Cândido (1964), e os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz: *O messianismo no Brasil e no Mundo* (1965); *O campesinato brasileiro* (1973); *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976); *Os cangaceiros* (1977). Estes trabalhos tentam, a partir da análise das formas de vida dos camponeses, encontrar uma nova interpretação da problemática agrária.

Por último, Gnaccarini e Moura (1983) mencionam os trabalhos que focalizam a análise na prática política no campo, abordando os movimentos messiânicos camponeses, as ligas camponesas e as lutas sociais camponesas, principalmente relativas à conquista pela terra, bem como as lutas pela cidadania. Dentre eles pode-se citar o livro *Os*

¹⁸ “O Bóia Fria” de Maria Conceição D’Incao e Mello é talvez a obra mais expressiva de exaltação da emergência de um proletariado agrícola. Como afirma Wilkinson (1986: 39) a defesa da “tendência linear para a proletarização” ganhou força “no contexto dos debates sobre o ‘bóia-fria’, particularmente estimulados pela obra *O Bóia-fria, Acumulação e Miséria*”.

camponeses e a política no Brasil e Caminhando no chão da noite, de José de Souza Martins.

Sigaud (1992) estima que, por ocasião da realização de seu trabalho, existiam em torno de 800 produtores de conhecimento sobre o campo, com uma formação muito variada. Assim, há, neste grupo, agrônomos com “vocação sociológica”, historiadores, cientistas políticos, economistas, geógrafos, antropólogos e sociólogos. Esta formação variada mostra que não há um monopólio do conhecimento produzido sobre o campo. Para mostrar a importância desta produção de conhecimento, a autora contabiliza um total de 2.000 títulos sobre o campo, publicados ou não, entre 1975 e 1988¹⁹. Como afirma Sigaud (1982), a expansão da produção de conhecimento sobre o campo está diretamente relacionada com as condições materiais de financiamento da pesquisa da parte de diversas agências.

Com a eclosão das lutas sociais, no campo no final dos anos 70, aumenta a quantidade de estudos sobre as variadas formas que adquirem essas lutas: lutas pela terra; contra a expulsão de camponeses como resultado da construção de barragens; greves de trabalhadores assalariados rurais e a luta dos camponeses contra a grilagem de terras na Amazônia. Nesse contexto, os produtores de conhecimento também tentaram resgatar as lutas sociais das décadas de 50 e 60. Como indica Sigaud (1992:38):

“Esses conjuntos de trabalhos revelaram as lutas dos camponeses do sul do País pela terra, pelo preço de seus produtos, pelo direito à previdência social, contra a expulsão promovida pelas concessionárias do setor elétrico com vistas à inundação de territórios para construir barragens; as lutas dos camponeses do Nordeste por terra, créditos e também contra as barragens; as greves que se inauguram, em 1979, em Pernambuco e se alastram pela agroindústria canavieira (...) as lutas dos camponeses na Amazônia, pela permanência da terra, contra os grileiros e as grandes empresas

¹⁹ A autora se refere a um levantamento bibliográfico realizado por Musumeci, L. *Bibliografia sobre pequenos produtores, modernização agrícola e transformações sociais no campo brasileiro*. (Textos de economia e ciências sociais). UFRJ, Faculdade de Economia e Administração. Rio de Janeiro, mimeo., 1989. Também haveria que citar o levantamento feito por Antuniassi (org.) (1985), que cita cerca de 1700 trabalhos sobre “pequenos produtores”, a maioria produzidos na década de 70 e primeira metade da década de 80.

que para lá confluíam no bojo da modernização e da política dos incentivos fiscais”

Ao mesmo tempo, os produtores de conhecimento passam a estudar as diferentes formas de representação dos trabalhadores, de pequenos produtores e da burguesia agrária, incluindo as ações da Igreja Católica, dos sindicatos e dos partidos políticos. Posteriormente, nos anos 90 os produtores de conhecimento passam a estudar a “agricultura familiar”, substituindo os estudos sobre o campesinato e sobre a pequena produção. Cabe salientar os trabalhos de Abramovay (1992), Veiga (1990) e Schneider (1999).

Enfim o conhecimento acumulado por diversos produtores a partir de meados da década de 60 mostra as diferentes faces do processo de modernização da agricultura brasileira.

Contudo, cabe salientar que, com o processo de urbanização, e, mais recentemente, com o processo de globalização da sociedade brasileira, novas temáticas têm emergido nas ciências sociais, ampliando-se com isto o campo de estudo dos cientistas sociais. Os estudos que decorrem disso são: sobre a pluriatividade; sobre novas formas de produção que representam uma visão alternativa da agricultura, como é o caso da agroecologia; sobre sociedade e ambiente e sobre a democratização dos espaços rurais.

Mas, como indica Sigaud, apesar de sair do foco central de atenção dos pesquisadores, o rural re-emerge em meados da década de 80, quando se intensificam as mobilizações de camponeses pela reforma agrária e aumentam os conflitos no campo. Apesar da perda de interesse mencionada anteriormente, ampliou-se o conhecimento sobre o campo e aumentou a “população de produtores” deste conhecimento. Então, é a partir da segunda metade dos anos 80 que cresce novamente o interesse sobre o “mundo rural” (Sigaud, 1992). Esta retomada do “mundo rural” como objeto de estudo e de preocupação de parte dos cientistas sociais talvez se explique pela presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sua luta.

Uma segunda variante refere-se aos trabalhos que têm como preocupação construir novas categorias de análise a partir das categorias dadas pelas teorias existentes. Se na primeira variante privilegia-se o econômico, na segunda se dá ênfase às especificidades dos processos sociais. Como afirma Sigaud:

“Ao invés de tomar a expropriação do campesinato como dada e apontar as consequências desta expropriação em termos de assalariamento da força de trabalho no campo, busca-se compreender o modo como ocorreu a expropriação e, através da análise deste modo, identificar efeitos que podem ir na direção contrária, por exemplo, da proletarização” (Sigaud, 1992: 36).

“São trabalhos realizados dentro desta preocupação que revelaram, ao longo do período, a importância das formas não capitalistas de produção para o processo mais geral de acumulação de capital; o papel do Estado na modernização da agricultura, através da política de créditos subsidiados; as mudanças tecnológicas no processo de produção; a expansão da agroindústria, a importância da pequena produção na produção de alimentos básicos e de produtos de transformação industrial; a subordinação da agricultura ao capital comercial e industrial; a subordinação dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados ao capital” (Sigaud, 1992:37).

Sigaud (1992) chama ainda a atenção para os estudos realizados sobre a grande produção, que permitiram conhecer as relações entre senhores dos engenhos e seus moradores na grande produção açucareira no Nordeste. Estes estudos observam a emergência de novas formas de dominação, bem como dos sindicatos e organizações dos trabalhadores rurais; o cotidiano das lutas dos trabalhadores e a formação do campesinato na fronteira agrícola; a diferenciação interna do campesinato e os mecanismos de acumulação; a expansão da agroindústria canavieira, o papel do Estado e a expropriação do campesinato.

Na produção deste conhecimento, é necessário destacar que a elaboração de novas categorias analíticas resultou da preocupação em compreender as particularidades das relações sociais e as condições concretas da vida social no campo. Assim, Sigaud (1992:38) destaca as categorias de cativo e da contradição sujeito/liberto para entender as distintas formas de dominação; da oposição fracos/fortes para entender as diferenças internas do

campesinato; da oposição pequenos/grandes, pobres/ricos, mulheres/homens para discutir a hierarquia social; a oposição trabalho/negócio para compreender a relação mercado/subsistência; a oposição centro/beira para entender a composição do espaço na Amazônia; as noções sítio/linha/povoado para explicar as formas de organização camponesa; as noções de terra de trabalho/terra de negócio para pensar a contradição entre camponeses e grileiros.

Enfim, os produtores de conhecimento sobre o campo mostraram a face da modernização na agricultura, as condições sociais e as lutas dos camponeses, a expropriação e o papel do Estado, a organização dos trabalhadores, os fenômenos sociais no campo, contribuindo para mostrar o perfil do “mundo rural” no Brasil.

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira, o Estado e os partidos políticos expressaram de distintas maneiras sua preocupação sobre o que acontecia no campo. Essas preocupações se manifestaram tanto nas ações e políticas do Estado como na produção de conhecimento. O tema do problema agrário ou problema camponês tem sido o tema mais candente, que tem suscitado emotivas e racionais polêmicas. Certamente as posições ideológicas inspiradas no modelo leninista têm perdido espaço e credibilidade, para dar lugar a uma explicação sociológica do mundo rural. O novo conhecimento sobre a questão agrária, produzido a partir dos anos 60, tem sido construído com significativos investimentos empíricos e teóricos. As obras de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva fazem parte importante desse esforço por explicar o caráter do desenvolvimento capitalista no campo e seus efeitos na pequena produção.

Pode-se concluir que são dois os processos que acontecem a partir de meados da década de 60, influenciando a produção de conhecimento sobre o rural: o processo de institucionalização com a expansão dos cursos de pós-graduação e o processo de modernização da agricultura. O primeiro deles significou a consolidação da pesquisa científica, que conferiu um peso relevante à pesquisa empírica e invalidou as discussões de caráter ideológico; o segundo é o processo de modernização da agricultura que, como foi dito anteriormente, cria um consenso talvez não explícito entre os cientistas sociais acerca

do caráter capitalista da agricultura brasileira. Assim, também José de Souza Martins e José Graziano da Silva terão como eixo temático fundamental e objeto de estudo privilegiado o processo de transformações da agricultura brasileira ocorrido a partir da década de 60.

CAPÍTULO III

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DO “MUNDO RURAL” E DO CAPITALISMO BRASILEIRO

José de Souza Martins nasceu em São Caetano, São Paulo em 1938. Licenciou-se em Ciências Sociais na USP onde também culminou mestrado em Sociologia, em 1966¹ e doutorado, também em Sociologia, em 1970. Martins ingressou como docente na USP no início da década de 70 e em 1992 fez a Tese de Livre Docência, tornando-se *professor associado* do Departamento de Sociologia da USP. Em 1976 foi *visiting scholar* do Center of Latin American Studies da Universidade de Cambridge, onde foi eleito *fellow* de Trinity Hall e titular da cátedra Simón Bolívar. Foi assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos anos 70 e 80. Fez parte do Conselho Editorial, junto com Florestan Fernandes e Jaime Pinsky, de várias revistas, dentre as quais se destaca *Debate & Crítica*, que mudou de nome para *Contexto*, devido à censura, e foi publicada de 1973 a 1978. Desde 1996 é membro da Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão².

¹ Martins estava escrevendo sua dissertação de mestrado a partir de uma pesquisa sobre os problemas da modernização no campo em Cunha, no Alto Paraíba, em Amparo, na Baixa Mojiana e em Santo Anastácio, mas por causa da repressão política, teve que apresentar às pressas os resultados de uma pesquisa que vinha fazendo desde antes do golpe de 1964, sobre a industrialização de São Paulo a partir da reconstrução histórica do grupo econômico do Conde Matarrazzo. “Reescrevi rapidamente o trabalho em 1966, dando-lhe características de uma dissertação. Eu estava terminando de escrevê-lo, quando fui preso pelo DOPS em 1966 (...) Era mais um sinal de que a urgência se justificava. Entreguei o texto. Mas, deixei claro que minha pesquisa de mestrado era outra, a do meio rural, já realizada e pronta” (Martins, 1998: 112).

² Ao longo da sua trajetória José de Souza Martins tem mostrado um certo tipo de engajamento político contra as diversas formas de escravidão existente em vários países, inclusive no Brasil e também tem apoiado a luta pela terra. Martins exige de seus pares um maior comprometimento com os pobres.

Suas obras principais são: *Conde Matarazzo - o empresário e a empresa* (1967), *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1973), *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), *Sobre o modo capitalista de pensar* (1978), *O cativo da terra* (1979), *Expropriação e violência*³ (1980), *Os camponeses e a política no Brasil* (1981), *A morte e os mortos na sociedade brasileira* (1983), *A militarização da questão agrária no Brasil* (1984), *Não há terra para plantar neste verão* (1986), *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República* (1986), *Caminhada no chão da noite* (1989), *Subúrbio* (1992), *A chegada do estranho* (1993), *Massacre dos inocentes* (1983), *O poder do atraso* (1994), *(Des)figurações – a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole* (1996), *Exclusão social e nova desigualdade* (1997), *Fronteira* (1997), *A sociabilidade do homem simples* (2000) e *Reforma agrária – o impossível diálogo* (2000)⁴.

Sua incursão no “mundo acadêmico”, no início da década de sessenta, aconteceu sob a influência intelectual de Florestan Fernandes, Octavio Ianni (seu orientador no mestrado), Paula Beiguelman, Marialice Mencarini Foracchi, Sylvia de Carvalho e Franco e Gioconda Mussolini. Como ele mesmo afirma: “estudei e tive contato com o pessoal da origem, os herdeiros do primeiro momento da Faculdade de Filosofia da USP.”⁵

Foi contratado como bolsista para participar de uma pesquisa, coordenada por Luiz Pereira, sobre a qualificação da mão-de-obra. “Curiosamente, a pesquisa era sobre operários, não tinha nenhuma relação com o mundo rural. A chamada realidade rural não era objeto de interesse específico na cadeira de Florestan Fernandes”.⁶ Outros temas, tais como operários, indústria, empresários e Estado, eram tratados na disciplina de Florestan Fernandes. Os temas relacionados com as questões rurais eram abordados na disciplina

³ As dedicatórias dos livros do autor mostram a importância que ele dá ao comprometimento com os pobres do campo, aos sem nomes e marginalizados. Talvez como uma forma de mostrar aos leitores que o autor fala de pessoas de carne e ossos e não de categoria puramente abstratas. Seu livro *Expropriação e violência* o dedica aos peões Carlinhos, Daniel, Ivo, Marcelo, D. Moacyr e Victor. E em especial a Raimundo Ferreira Lima, carpinteiro e lavrador assassinado em maio de 1980.

⁴ Apesar de a maior parte de sua produção tratar sobre temas do mundo rural, Martins também incursiona em outros temas que as ciências sociais consideram como marginais. Assim, ele aborda o tema da morte, talvez um tema tabu, o significado dos sonhos (um tema da sociologia cotidiana), as crianças, os linchamentos, o trabalho escravo e até da aparição do demônio em uma fábrica em São Caetano.

⁵ Entrevista com José de Souza Martins. *Estudos Avançados* 11 (31), 1997

⁶ Idem

(Sociologia II) ministrada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, mas Martins não foi seu aluno, pois Maria Isaura se encontrava no exterior no momento em que Martins cursava a disciplina. Esta informação pode parecer irrelevante, mas indica a falta de interesse sobre o “mundo rural” na USP, no período de formação de Martins, que tinha uma preocupação por estudar o problema agrário brasileiro. Ao propor estudar a questão agrária no mestrado, recebeu certa resistência de parte dos professores. Estas foram as palavras de Martins sobre esse fato: “Em 1964, Fernando Henrique [Cardoso] havia saído do Brasil, pois estava sendo procurado pela polícia política. Depois dele, Luiz Pereira assumiu a direção do Cesit⁷, seguido por Leôncio Martins Rodrigues. Este último ficou bastante incomodado com algumas coisas que encontrou, porque queria um Cesit de sociologia industrial e do trabalho, como era, aliás, o projeto original. (...) Leôncio criou um problema, falou com Florestan Fernandes. Florestan me chamou em sua casa; enquanto fazia a barba, às 7h da manhã, me disse: ‘Você tem que decidir o que quer da sua vida, se quer estudar operário ou trabalhador rural.’” Martins respondeu: “Sempre quis estudar trabalhador rural. Fui estudar operário porque foi a oportunidade que vocês me ofereceram, mas nunca escondi que estava interessado em fazer pesquisas sobre populações camponesas.”⁸ Dessa forma ele estava escolhendo uma opção de pesquisa que não estava entre as prioridades de estudo da sociologia naquela época⁹.

A idéia principal da fase inicial da pesquisa de José de Souza Martins sobre o “mundo rural” refere que a cultura caipira não necessariamente está em contradição com o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento capitalista, contrariando a concepção vigente em muitos estudos sobre o mundo rural, baseados na idéia marxista do desaparecimento do campesinato. Nesse contexto, a sociologia tinha um papel importante a desempenhar, principalmente no que se refere à construção de uma consciência social capaz de eliminar esse descompasso e descobrir e formar as possibilidades objetivas para a

⁷ Centro de sociologia industrial e do trabalho.

⁸ *Idem*

⁹ Martins não explica a origem da sua escolha de estudar o “mundo rural” como temática privilegiada, mas o certo é que de início seu interesse como pesquisador foi estudar a problemática das populações rurais, vinculando suas pesquisas com os pressupostos teóricos e metodológicos da corrente sociológica fundada por Florestan Fernandes. Contudo, fica claro que seu interesse por estudar o “mundo rural” dá-se precisamente por que nele podem ser expressas mais claramente as contradições do processo capitalista.

transformação da sociedade brasileira numa sociedade democrática e justa. Daí deriva-se a concepção de sociologia militante de Florestan Fernandes e que, em certa medida, tem influenciado os estudos de José de Souza Martins, ao tentar fazer uma sociologia dos pobres do campo, dos marginalizados da modernização e de um campesinato como sujeito ativo e participante da história.

1. A influência teórica de Florestan Fernandes

José de Souza Martins faz parte da geração que rompe com as análises positivistas, ao mesmo tempo que coloca a sociologia num novo status, redimensionando seu papel de explicação e de intervenção no processo histórico. Pode-se afirmar que a teoria e a prática sociológica de Martins estão influenciadas diretamente por um ambiente institucional onde predominava a presença intelectual de Florestan Fernandes.

Martins refere-se à sociologia fundada por Florestan Fernandes como sendo “uma sociologia da dinâmica social e também, por isso mesmo, dos bloqueios que impedem ou retardam o desenvolvimento da sociedade” (Martins, 1998:14). A Escola de Sociologia de Florestan Fernandes cria um novo estilo de pensar a realidade social, uma sociologia que permanentemente está refletindo sobre ela mesma (Ianni, 1986).

A sociologia fundada por Florestan Fernandes no final da década de 50 teve como principal desafio explicar cientificamente as profundas transformações sociais que fizeram emergir a nova sociedade urbano-industrial. É possível reconhecer que esta nova sociologia, por suas inovações temáticas, teóricas e metodológicas, representou uma ruptura paradigmática em relação às interpretações da sociedade brasileira anteriores, ao mesmo tempo que suas elaborações teóricas e indagações ainda permeiam as obras e análises dos cientistas contemporâneos. Resulta difícil entender o Brasil atual sem dialogar com a produção teórica do núcleo de sociólogos formados e orientados por Florestan Fernandes. Por causa desta influência é que se pode falar da Escola de Sociologia de São Paulo ou da Escola Sociológica de Florestan Fernandes.

Para Ianni (1998:198), o Brasil é pensado a partir de certas regiões, “há um contrabando regionalista, ou localista na maneira pela qual o pesquisador está trabalhando a História do país”, assim os “escritos amazonenses” que refletem o Brasil estariam influenciados pela história da Amazônia e as análises que autores do Rio Grande do Sul elaboram sobre a sociedade brasileira teriam um certo “sotaque” gaúcho.

Com base nisso, Ianni considera a existência de duas matrizes sociológicas na sociedade brasileira: a do Nordeste e a do Centro-Sul. A matriz do Nordeste teria seu epicentro no Recife e Gilberto Freyre como seu representante principal, mas também há outros autores importantes como Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins Rego. Nas obras destes autores, não propriamente sociólogos, encontram-se muitos elementos da sociedade brasileira. A Escola do Nordeste, representada por Gilberto Freyre, tem uma visão do Brasil fortemente vinculada com a história secular do Nordeste. Esta produção intelectual é decisiva para entender-se a formação histórica da sociedade brasileira. Com o processo de industrialização e urbanização, o eixo desloca-se para São Paulo. Isto explica não só a importância da Escola de Sociologia de São Paulo, mas sua preocupação e insistência por estudar as condições e as conseqüências da industrialização. Como afirma Ianni (1998: 199), o “Nordeste não deixa de existir, continua sendo uma matriz importante, mas pretérita. E São Paulo se transforma num centro importante, presente”. Assim, Ianni, longe de questionar a existência e a hegemonia da Escola de Sociologia de São Paulo, reafirma seu lugar de destaque na história do pensamento social brasileiro.

Com a formação do núcleo de sociólogos organizado por Florestan Fernandes nos anos 50, acontece uma ruptura com a tradição sociológica das décadas de 20 e 30. A produção intelectual deste núcleo representa uma referência indispensável para a discussão dos problemas da sociedade brasileira contemporânea. A sociologia deste núcleo foi um ponto de partida que inaugurou uma nova forma de pensar, baseada no rigor científico e distanciando-se da liberdade fantasiosa do ensaísmo.

Nos anos 20, autores como Oliveira Vianna tentaram construir um referencial analítico para suas reflexões sobre a problemática brasileira. Oliveira Vianna e Paulo Prado

recorrem à bioantropologia e à sociobiologia por carecer de um referencial sociológico. É apenas nos anos 30, com a obra de Gilberto Freyre, que se observou a tentativa de construir a teoria social como sistema elaborado. Como afirma Bastos (1998), Freyre representa o último pensador de uma época e o primeiro de outra. A sociologia de Gilberto Freyre é construída a partir da idéia de que as classes tradicionais não podem ser excluídas da nova sociedade. Freyre levanta a tese da conciliação entre os “velhos” e os “novos” setores dirigentes, pois os setores tradicionais eram portadores de uma sabedoria que não existia na Igreja e nem no Estado, por isso não poderiam ser afastados da condução da nação. Sua sociologia torna-se, então, uma sociologia do consenso. Ou seja, uma sociologia que legitima a nova ordem social.

No final da década de 50 e início da década de 60, foi questionado o acordo que levou à formação do bloco agrário-industrial que se manteve por mais de 30 anos no Brasil, por um conjunto de manifestações políticas, sociais e culturais. Este questionamento expressou-se nos movimentos sociais, na crise de poder, no debate da questão fundiária e na denúncia dos limites dos direitos.

O desenvolvimento teórico e empírico da sociologia crítica brasileira e sua importância para América Latina ficou comprometido por fatores políticos. Segundo Martins (1998), este processo que teve como ápice a instalação de um regime militar autoritário, e que perseguiu e que provocou a perseguição e o exílio dos fundadores da Sociologia crítica brasileira, produziu uma “geração órfã” e a “morte da memória” histórica coletiva. Martins considera-se um órfão que viu interrompida a fase mais importante da sua formação, assim como a de tantos outros que decidiram ficar no país trabalhando na universidade. Porém, apesar dessa ruptura, os discípulos continuaram com o “modo de pensar” crítico inaugurado pelo antigo mestre. Como diz Martins (1998:44): “A orfandade de minha geração é uma orfandade real por que na fase mais importante de nossa formação fomos privados da convivência cotidiana com alguns dos melhores pesquisadores que as ciências sociais já tiveram no Brasil” .

A ditadura militar instalada em 1964 teria abortado a construção de uma sociologia brasileira de um alcance analítico mais amplo, que fornecesse o instrumental analítico e teórico capaz de explicar os processos históricos do desenvolvimento do capitalismo dependente nos países da América Latina. Como afirma Martins (1998), a exclusão do grupo de sociólogos que formavam parte da Escola de Sociologia de Florestan Fernandes reduziu a possibilidade de continuar com a definição de importantes temas e das grandes problematizações, condições necessárias para a continuidade e consolidação da sociologia crítica.

Segundo Martins (1998), este espaço foi ocupado por uma sociologia dedicada à importação de temas alheios aos problemas mais urgentes da sociedade brasileira. As preocupações com a teoria e a história deram lugar a uma sociologia instrumental preocupada com a demanda imediata.

Apesar do ambiente de repressão criado pelo regime militar e o empobrecimento dos temas e dos objetos de preocupação dos sociólogos, continuou o processo de institucionalização da sociologia brasileira.

Para Martins (1998), o declínio da qualidade da produção intelectual dos cientistas sociais brasileiros derivou da falta de motivações teóricas e históricas, o que resultou no abandono da análise dos problemas mais urgentes da sociedade brasileira:

“Curiosamente, esse empobrecimento atingiu de modo radical tanto o grupo que substituiu na universidade os professores que se foram, quanto os pesquisadores excluídos que se agruparam em centros privados de pesquisa, como o Cebrap. É significativo que nenhum dos pesquisadores afastados e agrupados posteriormente nesses centros, em outros centros que surgiram depois e se tornaram moda, tenha produzido obra equiparável às obras que eles próprios haviam produzido enquanto estavam na universidade” (Martins, 1998: 46).

A concepção da sociologia como uma ciência profundamente comprometida com a sociedade também tem sido uma idéia orientadora nas pesquisas da Escola de Sociologia de Florestan Fernandes e de seus discípulos.

Florestan Fernandes, seguindo o modelo de pesquisa implementado por Donald Pierson, dedicou-se a constituir um grupo sólido de pesquisadores preocupados com o desenvolvimento teórico e institucional de uma sociologia original enraizada nas características do desenvolvimento capitalista no Brasil.¹⁰ Florestan foi um defensor e organizador dessa concepção coletiva da produção de conhecimento. Em São Paulo, Pierson institucionalizou o modelo da Escola de Chicago, baseado na organização de estudos de pós-graduação, na formulação de amplos projetos de pesquisas sob a coordenação de um professor-doutor, onde os alunos se encarregavam de alguns subtemas e formavam parte dos grupos de pesquisas (Massi, 1989).

Para Florestan Fernandes (1976:19),

“o sociólogo brasileiro pode contribuir de forma original e criadora para o enriquecimento de ramos da teoria sociológica que não podem ser cultivados com a mesma facilidade por seus colegas dos ‘países desenvolvidos’ do mesmo círculo civilizatório. As sociedades que se afastam do tipo ‘normal’, inerente a determinada civilização, representam, em si mesmas, um problema teórico para a ciência. As explicações válidas para o tipo ‘normal’ nem sempre se aplicam às suas objetivações em condições especiais. É de enorme interesse científico não só introduzir as retificações necessárias nessas explanações, mas, principalmente construir modelos de explicação congruentes com as flutuações da realidade”.

Em consequência desta crítica, Florestan Fernandes aponta que as sociedades subdesenvolvidas têm o desafio de ir além da mera importação de conhecimentos e tecnologia, assimilando o modo de pensamento associado à sua produção e implementados de forma criadora nas condições históricas e sociais particulares, do contrário a ciência e

a tecnologia não desempenhariam uma função eficaz para impulsionar o desenvolvimento nacional.

A partir das sugestões metodológicas de Durkheim, Florestan Fernandes afirma que

“as sociedades capitalistas subdesenvolvidas mal saíram (quando não se acham parcialmente engolfadas) da ordem tradicionalista, cuja influência cria vários tipos de obstáculos à implantação irreversível da civilização industrial (...) a sociedade capitalista subdesenvolvida não é uma redução patológica daquele tipo social (as sociedades capitalistas avançadas), considerado em determinado estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário, ela constitui, através de suas diversas variantes, o que se poderia entender como uma manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem e mantiveram o capitalismo dependente” (Fernandes, 1968:52-4).

Segundo Florestan Fernandes, desde a perspectiva de Durkheim,

“o arcaico e o moderno nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional com a modernização. O valor do modelo de Durkheim consiste em que ele permite observar e analisar os requisitos morais da ordem social competitiva através da ‘composição do meio social interno’, ou seja, em termos estrutural-funcionais e causais” (Fernandes, 1968: 56).

As argumentações precedentes tornaram-se uma referência para as primeiras interpretações de José de Souza Martins, onde é fácil perceber a idéia de funcionalidade das estruturas arcaicas. Estas não estão em contradição antagônica com o capitalismo, mas pelo contrário, são necessárias à reprodução e acumulação do capital. Mais adiante esta perspectiva de análise será aprofundada. Por enquanto, cabe chamar a atenção como esta idéia de Florestan Fernandes é retomada por Martins quando constrói a explicação sociológica do “mundo rural” como um desenvolvimento desigual, com tempos históricos diferentes, com ritmos distintos de desenvolvimento, concepção que fundamenta sua crítica às interpretações dualistas.

¹⁰ Florestan Fernandes foi influenciado pela concepção do modelo de pesquisa de Donald Pierson, baseado na formação de grupos de pesquisadores e, como indica Limongi, esta “...não foi uma contribuição desprezível

As desigualdades inerentes à sociedade brasileira, longe de serem a evidência que justifiquem falar de “dois brasis”, “contrastantes”, idéia presente nas análises de Roger Bastide e de Jaques Lambert, representam as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. A idéia de existirem dois mundos distintos, até relativamente isolados um do outro, é superada pelo argumento da “funcionalidade” das estruturas e das relações sociais e pela visão da sociedade considerada como uma totalidade, onde essas relações distintas, com tempos e ritmos diferentes, complementam-se e fazem o capitalismo funcionar como um sistema social. As estruturas arcaicas fazem parte do “cálculo econômico” capitalista e portanto não representam apenas elementos residuais da sociedade tradicional, mas uma peça fundamental no mecanismo da reprodução social do capitalismo no Brasil e nas sociedades de classes dependentes. Nas palavras de Florestan Fernandes,

“A inegável desigualdade das formas de produção existentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. Pode-se chegar, por aí, à conhecida imagem dos dois Brasis, e a desdobramentos ainda maiores, já que é fácil deslocar-se no tempo percorrendo o espaço (...) a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, e explorando-se em limites extremos o único fator abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global (...). Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado” (Fernandes, 1968: 64-65).

O arcaico contribui para resolver algumas “imperfeições” do sistema capitalista para que este funcione eficazmente. Ao mesmo tempo que o arcaico é produto de um tipo de desenvolvimento capitalista, formar parte dele não é excludente e muito menos apenas um

resíduo. Esta idéia está presente em Martins desde seus primeiros trabalhos e permanece ao longo da sua produção intelectual sobre o mundo rural. De acordo com Florestan Fernandes (1968:65-66),

“ o agente econômico ‘mais arcaico’, que não tem possibilidades (ou só tem possibilidades estreitas) de reinvestir uma parcela do excedente econômico em suas unidades produtivas (agrícolas, de criação, extrativas, etc.), preenche as funções econômicas que decorrem de sua posição no sistema econômico: a) servir de elo entre o mercado interno e o mercado externo na captação de excedente econômico; b) alimentar uma pequena porção do mercado interno com alto poder de consumo; c) servir de elo entre o ‘setor arcaico’ e o ‘setor moderno’ do sistema econômico, transferindo para o crescimento deste último, indireta ou indiretamente, parcelas substanciais do excedente econômico gerado no primeiro (e que não podem ser reinvestidos nele, de modo produtivo, mantidas as condições de articulação do sistema econômico)” (Fernandes, 1968:65-66).

As idéias de Florestan Fernandes acerca do campesinato e das relações sociais no mundo rural são opostas às teses correntes do marxismo dogmático sobre o caráter transitório do campesinato. Para ele, as estruturas arcaicas representam não só uma singularidade, mas também um requisito para a reprodução e funcionamento do capital: a “articulação de estruturas arcaicas e modernas é um requisito do capitalismo dependente e este só poderá modificá-la, mantendo-se como tal, de maneira muito lenta e jamais completamente” (Fernandes, 1968: 78-9). Disso deriva, de acordo com Florestan Fernandes, que o processo de modernização da agricultura, seja incapaz de dissolver completamente as relações sociais arcaicas, acontecendo uma espécie de assimilação das camadas sociais desse “mundo arcaico” na dinâmica capitalista. O campesinato, como grupo social, que não pertence, mas ao mesmo tempo está inserido no sistema capitalista, busca diversas formas de proletarização, a fim de apropriar-se e participar do mundo urbano moderno e das supostas vantagens do trabalhador urbano. Este fenômeno de assimilação-acomodação é a inserção das populações rurais no mundo urbano e se expressa nas migrações do campo à cidade.

“A migração para outras regiões, em busca do assalariamento nas ocupações tradicionais; a tentativa de penetrar no mundo urbano, de classificar-se dentro dele, de ter acesso a seus privilégios; a identificação positiva com a proletarização, vista como ascensão social e também como um privilégio; a superestimação do estilo de vida do operário; etc.; são os mecanismos pelos quais se concretiza a conciliação dos ‘condenados do sistema’ com sua ordem sócio-econômica” (Fernandes, 1968:79).

Por essa via o camponês socializa-se na sociedade moderna, deixa de ser alheio, passando a pertencer à sociedade de classe.

José de Souza Martins não tenta apenas verificar empiricamente os principais postulados teóricos da Escola de Sociologia de Florestan Fernandes, mas sem se distanciar deles, busca novos caminhos, levanta novos problemas e preocupações teóricas e constrói uma explicação sociológica particularmente criadora sobre as formas de articulação heterogêneas de produção, como o papel político do campesinato, a cultura “caipira”, a reforma agrária, entre outros temas.

Voltar às idéias inovadoras da Escola de Florestan Fernandes permite reconstituir a gênese e entender a formação do pensamento de Martins, na formulação de uma sociologia centrada na análise dos fenômenos sociais do mundo rural.

As indagações da Escola de Sociologia de Florestan Fernandes possuem a consistência suficiente para orientar a pesquisa sociológica dos diversos problemas e fenômenos da sociedade brasileira atual. Apesar da ausência de uma “unanimidade teórica”, os temas e a abordagem metodológica indicam a existência de uma escola sociológica. A preocupação central desta nova sociologia radica na busca de uma explicação para a dependência política e cultural e na construção de um projeto de desenvolvimento para o país. Assim, a sociologia constitui-se num instrumento de diagnóstico e de transformação da realidade social. De acordo com Martins, Florestan Fernandes “procurava identificar as ‘atitudes e motivações desfavoráveis ao

desenvolvimento' nas diferentes categorias sociais e no próprio funcionamento do Estado” (Martins, 1998: 154).

Florestan Fernandes buscava compreender as transformações pelas quais estavam passando os países subdesenvolvidos na tentativa de superar o atraso cultural, a estagnação econômica e a dependência política. O papel da sociologia, nesse contexto, deveria ser a análise dos obstáculos que impediam que os países subdesenvolvidos superassem aqueles problemas e, além disso, contribuir positivamente na elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

A noção de totalidade fundamentou as incursões da Escola de Florestan Fernandes no terreno da dialética marxista, encarando como um desafio mostrar a aplicabilidade e a utilidade do método dialético nas pesquisas concretas. Como indica Cardoso, “na análise dialética, a explicação das relações estruturais e da dinâmica de sua transformação implica um esforço metodológico para estabelecer a hierarquia de vínculos entre cada situação particular e o conjunto do sistema social (a noção de totalidade)” (Cardoso, 1977: 15)

Se, por um lado, as primeiras investigações sobre o “mundo rural” de José de Souza Martins encontram-se estreitamente ligadas às preocupações teóricas, empíricas e práticas da Escola Sociológica de Florestan Fernandes, por outro lado, também é verdade que foram marcadas sensivelmente pelas obras de autores que buscavam o diálogo com outras disciplinas, como a antropologia. Cabe mencionar, especialmente, a influência decisiva de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, e através dele a influência da *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, principalmente no que se refere à tentativa de entender a historicidade do homem.

Para Martins (1998: 117), “Antonio Candido traz com *Os parceiros do Rio Bonito* uma contribuição inestimável à compreensão do modo como as contradições sociais se propõem na sociedade brasileira – em termos de uma pluralidade de tempos históricos, de descompassos e conflitos que passam pelo desencontro desses tempos na construção do vivido.” Por outro lado, como indica o próprio Antonio Candido, a idéia marxista do caráter

histórico das relações entre os homens, entre sociedade e natureza, orientou-o na elaboração da análise resultante de sua pesquisa:

“Quanto às influências intelectuais: devo à obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente. Homem e natureza surgem como aspectos indissolivelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade. Neste sentido, foi decisiva para o presente estudo a parte inicial d’A Ideologia Alemã” (Candido, 1987:11)

A idéia de historicidade do processo de construção da sociedade, originada de Marx e retomada por Florestan Fernandes e Antonio Candido, também fundamenta a análise dos processos sociais do mundo rural, realizada por José de Souza Martins. Ele mostra que

“Desde *Os Parceiros do Rio Bonito*, o esforço interpretativo de ligar os processos singulares, e, não raro, locais e imediatos, com o processo histórico e a realidade social e histórica do país, e da condição humana, define um padrão teórico e metodológico de interpretação de uma sociedade que não se confunde com as sociedades pressupostas nas orientações dos clássicos e da sociologia de importação” (Martins, 1998: 125).

Na concepção do projeto *Economia e sociedade*, coordenado por Florestan Fernandes, os sociólogos teriam que contribuir para criar a consciência, nos diversos grupos sociais, com o objetivo de superar os obstáculos ao desenvolvimento. Nesse cenário é possível entender melhor a discussão sobre feudalismo e capitalismo no Brasil. Já na década de 50, muitos anos antes das formulações de Gunder Frank¹¹, Florestan Fernandes a seu modo discutia sobre o atraso e os obstáculos ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

¹¹ Gunder Frank (1970:3), no seu livro *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, negava a existência no Brasil, assim como nos outros países da América Latina, de uma “economia dual” e rejeitava a caracterização feudal que outros autores conferiam à agricultura. A pobreza e a ineficiência da agricultura eram resultados do próprio capitalismo. Na sua crítica aos dualistas (referindo-se a Jaques Lambert e Celso Furtado), Gunder Frank (1970:151) afirma que: “A tese central de todos estes pesquisadores sustenta que o Brasil moderno está mais desenvolvido por que se funda em uma sociedade capitalista aberta e que o Brasil arcaico permanece subdesenvolvido por que não é um conjunto aberto à indústria e ao mundo em geral, e,

Como já foi dito, Florestan Fernandes, em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, argumentava que as relações atrasadas eram em certa medida necessárias para o funcionamento do sistema capitalista. Essa é a idéia que Martins retoma nas suas primeiras pesquisas sobre o homem do campo:

“A surpresa da pesquisa foi a constatação de que na região mais caracteristicamente tradicionalista e caipira, o Alto Paraíba, o tradicionalismo era justamente um ingrediente essencial e uma condição do padrão moderno, capitalista e eficiente da agropecuária regional, especialmente no Médio Paraíba, que ganhava corpo numa moderníssima cooperativa regional de leite. O tradicionalismo era, naquelas condições, e certamente não seria em outras, um dos meios da acumulação capitalista” (Martins, 1998: 155-156).

Essa ótica de análise serviu de base para análises posteriores que chamavam a atenção sobre a funcionalidade da agricultura no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial, a idéia de que a pequena produção agrícola desempenha uma função necessária para a reprodução e acumulação do capital ¹².

Florestan Fernandes estava preocupado por entender as singularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil em relação à universalidade do capitalismo como noção abstrata. Essa interação entre o universal e o particular é que permitiria a apreensão da essência do capitalismo brasileiro, seus limites e potencialidades; suas tendências e características. Assim, as pesquisas do grupo estavam orientadas por essa idéia. Martins confessa que suas primeiras pesquisas no âmbito do agrário estavam norteadas pelas concepções e idéias sustentadas pela Escola Sociológica de Florestan Fernandes:

particularmente, por que não é suficientemente capitalista, mas, pelo contrário, pré-capitalista, feudal ou semi-feudal” (tradução de WHGS).

¹² Essa idéia suscitou a crítica de Paulo Sandroni (1980), indicando Martins como o fundador da concepção da funcionalidade do pequeno produtor dentro do processo de desenvolvimento capitalista. Porém a explicação de Martins é mais complexa que isso, pois ele quer mostrar a contradição existente no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, que recria e utiliza relações não capitalistas.

“Minha primeira pesquisa, e outras que eu fiz depois, partia dessas orientações e das contribuições teóricas e interpretativas consistentes que vinham desses trabalhos e lhes dava continuidade. Em particular, ênfase a importância dessa marca da ‘escola sociológica de São Paulo’, que foi a de tomar como referência metodológica da pesquisa científica não necessariamente o que está no centro do processo histórico, mas aquilo que está num plano secundário ou marginal, uma mediação. Mesmo quando se tratou de estudar a burguesia (e o empresariado), Fernando Henrique não foi estudá-la em seu apogeu e em sua dominação, mas começou a estudá-la em sua origem, nas contradições do escravismo, num momento de impasses históricos e de incertezas, um momento de gênese e de definições estruturais. Meu trabalho procurava seguir esse padrão. Fui estudar o pólo atrasado do desenvolvimento capitalista, tendo referência os resultados sociais mais elaborados desse desenvolvimento” (Martins, 1998: 157).

Na produção de conhecimento sociológico de José de Souza Martins sobre o mundo rural, este aparece como a mediação possível para entender as contradições e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Estudando o mundo rural, entendido como o anômalo e o atrasado, poder-se-ia entender os limites e as particularidades do capitalismo brasileiro. Para Martins, “não se tratava de retomar polarizações e dualismos, como ocorrera com o estudo de Jaques Lambert, *Os dois Brasis*, nos anos 50. Tratava-se de reconhecer no atrasado, no anômalo, no marginal a mediação que oferece a compreensão mais rica do processo histórico e também indica o lugar histórico de bloqueios e resistências ao desenvolvimento social” (Martins, 1998:157). Ao considerar o “mundo rural” como uma mediação para entender o desenvolvimento capitalista no Brasil, Martins abre uma nova perspectiva para a compreensão do processo histórico e de seus limites e bloqueios. Essa opção leva implícita a crítica às interpretações dualistas das décadas de 50 e 60, que tiveram sua origem em “Os Dois Brasis” de Jacques Lambert, que mostra a polarização entre um Brasil “moderno” e outro “atrasado”.

Essa opção de José de Souza Martins implicou estudar o anômalo:

“O conjunto de meus trabalhos é marcado por uma preocupação de natureza com aqueles que estão à margem, os quais eu costumo chamar de vítimas, aquelas pessoas que não estão no centro da percepção dos acontecimentos dominantes, que

aparentemente não estão envolvidas neles embora de fato estejam, pessoas que normalmente não são consideradas como informantes válidos do acontecer histórico, testemunhas dos acontecimentos históricos que possam merecer uma atenção especial por parte dos pesquisadores. Essa preocupação é própria do grupo de sociologia da USP. Vários dos estudos de Florestan Fernandes foram feitos com quem estava à margem: o negro, o jovem, enfim, populações que normalmente não merecem atenção de um pesquisador convencional, a menos que se tornem um problema social” (Martins, 1998:197-8).

A análise de Martins distancia-se criticamente das interpretações dualistas. Isto é possível pela incorporação do marxismo nas análises da Escola Sociológica de Florestan Fernandes, um marxismo flexível, sem a rigidez do dogmatismo do marxismo oficial, aquele sustentado pelos partidos políticos de esquerda, principalmente o Partido Comunista. A leitura de *História e Consciência de Classes*, de Lukács, possibilitou abrir um novo campo de análise centrado na importância da consciência de classe no processo histórico.

Tomar a consciência como um elemento central na análise do processo histórico significou entrar em choque com as interpretações marxistas dogmáticas, onde predominava o determinismo econômico como elemento explicador de todos os fenômenos da sociedade capitalista. Na análise da Escola Sociológica de Florestan Fernandes, o capitalismo aparecia como a única opção histórica “possível” e “desejada socialmente” e, portanto, cabia aos sociólogos a análise objetiva do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Tal posição atentava contra o determinismo do marxismo gerado pela União Soviética e tomado ideologia do partido e do estado burocrático, e no Brasil, assim como em quase todos os países da América Latina, o Partido Comunista era portador desse tipo de marxismo dogmático. Os manuais de materialismo dialético difundidos pela Academia de Ciência da URSS eram a referência básica onde alguns intelectuais de esquerda buscavam inspiração. A Escola de Sociologia de Florestan Fernandes subverte,

desde a esquerda, aqueles dogmas que não ajudavam em nada a compreender a sociedade brasileira¹³.

O debate e as preocupações teóricas, práticas e metodológicas levantadas pela Escola Sociológica de Florestan Fernandes serviram como um quadro de referência obrigatória muito útil nas análises dos resultados das primeiras pesquisas de José de Souza Martins sobre o “mundo rural”. O próprio Martins reconhece que: “Meu trabalho foi, portanto, não apenas um trabalho de pesquisa, mas uma pesquisa fundada em um debate teórico. Quando estava no campo, por exemplo, pensava como questões teóricas aquilo que observava, o que foi muito importante para mim” (Martins, 1998: 161).

2. A influência de Henri Lefebvre na obra de Martins

O *Seminário de O capital*, constituído por um grupo de discípulos de Florestan Fernandes, mas sem sua participação, foi outro evento importante e cujos resultados tem influenciado a obra de José de Souza Martins. Através das discussões sobre a obra de Marx, Martins teve diante de si um marxismo livre de dogmatismo. Martins, ao mesmo tempo que incorpora, nas suas análises, as preocupações teóricas da Escola de Florestan Fernandes, busca nas contribuições específicas de autores como Lefebvre uma nova perspectiva do marxismo.

Posteriormente, em 1975, Martins organizou, com alunos de pós-graduação, um novo grupo para a leitura da obra de Marx. Estes seminários aconteceram todas as sextas feiras durante treze anos. A posterior descoberta de Lefebvre trouxe ao grupo novos temas esquecidos pelo marxismo vulgar. Da leitura de Lefebvre e da releitura de Marx, o grupo descobriu a importância que tinham os *Grundrisse* como referência teórica para entender-se

¹³ Neste sentido, Cardoso explicita a posição do grupo: “Não aceitávamos, por outro lado, o bê-a-bá do estalinismo teórico: a infra-estrutura, dinamizada pelo avanço das forças produtivas, que entra em contradição com a superestrutura (a política e a ideologia) e impõe uma ação, que é mais uma ‘resultante’, do que uma ‘práxis’. Quando Sartre publicou as *Questions de Methode* e em 1960 saiu a tradução francesa de *Histoire et Conscience de Classe* de Lukács, vislumbramos alguma saída para nossos impasses. Curiosamente, foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais” (Cardoso, 1977: 13).

e interpretar-se a problemática dos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento, num país atrasado e periférico como o Brasil e a maior parte dos países da América Latina, tem a característica ser desigual e combinado¹⁴. Como mostra Martins:

“Os Grundrisse de Marx ajudam a pensar essa diversidade de tempos históricos que não são residuais; o importante em Marx está nisso. Para ele, essa diversidade de tempos está ligada a uma certa concepção de história, de transformação, mas não se trata de tempos residuais. São tempos contemporâneos convivendo simultaneamente” (Martins, 1998:206).

Essa idéia de Martins sustenta sua postura teórica e metodológica nas suas pesquisas sobre o mundo rural. Este aparece, não como um resíduo que tende a desaparecer e que trava o desenvolvimento, mas como um tempo e uma forma social que faz parte integrante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essa postura entra em choque diretamente com a visão marxista ortodoxa que considera o campesinato em processo inevitável de desaparecimento.

Mais adiante poderá ser visto que esta perspectiva aparece como um traço diferenciador de suas análises sobre o mundo rural brasileiro. Como resultado da incursão na obra de Lefebvre, Martins afirma que a noção de *formação econômico-social* expressa que as relações sociais “têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (Martins, 1996:15).

Através de Lefebvre, Martins descobre um marxismo despojado de dogmatismo e uma fonte de inspiração para interpretar os problemas do capitalismo sem se restringir exclusivamente às determinações econômicas.

Em *O Capital*, o desenvolvimento capitalista aparece como modo de produção dominante, destruidor dos demais modos de produção, enquanto que nos *Grundrisse* as relações sociais capitalistas convivem com outras relações sociais. Em Marx, as relações

¹⁴ Ver ao respeito as formulações de Leon Trotsky na sua *História da Revolução Russa*.

atrasadas não propriamente capitalistas em estado puro se tornam as mediações necessárias para entender-se a sociedade inglesa, considerada como o modelo do desenvolvimento capitalista. Assim ele preocupou-se por entender como o processo capitalista adquire formas diversificadas nos países periféricos. Essa é a importância das suas análises sobre a Irlanda, a Espanha, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos. Marx refere-se à coexistência das relações sociais precedentes com as relações sociais meramente capitalistas:

“La sociedad burguesa es la más compleja y desarrollada organización histórica de la producción. Las categorías que expresan sus condiciones y la comprensión de su organización permiten al mismo tiempo la organización y las relaciones de producción de todas las formas de sociedad pasadas, sobre cuyas ruinas y elementos ella fue edificada y cuyos vestigios, aún no superados, continua arrastrando, a la vez que meros indicios previos han desarrollado en ella su significación plena” (Marx, 1986:26).

A coexistência de diversos tempos do desenvolvimento capitalista, segundo Martins (1996), pode ser expressa de forma rica e clara no mundo rural. É no mundo rural que está manifestada a diversidade e a complexidade das relações sociais como expressões dos ritmos e dos tempos históricos diferentes do desenvolvimento capitalista. Porém, não se trata de considerar o mundo rural como um espaço social e econômico isolado do mundo urbano-industrial, como expressão clássica e ao mesmo tempo, moderna, do capitalismo. Trata-se de estudar o mundo rural devido a “...sua extraordinária variedade e de suas características próprias” (Lefebvre, 1986:163).

A partir da perspectiva de Lefebvre, entende-se que os estudos sobre o mundo rural e em particular sobre o problema camponês, para tornarem-se objeto científico da sociologia, devem ser considerados não de forma isolada, mas pelo contrário, devem ser explicados a partir da elaboração de uma perspectiva de “totalidade do processo social e de suas leis” (Lefebvre, 1986:165). Dentro desta visão, a explicação sociológica sobre os fenômenos sociais rurais é insuficiente e incompleta se não se vincular à noção de totalidade; os fenômenos sociais devem ser entendidos como parte de um processo social a nível nacional e global. Nos países subdesenvolvidos, periféricos e dependentes, coexistem as formas mais atrasadas com as mais modernas.

Para Lefebvre, a noção de formação econômica e social, retomada de Marx, resulta central para explicar a dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. O método proposto de Lefebvre e retomado diretamente da dialética de Marx é o método que tem orientado os estudos sociológicos de José de Souza Martins sobre o mundo rural no Brasil.

3. “Mundo rural” e sociologia na obra de José de Souza Martins

Apesar da maior parte da sua produção científica referir-se a temas rurais, a abordagem analítica de José de Souza Martins para explicar o “mundo rural” ultrapassa os limites de uma “sociologia rural”. Contrariamente ao que possa parecer, o objeto central da sua análise não são os “fenômenos sociais rurais”, mas sim o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Como ele afirma (1975:1): “o tratamento crítico que dei às minhas pesquisas permitiram-me ultrapassar o conceito limitado e limitante de ‘rural’, de forma que os processos que investigo estão situados tanto no meio rural quanto no meio urbano”.

Neste sentido, Martins (1986) considera o capitalismo como uma totalidade inacabada, em movimento e contraditória. Para ele, muitos estudos recentes sobre o mundo rural tentam separar o que o capital já unificou, ou seja, o rural e o urbano. Desta forma, segundo Martins, as análises devem ser concentradas no processo do capital e nas contradições que ele engendra. Como a complexidade do capitalismo no Brasil expressa-se nas particularidades de seu desenvolvimento e, no “mundo rural”, essa complexidade é descoberta nos diferentes ritmos e nos diferentes tempos do desenvolvimento capitalista.

A apreensão da complexidade do capitalismo brasileiro implica necessariamente numa rede de conceitos que Martins vai construindo sucessivamente. O exame da sua produção científica, iniciada no final da década de 60, mostra o surgimento de um conjunto de categorias e, por trás delas, uma visão de mundo baseada numa leitura crítica das obras de Marx e de Henri Lefebvre. Assim, ao longo da sua produção vão aparecendo categorias

como: campesinato, capitalismo inacabado, desenvolvimento desigual, formação econômica e social, renda territorial capitalizada, escravidão por dívida, classes subalternas, sociologia do estranho e do estranhamento, dissimulação, código de duplicidade, linguagem do silêncio, sociedades barrocas, território antropofágico, ideologia urbana, ideologia capitalista, ideologia do trabalho na “grande lavoura”, exclusão integrativa, expropriação, exploração, terra de negócio/terra de trabalho, revolução agrária e reforma agrária e finalmente *produção capitalista de relações não capitalistas*. Não interessa apenas encontrar os significados desses conceitos, mais do que isso, trata-se de encontrar o fio condutor, a categoria ou o seu núcleo, que ilumine e explique o conhecimento produzido. A partir da análise da obra do autor é possível propor que existe uma categoria central que oferece esse fio condutor, trata-se da categoria *a produção capitalista de relações não capitalistas*.

Em *A imigração e a crise do Brasil agrário*, obra publicada em 1973, José de Souza Martins reconhece a influência que as idéias de Marx o influenciam na sua análise do problema camponês no Brasil. Nas palavras do autor: “valendo-me de Marx, as transformações econômicas, sociais e institucionais promovidas pela expansão do capitalismo redefinem concretamente categorias sociais não caracteristicamente capitalistas. Isto é, embora nem sejam destruídas pelas modificações sociais, nem por elas engendradas, passam a determinar-se por mediações fundamentais da sociedade capitalista” (Martins, 1973: 25).

Em *Capitalismo e tradicionalismo*¹⁵ (1975), Martins, utilizando as noções de expropriação sucessiva, economia do excedente, exclusão integrativa, tradicionalização, ideologia urbana e ideologia capitalista, analisa as contradições da sociedade agrária e sua transição para a sociedade industrial a partir da hipótese de que a separação campo-cidade é artificial e resultado do domínio da ideologia urbana sobre o “mundo rural.

¹⁵ Quando Martins se refere a tradicionalismo está falando do conjunto de relações sociais não capitalistas que são parte integrante do processo de reprodução e acumulação capitalista. Trata-se entre outras coisas do “estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano do país” (Martins, 1975:13).

Para Martins, o crescimento das cidades e das populações urbanas, assim como a emergência de novos valores na sociedade brasileira servem de indicadores específicos para mostrar a construção de uma nova ideologia, a ideologia urbana, que marca a passagem da sociedade tradicional e agrária para a sociedade urbana e industrial. Essa nova ideologia considera o rural como sinônimo de atraso e do arcaico. Em consequência disso, o progresso do campo estaria dado por ações externas e o agrário seria considerado como um problema se tanto as cidades como a indústria fossem afetadas por seu atraso.

A visão de Martins começa a delinear-se nesta obra, *Capitalismo e tradicionalismo*, quando considera a divisão campo-cidade como um resultado da ideologia urbana. Martins chega à conclusão de que essa separação é artificial e subjetiva. Ele conclui também que a categoria de ideologia capitalista se contrapõe à categoria de ideologia urbana, mas formando uma unidade que explica o problema agrário na sociedade brasileira. Para Martins, a ideologia capitalista, baseada no capitalismo industrial e numa racionalidade que busca uma maior remuneração do capital, é contraditória por que parece aplicada apenas na esfera industrial e urbana, enquanto que no campo o capitalismo brasileiro busca resolver os problemas com soluções anticapitalistas, negando a possibilidade da rentabilidade econômica das unidades de produção camponesa. Segundo Martins, por isso é que a modernização da agricultura restringiu-se à adoção de práticas e de técnicas sem fazer com que as unidades de produção agrícolas adotassem a racionalidade capitalista. Para ele, esta é a contradição fundamental que caracteriza a transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial. Martins chega à conclusão que a solução para o problema agrário reside na extensão, para o mundo rural, da racionalidade capitalista, pois a remuneração dos fatores de produção possibilitaria a acumulação de capital e beneficiaria os empreendimentos rurais.

Em *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1975), Martins avança na caracterização da questão agrária brasileira. Para ele, a questão agrária é um problema social de raízes estruturais, resultado das particularidades do desenvolvimento capitalista, para o qual a solução está na reforma agrária.

Num dos seus primeiros trabalhos, *Modernização agrária e industrialização no Brasil*,¹⁶ publicado em 1968, José de Souza Martins elabora uma reflexão sobre as relações entre o processo de industrialização e economia nacional, ao mesmo tempo que mostra as repercussões do processo de industrialização na sociedade e na “economia agrária” no Brasil. Tomando o “empresário” como centro da sua análise, Martins mostra que o “agrarismo rústico” e o “caipira” são o fundamento do processo de industrialização e de formação do capitalismo no Brasil.

Influenciado pelos estudos sobre a indústria paulista, da Escola de Sociologia de São Paulo, Martins afirma que a análise da racionalidade e da ação do empresário permitirá a “compreensão dos outros tipos humanos que ocorrem na sociedade agrária” (Martins, 1975:1).

4. Ideologia urbana e mundo rural

O processo de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira redefiniu as relações entre o mundo rural e o mundo urbano. As cidades se tornaram objetos de investimentos de capital, passando o mundo rural a um segundo plano. Esse processo Martins o denomina “urbanização dos investimentos”, um processo histórico que se inicia nas últimas décadas do século passado e se estende até as primeiras do presente século. O desenvolvimento das atividades comerciais, de serviço e industriais, são manifestações desse processo, que não é outra coisa que a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial capitalista dependente. Em conseqüência, os investimentos nas cidades significaram uma maior remuneração do capital que aquela praticada no mundo rural.

O crescimento das cidades e, portanto, da população urbana, provocou o deslocamento da “ideologia rural tradicional”, e a emergência da nova ideologia do capitalismo industrial, que Martins chama de “ideologia urbana”, repleta dos valores das cidades. Segundo Martins (1975), a imigração interna e de contingentes estrangeiros teve como resultado a ruptura da “solidariedade mecânica” e o enfraquecimento dos “caracteres

¹⁶ Este artigo faz parte do livro “Capitalismo e tradicionalismo”

comunitários” próprios do mundo rural. Essa noção, talvez de origem durkheimniana, é uma pista importante para a definição do que é rural, na perspectiva de Martins.

O que Martins chama de ideologia urbana parece coincidir com o significado weberiano da racionalidade capitalista. Tem-se aqui dois conceitos que pertencem a quadros teóricos distintos. Por um lado, o conceito durkheimniano de solidariedade mecânica é utilizado para caracterizar o mundo rural e sua dissolução marca a transição da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrializada e pelo outro, a racionalidade weberiana, como elemento que caracteriza o novo sistema social. Essa racionalidade expressa as funções das cidades, a existência de um “mercado livre de força de trabalho” e a “liberdade de enriquecimento”, de “alcançar o êxito”. Essa seria a ideologia trazida pelos imigrantes para São Paulo. O trabalho, como único meio para a ascensão social, um tema que mais tarde o próprio Martins se encarrega de analisar, é outro dos valores novos que fazem parte da ideologia urbana.

À emergência da ideologia urbana se contrapõe uma contra-ideologia. Segundo Martins (1975:2), a “situação anômica” que significava a dissolução da sociedade e valores tradicionais, provocou uma reação dos setores sociais tradicionais que se opunham ao processo de industrialização e portanto à emergência de uma nova classe social e de uma nova racionalidade. De acordo com Martins, autores do início de século, como Alberto Torres, acreditavam que o desenvolvimento industrial e das cidades tinha como consequência um crescimento anárquico de valores que não tinha nada a ver com a consciência e o modo de vida da sociedade brasileira. A solução da crise social, provocada pela industrialização e a urbanização, encontra-se, segundo a ideologia tradicional, na sociedade rural, nos seus valores de solidariedade, sugerindo dessa forma a volta à vida rural como via para a recuperação dos valores sociais perdidos.

Dessa forma, Martins explica a visão predominante que a sociedade brasileira constrói acerca do rural atrasado. Nessa primeira abordagem de Martins, a *ideologia urbana* se contrapõe à vida rural. A noção de *ideologia urbana* significa que a indústria, como prática social nova e o urbano, não são simplesmente os símbolos, mas os impulsores

do progresso e que o capitalismo se desenvolve na sociedade brasileira através do processo de industrialização e de urbanização. Em outras palavras, a sociedade brasileira poderá sair do atraso unicamente estendendo a industrialização a todos os espaços econômicos e sociais, inclusive e principalmente, ao mundo rural.

Para Martins (1975), a ideologia urbana e a constituição de uma sociedade com valores urbanos tinham como base transformar o caipira “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente” em cidadão urbano. Esse processo de transformação do caipira em cidadão implicaria uma apropriação dos valores e concepções da cidade. Essa mudança radical e dolorosa faz parte de uma visão que, segundo Martins, encontra suas origens na teoria marxista da desapareição inevitável do campesinato com o desenvolvimento capitalista. Nesta visão, cidade e campo são dois pólos antagônicos, onde o primeiro terá que superar o segundo, como fundamento da nova civilização.

Cabe salientar que de acordo com Martins a noção de “ideologia urbana”, possibilita revelar o conjunto de valores responsáveis pela distinção cidade-campo, indústria-agricultura, que permeia e influencia as instituições, os intelectuais e portanto as esquerdas brasileiras. Segundo Martins, as esquerdas supõem “a sociedade agrária como mundo à parte, esdrúxulo, no ‘todo’ que é definido pela perspectiva urbana e cujos significados fundamentais se *opõem* aos desta última” (Martins, 1975:5). Nesta visão, como mostra Martins, prevalece a idéia de que o mundo rural estaria submetido a uma permanente dependência em relação ao mundo urbano e, em conseqüência, a agricultura, na nova sociedade, teria um papel secundário e dependente da indústria. O progresso da agricultura e do mundo rural dependeria da absorção de produtos industrializados e das técnicas produzidas no ambiente urbano e na apropriação pelas populações do campo do “estilo de vida” prevalente nas cidades. Enfim tratava-se de conquistar a racionalidade capitalista que nessa visão, é eminentemente urbana e industrial. Portanto, espera-se, sua desapareição como espaço social.

Assim, desde a perspectiva da ideologia urbana, o mundo rural é considerado “problema agrário” só na medida em que a cidade e a indústria se vêem afetadas. Em outras

palavras, o rural é visto como um problema apenas quando se torna um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade brasileira, vale dizer do desenvolvimento capitalista. O mundo rural existe historicamente apenas quando está integrado ao mercado e quando faz parte do mecanismo de acumulação de capital, ou seja, existe na medida de que desempenha sua função econômica de fornecer produtos agrícolas a baixos preços. Os preços agrícolas baixos possibilitam a reprodução barata da força de trabalho e portanto uma maior acumulação de capital.

Martins (1975) estabelece a distinção entre “ideologia urbana” e “ideologia capitalista” para sublinhar a dominação do campo pela cidade. Como se viu anteriormente, os diagnósticos de baixa produtividade no mundo rural evidenciam uma preocupação desde a perspectiva da cidade. Por tal razão, as atividades dos programas de extensão têm tido historicamente o objetivo de elevar a produtividade, sem tentar implementar a racionalidade do cálculo capitalista nas unidades de produção agrícola. Assim, não tem havido uma preocupação por aumentar a rentabilidade do capital. Então, as relações de dependência do campo pela cidade estão marcadas pela ideologia urbana que não é necessariamente capitalista. A sociedade capitalista brasileira, segundo Martins (1975:7), poderia definir-se como uma sociedade que “formula soluções anticapitalistas para o seu setor agrário”. O problema agrário, na formulação de Martins, está constituído e definido por essa contradição. ↙

De acordo com Martins, a visão de um setor rural atrasado, que se torna obstáculo, mas que ao mesmo tempo é necessário para o funcionamento do capitalismo, é resultado de uma relação de dominação ideológica que não é necessariamente capitalista. Essa visão nega que as atividades rurais possam funcionar a partir de uma racionalidade econômica tipicamente capitalista. Em outras palavras, a produção agrícola forma parte do mecanismo de reprodução e de acumulação do capital na sociedade brasileira, mas sem ser considerada propriamente capitalista. Essa visão distorcida e por isso ideológica, levou a esquerda brasileira a levantar a hipótese de uma sociedade agrária com predomínio das relações feudais.

Na análise de Martins, a diferenciação urbano-rural é, até certo ponto, resultado dessa dominação ideológica. Para ele, o rural se integra no sistema capitalista, mas com a característica que seu funcionamento prescinde da racionalidade capitalista, sendo esta exclusiva da produção industrial. Cabe mencionar, por enquanto, que essa visão de Martins, pode ser questionada, principalmente no que respeita, não à dominação urbana, mas à racionalidade no funcionamento das modernas empresas capitalistas agrícolas, que em pouco se diferenciam das empresas industriais. Porém, sua análise é útil em relação à pequena produção agrícola, cujo objetivo é sua reprodução simples e não a reprodução ampliada nos termos explicados por Marx.

5. O rural e o urbano na formação da economia nacional

Na visão de Martins, o rural e o urbano são considerados como duas expressões distintas, mas ao mesmo tempo constituintes da sociedade nacional. Nessa perspectiva, a agricultura de subsistência e a industrialização representariam “momentos polares” no processo de formação da economia nacional. O rural, representado pela agricultura de subsistência, é um aspecto da industrialização, encontrando-se presente nesta com a produção de alimentos consumidos pelos trabalhadores urbanos.

Através de evidências empíricas resultantes de um estudo de caso realizado no Vale do Paraíba do Sul, Martins mostra de que forma o comportamento do setor agrário está determinado pelas necessidades de consumo resultantes do processo de urbanização e de industrialização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Por sua vez, o setor agrário consome os produtos industrializados, o que leva a supor a existência de uma relação de interdependência “entre a industrialização e a constituição da economia nacional, de um lado, e as condições de inserção do setor agrário nessa economia, de outro” (Martins, 1975:8).

A principal descoberta da pesquisa feita por Martins no Vale do Alto Paraíba refere-se às formas de articulação das diferentes regiões (Médio Paraíba, Alto Paraíba e Mantiqueira) com o mercado. Na planície (Médio Paraíba), apesar de haver uma

produtividade maior, em consequência da crescente utilização de insumos, é em Alto Paraíba que a produção agrícola é mais eficiente. Enquanto os produtores da planície não conseguem cobrir seus custos de produção, os produtores da montanha produzem um excedente. A partir da análise das condições de produção das distintas regiões que compõem o Vale, Martins extrai um conceito útil para desvendar o significado histórico do “tradicionalismo”. Trata-se do conceito de “economia do excedente”, que se diferencia das noções de “economia natural” e de “economia de subsistência”. Apesar da maior produtividade mostrada no Médio Paraíba, é na montanha que os produtores constituem uma “economia do excedente”. A idéia de excedente vai além da simples diferença entre produção e consumo. O excedente não é apenas a quantidade que sobra, após o consumo. Trata-se do excedente de fatores de produção, principalmente de terra e força de trabalho.

Na montanha (Alto Paraíba) os produtores se vinculam ao mercado, produzindo o necessário (feijão) para sua reprodução. A população dessa região “organiza sua produção de conformidade com o padrão tradicionalmente estabelecido, preservando instituições tradicionais, como o mutirão, as festas propiciatórias no fim do ano agrícola e antes do plantio dos artigos essenciais da sua dieta alimentar” (Martins, 1975:12). Isso não acontece no Médio Paraíba, onde pela crescente utilização de insumos industriais, não há rendimentos líquidos. No Alto Paraíba os custos de produção são inferiores, pela utilização dos excedentes de fatores de produção (terra com pastagens naturais e força de trabalho).

Segundo Martins (1975:12) é o excedente de fatores de produção o elemento que caracteriza a economia e a sociedade baseadas na cultura do excedente “à margem das relações monetárias, das relações abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares”. Portanto é a noção de “economia de excedente” a descoberta principal de Martins nesse estudo de caso, e que lhe permite fazer a distinção entre duas formas de integração da economia agrária com o mercado capitalista (“economia de mercado”). Desse ângulo a modernização para Martins não significa necessariamente a destruição das relações culturais e sociais; pelo contrário, a sua preservação significa uma “melhor e eficiente” integração no mercado capitalista. Como pode ser notado, a visão de Martins contrasta com a tese marxista da proletarianização e

destruição das relações sociais “pré-capitalistas”. Como o próprio Martins afirma, “embora a inserção no eixo-industrial Rio-São Paulo, na cultura urbana e nas concepções capitalistas torne viável e, até, culturalmente necessária a modernização dos empreendimentos do Vale, no sentido da adoção de práticas capitalistas típicas, as condições gerais concretas favorecem o êxito do tipo contrário” (Martins, 1975:13).

Portanto, o “estabelecimento tradicional” constitui-se em elemento fundamental para a acumulação do capital, mas tal atributo entra em choque com os estereótipos criados pela “ideologia urbana” do caipira. Por um lado, o capital se beneficia de produtos agrícolas baratos, significando a reprodução da força de trabalho a baixo custo, por outro lado, os valores urbanos, que diagnosticam o atraso do campo, têm como consequência a implementação de um processo de modernização como tentativa de superação do “atraso”. Na visão de Martins (1975:14), “a viabilidade da economia nacional está na dependência direta não apenas da expropriação do proletário urbano, mas fundamentalmente da expropriação do homem rural por ele mesmo, confiando no agrarismo extensivo, produzindo excedentes, produzindo-se como caipira”.

Então, na interpretação de Martins, o desenvolvimento capitalista brasileiro tem criado e recria o “agrarismo tradicional”, uma forma social e econômica que é indispensável para seu funcionamento e reprodução como sistema social. A sociedade capitalista brasileira não apenas precisa da exploração do proletariado urbano, mas também da auto-exploração do pequeno agricultor.

Vale a pena se deter um pouco nas idéias martinsianas de “auto-exploração” e de ausência de racionalidade capitalista no “estabelecimento tradicional”, para salientar certa semelhança com as idéias do economista russo Chayanov. Na análise chayanoviana a combinação dos recursos, o tamanho da propriedade e os meios de produção estão mediatizados por uma dimensão subjetiva que é a *intensidade do trabalho* ou a *auto-exploração da força de trabalho* da família camponesa. O objetivo do trabalho dos camponeses não é o lucro nem a acumulação de capital, mas a sua reprodução social. Na economia camponesa, o cálculo capitalista está ausente, não faz parte da lógica de

funcionamento. A auto-exploração e a ausência da racionalidade no mundo rural, sustentada na argumentação de Martins, está presente nas formulações teóricas de Chayanov (1974). Na verdade, trata-se de outro tipo de racionalidade distinta da racionalidade capitalista. A análise de Martins, longe de uma visão chayanoviana de uma economia camponesa fechada e independente, salienta as conexões e interdependências existentes entre o “agrarismo tradicional” e a “economia nacional”. A criação, no “estabelecimento tradicional”, de um valor além do produto necessário, para sua reprodução social, é transferido e utilizado na acumulação de capital e nos investimentos na indústria.

Na visão de Martins (1975:16), o urbano e o rural constituem um “todo articulado”, assim o “progresso urbano-industrial” não pode ser explicado separadamente do “atraso agropecuário”. A “indissolúvel relação” entre a cidade e o campo permite uma nova perspectiva na compreensão dos fenômenos sociais e econômicos que conformam o problema agrário brasileiro.

6. O problema agrário brasileiro: relações sociais e ausência de ação racional

A discussão do problema agrário brasileiro aparece na análise de Martins em duas dimensões teóricas que expressam as dificuldades da definição da natureza social do rural. A primeira refere-se à necessidade de explicar as complexidades e particularidades das relações sociais no mundo rural, enquanto que a segunda trata da ausência da ação racional nos estabelecimentos agrícolas.

A complexidade das relações sociais no mundo rural brasileiro, que produzem uma diversidade muito rica de tipos humanos, chamada por Martins de “tipos intermediários” (“o parceiro, o colono, o agregado e o arrendatário) dificultam a apreensão da natureza do tipo estrutural que marca o rural brasileiro. Martins considera que o critério de compra e venda de força de trabalho para caracterizar como capitalista ou não as relações sociais não resulta suficiente para entender-se as relações sociais no campo brasileiro. Esses “tipos

intermediários”, segundo Martins (1975), “não configuram liminarmente a existência de um mercado livre de trabalho nem uma classe de proprietários dos meios de produção compradora de força de trabalho”. Os “tipos humanos”, na explicação de Martins, são “virtualmente capitalistas” que compram mas que também vendem força de trabalho. Em suma, as complexidades das relações sociais dificultam a definição da natureza capitalista do mundo rural.

No que se refere à ausência de uma ação racional, Martins (1975:17) enfatiza que “num número significativo de estabelecimentos agropecuários não pode ser constatada a obediência a requisitos fundamentais de controle racional da rentabilidade do capital investido”. Porém, isto não significa que o cálculo racional não seja utilizado em todas as atividades agropecuárias. É o caso de empreendimentos capitalistas que “descartam qualquer generalização a respeito de uma economia mercantil não capitalista ainda (isto é, que tenha o lucro por alvo, embora as relações de produção não sejam tipicamente capitalista)” (Martins, 1975:17).

De acordo com Martins, esses empreendimentos capitalistas (ele se refere à Cooperativa dos Cafeicultores e dos Produtores de Leite de São Paulo), “que objetivamente traduzem uma ação econômica com fins claramente formulados em termos de reprodução do capital e com meios planejadamente escolhidos para alcançá-los, não elucidam o sentido da ação no plano dos sujeitos” (Martins, 1975:19). Observa-se então, segundo Martins, uma duplicidade de ações sociais: por um lado, existem ações em que os fins pessoais coincidem com os fins do capital; por outro lado, ações que dominam os valores e emoções.

Esse duplo caráter da ação se manifesta “no intercâmbio dos homens com o sobrenatural, por via da promessa e a retribuição” (Martins, 1975:19). A ausência de uma contabilidade racional e de previsão de lucro e preços é superada com a incorporação do sobrenatural. As festas religiosas se ajustam à época do plantio e da colheita. De acordo com Martins (1975:19), “os objetivos do capital e os objetivos pessoais confundem-se por

via dos valores: as ações são racionais com relação aos valores e estes valores estão freqüentemente associados a ‘lucro’”.

Martins argumenta que a previsão, um elemento importante da atividade econômica, fica no terreno dos santos. Com isso, os produtores perdem o mecanismo da “ação empresarial”. Mas isso não acontece com as empresas cooperativas onde a ação se orienta para o lucro. Então, existem duas figuras sociais na sociedade agrária brasileira: “o produtor empresário e o produtor não empresário. Ambos, na verdade, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias” (Martins, 1975: 22).

Para Martins, a remuneração do capital, a fixação dos preços mínimos dos produtos agrícolas, antes da colheita e não antes do plantio, exprimem a separação do rural e do urbano. Os preços mínimos são fixados em função dos custos da economia urbano-industrial sem levar em conta os custos reais da produção agrícola. A lógica da modernização da agricultura exclui a remuneração do capital nos empreendimentos agrícolas. As atividades produtivas no mundo rural, não estão regidas pela racionalidade capitalista. A produção agrícola está subordinada às necessidades da remuneração do capital e da reprodução barata da força de trabalho. A separação rural/urbano se manifesta na diferença de preços dos produtos agrícolas e industriais. A economia agrária sustenta o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da economia urbana: “assim como os setores marginais da economia colonial suportaram a constituição das economias metropolitanas, assim também está cabendo a eles suportar os custos de constituição da economia nacional” (Martins, 1975:25).

Na perspectiva analítica de Martins, a dissolução rural/urbano, como foi visto antes, é resultado da ideologia urbana dominante. A explicação, elaborada por Martins, da subordinação do rural ao urbano, como produto de uma ideologia urbana, exprime claramente a influência teórica que ele recebe de Henri Lefebvre.

A ideologia urbana permite ver a modernização da economia agrária como uma prática social, tendo como sujeito principalmente o Estado, que visa superar o

analfabetismo e a cultura arcaica, considerados obstáculos para o desenvolvimento da economia nacional. Para Martins, a modernização da agricultura denota uma certa ambigüidade, produto da separação rural/urbano e dos valores urbanos dominantes. De acordo com Martins, na perspectiva dos proponentes da modernização, é preciso abandonar as práticas e os instrumentos produtivos arcaicos, e sobretudo a cultura tradicional, e assumir a cultura urbana, mas sem (e isto é o contraditório) se apropriar da racionalidade urbana, que busca a remuneração do capital. A modernização se restringe então à adoção, pelos produtores rurais, de um conjunto de práticas e técnicas, produto do capitalismo urbano-industrial, mas sem utilização de racionalidade.

Para Martins (1975:26), o problema agrário brasileiro se resume na ausência de uma “ação compatível com a remuneração do capital investido, em termos capitalistas, afastando, assim, a hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano, a sua interdependência”. Ou seja, na economia agrária existe um capitalismo *sui generis* que deixa de lado os mecanismos de regulação e de remuneração do capital, próprios do sistema capitalista. Poder-se-ia afirmar que a solução para o problema agrário brasileiro que se deriva desse enfoque é a extensão para o mundo rural da racionalidade capitalista, dessa forma os fatores de produção teriam a remuneração adequada e existiria a possibilidade de uma acumulação de capital que beneficiaria os empreendimentos rurais.

Como indica Martins, a lógica da modernização baseia-se na racionalidade da técnica e não do capital, seu objetivo é superar alguns desequilíbrios, como a escassez de força de trabalho em algumas regiões. Com a introdução da técnica acontece um conjunto de transformações econômicas e sociais. A terra é considerada, pelo produtor, como capital fixo e a introdução de novas técnicas viabiliza a remuneração do capital. Paralelamente, se reorganizam as relações sociais. O colonato desaparece para dar lugar ao trabalho assalariado. Dessa forma a modernização da economia agrária, apesar de incompleta, provoca importantes transformações, buscando estabelecer relações sociais tipicamente capitalistas.

De acordo com Martins, ocorre uma dissociação entre a racionalidade da técnica, mediada por um tipo de relação “paternalista”, entre o “agente modernizador” e os produtores. Estes acabam adquirindo produtos industriais (tratores, insumos) sem que isto seja uma necessidade para a produção ou uma demanda do mercado. Martins (1975:30) observa que “algumas pessoas que dispunham de menos terra do que a que pode ser trabalhada por um trator em plena utilização, estavam resolvidas a comprá-lo, não obstante as más perspectivas do mercado”. Essa “necessidade” de comprar os produtos industriais era resultado da idéia, imposta pela ideologia urbana e da que é portador o agente modernizador, de que dessa forma era possível fazer parte da “cultura urbana”, do progresso. Como disse Martins (1975:30), “fica evidente a valorização da cultura material urbana, que, para os personagens envolvidos, denota melhoria do nível de vida”. A incorporação da cultura urbana faz que as pessoas no meio rural valorizem o trabalho e a vida urbana, em oposição ao trabalho árduo da roça. Na análise de Martins, para os produtores rurais, as máquinas, o inseticida, o espaçamento racional e as sementes selecionadas representam os valores da cidade, sendo mais importantes que a racionalidade econômica dos fatores de produção. O produtor rural “não raciocina em termos de capital investido, mas sim em termos de aspirações urbanas de conforto e consumo ostensivo” (Martins, 1975: 31).

Para Martins, considerar o rural como um espaço onde não funciona a racionalidade capitalista é resultado não apenas da ideologia urbana, mas também da confluência de duas matrizes teóricas distintas acerca da interpretação do capitalismo: a de Marx e a de Weber. Quando Marx analisa o modo de produção capitalista, ele se refere ao capitalismo industrial que ele considera como a fase mais acabada e progressiva do capitalismo, uma fase qualitativamente superior que o capitalismo comercial. Em contrapartida, para Weber, o capitalismo é resultado da ação social.

O que se esconde detrás dessas duas concepções são duas formas de ver o capitalismo. Como mostra Martins, na visão de Marx o capitalismo aparece como um sistema social, determinado pelo devir histórico. As relações sociais, pré-capitalistas, desaparecem, para dar lugar às relações sociais tipicamente capitalistas e portanto a novas

classes sociais, portadoras do progresso e da cultura moderna. A cidade se impõe como um novo espaço de sociabilidade em oposição às relações sociais arcaicas, próprias do mundo rural. Na visão weberiana, o capitalismo é produto de uma ação social histórica e portanto repleta de singularidades. Segundo Martins, a convergência dessas duas perspectivas teóricas que se contrapõem está presente na definição da natureza do problema agrário brasileiro.

Mas o dilema na interpretação sobre a sociedade agrária brasileira não é apenas resultante dessas duas concepções teóricas, mas também de um processo histórico particular, de uma economia capitalista, produtora de mercadorias com uma base escravista. Na origem do capitalismo brasileiro o senhor de escravos se confunde com a figura do capitalista, verdadeiro motor das transformações. Porém, o capitalismo foi viabilizado a partir do momento em que essas duas figuras sociais se separam e se diferenciam. O senhor dos escravos se torna capitalista quando passa a viver na cidade e raciocina em função do capital e não da fazenda. Então acontece um processo que simultaneamente constrói as condições de emergência da consciência empresarial e destrói a sociedade escravocrata. Estão dadas as condições para o domínio ideológico e econômico da cidade sobre o campo. É a fase da transição do capital comercial para o capital industrial.

Ao longo da argumentação de Martins, há uma contradição aparente que ele mesmo se apressa a frisar: há a impressão que o empresário pode existir apenas nas condições sociais da cidade e que no meio rural não existe nenhuma possibilidade de haver uma ação racional capitalista. Martins (1975) chega à conclusão de que não há nenhuma incompatibilidade entre o empresário capitalista e a situação rural. Essa aparente contradição, segundo ele, é resultado da dominação ideológica da cidade, para justificar e reproduzir uma relação econômica específica, onde o crescimento urbano é “financiado” pela economia agrária, possível devido aos preços baixos dos produtos de origem agrícola. Os preços baixos dos produtos agrícolas reduzem os custos de reprodução da mão de obra urbana e contribuem para a acumulação do capital. É a lógica de transferência de riqueza que se estabelece entre a economia agrária com “os centros metropolitanos ou com os centros internos que exercem funções metropolitanas” (Martins, 1975:36). Essa relação é

desigual e geralmente desfavorável para a economia agrária, que tem arcado com os custos do crescimento urbano e industrial.

“Nessas condições, a economia rural funciona com as taxas mais baixas de remuneração dos fatores e com as maiores porcentagens de riscos, relativamente aos setores da economia urbana brasileira. Assim mesmo, ‘dentro’ da economia agrária, diversas faixas têm sido ‘isoladas’ e a elas têm sido transferidos os custos e os riscos econômicos” (Martins, 1975:36).

Deriva-se daí que a racionalidade capitalista e a remuneração dos fatores de produção funcionam apenas para alguns setores da economia agrária, para outros não. No caso da pesquisa realizada por Martins em 1966¹⁷, os membros das cooperativas de leite e de café raciocinam como capitalistas, enquanto que os arrendatários plantadores de amendoim e algodão não o fazem. De acordo com Martins os arrendatários representam o tipo humano, dentro da economia agrária, que carrega os custos do crescimento urbano e industrial e “suporta os traços mais irracionais da economia capitalista que, acumulados, chocam-se com as suas aspirações de enriquecimento, de conforto e de consumo” (Martins, 1975:37).

A partir dessa análise, Martins (1975:41) evidencia a existência de “dois tipos de modernização” em São Paulo. A primeira é definida como “artificial” e a segunda como “empresarial: a modernização “artificial” ocorre quando não se leva em conta a remuneração do capital e na modernização empresarial, a ação do sujeito visa a acumulação de capital. Distinguem-se, portanto, dois tipos de sujeitos: o produtor e o empresário. O “produtor”, que não busca a remuneração dos fatores de produção e obtém rendimentos negativos, acabará se proletarizando. E o “empresário” raciocina como capitalista e organiza a produção buscando o lucro.

¹⁷ “As condições sociais do desenvolvimento agrário no Estado de São Paulo”, pesquisa realizada por Martins em três municípios do Alto Paraíba, da Alta Sorocaba e da Baixa Mojiana. Com essa pesquisa Martins buscou entender os processos sociais e econômicos do mundo rural. A análise dos dados se encontra no segundo capítulo de “Capitalismo e tradicionalismo”.

É a ação do “empresário” que produz a modernização, entendida esta como “um processo de desenvolvimento econômico, como ajustamento social e cultural a uma nova estruturação da economia” (Martins, 1975:41). Portanto o processo de modernização pode ser compreendido através do conhecimento das especificidades da ação do empresário.

7. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a propriedade privada da terra

Na visão de Martins, o capitalismo penetra no campo de forma singular. O desenvolvimento do capitalismo no campo não significa o domínio das relações tipicamente capitalistas caracterizadas pela compra e venda da força de trabalho. As relações sociais no mundo rural são capitalistas, mas sem tomar a forma prevista por Marx, de oposição entre burguesia e proletariado. Como afirma Martins (1975:49), o que caracteriza as relações sociais no campo como capitalistas “é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre produtor e sociedade”.

De uma perspectiva sociológica, segundo Martins, a questão agrária é considerada como um conjunto de “problemas agrários” que se apresenta como uma ruptura de continuidade “entre componentes da estrutura social ou no sentido de conflitos entre setores da sociedade” (Martins, 1975: 51). Martins define dois tipos de problemas agrários. O primeiro refere-se ao “rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta, pelos próprios trabalhadores, dos seus meios de vida”. O segundo, “a ocupação de novas terras nas fronteiras econômicas do país” (Martins (1975:52).

O primeiro tipo de problema compreende o processo de ruptura das relações sociais e de controle direto da produção de subsistência. É o tipo clássico de separação do produtor direto dos meios de produção, decorrente do processo de acumulação do capital e da transformação do produtor em trabalhador assalariado.

O segundo tipo pretende explicar, desde outra perspectiva, o processo de expansão capitalista no campo. Martins utiliza a noção de “frente pioneira” para explicar “um

movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, que se apresenta como fronteira econômica (Martins, 1975:45). Na frente pioneira se estabelecem relações sociais capitalistas. A vida econômica se estrutura em função do mercado. A noção de “frente pioneira” vai além da sua significação geográfica como fronteira demográfica. A “frente pioneira” permite entender o movimento do capital no campo. No sentido geográfico, a frente pioneira se apresenta como a dualidade zona pioneira/zona antiga, entre o mundo moderno e o mundo tradicional. A zona pioneira evoca a figura da cidade, do moderno, do progresso. A zona antiga é o mundo empobrecido “marcada pela perda dos tipos humanos mais empreendedores” (Martins, 1975:44). Essa dualidade é trazida ao campo da sociologia e é objeto de crítica por Martins. Não se trata de entender o mundo dividido em tradicional/moderno, mas de entender a lógica da expansão do capitalismo no campo, operando transformações profundas nas relações sociais. Essa dicotomia tradicional/moderno expressa um modelo sociológico evolucionista, onde o moderno seria o fim último. Martins (1975:44) questiona o pressuposto sociológico de entender a zona pioneira como resultado da evolução de um tipo a outro. Se do ponto de vista da geografia a zona pioneira é interessante por que representa a modernidade da cidade, do ponto de vista sociológico “o que importa é descobrir quais são as relações sociais que tornam singular o sistema social na zona pioneira” (Martins, 1975:44).

As relações sociais, como categoria de origem marxista, ocupam um lugar de destaque na análise de Martins, para caracterizar o processo de desenvolvimento capitalista, além da mera expansão demográfica. “O ‘novo’, que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social” (Martins, 1975:45).

Como mostra Martins, as relações sociais são capitalistas por que a terra não é apenas ocupada, mas comprada. Nesse sentido “a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais” (Martins, 1975:47). O que interessa apreender é a expansão da economia de mercado como expressão da penetração do sistema capitalista no campo. A propriedade privada é a renda capitalizada. O mercado é o

mecanismo regulador da produção e, portanto da riqueza e da pobreza. Assim, a propriedade privada da terra é o elemento que provoca as contradições sociais no campo. Segundo Martins, não é possível compreender o capitalismo no campo apenas através da compra e venda da força de trabalho, mas a partir das relações que se estabelecem a partir da propriedade privada da terra.

Neste sentido, para Martins, a questão agrária brasileira se fundamenta na propriedade da terra e no mercado de trabalho. “A primeira adquiriu forma em 1850 através da Lei No. 601, conhecida como Lei de Terras. A segunda generalizou-se em 1888 com a abolição da escravatura. A Lei 601 foi promulgada em face da futura provável emancipação do trabalhador cativo para promover a criação de um mercado livre de força de trabalho após a libertação dos escravos” (Martins, 1975: 52). Como mostra Martins, pensava-se que a força de trabalho escrava ao ser liberada ocuparia as terras livres e com isso, limitaria a disponibilidade de força de trabalho. Com a Lei de Terras, a terra se tornava uma mercadoria, portanto sua posse era possível unicamente através da compra em dinheiro. Porém, com a libertação dos escravos, o Estado implementou uma política de imigração de força de trabalho européia. Essa política de colonização baseou-se no suposto ideológico de que os trabalhadores assalariados poderiam ter acesso à terra através do mercado. Como mostra Martins, a ideologia não correspondeu com as necessidades do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, e o trabalhador rural não se tornou um assalariado típico, pois “parte de seu trabalho era pago em espécie através da permissão para cultivar terras do fazendeiro com agricultura de subsistência” (Martins, 1975:53).

Na visão de Martins, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou uma mudança estrutural na economia brasileira. A insuficiência do desenvolvimento industrial explica a incapacidade de absorver a força de trabalho liberada. A crise social agrária se explica a partir da contradição entre as necessidades de acumulação do capital e a realização do lucro, por um lado, e as terras que produzem os meios de subsistência dos trabalhadores, por outro. Para Martins, essa pressão do capital sobre as terras que produzem os meios de subsistência gera a crise social no campo e essa contradição constitui a base dos conflitos sociais no mundo rural. De acordo com o autor,

“três tipos de respostas têm surgido nessas circunstâncias. Primeiro, migração para as terras da ‘frente de expansão’. Segundo, migração para as cidades onde, em muitos casos, as pessoas se tornam desempregadas ou subempregadas. Terceiro, explosão de movimentos sociais” (Martins, 1975:53).

8. A reforma agrária

Como se afirmou anteriormente, para Martins, a questão agrária é considerada um problema social de raízes estruturais, resultado das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e a reforma agrária é entendida por Martins como uma resposta à questão agrária. Porém, apesar das múltiplas dimensões da questão agrária, a resposta dada pelo regime implantado em 64 foi eminentemente política, buscando reduzir ou neutralizar os movimentos sociais no campo. Essa resposta deixava de lado os aspectos estruturais e econômicos para privilegiar o elemento político. Para Martins (1975) a reforma agrária representa uma intervenção do Estado na realidade social e constitui um processo social mediatizado por condições históricas. Um processo com duas dimensões, nas palavras de Martins:

“ a da consciência social subjetiva da situação e a do sentido e direção objetivos que assume. Então, entre os sujeitos há uma realidade social objetiva e construída, cujas significações podem ser compreendidas de diferentes modos. O processo social da reforma agrária é uma interferência deliberada nas tendências da vida social com a finalidade de modificá-las conforme um tipo de interpretação da realidade” (Martins, 1975:54).

A posição de Martins em relação à reforma agrária transcende sua importância meramente econômica, para se centrar no seu possível impacto nas relações sociais. Essas mudanças seriam mais ou menos profundas dependendo da ação dos sujeitos e principalmente da ação do Estado. Por isso, o controle do poder político é essencial nesse processo de transformações. A reforma agrária é “uma técnica social baseada no poder político”, ou seja, trata-se de um conjunto de ações sociais e técnicas subordinadas aos interesses dos grupos sociais dominantes (Martins, 1975:55).

De acordo com Martins, a propriedade privada da terra e o trabalho livre, institucionalizados pela Lei de Terras de 1850, possibilitaram a formação de uma ideologia burguesa que foi absorvida pelo trabalhador. A “ideologia burguesa” e sua “tradução” na consciência proletária são um elemento importante na análise de Martins, que permite explicar o comportamento do trabalhador rural: “o trabalho assalariado contumaz e a poupança severa constituíam os meios adequados para que se tornasse proprietário da terra” (Martins, 1975:79). Em outras palavras, esse elemento ideológico permite a reprodução social de um tipo de produtor que ao mesmo tempo em que produz para o mercado também produz diretamente seus meios de subsistência.

Uma das contribuições da análise de Martins é precisamente enfatizar essa contradição do sistema capitalista brasileiro, como sendo, ao mesmo tempo uma limitante do desenvolvimento e também como um elemento que o caracteriza e é fonte geradora dos conflitos sociais no campo. Em seu esquema analítico, a adoção de inovações atende às necessidades da acumulação capitalista. Nesse sentido, “é funcionalmente racional no nível do sistema (...) a adoção não se dá senão nos termos da prática da consciência necessária do sistema, isto é, a consciência burguesa, que transubstancia os requisitos da multiplicação do capital e que, em última instância, se traduz num tipo de personalidade que é a do capitalista” (Martins, 1975:81).

Para Martins, a difusão de inovações é na verdade a difusão da vocação empresarial: “a inovação só adquire sentido pela mediação do atendimento dos requisitos de multiplicação do capital” (Martins, 1975:81). Mas essa vocação encontra seus obstáculos nos “elos periféricos da corrente produzida pela expropriação sucessiva e aos quais são transferidas as suas conseqüências ‘irracionais’, sob a modalidade de vivência da insuficiência econômica, mediante o aparecimento de categorias de produtores rurais não tipicamente capitalistas, como o parceiro, o agregado, o colono, o posseiro, etc.” (Martins, 1975:82).

Na análise de Martins, as categorias de produtores não tipicamente capitalistas, antes de representar um estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro, formam parte da

sua formação histórica, são o “resultado necessário desse modo de produção capitalista” (Martins, 1975:82). Essas relações sociais não tipicamente capitalistas constituem as “limitações estruturais” da “vocação empresarial”. A contradição apontada por Martins, reside em que essas “limita es estruturais” são resultado e necessidade da acumula o do capital. A adoção das inova es, portanto, não   geradora da voca o empresarial e “acentua as conseq ncias sociais ‘irracionais’ de uma situa o que se mant m una a partir das tensões objetivas que a constituem e não a partir da falta de tensões” (Martins, 1975:82).

O “mundo caipira”, pela sua proximidade com a natureza,   considerado por Martins como tendo rela es diversas das rela es de mercado. Para ele, o “mundo caipira funciona de acordo com os “mínimos vitais”¹⁸:

“As rela es com a natureza e os caprichos desta seriam determinantes nas oscila es das condi es de existência, fazendo com que as pessoas vivam e se relacionem no nível desses mínimos. Por isso, a eles corresponderiam os mínimos sociais, formas mínimas de sociabilidade, pouco mais extensa do que as da família de procria o ou família conjugal, de parentesco efetivo ou simbólico (compadrio)” (Martins, 1975:106).

Referindo-se ao caipira como tipo humano, Martins reconhece que seu mundo está determinado pelas rela es econ micas, mas estas são diferentes das rela es de mercado, porque “a mercadoria da sociedade caipira   o *excedente* e a sua economia   a *economia do excedente*, que engendra a sociedade e a cultura do excedente” (Martins, 1975:106). Na sua visão, os “mínimos vitais”, ou seja a reprodu o material e social da economia caipira, determinam a lógica do seu funcionamento, ou seja, o objetivo da “economia caipira”   aumentar a produtividade do trabalho e dos fatores de produ o para conseguir se reproduzir. Como se vê, uma lógica que difere da lógica da acumula o capitalista. Essa

¹⁸ A no o de “mínimos vitais” foi introduzida por Antonio Candido no seu livro *Os parceiros do Rio Bonito*. De acordo com ele, “...um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossivelmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menos organiza o das rela es não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo (Candido, 1987:27)”

formulação de Martins parece basear-se na distinção estabelecida por Marx entre “reprodução simples” e “reprodução ampliada”¹⁹.

No seu último livro, *Reforma Agrária – o impossível diálogo*, Martins chama a economia de excedentes também de economia mercantil simples, em oposição ao conceito de economia de subsistência. Alguns autores, segundo ele, confundem economia mercantil simples com economia de subsistência. Para Martins, a economia de subsistência é “uma economia terminal que sobrevive em algumas sociedades, e também na nossa, de maneira residual unicamente porque se tornou irrelevante para a economia moderna e globalizada. Ela já não representa um objetivo privilegiado na chamada acumulação primitiva. Embora seja fundamental para a sobrevivência de centenas de milhares de pessoas neste momento sem alternativas de sobrevivência, o que em termos absolutos não é pouco” (Martins, 2000:32).

Ao possuir uma lógica distinta, a “economia caipira” permanece imune às oscilações e crises da economia capitalista. Martins, dessa forma, sugere uma certa “autonomia” da economia caipira em relação ao movimento do capital. A própria lógica da reprodução social dos “mínimos vitais” possibilita aos produtores envolvidos numa economia de excedentes ficar à margem das crises cíclicas. Nas palavras de Martins (1975: 106), “a institucionalização da comercialização do excedente faz-se de forma que o mundo caipira não se desorganize necessariamente nem quando há uma crise econômica no conjunto da sociedade (como a de 1929 e suas conseqüências durante quase toda a década de 30) nem quando há uma conjuntura favorável no mercado de produtos agropecuários, pois os setores propriamente urbanos absorvem a renda diferencial aí surgida.”

Na perspectiva de Martins, na medida em que a comunidade caipira fica mais distante da natureza, e quando os produtores rurais perdem o controle sobre a terra, ou seja, quando os trabalhadores se assalariam ou se proletarizam, o movimento e a crise do capital

¹⁹ De acordo com Marx a reprodução simples (M-D-M) apenas repõe as condições de produção; enquanto que a reprodução ampliada (D-M-D') contém um valor adicional criado pela exploração da força de trabalho, é um valor novo que não existia no início do processo de produção e que Marx denomina de mais-valia. Esse

incidem diretamente, desorganizando o mundo caipira. Aparentemente o que diferencia a economia mercantil da economia camponesa parece ser sua proximidade ou não da natureza, o trabalho assalariado ou a proletarização dos produtores, o que supõe também a perda de controle dos meios de produção, principalmente da terra. Em consequência, o que afeta negativamente ou positivamente a economia caipira é o ritmo ou o tempo da natureza e não o ritmo e ou o tempo do capital. “A vida material, social e cultural do caipira parece, por isso, organizar-se e desenrolar-se como se estivesse cumprindo um ciclo natural, à margem do ‘mundo’ de abstrações construído pela atividade humana acumulada ou como se frutificasse de uma relação homem-natureza não mediada pelos resultados acumulados da atividade ‘fora’ da economia do excedente” (Martins: 1975:107).

Através da noção “exclusão integrativa”, Martins (1975:107) tenta explicar a forma contraditória em que a economia caipira se integra na sociedade capitalista. O excedente na economia caipira não é produzido como mercadoria, mas se torna uma mercadoria por que é demandado como tal, portanto a economia caipira se integra na divisão social do trabalho. O excedente é demandado como uma mercadoria, mas sem custos monetários; o custo reside na “auto-exploração” do caipira em função dos “mínimos vitais”.

Por sua vez, a noção de “excedente” resulta chave para entender de que forma Martins logra definir o mundo caipira. O excedente “não caracteriza apenas o mundo caipira, mas também a categoria mais geral que o engloba, bem como a outros ‘mundos’ com algumas singularidades culturais, que é o *mundo rústico*”. O caipira é um tipo humano que faz parte de uma “*parcela da população rural, cuja situação social peculiar propicia a emergência de fundamentais relações sociais e concepções que só ‘indiretamente’ se determinam pela produção e circulação de mercadorias e pela renda capitalista da terra*” (Martins, 1975: 108).

9. Da crise do Brasil agrário à crise do capitalismo

Como mostra Martins, por trás do significado da crise do Brasil agrário, encontra-se uma concepção unilinear da história que pressupõe que a tendência natural do desenvolvimento é conseguir o equilíbrio das partes que compõem o sistema econômico. Para Martins a crise é uma manifestação conjuntural das transformações da sociedade, como resultado do processo de desenvolvimento. Um dos de seus efeitos é a desorganização das relações sociais e da cultura do mundo rural. Essa concepção de desenvolvimento e da crise implica também considerar o mundo rural como um obstáculo. Soma-se ao anterior o fato de que se considera que ao longo do processo de desenvolvimento ocorrem distintas crises que não são outra coisa que desajustamentos temporais. Não há então, nessa concepção linear, uma “crise fundamental”, mas diversas crises que se apresentam no processo de desenvolvimento.

Martins propõe uma nova forma de análise dessa crise agrária, usando a noção de *crise fundamental*, referindo-se à crise de realização do capitalismo: a crise agrária seria apenas o “nódulo dessa crise fundamental da sociedade brasileira” (Martins, 1973:14). Assim, a análise de Martins pretende “elucidar o caráter estrutural dessa crise básica e as relações e mediações pelas quais ela articula momentos, situações e fenômenos, produzindo rupturas parciais no seu equilíbrio tenso (como a industrialização e as suas conseqüências sociais e políticas), mas recompondo-se sempre, sob formas diversas, pois ela se institui como componente essencial do processo de reprodução do capitalismo no Brasil” (Martins, 1973:14).

Como mostra Martins, a crise agrária no Brasil, está associada às características do processo do desenvolvimento capitalista através da universalização da propriedade privada da terra (Lei de Terras de 1850) e da implantação do trabalho livre (Lei Áurea em 1888). Nesta formulação de Martins encontra-se a idéia clássica de Marx sobre a acumulação

originária do capital²⁰. A separação do produtor direto de seus meios de produção é condição para o surgimento do proletariado, ou seja, os trabalhadores não têm outra saída, para sua reprodução, que vender sua força de trabalho.

Convém salientar que, para Martins, esse processo de transformação da terra em capital produziu um tipo de ideologia burguesa que, internalizada no trabalhador, evoca a possibilidade de realizar a passagem do trabalho ao capital através exclusivamente da poupança e do esforço físico. Dessa forma, “as concepções do trabalhador passaram a fundar-se diretamente nos pressupostos burgueses da acumulação da riqueza, não obstante o meio de produção ‘disponível’ como equivalente de capital fosse a terra, isto é, um elemento natural não produzido pelo trabalho humano” (Martins, 1973:15).

Como mostra Martins, a apropriação privada da terra e a criação do trabalho livre formam parte de um mesmo processo de instalação do capitalismo periférico no Brasil. Na sua análise, a combinação desses dois elementos (a propriedade privada e o mercado de trabalho) está no centro da crise da sociedade capitalista brasileira que se manifesta na ideologia burguesa e na dualidade do camponês. Como já se mencionou anteriormente, Martins considera que o camponês incorpora a ideologia burguesa, adquirindo a idéia de se tornar proprietário, mas a realização desse objetivo é obstaculizada pela sua condição de explorado e expropriado. Então, para Martins, o camponês é portador da ideologia burguesa, mas ele é objetivamente incapaz de realizá-la, devido aos obstáculos estruturais que impossibilitam que se torne proprietário da terra, o que significaria ser proprietário de capital. Esta é uma ambigüidade que Marx já tinha observado, ao definir o camponês como um sujeito social que oscila ideologicamente entre o proletariado e a burguesia. Mas, de acordo com Martins, contrariamente às afirmações de Marx acerca do seu desaparecimento, o camponês brasileiro não desaparece para dar lugar a novas classes sociais (burgueses e proletários), por que ele é ao mesmo tempo resultado e necessidade do desenvolvimento capitalista.

²⁰ Segundo Marx (1989) o capitalismo é possível com duas condições: primeiro, a concentração da terra como propriedade privada; e segundo, a separação do produtor direto de seus meios de produção. Assim, a subsistência dos trabalhadores se realiza no mercado. Ele denomina esse processo de acumulação primitiva.

No livro *A imigração e crise no Brasil agrário*, Martins mostra que a imigração de trabalhadores estrangeiros a partir de 1886 constitui-se um mecanismo dinamizador da criação de um mercado de trabalho e da formação do camponês, uma figura social que comporta a ambigüidade do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil e que se concreta como a expressão mais acabada da ideologia burguesa e portanto dos valores da “poupança e o trabalho” como os mecanismos mais seguros para a ascensão social, ou seja para se tornar proprietários de capital. Martins reforça sua visão de que o camponês não é um resíduo de um passado feudal, mas produto das características e da necessidades de funcionamento do capital. Como indica Martins:

“Na situação brasileira, as condições peculiares de obtenção da força de trabalho, isto é, o escravismo, introduziram um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico. O estrangulamento da economia colonial exigiu, assim, a adoção de uma política de constituição de um mercado de trabalho que superasse o descompasso e forjasse as bases de uma reprodução ‘natural’ da força de trabalho. A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade capitalista da terra e abolição da escravatura) associou-se, portanto, a uma política de imigração, trazendo para o País o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário” (Martins, 1973:17).

Assim como mostra o autor, a propriedade capitalista da terra se torna a mediação pela qual se redimensionam as relações sociais: “é por meio dessa instituição que a economia colonial cria e redefine diversas categorias sociais, fazendo com que se revistam de forma e conteúdo congruentes com as necessidades de reprodução do capitalismo periférico” (Martins, 1973: 16).

10. A origem do camponês no Brasil

Na visão de Martins, a figura social do camponês se mostra ambígua, refletindo a contradição do capitalismo dependente. Ele não vê o camponês como um resquício do passado, mas como resultado de um processo histórico específico. Neste sentido, para ele, a imigração estrangeira é um elemento primordial para entender-se a origem e contradições

do campesinato brasileiro. A imigração veio a superar o descompasso entre a “reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico” (Martins, 1973:17).

Como mostra Martins, o caráter escravo da força de trabalho limitava o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Foi necessária uma política que permitisse a criação de um mercado livre de força de trabalho. A política de imigração tinha esse objetivo. Na perspectiva de Martins, além de “solucionar” esse descompasso do sistema capitalista, os imigrantes se tornaram portadores da ideologia da ascensão social. Esta seria uma das características do campesinato brasileiro e um mecanismo que permitiria compreender a auto-exploração da família camponesa:

“A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade capitalista da terra e abolição da escravatura) associou-se, portanto, a uma política de imigração, trazendo para o País o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário” (Martins, 1973:17).

A noção da imigração utilizada por Martins vai além da discussão entre sociedade de adoção e assimilação²¹ pois, na sua perspectiva analítica, considerar a migração como a passagem de uma sociedade a outra não explica a complexidade das transformações históricas. A migração é encarada pelo autor como um processo social historicamente determinado pelas necessidades de expansão do desenvolvimento capitalista no Brasil. É resultado da expansão do mercado de força de trabalho. O imigrante deve ser entendido a partir da sua condição de trabalhador livre de meios de produção. Martins considera que o imigrante cumpre o “papel social” de criar um sujeito social capaz de superar o desequilíbrio da sociedade capitalista brasileira. Assim, a migração é considerada por ele como “transição entre uma etapa e outra da história ou como transição no âmbito de uma mesma etapa da história” (Martins, 1973:23).

Martins sugere que é apenas no processo de proletarianização que o camponês “vive subjetivamente as transformações sociais objetivas decorrentes da desagregação do campesinato por força mesmo do caráter ambivalente da sua existência na sociedade

capitalista (ao mesmo tempo produtor de mercadorias e de seus meios de vida)” (Martins, 1973:25,26). Assim, para ele, é sob esta perspectiva que se pode explicar sociologicamente a inserção do trabalhador imigrante na sociedade brasileira.

Para Martins, a motivação do camponês europeu de migrar pode ser explicada a partir da dissolução das condições sociais e econômicas da sua reprodução no local de origem²². No Brasil, as relações com a terra preservavam o modo de vida camponês ainda que de que forma diferente que na Europa, porque as condições do capitalismo dependente inseriam o camponês de forma ambígua e contraditória, situando-o “objetivamente como proletário potencial, isto é, como personagem destinado a viver diretamente a pauperização fundada na crise do Brasil agrário (Martins, 1973:26). Deste modo, dentro de sua perspectiva analítica, a migração apenas retardou o processo de desaparecimento do campesinato iniciado na sociedade de origem. O modo de vida camponês é redefinido na medida em que se insere na sociedade capitalista dependente. Segundo Martins, “o que o camponês apreende são os efeitos dessa redefinição, que procura situar e neutralizar através de um movimento social tendente a preservar o que ele supõe ser o modo de vida camponês, do qual a migração é um passo essencial” (Martins, 1973: 27); ele mesmo virá a descobrir depois, na sociedade de adoção, o completo significado da sua migração.

De acordo com Martins, com a libertação do trabalho escravo, a política de imigração implantada no Brasil tinha como objetivo a constituição do mercado de trabalho livre para a agricultura de exportação. Na sua visão, a imigração teria o papel de criar uma força de trabalho que respondesse às necessidades do capitalismo na agricultura, mas desempenhando uma função ambígua: por um lado “alimentando a agricultura de subsistência” e pelo outro evitando a reprodução da figura social do “pequeno proprietário”. Tratava-se então de tornar o imigrante em força de trabalho disponível para a grande lavoura. “O regime de ocupação das terras, então vigente, faria dele, potencialmente, um proprietário e não um assalariado (Martins, 1973:51).

²¹ Esta foi a abordagem principal dos estudos sobre imigração no Brasil.

²² Mesmo assim não se pode afirmar que todos os migrantes eram agricultores na sociedade de origem. Apesar disso, eles vinham para o Brasil com o sonho da terra.

Martins mostra que, para os “trabalhadores livres” nas fazendas se tornarem proprietários, primeiro tinham que ser assalariados, da mesma forma o imigrante

“deveria ser previamente trabalhador da grande fazenda e a possibilidade de transformar-se em proprietário dependeria dos ganhos que assim obtivesse, ganhos esses condicionados pelos interesses do fazendeiro. O imigrante pobre tinha que entrar no País com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura” (Martins, 1973:52).

Cabe salientar que, de acordo com Martins, existiam certos limites relativamente aos meios disponíveis para implementar a política destinada à criação do mercado livre de força de trabalho. Entre estes estavam a mentalidade e as condições da economia escravocrata. Por um lado, a mentalidade escravocrata dos fazendeiros levava-os a implantar mecanismos (manipulação de dívidas e dos ganhos) que visavam se apropriar dos trabalhadores como antes se apropriavam dos escravos. Por outro lado, os fazendeiros organizavam “núcleos coloniais particulares” com o objetivo de assegurar a força de trabalho necessária. Além disso, a vigência do regime de parceria também limitava o desenvolvimento de um mercado livre de força de trabalho.

“O regime da parceria e das colônias particulares, no seu sentido típico inicial, mostrou-se incongruente com os requisitos de multiplicação do capital sob regime do trabalho livre, não só porque o fazendeiro orientava as suas ações a partir de representações típicas da sociedade escravocrata, mas também porque a associação entre imigração e colonização particular não dissociava a força de trabalho e o trabalhador, alimentando desse modo, na mente do fazendeiro, as concepções próprias do regime escravista” (Martins, 1973:54).

De acordo com Martins, as limitações impostas pelos núcleos particulares e a mentalidade escravocrata dos fazendeiros foram superadas pela intervenção do estado ao criar os núcleos oficiais. Dessa forma o estado veio a solucionar os impasses no abastecimento de mão de obra para a grande lavoura. Para o autor, as políticas de colonização e de terras buscavam separar a força de trabalho da pessoa do trabalhador, em

outras palavras, eliminar as condições escravocratas da economia. Com o financiamento da imigração e a localização demográfica, o estado pretendia criar “um trabalhador que se oferecesse à grande lavoura nas fases de demanda sazonal e que se automantivesse nas fases de vacância” (Martins, 1973:55).

Assim, a política de imigração e de colonização, por um lado, e a mentalidade dos fazendeiros, convencidos das vantagens econômicas do imigrante em relação aos escravos, por outro, são, na perspectiva martinsiana, dois elementos que explicam o processo de substituição do escravo pelo trabalhador livre. Em sua visão, a implantação de núcleos coloniais oficiais tinha como objetivo: 1) permitir a separação do trabalhador de seu trabalho; 2) satisfazer as necessidades de abastecimentos de alimentos para as cidades; 3) garantir a força de trabalho necessária para a agricultura de exportação. Martins (1973) ressalta a ambigüidade da política de criação dos núcleos coloniais, implementada para atender à demanda da agricultura de exportação mas que também estimulava a formação de uma agricultura de subsistência:

“...os núcleos coloniais sempre foram apresentados de modo a que a sua existência de alguma forma se ligasse aos interesses da cafeicultura: como abastecedores das regiões carentes de gêneros, como focos de atração de imigrantes ou como meio de criação de um semiproletariado para a grande lavoura. Em outras palavras, a existência dos núcleos coloniais foi assentada em função da economia de exportação, embora aparentemente constituídos como se tivessem surgido as condições para uma economia de subsistência de base mercantil. Nessa dupla face estava sua ambivalência” (Martins, 1973:63).

Assim como mostra Martins, a ambigüidade das funções dos núcleos coloniais expressava diferentes concepções acerca da imigração, criando-se uma contradição entre a política de imigração do Estado e os interesses da agricultura de exportação (cafeicultura).

Martins (1973) usa a noção de “ideologia do trabalho” para explicar o processo que teve como resultado a articulação entre a força de trabalho dos imigrantes e as necessidades dos estabelecimentos agrícolas. O processo de elaboração da “ideologia do trabalho” passa por quatro momentos definidos por Martins (1973) a partir das diferentes

concepções das autoridades oficiais: 1) sendo o abastecimento de alimentos das cidades o objetivo principal da criação dos núcleos de colonização, estes se localizavam na área da capital e longe das zonas cafeeiras; 2) o imigrante deveria ter como objetivo principal tornar-se proprietário e produzir alimentos para as cidades; 3) os núcleos coloniais têm agora uma dupla função: viabilizar a grande lavoura através do fornecimento de mão-de-obra e produzir alimentos para as cidades; e eles “não podiam ser localizados apenas com vista ao atendimento do mercado consumidor de gêneros, mas também com vista ao atendimento da demanda de força de trabalho pela grande lavoura e 4) a ética capitalista do trabalho, traduzida pelas possibilidades de acesso à terra através da poupança e do trabalho.

Na análise feita por Martins, com a redefinição das funções das colônias oficiais, aquelas localizadas longe da grande lavoura foram abandonadas pelo estado.

Martins (1973) chama a atenção para a contradição expressa entre a grande lavoura e a ideologia trabalhista, que tinha como pressuposto a divisão do trabalho entre uma agricultura que produz meios de subsistência e outra que produz mercadorias.

Como mostra o autor, a concentração do lucro da economia colonial nas mãos do fazendeiro impossibilitava a divisão do trabalho baseada no cálculo racional. A ausência da divisão do trabalho, e portanto de um mercado livre, deixava o camponês vulnerável às flutuações da natureza, “mantendo-o no limite do pauperismo”. Ao mesmo tempo, a ideologia do trabalho “..se mostrou o que efetivamente era: apenas a esteriotipação que individualizava e mobilizava as pessoas no mercado de trabalho” (Martins, 1973:203).

11. O problema camponês

Na construção sociológica martinsiana, o *problema camponês* aparece como temática central por que a partir dele pode explicar a questão agrária na sociedade brasileira. É este o objeto de estudo que aparece de início e que o autor vai desvendando ao longo da sua obra. A explicação do problema camponês que Martins constrói baseia-se na idéia de que o capitalismo brasileiro recria formas sociais anteriores correspondentes a

formações anteriores. Assim, o camponês é recriado através de mediações próprias da sociedade capitalista. Essa idéia-elemento fundamenta sua perspectiva sociológica. Martins afirma que:

“as transformações econômicas, sociais e institucionais promovidas pela expansão do capitalismo redefinem concretamente categorias sociais não caracteristicamente capitalistas. Isto é, embora não sejam destruídas pelas modificações sociais, nem por elas engendradas, passam a determinar-se por mediações fundamentais da sociedade capitalista (Martins, 1973:24)”.

Poder-se-ia afirmar, portanto, que a análise do problema camponês é o ponto de partida da construção da perspectiva de Martins; o avanço do capitalismo no campo não pode ser expressado exclusivamente pela compra e venda da força de trabalho. Para ele, o capitalismo constitui-se, no campo, quando surge a propriedade capitalista da terra.

A noção *propriedade privada da terra* com a qual Martins analisa a questão agrária representa a mediação das relações sociais capitalistas no campo. Por isso, na sua visão, é insuficiente utilizar-se a compra e venda da força de trabalho como critério para identificar a existência das relações sociais capitalistas, pois é através da terra, enquanto equivalente de capital, que os sujeitos estabelecem suas relações sociais no campo. Em outras palavras, de acordo com Martins, a “renda territorial capitalizada” permite vincular a produção camponesa com as necessidades da reprodução ampliada do capital e a insere nas leis do mercado. Assim, para Martins, a identidade dos camponeses não pode ser definida a partir da sua relação com a natureza e sim pela “renda capitalizada”, ou seja, pelas suas relações com a sociedade capitalista.

Então, dentro da perspectiva analítica martinsiana, o problema camponês é resultado da expansão do capitalismo no campo, que teve como consequência a ruptura da combinação das relações de trabalho e a produção direta, pelos próprios trabalhadores, de seus meios de vida. Em outras palavras, o problema camponês não é um tema residual, mas resultado das particularidades históricas do processo social, isto é, do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

12. O conceito de *produção capitalista de relações não-capitalistas*

Em *O cativo da terra*²³, publicado em 1979, Martins explicita a importância do conceito de *produção capitalista de relações não capitalistas* na sua análise sobre o capitalismo brasileiro e especificamente sobre a questão agrária. Como ele mesmo expõe: “Venho orientado a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção” (Martins, 1996: 1).

Cabe salientar que entre as noções de relações não capitalistas e relações pré-capitalistas, há uma diferença significativa de concepção e de interpretação acerca do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. A noção de relações pré-capitalistas supõe uma visão evolucionista da história. No seu texto “*Pequena produção agrícola – antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos)*”²⁴, Martins critica o uso indistinto que Maria Nazareth Baudel Wanderley²⁵ faz das noções de relações pré-capitalistas e relações não capitalistas, chamando a atenção acerca da importância de estabelecer-se a distinção entre ambas as noções. Na sua perspectiva analítica, a noção de relações pré-capitalistas supõe “uma sucessão histórica”, enquanto que, em oposição, as relações não capitalistas “constituem formas de relações sociais que não tem a temporalidade das relações pré-capitalistas e que são contemporâneas das relações capitalistas de produção” (Martins, 1986:149).

A partir dessa perspectiva teórica e metodológica, Martins recusa as simplificações próprias dos autores que nas décadas de 50 e 60 discutiam o caráter da sociedade brasileira. Essa ruptura teórico-metodológica de Martins se sintetiza e se traduz no seu conceito ou na noção²⁶ de *produção capitalista de relações não capitalistas*.

²³ Primeira edição em 1979.

²⁴ Este artigo faz parte do livro de Martins, *A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”* publicado em 1986.

²⁵ Martins refere-se ao trabalho de Wanderley, *O camponês: um trabalhador para o capital*, cuja primeira versão preliminar apareceu em 1979.

²⁶ Como já deve ter sido notado optou-se por utilizar indistintamente os termos “conceito”, “categoria” e “noção” como sinônimos, apesar de que alguns autores estabelecem a distinção entre eles.

Em *O cativo da terra*, Martins analisa o processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção no contexto da crise do escravismo no final do século XIX. O regime de colonato que emergiu dessa crise é considerado por Martins como expressão de relações sociais não capitalistas, já que não existe nele o salário em dinheiro e este é “a única forma de remuneração da força de trabalho” no processo capitalista (Martins, 1996: 18-19). O fato de o trabalhador produzir uma parte de seus meios de vida impossibilita a caracterização das relações sociais como capitalistas. A ausência de salário em dinheiro impede a mediação do mercado para adquirir os meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho. Marx refere-se à separação do produtor direto de seus meios de produção como condição indispensável para a existência da produção das relações sociais capitalistas. Ao ser separado dos meios de produção, o trabalhador é incapaz de produzir seus meios de vida. Assim, a relação entre comprador e vendedor da força de trabalho realiza-se no mercado, através da mediação do dinheiro.

O conceito de *produção capitalista de relações não capitalistas* é explicitado e explicado por Martins da seguinte forma: “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 1996:19-20). Um exemplo do anterior é a renda da terra que, mesmo sendo uma forma social e econômica anterior ao capitalismo, é subordinada e reproduzida pelo capital. Como indica o autor: “a nova forma que ela assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses nem os proletários transferem diretamente uma parte dos seus lucros ou de seus salários aos proprietários” (Martins, 1996: 20).

A análise de Martins toma como ponto de partida o processo social, reinterpretando a concepção de Marx acerca do processo capitalista, que considera o capital como um processo social que gera e reproduz relações sociais capitalistas. Por isso Martins recusa as “análises dialéticas” que utilizam as noções de “modo de produção” e “formação econômico-social”, mas se baseiam numa “leitura evolucionista” da obra de Marx. Na visão

de Martins, Marx não estava preocupado com rotular as relações sociais, mas sim reconstruir o processo social. Por isso, é que segundo Martins, a noção de modo de produção “vem no final do processo de pensamento e não no começo”. Como ele diz: “Se reduzimos o modo de produção a um momento, a uma etapa econômica, como faz Sweezy e o fazem os adeptos do que Lukács definia como ‘marxismo vulgar’, desfiguramos o processo histórico e introduzimos na sua análise um entendimento economicista, positivista e a-histórico” (Martins, 1996: 1-2).

Martins (1996: 2) refere-se à noção de modo de produção no mesmo sentido dado por Marx, ou seja, como um “modo de produção historicamente determinado de exploração da força de trabalho, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade”. Assim, quando Martins fala de modo de produção camponês, do mesmo modo que Marx, ele se refere às especificidades do processo de trabalho do camponês e não está falando de um modo de produção independente, mas também como um processo subordinado ao capital, “fato que não deveria ser perdido de vista diante de um estudo sobre a produção do capital e sobre a sua reprodução capitalista” (Martins, 1996: 2).

No mesmo sentido, Martins critica a noção de formação econômico-social informada por uma concepção positivista e, portanto, uma totalidade fechada e não-dialética. Um caso típico da utilização da noção de formação econômico-social, criticada por Martins, é a interpretação que realiza Marta Harnecker, num manual (*Conceptos elementales del materialismo histórico*) que inspirou as análises das esquerdas latino-americanas. De acordo com Martins essa utilização da noção de formação econômico-social é oposta à que foi feita por Marx e Lênin. Segundo Martins, para Marx e Lênin a noção de formação econômico-social referia-se à totalidade do processo social capitalista, que não necessariamente era um país ou região determinada: “O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade” (Martins, 1996: 2-3).

No seu livro *O cativo da Terra*, o autor explica de forma explícita seu método de trabalho intelectual, enfatizando que seu método privilegia “o concreto, o processo social”. Além disso, expõe que: “Num plano mais geral, reputo como importante, a partir da retomada da constatação de que o capital é um processo, desenvolvida por Marx, a observação de que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção”. Aqui parece estar a chave que possibilita entender a forma em o autor constrói seu quadro explicativo acerca da sociedade capitalista brasileira, a qual ele chegou através da leitura e interpretação da obra de Marx: “Pode chegar a esse ponto especialmente através de uma reflexão demorada sobre a análise que Marx faz da renda territorial na sociedade capitalista” (Martins, 1996: 3).

13. O conceito de renda capitalizada

A reflexão de Martins acerca da produção capitalista de relações não capitalistas sustenta-se em outra noção, a de *renda capitalizada*. Esta noção é uma das contribuições de Martins para entender-se o funcionamento e as particularidades do capitalismo no Brasil:

“Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (Martins, 1996:3).

Martins trabalha com a hipótese de que o capitalismo conserva a renda da terra, mas ao mesmo tempo, transforma-a, incorporando-a como *renda capitalizada*. Essa hipótese abrange não apenas as relações pré-capitalistas, mas as relações não capitalistas. Como indica o autor: “Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas o que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburg definiram como relações não-capitalistas. Foi o que me permitiu desenvolver a análise do regime de colonato” (Martins, 1996: 3).

É dentro dessa perspectiva que Martins analisa o *regime de colonato* nas fazendas de café, “constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na própria substituição do trabalhador escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a definir um regime de trabalho assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção pré-capitalistas” (Martins, 1996: 3).

Cabe salientar que a análise de Martins acerca da produção de relações não capitalista é desenvolvida em oposição à tese de que o trabalho assalariado, como expressão exclusiva do capitalismo, substituiu o trabalho escravo. Essa tese foi sustentada, entre outros, por autores clássicos como Caio Prado Júnior²⁷.

Ao trazer para a análise a questão da renda da terra, Martins resgata uma noção esquecida por alguns autores brasileiros, a noção de *renda fundiária*. Para Martins (1996), a ausência de uma análise sobre a renda da terra provocou um atraso teórico e político: no plano teórico significou uma certa incapacidade na compreensão sociológica das lutas sociais no campo e de seu significado histórico; no sentido prático produziu um desencontro entre a luta pela reforma agrária e a luta pela terra.

O desencontro entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária²⁸ baseia-se, segundo Martins (1991:12), na concepção de reforma agrária dos grupos de esquerda oriundos das classes médias, sobretudo no momento da “abertura democrática”. Com isso, na sua visão, a luta pela reforma agrária se inicia muito tempo depois das lutas dos trabalhadores pela terra.

De acordo com Martins (1996:118-119), para Marx, a separação da força de trabalho da pessoa do trabalhador cria as condições de um mercado livre de força de trabalho. O trabalhador torna-se dono de sua força de trabalho; e, portanto possui o poder de decidir a quem vendê-la. Assim aparece a força de trabalho como mercadoria na análise de Marx. Como é possível perceber, como mostra Martins, em Marx esta descoberta torna-

²⁷ Ver *História econômica do Brasil e A revolução brasileira*

²⁸ O tema do desencontro entre a luta pela reforma agrária e a luta pela terra é retomado por Martins no seu último livro *Reforma agrária – o impossível diálogo*.

se o centro da análise da exploração da força de trabalho e a explicação da extração de mais-valia e do funcionamento da acumulação do capital.

Martins parte da concepção de Marx sobre o trabalhador livre e sua relação com o capital, para poder melhor explicar o desenvolvimento da agricultura brasileira, mas reelabora a teoria matriz com suas próprias interpretações.

14. O problema da personificação do capital

O problema da personificação do capital é indispensável para entender-se as formas mediadoras que permitem a reprodução do capital, mas, como indica Martins,

“se essas formas são o ponto de partida, não podem ser ao mesmo tempo ponto de chegada da análise, visto que de um lado temos a expressão das relações, de outro precisamos ter as relações explicadas. Então, a função da forma é a de revestir de coerência aquilo que é contraditório e tenso. É por isso, negação mediadora das relações que expressa” (Martins, 1996:13).

Na visão de Martins, o fazendeiro de café personificava o capital e, portanto, a racionalidade capitalista que se expressa na contabilidade organizada das suas fazendas. Porém, ele considera que qualificar as relações sociais como capitalistas a partir da personificação do capital no fazendeiro esconde a “real natureza do trabalho”, pois sustenta que as transformações da natureza das relações sociais originaram-se na esfera da circulação e não no interior da fazenda. Segundo Martins (1996:14), “as relações sociais que engendraram o fazendeiro-capitalista não eram estritamente no interior da fazenda, mas também e significativamente as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores”. Isto significa que independentemente das relações sociais predominantes no interior da fazenda - baseadas no escravo ou no trabalhador livre - as relações estabelecidas na esfera da circulação determinavam o caráter capitalista do fazendeiro e de suas atividades produtivas.

A questão que fica é a aparente contradição entre o caráter capitalista do fazendeiro e o tipo de relações sociais que se constituem no interior da fazenda e que são consideradas não capitalistas, “arcaicas” ou “pré-capitalistas”. Essa contradição não é solucionada nem resolvida nas explicações correntes de alguns autores, mas foi abordada por Martins no livro *O cativeiro da terra*.

Para Martins (1996), a ênfase no caráter capitalista do comércio não soluciona nem explica a contradição entre o caráter capitalista do fazendeiro e as relações sociais no interior da fazenda. Ele argumenta que a “renda capitalizada” é uma forma assumida pelo capital, pois o escravo, antes de tornar-se produtor direto, tem que produzir lucro no mercado onde ele próprio é comercializado como uma mercadoria²⁹. Ou seja, o escravo produz lucro, para seu vendedor, antes de produzir bens materiais para seu comprador. Assim, como indica Martins, a formação da força de trabalho é determinada pelo funcionamento do comércio (de escravos e produtos agrícolas) e não pelas regras da produção. Portanto, as transformações das relações sociais iniciam-se e estão determinadas, num primeiro momento, pelo comércio.

Martins considera que essas transformações sociais significaram uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador livre, uma vez que, para submeter o trabalhador livre, o fazendeiro necessitava de outros mecanismos de coerção, a qual precisava ser mais ideológica do que física. Como mostra o autor, o escravo não entrava no processo de trabalho como vendedor de força de trabalho, mas como mercadoria e também não entrava como capital no sentido estrito, mas como equivalente de capital, isto é como renda

²⁹ Caio Prado Júnior (1963), Florestan Fernandes (1965), Sergio Silva (1986), Franco (1997) e Cardoso (1977) entre outros, analisaram a relação entre trabalho escravo e capitalismo e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Cardoso (1977:274) conclui que o trabalho escravo permitiu o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, “a sociedade escravocrata constituiu-se como uma tentativa para intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado. A única forma de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão”. De outro ponto de vista, Silva (1986: 12) mostra que a crise da economia cafeeira marca o desenvolvimento do mercado e da industrialização. Nesse processo o escravo é substituído pelo trabalhador livre. Silva (1986:103) conclui que o trabalho livre é uma necessidade interna da acumulação capitalista e não produto de desequilíbrios externos. O que se pode concluir é que o trabalho escravo foi uma necessidade para o capitalismo brasileiro numa época histórica específica, mas que a própria dinâmica da acumulação capitalista (a necessidade de ampliar os mercados para realizar o lucro) exigiu a substituição do escravo pelo trabalhador “livre”. Os autores citados coincidem em afirmar o caráter capitalista da economia baseada no trabalho escravo.

capitalizada. A relação social entre o fazendeiro-capitalista e o escravo não estava baseada no monopólio dos meios de produção mas no controle sobre o próprio trabalho “transfigurado em renda capitalizada” (Martins,1996:15). Na visão de Martins, essa característica convertia o fazendeiro em um tipo de capitalista muito específico e produzia ao mesmo tempo um trabalhador “igualmente específico”, cuja gênese não era mediada por uma troca de equivalentes, “mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente da sua condição de renda capitalizada, de uma sujeição previamente produzida pelo comércio (era mediada, pois, pelo fazendeiro-rentista)” (Martins, 1996:16-17). Martins conclui, então, que a escravidão colonial definia-se “como uma modalidade da exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial (Martins, 1996:17)”.

Martins não chega a examinar o papel dos escravos utilizados na prestação de serviços no interior da casa senhorial e na produção de produtos de subsistência, mas é possível imaginar que esses trabalhadores, mesmo que indiretamente, também estavam a serviço da produção destinada ao mercado.

Como mostra Martins, a exploração do escravo está determinada pelas relações comerciais. O trabalhador cativo é considerado renda capitalizada pela parcela de excedente que o fazendeiro tinha que antecipar ao comerciante de escravos. As condições do cativo permitiam ao fazendeiro extrair, na produção, essa parcela de excedente antecipada na compra do escravo. Como a exploração do trabalho cativo é regulada pelo lucro do fazendeiro, o escravo não pode ser constituído em uma forma pré-capitalista de renda, mas em “renda capitalizada” ou seja “renda que se reveste da forma de lucro”. É “exatamente por isso que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista feudal, um consumidor de rendas” (Martins, 1996:16), mas como um produtor capitalista.

Na sociedade escravocrata, o escravo era destituído de qualquer propriedade, inclusive da sua própria força de trabalho. Martins (1996:18) explicita que o processo de transição do trabalho cativo para o trabalho livre foi diferente para o escravo e para o imigrante: enquanto que a liberdade para o primeiro era a negação do trabalho, para o

segundo, o trabalho era o caminho para se tornar proprietário, ou em outras palavras, para recuperar, em alguns casos, sua condição camponesa, já que a maioria dos imigrantes que vinham como colonos para as plantações de café não eram originariamente camponeses. No entanto, como mostra Martins, a abolição da escravatura representa o surgimento de novas condições que criam um novo tipo de trabalhador, independente do passado escravo de uns ou do passado de pequeno proprietário de outros. Esse processo de transição, de acordo com Martins, significou também uma mudança no tipo de dominação, passando da coerção física para a coerção ideológica:

“As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade” (Martins, 1996:18).

No exame da crise do escravismo no final do século passado, que deu origem ao regime do colonato nas fazendas de café e de cana-de-açúcar, Martins (1996:19) mostra que as relações derivadas do colonato não podem ser identificadas como capitalistas, porque o salário não era o meio de remuneração do trabalho. Além disso, é a produção direta dos meios de subsistência pelo próprio trabalhador que impede definir as relações sociais como capitalistas. O salário “deve ser em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção” (Martins, 1996:19).

A análise de Martins acerca da formação do capitalismo brasileiro baseia-se na hipótese de que o capitalismo não só redefine as relações sociais anteriores, subordinando-as, mas também gera relações não capitalistas que são necessárias para seu funcionamento e reprodução. Segundo Martins, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Na Europa pré-capitalista, a renda em dinheiro, em espécie e em trabalho era o tributo imposto por quem tinha o monopólio da terra. No capitalismo, a renda da terra não é mais

um tributo individual e “pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra” (Martins, 1996:20). Assim, na visão de Martins a transferência de renda não se efetua direta e pessoalmente do trabalhador para o proprietário, mas representa o esforço de toda sociedade para a preservação do monopólio da terra.

É importante salientar que, segundo Martins, o capitalismo, ao mesmo tempo que subordina relações pré-capitalistas, cria relações não capitalistas antagônicas:

“O capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais” (Martins, 1996:21).

A intenção de Martins (1996:21) é contrapor-se aos “procedimentos mecanicistas que transplantam do plano teórico para o plano empírico da realidade histórica as etapas da transformação social”³⁰. Para ele, a primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadoria e não necessariamente a produção de relações capitalistas. A mercadoria é que dá o caráter universal, mundial, ao capitalismo.

Como diz Martins:

“O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa;

³⁰ Os conceitos de modo de produção e de formação econômica e social aparecem na literatura marxista como dois níveis de análise. O conceito de modo de produção refere-se à abstração realizada por Marx para caracterizar o capitalismo e diferenciá-lo dos outros modos de produção. Neste nível de análise o capitalismo é representado de forma pura. Por sua vez, o conceito de formação econômico social refere-se à análise de uma sociedade historicamente determinada. Na formação econômico social, as relações sociais dominantes coexistem com outras relações sociais. Assim, na sociedade capitalista brasileira, além das relações sociais estritamente capitalistas, existem relações sociais anteriores, porém determinadas, recriadas e reproduzidas pela dinâmica da acumulação capitalista.

num outro temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação” (Martins, 1996:21).

Como mostra Martins, esses momentos estão articulados num mesmo processo, apesar de poderem estar dispersos em espaços diferentes. Trata-se novamente do que é conhecido como desenvolvimento desigual e combinado, formulado por autores como Trotsky, (1980) e Lefebvre, (1986). Martins pretende entender os diferentes ritmos e as distintas formas de disseminação do desenvolvimento desigual do capitalismo ocupando quase imperceptivelmente espaços novos.

Na perspectiva de Martins, a problemática da renda capitalizada, ou seja, a “metamorfose do capital no seu oposto, ainda que mantendo a aparência de capital”, é fundamental para entender a contradição “entre as bases capitalistas da atuação do fazendeiro e as relações não capitalistas”, que ele desenvolve no interior da fazenda (Martins, 1996:23). Na sua análise, o capital não aparece apenas como apresentando uma única forma “uma espécie de capital genérico, que na produção não podia originar senão relações capitalistas” (Martins, 1996:24). No plano da análise, Martins afirma que a falta de compreensão da metamorfose do capital traz dificuldades para entender o vínculo de relações não capitalistas com o capital. Ou seja, fica difícil compreender como o capital pode produzir relações não capitalistas (Martins, 1996:24).

Para Martins, a metamorfose da renda capitalizada expressa-se na passagem do cativo do escravo para o cativo da terra: “o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra” (Martins, 1996:24). No regime de trabalho escravo, como a terra não possuía valor, então o escravo representava o capital do fazendeiro³¹.

³¹ Como um exemplo disso, Da Silva refere que: no final do século XIX e início do século XX, “os códigos de posturas no sertão eram o principal instrumento legal de reafirmação do domínio latifundiário sobre a população local. Uma leitura atenta de suas determinações nos permite ver os pontos centrais do conflito entre criadores e camponeses”. Decorreu deles “não só a expropriação cotidiana das terras, mas a construção de um corpo legal previamente concebido, visando limitar e impedir a reprodução das formas familiares de produção ou colocá-las a serviço dos grandes proprietários” (Da Silva, 1998:18-9).

O escravo é renda capitalizada, ou seja, um tributo pago ao traficante de escravos por um lucro futuro resultado do trabalho do escravo criador de riquezas. O escravo, além de criar a riqueza com seu trabalho, significava para o fazendeiro a obtenção de capital através de empréstimos. Segundo Martins,

“Tendo o fazendeiro imobilizado nas pessoas dos cativos os seus capitais, transfigurados em renda capitalizada, subordinava-se uma segunda vez ao capital comercial, mediante empréstimos, para poder pôr em movimento os seus empreendimentos econômicos, inclusive para promover a abertura de novas fazendas e adquirir equipamentos de benefícios” (Martins, 1996:26).

Como indicou-se acima, o capital que viabilizava o processo produtivo na economia cafeeira era predominantemente de origem comercial; era este tipo de capital comercial que possibilitava a produção. Embora Marx partisse do suposto de que a mais-valia era criada no processo produtivo, Martins (1996) mostra que, no regime de colonato, a mais-valia aparecia nas relações do fazendeiro com o comerciante. Para ele, nesse estágio do processo histórico de formação da economia brasileira, a produção permanecia subordinada ao capital comercial. O capital constante³² na fazenda de café era composto pelo capital comercial, que tinha a função de incorporar os produtos agrícolas ao processo de circulação de mercadorias. Dessa forma, o capital comercial tornava-se mediador na transformação do café em mercadoria. Para que o fazendeiro pudesse fazer uso do capital comercial era necessária a exploração do trabalhador. E isto era possível porque o trabalhador produzia seus próprios meios de vida.

Na explicação de Martins (1996), o fazendeiro se torna capitalista no circuito comercial, quando entra em contato com o comerciante. Somente na circulação de mercadorias ele obtém a mais-valia. Deste modo, a extração de mais-valia no regime de colonato difere do processo descrito por Marx, onde o processo de criação de um valor

³² Capital constante é a parte do capital destinado à compra de maquinária, matéria prima, instalações. Capital variável é a parte destinada à compra de força de trabalho. É considerada variável por que é esta parte que cria um valor novo, a mais valia (Marx, 1989)

novo aparece claramente quando confrontado com o valor inicial, isto é, do capital investido em meios e objetos de trabalho, além do gasto no pagamento de força de trabalho em capital. De acordo com Martins, isto não acontece no regime de colonato onde o lucro aparece no comércio, portanto fora do âmbito da produção.

Como mostra Martins (1996), o fazendeiro torna-se capitalista fora da fazenda, na circulação. No interior do processo produtivo são geradas as relações não capitalistas. Então, para Martins, o fazendeiro não é definido pelas relações com o trabalhador, mas com o comerciante. Porém, são precisamente as relações não capitalistas as que permitem a criação do excedente de valor que aparece no mercado. É o mercado a mediação da mais-valia. E o mercado não existe na relação entre o fazendeiro e o trabalhador. Ou seja, o mercado não media as relações entre o fazendeiro e o trabalhador, daí seu caráter de relações sociais não capitalistas. Nessa noção está uma das contribuições originais de Martins: a ausência do mercado nas relações entre o fazendeiro e o trabalhador e o fato deste produzir seus próprios meios de subsistência descaracteriza essa relação social como capitalista; o fazendeiro é capitalista apenas no seu contato com o comerciante.

Para Martins (1996), no interior da fazenda, o capital constante era formado pelo trabalhador sem a mediação do mercado a partir da relação desigual que se estabelecia entre o fazendeiro e o trabalhador que produzia seus próprios meios de subsistência. A relação estabelecida entre o capitalista e o trabalhador assalariado, mediada pelo mercado, é aceita pelo trabalhador precisamente porque se trata de uma relação onde se trocam mercadorias equivalentes. O trabalhador recebe um preço (salário) pela sua força de trabalho e a extração de mais-valia dá-se através da redução do tempo necessário para a produção do valor do salário³³, quando o trabalhador produz seus próprios meios de subsistência.

³³ Com o objetivo de explicar o conceito de mais-valia, Marx (1978) distingue tempo de trabalho necessário (tempo de trabalho pago) e tempo de trabalho excedente (tempo de trabalho não pago). O primeiro conceito refere-se à parte da jornada de trabalho em que o trabalhador reproduz o valor correspondente a seu salário, isto é ao valor do conjunto de bens que ele precisa para satisfazer suas necessidades. Além deste tempo de trabalho, o trabalhador produz um valor novo, que sendo não pago, é apropriado pelo dono dos meios de produção, que é também o comprador da força de trabalho.

Na análise feita por Martins sobre o colonato nas fazendas de café de São Paulo, a exploração do colono evidenciava-se quando ele tinha que trabalhar na produção do café e ao mesmo tempo produzir os gêneros alimentícios que necessitava. Geralmente o fazendeiro permitia que o colono plantasse culturas consorciadas com o café. Quando isto não era possível, o fazendeiro fornecia um pedaço de terra especialmente para a produção de subsistência, nesse caso o trabalhador duplicava sua jornada de trabalho e a exploração ficava óbvia.

Como refere Martins, estabelecia-se uma divisão do tempo de trabalho, tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, distinta da divisão que ocorria nas relações capitalistas “puras” conforme demonstrado por Marx. Na análise feita por Martins,

“O tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo fazendeiro, não se efetivavam num único processo de trabalho. Nesse caso, ao trabalhar no cafezal, o produtor tinha consciência de que estava trabalhando para o outro, pois se defrontava objetivamente com o instrumento de sua sujeição. Mesmo nas zonas novas, em que o processo de trabalho era único, o tempo de trabalho se materializava em objetos distintos daquele em que assumia forma o tempo de trabalho excedente, que era o café” (Martins, 1996:84).

Apesar de, em alguns casos, o trabalhador receber pagamento em dinheiro de parte do fazendeiro, Martins (1996:84) considera este aspecto insuficiente para definir as relações sociais como capitalistas. Na sua visão, a presença do dinheiro na relação fazendeiro-colono levou a diagnósticos equivocados, pois o colono situava-se fora do mercado e de suas leis quando produzia seus meios de subsistência. E isto indicava que o capital ainda não controlava o processo produtivo, mas ao mesmo tempo era o capital que conferia o caráter de mercadoria ao que era produzido.

“A determinação capitalista dessas relações não capitalistas de produção se dava essencialmente no fato de que o trabalhador produzia diretamente os seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que por estar já subjugado pelo capital

comercial, surgia das mãos do colono como propriedade alheia, como mercadoria do fazendeiro” (Martins, 1996:86).

De acordo com Martins, a legitimidade da relação de exploração estabelecida entre o fazendeiro e o colono se baseava em que, para o colono, o trabalho necessário para sua reprodução aparecia como trabalho sobrando e o trabalho, para o fazendeiro, aparecia como necessário:

“Se a cultura de subsistência era cultura intercalar, como preferia a maioria dos colonos, em que a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente só se objetivava por que coexistiam no mesmo espaço plantas subjetivamente definidas como planta do colono e como planta do fazendeiro, a justificativa legitimadora era acentuada ainda mais pelo fato de que aparentemente o colono só trabalhava para si (da mesma forma que na mente do fazendeiro se dava o inverso)” (Martins, 1996:88).

Neste sentido, Martins mostra que era na colheita do café que o trabalhador conhecia a dimensão da sua exploração, pois ela representava o momento em que o resultado do seu trabalho se tornava mercadoria. Na perspectiva de Martins, a mais-valia era produto de uma forma específica de capital: a renda capitalizada da terra. Em suas palavras: “No colonato, o café surgia como produto da propriedade, na medida em que a renda territorial capitalizada era condição para a sujeição do trabalho” (Martins, 1996:90).

Em sua análise, como já referimos acima, Martins demonstrou que a fazenda de café produzia mercadorias com base em relações não capitalistas. Ou seja, a produção capitalista de mercadoria fundamentava-se em relações não capitalistas. Como diz Martins,

“O colono viveu uma ilusão específica, que não era produzida pela relação capitalista do salário em dinheiro. O colono viveu a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob forma de café era o tributo que pagava para trabalhar para si próprio” (Martins, 1996:92).

Como já foi salientado por Martins (1996:92), o surgimento da *ideologia do trabalho* - noção proposta por ele- no regime de colonato tornou-se um mecanismo eficaz

para justificar a exploração do colono. A ideologia do trabalho permitia satisfazer a demanda de trabalhadores para os cafezais, após o término da escravidão. Para o imigrante³⁴ o trabalho era o meio para sua libertação, já que de acordo com a ideologia vigente, o trabalho e a poupança o tornariam proprietário. Numa perspectiva original, Martins mostra ainda que esse mecanismo ideológico ocultava a essência da exploração, por que a riqueza do patrão também era produto do trabalho árduo e do sacrifício. De acordo com Martins, o Conde Matarazzo encarnaria essa ideologia, uma vez que a riqueza “não é produto do trabalho explorado do trabalhador, mas resulta do trabalho e das privações do próprio burguês, na *origem* do seu capital, consagra e justifica para o trabalhador a sua exploração por outra classe” (Martins, 1996:133).

15. Terra de Trabalho e Terra de Negócios³⁵

No seu livro *Expropriação e violência – a questão política no campo*³⁶, publicado pela primeira vez em 1980, Martins propõe as noções de terra de trabalho e terra de negócios para explicar a questão agrária no Brasil. Em *Os camponeses e a política no Brasil*, Martins afirma que das contradições do direito de propriedade derivam duas formas de propriedade privada: a terra camponesa (terra de trabalho) e a terra capitalista (terra de negócio). “Essa contradição está no fato de que o mesmo código garante direitos conflitantes – o do ‘pequeno’ e do ‘grande’; o do camponês e do capitalista” (Martins, 1983: 16).

Martins utiliza as categorias *terra de trabalho e terra de negócio* para diferenciar a situação da classe operária e dos trabalhadores rurais. Junto a essas categorias o autor faz

³⁴ De forma distinta, a imigração para o sul do Brasil, ocorrida no mesmo período, implicava o acesso à propriedade da terra e a autonomia do trabalhador.

³⁵ Cabe salientar que Martins utiliza esses conceitos num sentido muito diferente daquele utilizado por Afrânio Raul Garcia Júnior. “Os conceitos de terra de trabalho e de terra de negócio, com o sentido de terra para trabalhar e de terra para explorar o trabalho alheio, nasceram mais ou menos espontaneamente durante a minha pesquisa sobre os conflitos pela terra na Amazônia Legal. Em acepção diferente e distinta polarização, a concepção de ‘terra de trabalho’ surgiu, também, numa pesquisa realizada no Nordeste. Cf. Afrânio Raul Garcia Jr., *Terra de Trabalho – Trabalho familiar de pequenos produtores*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975, esp. Cap. V” (Martins, 1991: 53).

³⁶ A maior parte dos textos que compõem este livro é resultado dos cursos, reuniões e encontros que Martins realizou com trabalhadores rurais, indígenas, dirigentes sindicais e agentes da pastoral.

uso das categorias de *exploração* e *expropriação*, salientando que cada um desses processos contém relações sociais distintas e, portanto, reivindicações políticas também diferentes. “A distinção que faço entre terra de trabalho e terra de negócio foi resgatada da distinção subjetiva que os próprios trabalhadores fazem entre as terras que eles próprios utilizam e terras que o patrão e proprietário utiliza para explorar o trabalhador e para especular (Martins, 1991: 12). No *Expropriação e violência – a questão política no campo*, Martins elabora a idéia do desencontro entre a luta pela terra e luta pela reforma agrária que irá retomar 20 anos depois no seu livro *A Reforma agrária – o impossível diálogo*, publicado em 2000³⁷. Para Martins, a luta pela reforma agrária³⁸ foi iniciada muito tempo depois da emergência da luta pela terra dos trabalhadores rurais iniciaram e a da resistência dos indígenas pela defesa de seus territórios. Martins defende a idéia de que é a expropriação e não a exploração que se constitui no eixo das lutas sociais no campo, ao mesmo tempo que, para ele, seria um erro considerar a expropriação como o elemento central nas lutas dos trabalhadores urbanos³⁹.

Através das categorias *terra de trabalho/terra de negócio*, Martins mostra que as lutas sociais pela terra têm um significado político: “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro” (Martins, 1991: 55).

Para Martins, os camponeses tornam-se sujeitos da luta contra o capital, quando lutam contra a propriedade capitalista da terra. As lutas camponesas adquirem uma dimensão radical porque questionam a base do poder da sociedade capitalista, que pode ser expresso na propriedade capitalista da terra. Desta forma, Martins traz o camponês para o cenário político, em oposição às interpretações tradicionais que o consideram um estranho ou um excluído, já que mesmo nos programas dos partidos de esquerda, ele está ausente. De acordo com Martins, sua incorporação implica admitir a existência de duas classes

³⁷ Nos dois momentos, o autor enfatiza a contradição entre a concepção de reforma agrária dos grupos de mediadores e a luta pela terra dos trabalhadores.

³⁸ A luta dos mediadores por impor uma determinada forma de reforma agrária.

sociais diferentes (proletários e camponeses), produzidas pelas contradições do capital: uns são explorados e os outros expropriados pelo capital. Mas isso também significa compreender os diferentes ritmos, visão de mundo e tempos históricos destas duas classes. Na perspectiva analítica de Martins, a noção de contradição possibilita entender a criação e recriação de relações de exploração do trabalho que não são relações salariais. Como mostra o autor, “o empobrecimento da noção de contradição, sua substituição pelas concepções de articulação e de subordinação, afastou da perspectiva de análise o fato que o próprio capital cria, gera, produz formas sociais não capitalistas que viabilizam a exploração capitalista e a acumulação” (Martins, 1984:78).

A inclusão do camponês como força política na análise do capitalismo brasileiro, realizada por Martins, tem como pano de fundo a crítica à concepção evolucionista que considera o movimento camponês como um movimento pré-político: “Essa perspectiva é congruente com a concepção difundida particularmente entre autores marxistas, mas não só entre eles, de que os movimentos camponeses tendem a se constituir em movimentos pré-políticos” (Martins, 1983: 27). Como ele demonstra, nessa perspectiva, as noções de articulação e de subordinação substituem a noção de contradição, eliminando desta forma as formas não capitalistas de exploração “enquanto mediações determinadas pelo processo de reprodução ampliada, de acumulação” (Martins, 1984: 77). Para Martins, ao contrário, o messianismo, o banditismo social, o associativismo e o sindicalismo são expressão dos diferentes ritmos do desenvolvimento histórico.

Para Martins (1984: 78) as relações e formas não capitalistas são mediadoras do processo de acumulação do capital que pode destruí-las ou recriá-las. É dessa maneira que Martins explica a diversidade e o sentido histórico das lutas sociais no campo, que, portanto não podem ser reduzidas às lutas dos trabalhadores assalariados. Para Martins:

“o próprio capital é responsável pela persistência do campesinato (...) até da sua expansão: a reprodução da renda territorial pré-capitalista sob a forma de renda capitalista da terra; a

³⁹ A luta dos trabalhadores urbanos está centrada na luta por salários porque eles já foram expropriados pelo processo de acumulação capitalista, a reivindicação deles não é mais tornar-se proprietários.

criação da propriedade privada, que é a condição da propriedade privada capitalista, mas que não se confunde com ela; a criação ou recriação de relações de exploração do trabalho que não são relações salariais”.

Por outro lado, a seu ver, a renda da terra constitui-se no eixo das lutas sociais no campo: “A compreensão sociológica das lutas populares no campo, o desvendamento do seu sentido histórico, seu alcance e seus limites, passa, pois, necessariamente, por esse eixo estrutural da questão, que é a propriedade da terra: o direito que a sustenta, o uso que dela se faz” (Martins, 1986:66-67). É precisamente por isso que, segundo ele, há um desencontro entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária. A luta pela terra que emergiu no Brasil na época da ditadura [1964-1985] atinge o direito de propriedade e, portanto a sustentação do poder político na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a reforma agrária não necessariamente afeta o poder político mas ao contrário expressa as alianças políticas entre capitalistas e latifundiários para defender e garantir o direito da propriedade privada. Por isso, Martins critica alguns grupos partidários, sindicais e da Igreja, que consideram as desapropriações como sinônimo de reforma agrária⁴⁰: “A aceitação das desapropriações tal e como estão sendo feitas, representa simplesmente a aceitação de um mecanismo do conservadorismo antiparticipativo da nova ordem política” (Martins, 1986: 17). Nesse sentido, sindicatos, partidos e Igreja são vistos pelo autor como grupos de mediações que estão sendo cooptados pelo Estado brasileiro para não resolver a questão agrária. Em suas palavras: “É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade. O que prejudica radicalmente a possibilidade de uma democracia no Brasil” (Martins, 1986:52).

Como já se afirmou anteriormente, na perspectiva de Martins, com o fim do trabalho escravo, a terra torna-se mediação da dominação do campesinato. O conceito de *renda da terra* permite, por um lado, caracterizar o campesinato e, por outro, definir a luta pela reforma agrária como uma luta anticapitalista. Como indica Martins, com a Lei de

⁴⁰ Martins rompe qualquer tipo de vínculo com os mediadores, enfatizando que o papel do sociólogo é produzir conhecimento, negando assim, a possibilidade de qualquer forma de militância. Ver a este respeito

Terras [1850], surge um novo campesinato constituído de “homens livres, compradores de terras, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria” (Martins, 1983: 43). Na sua perspectiva analítica, a propriedade da terra é a condição para a sujeição do trabalho. Por isso, as diversas lutas camponesas, com suas diferenças regionais e de organização, apresentam uma certa unidade em relação à causa: a renda capitalista. Estas lutas confrontam-se não com uma classe de proprietários de terras, mas com uma classe que é ao mesmo tempo latifundiária e capitalista. Como diz Martins, “Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (Martins, 1983:160). Nesse sentido, na sua visão, a terra é considerada como uma relação social: “É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação” (Martins, 1983: 169). Em consequência, ele entende que a luta pela terra questiona as velhas relações de dominação baseadas no direito de propriedade.

Considerar a terra como mercadoria leva Martins a considerá-la como expressão que representa, de forma disfarçada, diferentes relações econômicas, com datas diferenciadas, modos diferentes de produzir e de conceber as relações sociais. Em sua visão, a terra mercantilizada é resultado da expansão capitalista.

De acordo com Martins, o capital não se restringe à relação social baseada no salário; a exploração capitalista “assume diferentes formas, não só a partir das condições sociais e econômicas que encontra, mas também a partir das relações sociais que cria, as mediações que gera” (Martins, 1984:14). É precisamente esta condição que explica a diversidade das lutas e dos movimentos sociais no campo.

16. A centralidade da categoria *produção capitalista de relações não capitalistas*

Propõe-se aqui que *produção capitalista de relações não capitalistas* é a categoria central na obra de Martins porque não somente permite captar o *fio condutor* da sua produção, mas por ser um instrumento que possui um significado amplo, sintético, global e que possibilita entender o pensamento do autor. Esta categoria expressa um processo complexo que reproduz, amplia e recria suas contradições. Esse processo é o desenvolvimento do capital na sociedade brasileira. Ela dá sentido, iluminando assim, do início até o fim, toda a produção sociológica de Martins acerca da formação e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto quer dizer que a categoria mencionada permite entender e explicar as outras categorias utilizadas pelo autor em suas análises. Categorias como camponato e seu significado, seu papel político, sua posição social, suas relações sociais e suas características enquanto expressão do real são explicadas a partir daquela categoria central. Da mesma forma, a análise, a compreensão e a interpretação do capitalismo, como categoria e como processo real, ultrapassam as interpretações dogmáticas que o identificam como expressão de relações salariais ou como exclusivo de uma praxis industrial. Assim, Martins supera, ainda que anos depois e de forma radical, o debate feudalismo x capitalismo⁴¹.

A categoria de *produção capitalista de relações não capitalistas* permite a Martins opor-se não somente à teoria da catástrofe final do capitalismo, apregoada pelo marxismo vulgar⁴², mas também entender as particularidades de desenvolvimento de um capitalismo que não necessariamente precisa destruir relações sociais anteriores, mas que as recria e utiliza. Na perspectiva de Martins, o capitalismo é considerado como uma totalidade inacabada, constituído de partes distintas em conflito, com incoerências e contradições. A reprodução das relações sociais implica também a reprodução das contradições. Algumas relações sociais se dissolvem, outras (novas) são produzidas ou modificadas, no seio do processo de reprodução das relações sociais. Sob esta perspectiva, Martins discute o problema camponês. Na sua visão o camponês é recriado através das mediações próprias da

⁴¹ Mencionado anteriormente no capítulo II deste trabalho.

⁴² Trata-se de uma leitura dogmática do marxismo, própria dos partidos comunistas da América Latina.

sociedade capitalista, especificamente da “renda territorial capitalizada”, da “propriedade privada da terra”, da distinção entre “terra de trabalho e terra de negócio”. A renda da terra constitui-se em mediação entre as atividades produtivas do camponês e as necessidades da reprodução ampliada do capital. Portanto, como indica Martins, o que define as relações sociais como capitalistas é a mediação da renda capitalizada como forma de expressão da propriedade privada da terra e não a compra e venda da força de trabalho.

Apesar do poder explicativo dessa categoria analítica, verifica-se que ela encontra-se vinculada a outras duas categorias: *desenvolvimento desigual e formação econômica e social*, formando um núcleo conceitual que amplia a compreensão da visão de mundo do autor. São categorias relacionadas, interdependentes, que, combinadas, informam plenamente sobre a visão de Martins acerca do “mundo rural”.

17. A noção de *formação econômico-social*

É através de Lefebvre que Martins retoma o método dialético marxiano, isto é o retorno à relação entre homem e natureza como núcleo explicativo do processo histórico.

Com base em Lefebvre, Martins faz uma releitura do conceito marxista de formação econômico-social:

“Lefebvre descobriu que essa tese de *A Ideologia Alemã* ganha consistência numa noção mal formulada na obra de Marx: a de formação econômico-social (...) Essa noção já carrega consigo, na descoberta de Lefebvre, o intuito de datação das relações sociais, a indicação de que as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações que têm datas diferentes e que estão, portanto numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (Martins, 1996b).

A noção de formação social têm um profundo significado teórico e metodológico na construção do quadro explicativo martinsiano. Essa noção, que se encontra dispersa e com vários significados na obra de Marx, é retomada depois por Lênin para analisar o

capitalismo na Rússia, um país atrasado, onde o capitalismo não era “puro” como aparecia na análise de Marx em *O Capital*. De acordo com Martins, o modelo explicativo marxiano de *O Capital* não dava conta para analisar uma sociedade com relações sociais atrasadas predominantes devido ao insuficiente desenvolvimento do capitalismo. Como afirma Martins, no primeiro volume de *O Capital*, Marx trata do desenvolvimento igual do capitalismo. Para resolver esse impasse, Lênin extraiu de Marx a noção de formação econômico-social que lhe possibilitou ampliar a concepção de capitalismo além das restrições impostas pelo conceito de modo de produção. Segundo Martins: “A noção de formação econômico-social em Marx e Lênin tem duas dimensões: ela designa tanto um segmento do processo histórico – a formação econômico-social capitalista – quanto o conjunto do processo histórico. Mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso” (Martins, 1996^b: 17). O diverso não é apenas o diferente como acreditaram muitos dos seguidores de Marx, mas aquilo que não é contemporâneo. De acordo com Lefebvre:

“A noção de formação econômico-social retomada e aprofundada por Lênin engloba a de desenvolvimento desigual, como engloba a de sobrevivências na estrutura capitalista de formações e estruturas anteriores” (Lefebvre apud Martins (1996^b: 17).

Para Martins (1996b), o primeiro tomo de *O Capital* esconde a riqueza da interpretação marxiana. Nesse primeiro tomo, as contradições sociais ocorrem exclusivamente a partir de relações contemporâneas, da mesma data.

Martins considera que o desenvolvimento desigual é a lei da formação econômico-social. De acordo com Lefebvre a noção desenvolvimento desigual significa “as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (Lefebvre apud Martins (1996b: 17).

Segundo Martins essa idéia está presente na obra de Marx, mas é um dos aspectos menos conhecidos. Para ele: “Nas referências aos países coloniais e às sociedades

periféricas à economia inglesa, Marx aponta a mediação que dá sentido ao próprio desenvolvimento político da Inglaterra” (Martins, 1996b:17).

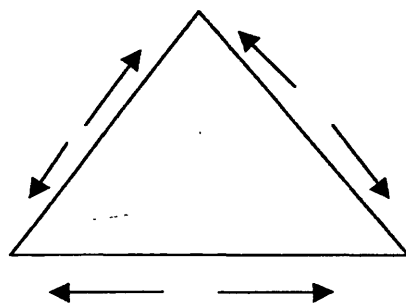
Diga-se de passagem, que a influência de Marx na obra de Martins se manifesta precisamente nas construções do marginal, das relações sociais atrasadas, do campesinato, do cotidiano como mediações que explicam a constituição do capitalismo brasileiro. Este é um traço distintivo e diferenciador da análise martinsiana. Marx busca entender a economia capitalista da Inglaterra a partir das relações entre a aristocracia inglesa e os arrendatários irlandeses. De acordo com Marx: “A Irlanda é o baluarte da aristocracia fundiária inglesa. A exploração daquele país não é apenas uma das fontes principais do bem-estar material dessa aristocracia, mas também a sua maior força moral. Isso representa, de fato, o domínio da Inglaterra sobre a Irlanda. A Irlanda é pois o principal instrumento de conservação de hegemonia da aristocracia inglesa na própria Inglaterra” (Marx apud Martins (1996b: 17).

Martins retoma de Marx e de Lefebvre o método de análise e de interpretação do processo histórico do capitalismo. Se Marx escolheu Londres como seu principal ponto de observação, o seu método de análise buscava a apreensão do significado do capitalismo através de seus desdobramentos na Irlanda, na Espanha, na Índia, na Rússia e na América. Quando Marx focaliza sua análise para Irlanda, ele na a concebe apenas como um local onde se repete o processo capitalista da metrópole. Segundo Martins, Marx buscou mostrar que o mesmo processo de reprodução ampliada assume diversas formas sociais “em lugares diferentes como a América escravista, a Irlanda e a Rússia camponesa, a Índia de antiga civilização, mas subjugada, com seu sistema de castas integrado na lógica capitalista do lucro e da razão” (Martins, 1996b: 18).

A noção formação econômico-social utilizada por Martins engloba dois aspectos da práxis que faz o homem produtor da sua própria história: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). Esse duplo aspecto da práxis explica, segundo Martins (1996b:19), “... o desencontro entre o econômico e o social na sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado em relação àquele. O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso”.

Essas três noções: produção capitalista de relações não-capitalistas, formação econômico-social e desenvolvimento desigual formam o núcleo conceitual que possibilita a Martins construir uma explicação acerca do mundo rural e do capitalismo brasileiro que o diferencia de outros autores e marca a originalidade da sua contribuição para uma sociologia crítica, fortemente enraizada, através de uma ampla pesquisa empírica, na sociedade brasileira. A partir desse núcleo conceitual (ver Figura 1), Martins vai tecendo um conjunto articulado de outras noções, uma rede de conceitos, com uma certa hierarquia, derivados daquele triângulo de conceitos acima apresentados, que lhe possibilitam apreender os diferentes ritmos e tempos do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. É possível afirmar que, através das mediações dessas categorias e ao final de um processo que se inicia com a formulação de hipóteses, testadas através de longas pesquisas empíricas, obtém-se uma interpretação original sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro e seus reflexos no mundo rural.

Produção capitalista de relações não capitalistas



Formação econômico e social

Desenvolvimento desigual

Fig. 3 Núcleo conceitual da análise martinsiana

Com a noção de “*produção capitalista de relações não capitalistas*”, que reflete a influência de Marx, Henri Lefebvre⁴³ e Florestan Fernandes, José de Souza Martins

⁴³ Martins encontrou em Lefebvre uma interpretação crítica da obra de Marx em oposição às interpretações dogmáticas. “Lefebvre trouxe Marx para o nosso tempo criticamente como era próprio do pensamento marxiano. Não foi um vulgarizador de conceitos, essa verdadeira praga que abateu o pensamento marxista reduzindo-o a uma coleção de ineficientes fórmulas feitas. Lefebvre retomou o que de mais importante havia

estabelece um distanciamento crítico de certas interpretações evolucionistas fundamentadas num marxismo dogmatizado que defendiam a existência de relações sociais feudais na sociedade brasileira no debate nas décadas de 50 e 60.⁴⁴ Martins argumenta que não adianta apenas rotular as relações sociais, mas é preciso reconstruir historicamente os processos sociais.

A idéia da diversidade e do ritmo lento do desenvolvimento do capitalismo na agricultura encontra-se na obra de Lenin *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Para Lenin, a proletarização do campesinato é válida apenas como tendência geral e o capitalismo nem sempre precisa de um proletário livre de terra. Lenin afirma que em “nossas obras se compreende frequentemente com excessiva rigidez a tese teórica de que o capitalismo requer um operário livre, sem terra. Isto é justo como tendência fundamental, mas na agricultura o capitalismo penetra com excessiva lentidão e através de formas extraordinariamente diversas” (Lenin, 1974: 166, 167). Essa concepção de Lenin permite concluir que o capitalismo pode se desenvolver sem proletarização, reproduzindo e preservando formas sociais diversas como o campesinato. Martins (1989) faz referência a essa idéia de Lenin para fundamentar sua crítica às concepções dogmáticas e evolucionistas de um certo tipo de marxismo. Mesmo assim, segundo Martins (1989), o próprio Lenin não teria escapado ao dualismo e ao evolucionismo.

em Marx – seu método e sua concepção de que a relação entre teoria e prática, entre o pensar e viver, é uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria História” (Martins, 1996^a: 9).

⁴⁴ Talvez os autores mais representativos do debate acerca da existência ou não de relações feudais na agricultura brasileira sejam Alberto Passos Guimarães (1974, 1979) e Caio Prado Junior (1966, 1979). Passos Guimarães representa a posição daqueles que defendiam a existência de relações feudais no Brasil. Prado Junior representa a posição daqueles que argumentavam que a agricultura brasileira era de caráter capitalista. A partir da tese da existência de relações feudais no Brasil, Passos Guimarães defendia a existência de um campesinato brasileiro. Em oposição, na obra de Caio Prado Junior nota-se uma resistência para reconhecer a importância do campesinato. Como afirma Palacios (1993), a negação ou a afirmação do campesinato era a peça fundamental nesse debate. Apesar de reconhecer tardiamente na sua obra a presença do campesinato na sociedade brasileira, Caio Prado ainda o considerava um setor residual. Como mostra Sorj ao privilegiar a grande propriedade, na sua análise sobre a questão agrária brasileira, Prado Junior subestima a importância da pequena produção (Sorj, 1980).

Em Florestan Fernandes encontra-se também a idéia de que o capitalismo produz e reproduz relações sociais “atrasadas⁴⁵” das quais precisa⁴⁶. Para Fernandes (1968:27), “ a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico teria de ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica”.

A explicação sociológica de Martins baseia-se na crítica ao evolucionismo e ao uso dogmático dos conceitos de modo de produção e de formação econômico-social, presente na literatura brasileira de origem marxista e especialmente entre as obras dos autores brasileiros que discutiram a origem feudal da sociedade brasileira. Para desvendar as insuficiências das análises que buscam entender o Brasil a partir de seu passado feudal, Martins argumenta que o capitalismo brasileiro, pela sua própria origem histórica, utiliza, produz (e reproduz) relações sociais não capitalistas.

A crítica levantada por Martins à leitura “evolucionista” da obra de Marx fundamenta-se em sua concepção acerca da história e dos diferentes ritmos de desenvolvimento do processo social. Como já foi dito acima, esta idéia reflete a influência de Marx, Lefebvre e Florestan Fernandes. O estudo do pensamento de Lefebvre possibilita o retorno a um Marx “datado, situado no tempo e na história” (Martins, 1996b).

⁴⁵ Uma síntese crítica deste debate se encontra em Palmeira (1971). Palmeira enfatiza o caráter ideológico e político deste debate e aponta a necessidade de encontrar uma nova via de interpretação da questão agrária no Brasil, que ultrapasse a esfera meramente ideológica e política e que busque a construção da questão agrária como um objeto científico. O debate feudalismo x capitalismo torna-se uma questão política por causa da emergência, nos anos 60, das lutas camponesas pela reforma agrária. Além disso, o surgimento de novos partidos nessa década, questionava o monopólio do Partido Comunista e possibilitou a formação de uma diversidade de interpretações acerca do caráter e das etapas da revolução brasileira (Palmeira, 1983).

⁴⁶ A visão dominante entre marxistas brasileiros, segundo a qual a sociedade e a economia permanecia dividida num setor desenvolvido, capitalista (a indústria) e noutro, atrasado, subdesenvolvido (a agricultura) onde prevaleciam as relações de caráter feudal e pré-capitalista, foi contestada por autores como Gunder Frank, Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior. Gunder Frank (1970) mostra que a crise e o atraso da agricultura brasileira é resultado do desenvolvimento capitalista e não da existência de relações feudais. Então, se não existem relações feudais na agricultura brasileira, é inaceitável a idéia de que se deve estabelecer uma aliança com a burguesia para ampliar o desenvolvimento capitalista e destruir os restos feudais. A discussão sobre os impasses do desenvolvimento capitalista no Brasil já vinha ocorrendo desde os anos 50. Para Florestan Fernandes (1968), as relações atrasadas, além de serem resultados do capitalismo, são

Martins recusa um Marx acabado, concluído, dogmatizado, considerado instrumento de poder e portanto ideologizado, fetichizado (Martins, 1996b). Nessa perspectiva o pensamento de Marx tem um sentido histórico, porque situado numa época determinada. Por isso, o pensamento de Marx (marxiano como Martins o chama) é inconcluso, com muitas questões ainda não resolvidas. Lefebvre estava interessado em compreender e explicar a relação entre o modo de pensar e a praxis de Marx. Em outras palavras, de acordo com Martins, para Lefebvre conclui que as transformações sociais não seguem um curso predeterminado e evolucionista. Martins utiliza esta idéia como um formidável ponto de apoio para entender e explicar a produção capitalista de relações não capitalistas, diferenciando seu conceito do de relações pré-capitalistas. A categoria *produção ou reprodução de relações capitalistas* certamente está em Marx; Lefebvre chama a atenção para sua importância e é Martins que a retoma, tornando-a referência para sua análise das particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo.

Na perspectiva marxista, a produção ou a re-produção das relações capitalistas faz parte da dinâmica da sociedade capitalista⁴⁷. A contribuição de Martins reside na idéia de que o desenvolvimento capitalista não apenas produz ou reproduz relações sociais estritamente capitalistas que podem ser expressas nas relações contratuais (principalmente salariais) entre capitalistas e trabalhadores, mas também produz e reproduz relações não capitalistas. Para Martins, quando o trabalhador produz seus próprios meios de subsistência, na inexistência da mediação do salário, a relação social em que está inserido este trabalhador não pode ser definida como estritamente capitalista, mas sim como não capitalista. Porém, em nível global, as relações sociais são capitalistas porque são mediadas pela propriedade privada da terra e pelo comércio.

Quando trata do tema da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, Martins observa que o capitalismo subordina e utiliza relações sociais anteriores. Esta perspectiva analítica permite considerar o campesinato como uma classe social fundamental

também uma necessidade para seu próprio desenvolvimento. O capitalismo produz ao mesmo tempo setores desenvolvidos e setores atrasados ou subdesenvolvidos.

na sociedade capitalista brasileira e não apenas como um resíduo de relações pré-capitalistas. Essa visão de Martins, influenciada pela concepção de historicidade de Lefebvre, possibilita tanto contestar a tese da proletarização do campesinato, como considerar o camponês como um sujeito político. Isto quer dizer que, na análise de Martins inexistente a idéia da missão histórica do proletariado, como portador de uma nova sociedade. Como é sabido, esta é uma das teses do marxismo⁴⁷. Por sua vez, o camponês não é visto por Martins como um grupo social que desaparece na medida que avança o capitalismo no campo. Na sua análise não há, pois, lugar para a polarização de classes e para a inevitável proletarização do campesinato. Desta forma Martins questiona o paradigma da diferenciação social proposto por Lênin, e abre espaço para ver ao campesinato como ator social e político na sociedade brasileira.

O sentido de reconhecer a história como produzida pelos homens enquanto sujeito social permeia a produção intelectual de Martins, reconhecendo nas “classes subalternas” uma missão histórica. Ele eleva o campesinato ao nível de um movimento político, de classe política, capaz de se tornar sujeito da política e não apenas objeto. Como ele mostra, a prática histórica constitui uma totalidade criada por ela mesma, é uma totalidade que supera a divisão da realidade em partes separadas umas das outras. Se em Hegel essa praxis revolucionária, por ser criadora e transformadora da realidade, e é realizada pelo Estado, em Marx é o proletariado, enquanto classe universal, sujeito da prática histórica, que a assume. Quando Martins analisa a sociedade capitalista dependente no Brasil, são as classes subalternas que se tornam sujeitos. Em sua visão trata-se de um sujeito que ao mesmo tempo é resultado das condições históricas e torna-se, através da sua prática histórica (suas lutas), produtor de si mesmo. Essa idéia é semelhante à de Marx onde, de acordo com Lefebvre (1986), ele afirma que o homem, através de suas lutas e de seu trabalho, num determinado tempo histórico, se produz a si mesmo.

⁴⁷ No Capítulo VI (Inédito) de *O Capital*, Marx (1978) afirma que, com o desenvolvimento do capitalismo, não só as condições objetivas do processo de produção se renovam mas também são produzidas as relações de produção.

⁴⁸ Na visão de Lefebvre (1986), o proletariado torna-se sujeito histórico, ao produzir-se como negação da sociedade burguesa e ao produzir a sociedade que a substituirá. Portanto, o proletariado é sujeito enquanto é negação. Porém, as condições de miséria em que se encontra o proletariado não provocam automaticamente a ação, mas ao contrário, limitam-na.

Como mostra Martins, na visão de Lefebvre, a coerência da teoria dos modos de produção de Marx para explicar a história da humanidade, entra em choque com a “desigual elaboração” e com as lógicas diferentes das relações de produção em constante mudança. Em outras palavras, a teoria dos modos de produção de Marx não permite entender a complexidade das relações sociais, suas múltiplas articulações, os diferentes ritmos de desenvolvimento e tempos que coexistem numa sociedade.

Esta é a perspectiva adotada por José de Souza Martins, na sua abordagem da complexidade e das contradições da sociedade brasileira. O agrário não é concebido como uma passagem determinada para o industrial e nem este é concebido como a meta última, o destino inevitável e a expressão do progresso social.

A perspectiva adotada por Martins, de reconhecer a existência das particularidades do desenvolvimento social e econômico e das desigualdades espaciais e temporais das relações sociais do capitalismo permite fazer referência a uma sociedade brasileira específica, concreta e histórica. Desta maneira, na sua visão, a teoria dos modos de produção é incompleta para entender-se e interpretar-se o desenvolvimento da sociedade brasileira. Por isso é de grande importância a contribuição de Lefebvre retomada por José de Souza Martins, para quem a tarefa do sociólogo é explicar as particularidades do processo histórico da formação da sociedade, neste caso, a sociedade brasileira.

Segundo Lefebvre (1986), as causas que explicam o desenvolvimento desigual são históricas. Se num determinado país a indústria não se desenvolve como acontece num outro país, isto é devido ao seu passado. As particularidades escondem as diferenças. Os modelos de crescimento, ao propor suprimir as desigualdades, como meio para atingir os objetivos, eliminam as diferenças culturais e sociais dos povos, em lugar de expandir essas particularidades. A particularidade provém da natureza. É o início, a origem da diferença. O desenvolvimento do processo histórico do social não é homogêneo, mas desigual.

A compreensão de que o desenvolvimento social é desigual, que norteia as análises de Martins acerca do mundo rural brasileiro, parte da noção de formação econômico-social

utilizada por Marx e Lenin para apreender e mostrar o caráter desigual e heterogêneo do desenvolvimento social, quando se referem às contradições fundamentais do processo de desenvolvimento capitalista dependente, embora, não a uma região geográfica específica.

18. O camponês como categoria analítica

A utilização, por Martins, do *camponês* como categoria para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, é possível graças a um esforço de interpretação crítica da obra de Marx. Este esforço de interpretação crítica significa a superação ou ampliação de algumas noções utilizadas por Marx. Este é o caso da categoria marxiana de *produção e re-produção das relações sociais capitalistas*. Esta categoria tem passado despercebida para a maior parte dos produtores brasileiros de conhecimento sobre o “mundo rural”. Martins retoma essa noção a partir das leituras de Marx e do sociólogo francês Henri Lefebvre. A partir desta noção Martins elabora a noção de *produção capitalista de relações não capitalistas*. O camponês como categoria de análise sintetiza, ao mesmo tempo que é resultado, esta descoberta de Martins. A noção de *produção capitalista de relações não capitalistas* permite que Martins critique a “teoria da articulação dos modos de produção”, isto é, a noção de formação econômica e social⁴⁹ que supunha a coexistência de diversos modos de produção articulados. As teses feudalistas defendidas por alguns autores, como Alberto Passos Guimarães, baseiam-se nesta visão. A noção de formação econômica e social utilizada por Martins incorpora e, por isso é diferente, das noções de *produção capitalista de relações não capitalistas* e *desenvolvimento desigual*. O gráfico seguinte pretende contribuir para explicar como as categorias de *produção capitalista de relações não capitalistas*, *formação econômica e social* e *desenvolvimento desigual* permitiram que Martins chegasse à categoria de *camponês* a partir da observação da emergência das lutas sociais no campo.

⁴⁹ Martins critica a noção de “formação econômico e social” que resulta da interpretação marxista de Althusser e difundida na América Latina por Marta Harnecker no seu manual *Conceptos elementales del materialismo histórico*.

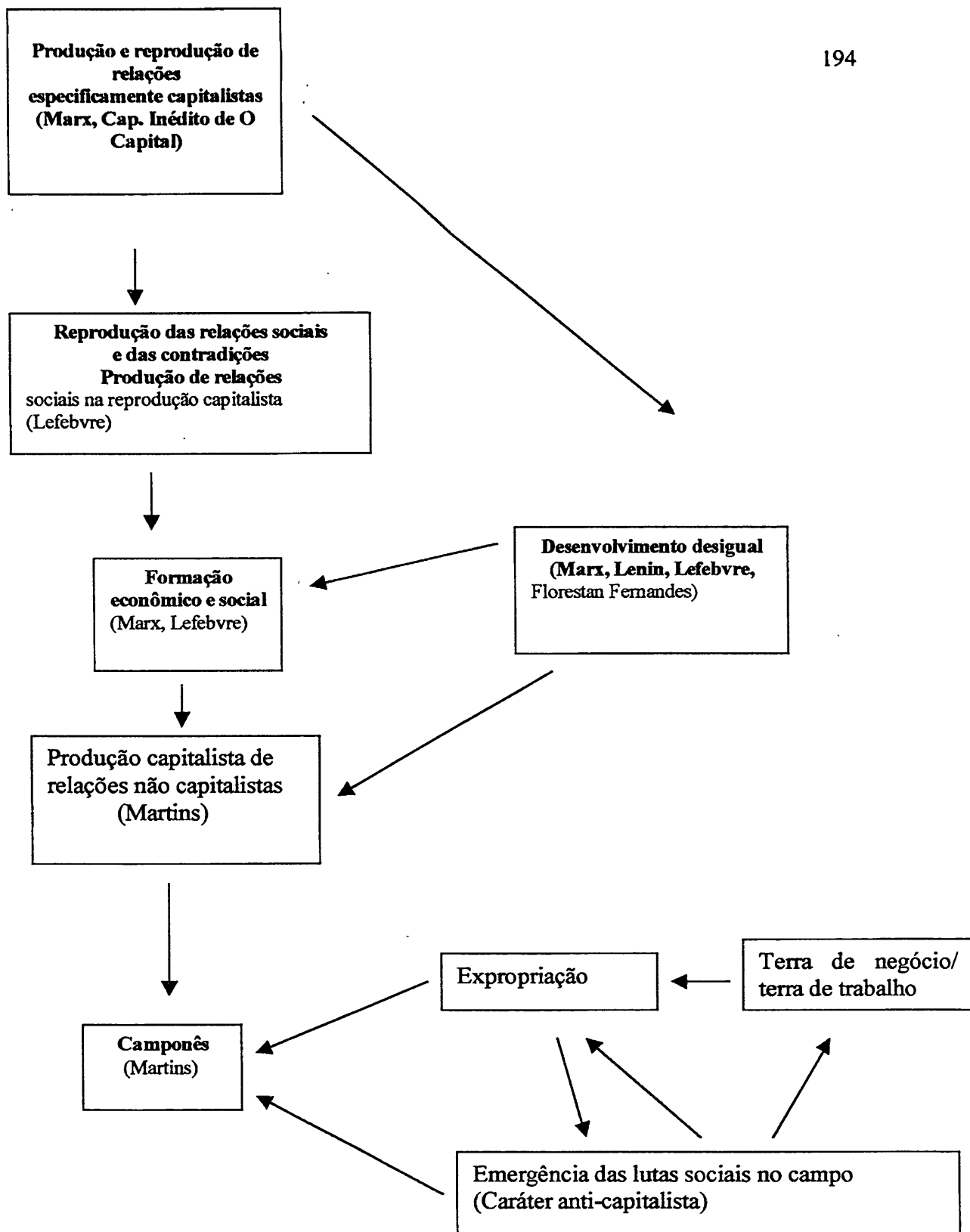


Fig. 4 Esquema explicativo de José de Souza Martins

Os conflitos sociais no campo são explicados por Martins, com base numa perspectiva que combina o reconhecimento de tempos históricos e ritmos diferentes do processo de desenvolvimento capitalista. Os conflitos sociais no campo são explicados a partir de um processo de expropriação da terra e da concentração do capital. As noções de *exploração* e de *expropriação* são utilizadas por Martins para apreender e explicar o processo diferenciador na formação das classes sociais na sociedade brasileira. Martins quer mostrar que o processo de desenvolvimento capitalista expropria, mas sem proletarizar o trabalhador do campo. Ele chega ao conceito de camponês (Ver Fig. 2) através de um processo intelectual que combina uma postura crítica diante da teoria marxista e das interpretações dogmáticas e uma observação sistemática dos processos sociais e especialmente dos movimentos sociais no campo.

19. A noção de *pobre*

No seu livro *A militarização da questão agrária no Brasil*, Martins introduz dois conceitos novos. Trata-se dos conceitos de *comunidade* e de *pobre*. A partir desses dois conceitos Martins busca encontrar um elemento unificador das diversas lutas sociais no campo. A interpretação de Martins se coloca em clara oposição à idéia dominante que considera que o trabalho assalariado deve ser o critério unificador das lutas sociais. Neste livro, o autor, a partir da análise das especificidades das lutas dos posseiros, dos indígenas, dos pequenos proprietários, dos assalariados e dos sem-terra, propõe a *comunidade* como novo “sujeito social”. Martins se refere à multiplicação dos grupos de saúde, hortas comunitárias, clubes de mães, movimento do Custo de vida, Movimento dos Sem-Terra, A Comissão Pastoral da Terra e as Comissões de defesa dos Direitos Humanos. Para o autor o conceito de *pobre* permite explicar o elemento que organiza as práticas dessas comunidades. “A categoria de pobre (...) tem uma definição ética e histórica que implica em considerar os resultados da produção, não só a acumulação do capital, mas também a acumulação da pobreza que dela resulta” (Martins, 1984: 106). A visão de Martins se insurge contra as análises economicistas centradas na produção material.

Como diz Martins:

“A concepção política centrada na categoria de produção, e a ela restrita, reduz o mundo às relações econômicas e a seus resultados econômicos. A adoção da categoria de *pobre* pelas comunidades, como categoria que centraliza a interpretação e a prática, questiona diretamente as contradições do processo do capital. Nesse sentido toma-o na sua totalidade, enquanto processo de produção e circulação, realização privada da riqueza produzida pelo trabalho social. Desvenda o processo do capital pela distribuição do que foi produzido e não, restritamente, pela produção. É na contradição entre a produção e a distribuição que o capitalismo revela o segredo da acumulação, enquanto modo de produção de riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade” (Martins, 1984: 106-107).

As interpretações sobre a questão agrária no Brasil têm adotado a perspectiva de que as transformações culminam com a ampliação das relações sociais baseadas no salário. Isso dá significado à categoria de *pobre* proposta por Martins, além da situação de classe social fundamentada no trabalho assalariado. Para Martins a categoria de pobre permite explicar a desigualdade econômica e social produto da acumulação capitalista, na qual se inclui todo tipo de pobreza: fome, falta de direitos e de justiça. “O pobre é o que não tem, o despossuído, aquele cuja insuficiência não é resolvida pela distribuição generosa dos bens, aquele que, por isso, não pode comprar” (Martins, 1986: 39). No entanto poder-se-ia afirmar que a categoria de *pobre*, proposta por Martins, por ficar apenas na descrição dos tipos de pobreza, não consegue obter o mesmo poder explicativo que possui a categoria de *classe social* que busca explicar as relações sociais na sociedade capitalista.

Para Martins a categoria salário dá uma dimensão de luta de classes às lutas sociais, mas a categoria pobreza representa o cotidiano, o imediato, o visível, o que está na consciência dos pobres. Martins (1984:107) afirma que “embora escondendo as diferentes formas e fontes da condição de pobre, abre uma ponte entre classes e categorias sociais que as diferentes formas de produção separam”. É a categoria de pobre que torna visível o que está oculto no processo de exploração capitalista, ou seja, permite descobrir que por detrás

da igualdade aparente e formal dada pelo salário, “o capital se acumula nas mãos do outro, do capitalista” (Martins, 1984: 108).

A superação da rigidez da análise baseada nas relações salariais, na problemática agrária no Brasil, leva Martins a propor novos conceitos como: *classes subordinadas*, *nova cultura dos pobres do campo*, *a propriedade da terra como mediação do social*, *a noção de tempo histórico*, *tutela esclarecida*, *capitalismo inacabado*, *sacralização do espaço*, *a noção de pessoa*, *temporalidade das lutas e dos movimentos sociais*, *novos subalternos*, até chegar à *sociologia do estranho* ou do *estranhamento*, da *dissimulação* e das *revoluções inconclusas*.

Com o conceito de *classes subalternas*, Martins consegue ampliar sua análise das classes sociais, ao mesmo tempo que abandona e supera⁵⁰ a categoria anterior de *pobre*. O conceito de *classes subalternas* vai além do conceito de camponês, pois este é considerado apenas uma das classes subordinadas. A importância dada por ele ao campesinato e suas lutas como produtor da história⁵¹ parece diluir-se e ampliar-se com o novo conceito de *classes subalternas*⁵² (Martins, 1989). Na perspectiva martinsiana, o conceito de classe subalterna opõe-se ao reducionismo da concepção de classe social, mostrando a diversidade de relações e grupos sociais existentes nas sociedades capitalistas dependentes, cada um com suas particularidades e suas próprias contradições e ainda com conflitos entre si. A subalternidade, na visão de Martins, expressa a exploração, a dominação e a exclusão econômica e política. Essa noção representa o legado gramsciano como expressão da diversidade das situações de subalternidade e possibilita entender a história, as particularidades culturais, as contradições e as visões de mundo das diferentes classes e grupos sociais subalternos. O conceito de subalternidade permite descobrir o processo social que subalterniza de forma crescente as classes sociais. Como afirma Martins (1989:98), o conceito de classes subalternas:

⁵⁰ Cabe salientar que Martins não discute esse processo de abandono da categoria de *pobre* proposta por ele anos antes.

⁵¹ Ver *Os camponeses e a política no Brasil* (1981).

⁵² O conceito de classes subalternas aparece no final da década de 80, na sua obra *Caminhada no chão da noite* (1989).

“Obriga-nos a ter em conta que as esperanças e lutas dos diferentes grupos e classes subalternos levam a diferentes resultados históricos, porque desatam contradições internas que não são apenas contradições principais do desenvolvimento do capital, a oposição burguesia-proletariado”.

Assim, os jovens, as crianças e os velhos, junto com os camponeses são considerados como os novos subalternos, os excluídos e marginalizados do desenvolvimento capitalista extremamente concentrador. Esses grupos e classes subalternas não são expressões transitórias destinadas ao desaparecimento, mas são formas sociais produzidas e reproduzidas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo.

Na visão de Martins, a diversidade regional dos camponeses no Brasil, suas contradições internas e seus dilemas políticos são expressões da condição de subalternidade. Do mesmo modo, a diversidade dos camponeses e suas lutas pode ser explicada pelas diferentes formas com que o capital aparece no mundo camponês. A categoria de formação econômico-social utilizada por Martins (1989:109) permite explicar essa diversidade e por que os camponeses constituem “uma classe da sociedade capitalista, cujas características ‘atrasadas’” dependem do desenvolvimento desigual do capitalismo e dos obstáculos que o capital encontra no campo para reproduzir-se de acordo com os mecanismos da reprodução ampliada. É possível que essas classes subalternas e suas lutas apareçam como estranhas, sem se encaixar em certos esquemas teóricos da luta de classes comum da esquerda dogmática.

É necessário, por isso, de acordo com Martins, uma sociologia do estranho e do estranhamento (Martins (1993). Uma sociologia que desvende o estranhamento e a dissimulação, o desencontro numa sociedade onde a igualdade e as relações sociais contratuais não se disseminaram como em outros países. A sociedade brasileira é uma sociedade que Martins chama de barroca, onde as “oligarquias defendem o contrato social, a razão, as relações contratuais entre as pessoas, a igualdade, mas, ao mesmo tempo, fundam e baseiam o seu poder em relações de dependência pessoal, uma forma de servidão, um relacionamento derivado da escravidão” (Martins, 1993:22). A seu ver, não somente as

oligarquias são barrocas, mas também a própria esquerda, que considera *estranhos* os índios e os camponeses. Para ele, a esquerda considera os índios e os camponeses como estranhos ao capitalismo e portanto destinados ao desaparecimento. “Mesmo intelectuais de esquerda mais sensíveis ao ‘aparecimento’ desses grupos tendem a concebê-los como uma espécie de apêndice atrasado da classe operária (Martins, 1993:27). Martins mostra que esses grupos são recriados pelo capitalismo e por isso mesmo fazem parte dele, embora com um ritmo e um tempo próprio. Na sua visão, o capitalismo no Brasil é o desencontro e, ao mesmo tempo, a coexistência dos tempos históricos; O desenvolvimento do capitalismo não eliminou, mas ao contrário, recriou esta coexistência. Esta posição teórica de Martins mostra seu comprometimento com os excluídos, criticando ao mesmo tempo as oligarquias e os mediadores dos movimentos sociais, assim como os intelectuais (sociólogos rurais) não preocupados com eles.

20. Uma nova interpretação acerca das lutas sociais no campo

No seu livro *A militarização da questão agrária no Brasil*, publicado em 1984, José de Souza Martins explicita sua oposição à interpretação dominante baseada em interesses dos grupos e classes sociais urbanas para explicar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Essa visão dominante, segundo ele, significava um desprezo pelas lutas dos trabalhadores rurais, além da impossibilidade de compreender que as lutas pela terra também significam as lutas contra o pacto político das classes dominantes com a participação inclusive de segmentos da classe trabalhadora urbana. É em oposição a essa visão urbano-industrial que Martins resgata o “lugar histórico e o lugar político” dos camponeses (“na tradição das línguas latino-americanas”).

Neste livro, Martins busca “questionar essa leitura deformada pelo privilegiamento político e teórico do contratual, urbano e salarial” (Martins, 1984: 12). Segundo ele, a classe operária não tem o monopólio político do processo histórico. Para Martins, as interpretações dominantes sobre a sociedade brasileira têm privilegiado o “capital e as relações salariais de trabalho principalmente na indústria como sendo modelo e os agentes privilegiados do processo histórico” (Martins, 1984: 13). Como mostra Martins, não há

dúvidas, de que o capital e as condições econômicas que dele se derivam possibilitam a cooperação e o trabalho social e também a humanização do homem para que se liberte das necessidades. Ele também concorda que o capitalismo cria as condições para a ruptura do individualismo e do isolamento do camponês. Mas isto é apenas o resultado. Ainda falta enxergar o processo: “a vida, o movimento, a História cederam lugar à coisa, ao produto”; porém, “o desenrolar da História, o fazer-se, representam para os cientistas sociais desafios teóricos e metodológicos que não podem ser enfrentados com esquematismos e menos ainda com os esquematismos estruturalistas que baniram a concepção de contradição e processo” (Martins, 1984: 13). Então o dilema, para os cientistas sociais, de acordo com Martins, é de que, por um lado, o capital destrói as “bases do conservadorismo camponês; cria as bases da socialização do processo de trabalho; de outro lado, o camponês, o trabalhador, o pequeno agricultor e sua família, resistindo contra a expulsão da terra, contra a expropriação” (Martins, 1984:13). Nesse sentido, a análise de Martins se constrói em oposição à tese dominante de que o capital é progressista e o trabalhador do campo é reacionário.

Segundo Martins, o capital não se limita à relação constituída pelo trabalhador assalariado na fábrica, ele “domina praticamente todas as relações econômicas, mais profundamente ou menos profundamente, de modo formal ou de modo real” (Martins, 1984: 14). Com isso, o autor ressalta que a exploração capitalista se realiza de diversas formas não somente “a partir das relações que encontra, mas também a partir das relações que cria, as mediações que gera, para que se constituam os muitos elos necessários à consumação da exploração econômica do trabalhador” (Martins, 1984: 14). Ou seja, o autor sustenta a tese de que o capital não se reduz a sua função progressista de superar os obstáculos da produção social: “o capital é uma relação social, relação contraditória, de exploração e expropriação. Se o capital tem a função progressista de introduzir na sociedade a produção social, ele só o faz e só o pode fazer mediante a implantação da apropriação privada dos resultados dessa produção social” (Martins, 1984: 14). Mesmo naqueles espaços da vida social como a pequena agricultura familiar, a contradição entre apropriação privada e produção social está presente, ainda que de forma indireta e oculta como determinações, ou seja, esses pequenos agricultores não estão fora do processo

histórico e das contradições do capital. As idéias de Martins expostas no livro *A militarização da questão agrária no Brasil* se constituem nas bases de uma outra leitura das relações sociais, das classes no campo e do Estado.

Segundo Martins, a “concepção burguesa do progresso” impede a construção de uma interpretação ampla do significado da luta pela terra. De acordo com ele, a diversidade das lutas sociais no campo e suas formas de organização ultrapassam e rompem as fronteiras estreitas das instituições partidárias. Martins considera que esses limites estreitos das instituições estão determinados pela concepção baseada nas relações salariais e contratuais reprimem a criatividade e o desenvolvimento das lutas sociais no campo. Por isso é que o autor irá salientar a diferença entre a luta pela terra e a reforma agrária entendida como a concepção dos mediadores. O autor retoma esse tema no seu último livro *Reforma agrária – o impossível diálogo*. No livro *A militarização da questão agrária no Brasil*, Martins defende que os limites colocados pela concepção dos partidos e dos sindicatos explicam por que os movimentos populares do campo encontraram apoio na Igreja. Como indica Martins, “a igreja é espaço mais adequado para agasalhar relações sociais comunitárias, que se desenvolvem nos momentos e situações de maior tensão, no enfrentamento com grileiros, policiais, jagunços, no enfrentamento com a aliança entre poder público e o poder privado para expulsar ou para expropriar o trabalhador (Martins, 1984: 17)”⁵³.

À diferença das lutas dos operários das fábricas, as lutas sociais no campo, além de durar longos anos, “expressam contradições profundas no regime de propriedade que sustenta a exploração capitalista nesta sociedade” (Martins, 1984: 18). A militarização da

⁵³ A “opção preferencial pelos pobres” da Igreja católica tem um caráter fundamentalmente político que pode ser traduzido segundo José de Souza Martins como “uma opção preferencial pela ordem” que fica evidente com a carta pastoral de D. Inocêncio em 1950 divulgada poucos dias depois do “manifesto de agosto” onde o Partido Comunista propugnava uma reforma agrária radical, como parte de uma estratégia contra a burguesia e o imperialismo. A mudança na posição da Igreja Católica se pode observar na Declaração dos Bispos do Nordeste de 1956 e também noutro documento com o mesmo título de 1959, ambos documentos mostram a opção pelo desenvolvimento capitalista como meio para a superação da pobreza, o atraso e a economia agrária baseada no latifúndio. Segundo Martins (1989), o motivo dessa mudança foi o afastamento político da Igreja Católica com os latifundiários. A ruptura das velhas formas de dominação pessoal, resultado do processo de transformações, a que estavam submetidos os trabalhadores rurais pode explicar a mudança na concepção e na prática da Igreja. Martins se refere à “concepção moral do desenvolvimento” como a idéia-elemento para compreender a posterior prática social da Igreja.

questão agrária foi uma resposta a esses conflitos do campo que fizeram emergir novos sujeitos históricos: as comunidades de base, os movimentos sociais e os movimentos indígenas. Esse quadro de conflitos é expressão do questionamento do poder que contrapunha a Igreja e o Estado como mediadores de contradições.

Segundo Martins a incapacidade dos cientistas sociais de reconhecer os novos sujeitos históricos no campo se explica pelos métodos e teorias “utilizados pelos autores que se dedicam ao estudo das transformações sociais no meio rural. A perspectiva que adotam é geralmente evolucionista” (Martins, 1984: 75). Poder-se-ia afirmar que, ao contrário, a perspectiva de análise de Martins se constrói em aberta oposição à perspectiva evolucionista. Martins afirma que “por mais diversos, e até opostos que sejam os resultados de suas análises, a maioria adota a perspectiva de que as transformações que estão ocorrendo culminam com o estabelecimento e a expansão das relações capitalistas de produção, isto é, do trabalho assalariado” (Martins, 1984: 75). Como uma alternativa para a interpretação e análise dos novos sujeitos sociais no campo, Martins sublinha a necessidade de elaborar uma concepção mais dinâmica e dialética do processo histórico que recupere a questão do “desenvolvimento desigual na sua aceção clássica e não economicista que foi divulgada para dar conta do desenvolvimento econômico desigual entre países ricos e países pobres (Martins, 1984: 76).

A concepção do desenvolvimento desigual a que Martins se refere é aquela que “dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (por exemplo, a *exploração* e a *alienação* do trabalhador explorado, o trabalho social e a apropriação privada dos resultados do trabalho assalariado)” (Martins, 1984: 76). Nessa visão, os tempos desiguais não estavam separados em espaços diferentes. Martins critica a concepção economicista (marxista estruturalista) do desenvolvimento desigual em que as contradições do capitalismo apenas ficam reduzidas à contradição entre capital e trabalho assalariado. “As formas sociais que não se ajustam a esse modelo são agrupadas num ‘outro’ modo de produção, classificado como pré-capitalista ou, até mesmo, feudal” (Martins, 1984: 76).

Na concepção mecanicista e economista, criticada por Martins, a coexistência de formas sociais capitalistas e não-capitalistas num mesmo espaço se resolve com a idéia da articulação dos modos de produção que substitui a “noção de contradição”. Nesta concepção, as formas sociais capitalistas “eliminam portanto, as formas não-capitalistas de exploração do trabalho enquanto mediações determinadas pelo processo de reprodução ampliada do capital, de acumulação” (Martins, 1984: 77). Pelo contrário, são consideradas como resistência ao desenvolvimento do capitalismo.

No seu livro já clássico *Os camponeses e a política no Brasil*, cuja primeira edição é de 1981, Martins continua sua crítica às posições economicistas do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo deste livro é mostrar o descompasso e distanciamento entre os movimentos sociais no campo e os partidos políticos de esquerda. Para ele esse descompasso se explica por motivos de prática política e doutrinários, ou seja, da concepção e visão que esses partidos possuem em relação aos movimentos sociais no campo. Apesar de que o autor ressalta a incapacidade dos partidos de acompanhar os movimentos sociais no campo, reconhece que as lutas populares no campo precisam “de organização e estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado” (Martins, 1983: 9). Nessa obra, Martins mostra o caráter de sujeito político do campesinato brasileiro que luta contra a dominação pessoal dos latifundiários e a expropriação realizada pelos grandes proprietários, grileiros e empresários. O autor destaca que

“a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir reparo de uma injustiça ou pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos” (Martins, 1983: 10).

Neste livro, Martins mostra a redução do papel do campesinato no esquema político de alianças do PCB. Esse vazio político e perda de influência do PCB foi lentamente preenchido pela Igreja. A dispersão das lutas camponesas não somente se explica pela diversidade de situações do campesinato, mas também pelas “mudanças de posições partidárias a respeito de tais lutas” (Martins, 1983: 12). Cabe salientar a idéia interessante de Martins no sentido de que a própria diversidade das lutas do campesinato (ou dos campesinatos) brasileiro tem provocado o surgimento de uma variedade de interpretações: desde a tese da superioridade da classe operária urbana até a guerra popular de base camponesa que cercaria a cidade. Essas interpretações, segundo Martins, se distanciam cada vez mais da realidade dos movimentos sociais no campo. Martins se insurge contra a concepção que considera o camponês um estranho no processo político e histórico da sociedade brasileira, ou tendo um papel “revolucionário” subordinado às classes operárias das cidades ou ainda como “conservador” subordinado à burguesia e proprietários de terras. “A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (Martins, 1983: 12). Enfim, o autor constrói sua argumentação opondo-se à concepção baseada numa interpretação dogmática de Marx. Martins dirige sua crítica contra o PCB, principal portador dessa visão baseada fundamentalmente na idéia de que o processo histórico estaria determinado pelo crescimento da classe operária tanto no campo como na cidade. Ele conclui que: “da completa expropriação do trabalhador, da sua conversão em trabalhador assalariado e, portanto, do seu explícito antagonismo com o capital, que surgirá tal possibilidade de transformação” (Martins, 1983: 13).

Entretanto, o autor concorda que, em tese, essa idéia é correta, mas o problema, segundo ele, não é puramente teórico, mas político. Nas suas palavras: “seria, entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para ele, mas que é boa para a humanidade (ou ao menos para os ideólogos e justificadores de tais violências e injustiças), pois é o que vai permitir o desenvolvimento do capital, daquele mesmo que o antagoniza

patrocinando tais violências” (Martins, 1983: 13). Segundo ele, trata-se então de dar uma resposta política enraizada nos fatos concretos vividos pelos camponeses e não naqueles que existem nas fantasias dos intelectuais.

Martins retoma em *Os camponeses e a política no Brasil* a crítica à concepção da história comum de um tipo de leitura do marxismo, baseada na idéia de que o desenvolvimento é resultado do avanço das forças produtivas que ao mesmo tempo modifica as relações sociais atrasadas substituindo-as pelas relações sociais baseadas no trabalho assalariado. Para Martins a concepção com que Marx trabalha é a de que o desenvolvimento é desigual, o que permite entender as transformações nas sociedades atrasadas. A visão da história criticada por Martins considera que aceitar as reivindicações camponesas impediria o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, “a instalação da grande empresa no campo” (Martins, 1983:14), visão na qual, o campesinato não é considerado um sujeito histórico, na qual ele não tem passado.

Para Martins, o campesinato brasileiro é uma classe social. O camponês não é um resíduo, mas resultado das características do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro. Na sua perspectiva analítica, “o nosso campesinato é constituído com a expansão do capitalismo, como produto das contradições dessa expansão” (Martins, 1983: 16). Martins critica as interpretações político-ideológicas que classificam indevidamente as lutas camponesas como “populistas”. Para o autor o campesinato está inserido no presente do capitalismo, faz parte das suas contradições. Por isso é importante “ouvir o campesinato”. A resistência do campesinato não se limita a um mundo isolado. Para Martins “a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital” (Martins, 1983: 18).

Como foi possível perceber, a análise de Martins sobre o capitalismo brasileiro fundamenta-se na categoria *produção capitalista de relações não capitalistas*. Esta

categoria sintetiza uma perspectiva, uma idéia-elemento,⁵⁴ um marco de referência que oferece uma certa unidade ao pensamento do autor, e que o coloca como protagonista de um segundo debate agrarista, como sugere Santos (1998)⁵⁵.

⁵⁴ Uma idéia-elemento é “um grande foco luminoso que ilumina uma parte da paisagem e deixa outras nas sombras ou na escuridão” (Nisbet, 1969: 18). Os critérios para escolher as idéias-elementos de acordo com Nisbet são generalidade, continuidade, distintivas e perspectivas. O primeiro critério refere-se às idéias de um período e não de um autor individual; o segundo, a que as idéias devem aparecer tanto no início como no final do período e ser tão importantes no presente como no passado; o terceiro, permite diferenciar uma idéia de outra e por último, uma idéia é uma perspectiva, “um marco de referência, uma categoria (no sentido kantiano), onde os fatos e as concepções abstratas, a observação e a intuição profunda formam uma unidade”.

⁵⁵ De acordo com Santos (1998: 40), os escritos de José de Souza Martins interpelam a “tradição leninista brasileira”, valorizando a luta pela terra, “não só como resistência camponesa, mas também como denúncia radical do modelo de modernização do pós-64”.

CAPÍTULO IV

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA E A DEBILIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

1. A trajetória intelectual¹

José Graziano da Silva nasceu nos Estados Unidos, tendo no entanto nacionalidade brasileira. Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba, em 1972. Em 1974, na mesma Universidade, concluiu o mestrado em ciências sociais com um trabalho que se caracteriza pela análise crítica dos estudos que até então tinham sido feitos acerca da distribuição de renda no Brasil. Em 1980, com a tese “Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura”, recebeu o título de Doutor em Economia na UNICAMP. Em 1990, fez um curso de pós-doutoramento no Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade de Londres. Graziano da Silva é professor da UNICAMP desde inícios da década de 80, sendo Livre docente em 1984 e professor titular de Economia Agrícola desde 1990.

É importante destacar os dois centros de pesquisas que representaram uma referência intelectual importante na vida acadêmica e de pesquisa de José Graziano da Silva: Campinas e Piracicaba. No primeiro, encontravam-se Maria Conceição Tavares e José Serra. No segundo, Rodolfo Hoffmann, com quem aprendeu econometria.

A trajetória intelectual de José Graziano da Silva divide-se em vários períodos. O primeiro (1972-1974) corresponde à realização do Mestrado. Neste período, seus estudos centravam-se na distribuição de renda no Brasil e nos custos de produção, numa tentativa

¹ Depoimento gravado pelo autor desta tese em 19 de dezembro de 1996 durante palestra proferida por José Graziano da Silva na UFRGS. Neste depoimento, Graziano da Silva fala da sua trajetória e das suas principais preocupações teóricas e práticas.

de unir os níveis macro e micro de análise. A idéia central de seus trabalhos era a crítica ao milagre brasileiro, procurando chamar a atenção sobre a necessidade de fazer-se mudanças estruturais para resolver os problemas sociais derivados da desigual distribuição de renda no País.

Produção relevante do período:

(1974) *Interpretação crítica de alguns recentes estudos sobre distribuição da renda no Brasil. Dissertação de Mestrado, ESALQ/USP.*

No segundo período (1975-1978), trabalhou como pesquisador do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP, em Botucatu, e entre diversos trabalhos, elaborou os indicadores de desempenho da agricultura brasileira. Publicou *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. Trabalhou na primeira pesquisa encomendada pela CONTAG para contrapor-se à idéia de que a pequena produção não tinha nenhuma possibilidade de desenvolver-se no Brasil. Neste período, as leituras de Marx e Lênin o levaram a tratar ainda a problemática do bóia fria como um assalariado (proletário) disfarçado.

A idéia central desenvolvida nos trabalhos elaborados no período referido é que a modernização da agricultura, na forma em que foi implantada no Brasil, não é para todos nem beneficia a todos, precisamente por ser uma modernização insuficiente e incompleta. Para José Graziano da Silva, a não generalização da modernização leva à concentração de renda.

A produção intelectual do período:

(1977) Distribuição da renda e da posse da terra na produção e consumo de alimentos. (Trabalho elaborado em conjunto com Oriowaldo Queda).

(1978) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.

O terceiro período (1979-1981) corresponde ao doutoramento na UNICAMP quando estudou a economia clássica nos cursos coordenados por João Manuel Cardoso. Neste período, José Graziano da Silva interessou-se por estudar três temas: a modernização parcial, a questão agrária e o progresso técnico. A idéia que orienta seus trabalhos de então se baseia na afirmação de que o problema não está na distribuição da terra, mas em como a modernização capitalista absorve a população sobrança.

A tese central desenvolvida em seus trabalhos, neste período, pode ser definida da seguinte forma: as especificidades do desenvolvimento capitalista nos países retardatários não provocariam os mesmos benefícios produzidos nos países desenvolvidos. Nos países retardatários, a população sobrança não é absorvida nas cidades, além de existir a especulação da terra e uma diversidade/desigualdade regional.

A produção relevante do período

(1979) Para onde vai a agricultura?

(1980) O que é questão agrária.

(1981) A modernização dolorosa

(1981) Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.

No quarto período (1982-1983) José Graziano da Silva trabalhou no Governo do Estado de São Paulo, onde estruturou os Programas de Crédito Rural, Assentamentos Rurais e Alimentação Popular. Houve neste período uma preocupação pela definição e

implementação das políticas públicas. A tese desenvolvida nesse período buscava mostrar os efeitos perversos das transformações ocorridas nos anos 70: aumento da pobreza rural, do desemprego e da concentração de renda e da posse da terra. Em sua experiência no Governo, percebeu a falta de organização dos trabalhadores e a falta de representatividade do sindicato rural.

Produção relevante do período:

(1983) *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*. (Trabalho elaborado em conjunto com Angela Kageyama)

No período 1984-1986, trabalhou como assessor da FETAESP e seus principais temas de interesse foram: sindicalismo rural, reforma agrária, acidentes de trabalho na agricultura e sua relação com a modernização da agricultura. A tese central nesses trabalhos era mostrar a necessidade de organização dos trabalhadores como única via para conseguir os benefícios da modernização.

Produção relevante do período:

(1985) Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.

(1986) Canavieiros: O “acordo” possível.

No período 1987-1990, foi coordenador do Doutorado de Economia do Setor Público na UNICAMP. Os temas trabalhados foram: as políticas públicas, os complexos agroindustriais e as alternativas tecnológicas. A idéia básica deste período foi mostrar a desestruturação do Estado e sua incapacidade de fazer política.

Produção relevante do período:

(1987) *Mas, qual reforma agrária?*

(1987) *Perspectivas da agricultura alternativa.*

(1987) *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agro-industriais. (Trabalho escrito com Angela Kageyama)*

(1988) *O progresso técnico na agricultura.*

(1989) *A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna*

(1989) *Estimativa do emprego agrícola a partir dos coeficientes técnicos por produto: Brasil, 1984-87.*

No anos 90, José Graziano da Silva realizou Pós-Doutorado na Inglaterra e, sob a influência de David Goodman, descobriu novos temas e novos enfoques de trabalho. Nesses anos ele trabalha com três temas: *as novas tecnologias*, dando ênfase ao impacto da informatização na agricultura; *emprego rural*, mostrando a criação de novas oportunidades de emprego como resultado das novas transformações do “mundo rural”, que passou a ter novas funções como moradia, lazer, turismo rural; *os atores sociais e o Estado*; neste tema recebe a influência recente de Eduardo Moyano, da Universidad de Córdoba (Espanha), que trabalha a idéia de que os complexos agroindustriais não envolvem apenas relações tecnológicas mas uma articulação de interesses que se organizam, para junto com o Estado, elaborar e implementar as políticas públicas. Os trabalhadores, por sua própria falta de organização, têm pouca influência na definição dessas políticas.

Produção relevante do período:

(1990) *De Guariba a Leme: a luta dos canavieiros de São Paulo.*

(1991) *Complexos agroindustriais e outros complexos.*

(1992) *Fim do “agribusiness” ou emergência da biotecnologia?*

(1993) *Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80.*

(1993) *Distribuição de renda, preço dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola.*

(1993) *A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.* (1996) *A nova dinâmica da agricultura brasileira*

(1997) *De bóias-frias a empregados rurais*

(1999) *O novo rural brasileiro*

2. A Questão agrária

José Graziano da Silva inicia suas reflexões acerca da estrutura agrária brasileira na primeira metade da década de 70. Fica evidente, num de seus primeiros trabalhos publicados, *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, a sua preocupação por construir um quadro teórico que fosse referência para a incansável busca de material empírico. O estilo de “trabalho coletivo” pouco comum no meio acadêmico brasileiro marca sua trajetória desde o início².

O desafio inicial de Graziano da Silva é explicar a permanência da “produção camponesa” a partir do que se poderia chamar uma “visão clássica” do marxismo³, especificamente a concepção da acumulação originária que Marx expõe no capítulo XXIV de *O Capital*. Graziano da Silva baseia-se na idéia de Marx de que o capital não é um acúmulo de instrumentos ou estoques de capital, mas é uma relação social.

² Neste sentido o estilo de trabalho de Graziano da Silva, baseado na formação de grupos de pesquisadores, contrasta com a relação hierárquica com que Martins trabalha com seus alunos e colaboradores.

³ Graziano da Silva é particularmente influenciado pela tese da diferenciação social de Lenin. Lenin sustenta a tese da diferenciação social do campesinato, ou seja, sua proletarianização. Como grupo social, o campesinato se divide com o avanço do capitalismo, distinguindo-se três grupos no seu interior: os camponeses ricos, médios e pobres. “O conjunto de todas as contradições econômicas existentes no seio dos camponeses constituiu o que chamamos de seu desaparecimento...Este processo representa a destruição radical do velho regime patriarcal camponês e a formação de novos tipos de população do campo” (Lenin, 1974:162).

Quadro 2. A subordinação da pequena produção na análise graziana

Tema	Categorias	Problema	Hipótese
Importância da pequena produção	Subordinação da pequena produção ao capital	Entender a subordinação da pequena produção ao processo de desenvolvimento capitalista	Separação dos produtores diretos de seus meios de produção
Produção camponesa	Proletarização	Explicar a permanência do campesinato	“a reprodução das relações não-capitalistas se dá sob a égide do capital, ao mesmo tempo que a reprodução do capital baseia-se em relações não-capitalistas. A interação dos setores ‘atrasados’ e ‘moderno’ nada mais é que a configuração dessa contradição, na medida em que ao mesmo tempo que se constitui num limite à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesma propicia condições à acumulação de capital” (p. 11)

Fonte: *Estrutura agrária e produção de subsistência na Agricultura brasileira* (Primeira Edição: 1978)

Essa relação social é resultado da separação do produtor direto de seus meios de produção e pela concentração das terras e demais meios de produção em mãos privadas. Desta forma, a terra e a mão de obra tornam-se mercadorias.⁴ Segundo esta concepção, na agricultura capitalista, a terra é uma mercadoria que mediatiza o processo de trabalho e portanto as relações sociais. Mesmo que as relações sociais não sejam capitalistas, o fato da terra ser uma mercadoria insere o trabalhador no capitalismo, na produção e consumo de mercadorias. Os meios de produção, separados do produtor, colocam-se diante dele como capital. Emergem assim as duas classes fundamentais do capitalismo: os capitalistas e os proletários. O produtor direto separado de seus meios de produção possui apenas sua força

⁴ Ver introdução do livro “Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira”.

de trabalho para vendê-la ao proprietário dos meios de produção e dessa maneira garantir sua reprodução.

“Sintetizando, a constituição do capitalismo (não só na agricultura) implica no surgimento do trabalhador livre. Livre num duplo sentido: não só por ser despojado dos meios de produção, mas também por poder dispor livremente de sua força de trabalho, como única mercadoria que possui, e cuja venda é condição essencial para sua sobrevivência” (Graziano da Silva, 1980a: 2)⁵.

Nessa perspectiva de análise, as transformações na agricultura operadas pelo e para o desenvolvimento do capitalismo permitem que sejam criados: 1) uma força de trabalho livre de meios de produção, que é apropriada ou explorada pelo capital; 2) um mercado interno de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência que se tornam mercadorias; 3) um valor retido pelo proprietário da terra [renda fundiária] (Fig. 3).

⁵ No capítulo XXIV de *O Capital* Marx mostra o processo de acumulação originária do capitalismo caracterizado por um lado, pela concentração da terra e, pelo outro pela separação do produtor direto de seus meios de produção. Marx demonstra que a mais-valia surge no capitalismo precisamente porque a força de trabalho se torna uma mercadoria, isto é, a existência de um comprador de força de trabalho (o capitalista) e alguém disposto a vender sua força de trabalho (o proletário). O surgimento de uma classe de proletário somente ocorre com a separação do produtor direto de seus meios de trabalho. Diante a impossibilidade de produzir seus meios de subsistência, o trabalhador é obrigado a vender a única mercadoria de que dispõe: sua força de trabalho.

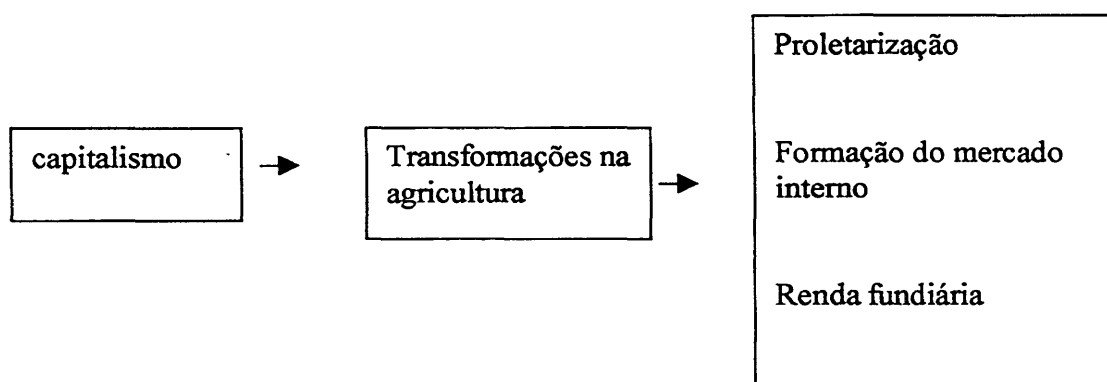


Fig. 5 O sentido do desenvolvimento capitalista na análise graziana

Apesar de fundamentar suas análises com base na teoria marxista, Graziano da Silva incorpora idéias de outros autores, quando julga necessário. Na utilização de conclusões de autores considerados como clássicos na literatura sobre a questão agrária, a principal originalidade de Graziano da Silva está em adaptá-las à realidade brasileira. Assim, a idéia de que o avanço do capitalismo não necessariamente leva à proletarização da pequena produção camponesa parece originar-se na análise clássica de Kautsky sobre a questão agrária. Para Kautsky (1989:209), a tendência à concentração não leva à eliminação total da pequena produção. Na perspectiva analítica que adota, quando esta tendência é muito acentuada provoca o movimento contrário, “de forma que a tendência à concentração e a tendência ao fracionamento se alternam”. Segundo Kautsky, essas duas tendências operam de forma simultânea e provocam um aumento no número de pequenas propriedades, cujos proprietários comparecem no mercado como vendedores de força de trabalho⁶, nas palavras de Kautsky: “o aumento das pequenas explorações constitui só uma forma particular do

⁶ Neste sentido, poder-se-ia interpretar a idéia de Kautsky como a fonte da visão da funcionalidade da pequena produção camponesa para o funcionamento do capitalismo no campo. A idéia da funcionalidade foi uma forma de explicar a permanência do pequeno camponês nas sociedades capitalistas dependentes,

aumento das famílias proletárias, que se produz ao mesmo tempo que o aumento das grandes explorações capitalistas” (Kautsky, 1989 :210)

De acordo com a visão de Kautsky, reconhecer a presença, a importância e a proliferação da pequena propriedade, tal como verifica Graziano da Silva no seus primeiros trabalhos, não significa abandonar a *tese da proletarização*; pelo contrário, significa constatar que no Brasil a proletarização assume uma forma particular, principalmente pelo caráter insuficiente do desenvolvimento do capitalismo no campo. Como mostra Graziano da Silva, essa particularidade se expressa na permanência de relações não capitalistas.

A subordinação da produção camponesa no capitalismo é explicada por José Graziano da Silva a partir da teoria de valor de Marx. De acordo com a teoria marxista, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Como indica Graziano da Silva: “Na agricultura camponesa, o valor dos produtos é alto, na medida em que também é alta a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias produzidas, visto que é reduzida a utilização de técnicas que possibilitem elevar a produtividade do trabalho” (Graziano da Silva, 1980a:4). Na sua visão, a produção camponesa não depende do lucro médio mesmo que o preço de mercado seja superior ao custo de produção. O autor mostra que se trata de uma outra lógica, diferente da lógica capitalista, na qual não há limites para a exploração camponesa, já que a produção camponesa se restringe à satisfação de um “mínimo vital”⁷.

Na perspectiva de análise de Graziano da Silva (1980^a), a produção camponesa encontra-se nas piores terras e não possui capacidade de estocagem, dificultando a venda de seus produtos na melhor época. Então, os desfavoráveis preços de seus produtos e a impossibilidade de cobrir seus custos de produção fazem parte do processo de expropriação

afirmando que a produção camponesa possibilitava (com alimentos e matérias primas baratos) a industrialização e a acumulação de capital.

⁷ Este conceito foi introduzido na literatura sociológica por Antonio Cândido em *Parceiros do Rio Bonito*.

cujo resultado é o endividamento e a posterior perda da propriedade; a única saída para ele é a proletarização ou a migração para a fronteira agrícola.

Mas, segundo Graziano da Silva, apesar de a produção camponesa transferir valor a outros setores da economia e ter uma função importante na redução dos salários dos trabalhadores urbanos, o capitalismo deverá destruí-la. De acordo com Graziano da Silva (1980a: 5),

“é preciso salientar que, embora parte do valor gerado pela produção camponesa seja incorporada por outros setores da economia, embora suas mercadorias tenham um papel importante na manutenção de um baixo custo de reprodução da força de trabalho e de um baixo preço das matérias primas, o capital precisa destruí-la. Essa tendência é inerente à produção capitalista, uma vez que acumular significa também aumentar o proletariado”.

Para o autor, com base numa perspectiva marxista-leninista, o desenvolvimento capitalista implica a proletarização do campesinato e, portanto, há uma contradição irreconciliável entre a presença do campesinato e a acumulação capitalista. Para ele, o capitalismo supõe a existência de uma relação social entre duas classes: os capitalistas e o proletariado. Além disso, em sua perspectiva analítica, a exploração do trabalho assalariado gera a acumulação e a reprodução do capital. Nesta visão um tanto ortodoxa, o futuro do campesinato é a proletarização, mas no Brasil, os camponeses não se proletarizaram porque o capitalismo é fraco.

Apesar disso, Graziano da Silva reconhece a importância da pequena produção que, no Brasil, é composta por milhares de famílias que tem um papel importante na produção agrícola e na determinação do preço da força de trabalho industrial. Graziano da Silva reconhece que:

“a pequena produção com base em relações não capitalistas é responsável em nosso País por grande parte dos gêneros alimentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola. As formas de exploração agrícola baseadas em relações de produção não-capitalistas são então preservadas e, através delas, torna-se possível manter o padrão de acumulação no campo e na cidade, já que as condições para manter em níveis

baixos o custo de reprodução tanto da força de trabalho agrícola como da urbana ficam asseguradas” (Graziano da Silva, 1980a :8).

Graziano da Silva destaca que, no Brasil, o debate sobre a produção camponesa (agricultura tradicional) polarizou-se em duas interpretações antagônicas: a primeira considera a agricultura tradicional como arcaica e obstáculo para o desenvolvimento do capital, enquanto que a segunda considera-a como peça fundamental no processo de acumulação capitalista. Esta última é a tese que ele defende. Para isto, o capitalismo recria sobre novas formas, velhas relações sociais de produção. “Assim, a pequena propriedade, a parceria, o pequeno arrendamento, a posse, podem se configurar como diferentes formas de reprodução do ‘velho’, inclusive com diferentes conotações regionais” (Graziano da Silva, 1980 a: 7). Graziano da Silva vai além, dizendo que precisamente essa condição “atrasada” permite à agricultura cumprir dois papéis fundamentais: ofertar mão de obra abundante para a indústria e alimentos para as cidades a baixos custos.

Segundo Graziano da Silva (1980 a : 8), é a produção camponesa e as relações não-capitalistas em que está inserida que torna possível a acumulação capitalista: por um lado, a reprodução das relações não-capitalistas acontece sob o domínio do capital, e pelo outro, a acumulação do capital baseia-se na reprodução das relações não-capitalistas. Assim, Graziano da Silva (1980 a : 11) conclui que a “interação dos setores ‘atrasados’ e ‘moderno’ nada mais é que a configuração dessa contradição, na medida em que ao mesmo tempo que se constitui num *limite* à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesma propicia condições à acumulação de capital”.

Como se vê, a questão da produção camponesa ou pequena propriedade (ambos termos aparecem como sinônimos) está vinculada, na análise de Graziano da Silva, às transformações capitalistas no Brasil. Como ele mesmo afirma, a explicação da subordinação da pequena produção transcende a mera análise econômica: trata-se de uma análise histórica e tenta reconstruir as condições em que se produz a subordinação da pequena produção (Graziano da Silva, 1980^a:11)..

Para o autor, a origem da pequena produção camponesa encontra-se na população livre do Brasil colônia. Além da mendicância e das práticas ilegais (assaltos), a ocupação de pequenas parcelas de terras era mecanismo para a sobrevivência da população “livre”, numa sociedade dividida em escravos e seus donos. Deste modo, na sua visão, a origem da produção camponesa está marcada por sua marginalização: “não resta dúvida de que esses ‘marginais’ nada mais são do que reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil” (Graziano da Silva, 1980 a: 17). Nessa concepção, a pequena produção camponesa nasce no Brasil à margem das atividades principais, ou seja da produção para o mercado internacional, restando-lhe a produção para a subsistência, e o envio para o mercado dos excedentes ocasionais.

Ao tratar da Lei de Terras, de 1850, quando o acesso à terra passa a ser mediado pelo mercado, Graziano da Silva (1980 a: 26) mostra que a instalação da propriedade privada impediu uma via democrática ao capitalismo. Para ele, a promulgação da Lei de Terras é resultado de um novo ciclo da economia brasileira, quando a demanda internacional por café substitui o ciclo da produção açucareira. A produção de café iria exigir mão de obra “livre”. Em sua ótica analítica, o produto das vendas de terras iria financiar a imigração de trabalhadores italianos para a produção de café.

Na visão de Graziano da Silva (1980 a: 26), a expansão do capitalismo e a subsequente transformação das relações sociais de produção não foi suficiente para provocar a completa separação dos produtores diretos de seus meios de produção. Em suas palavras:

“Isto significa que não foi possível, nesse momento histórico, realizar a separação completa entre produtor direto e meios de produção. Ou seja, ‘homens livres e pobres’, que surgem ao longo da história brasileira como agregados, posseiros, pequenos proprietários, no geral, assim se mantiveram. Se expulsos de um local, iam se reconstituir enquanto pequenos produtores em outro. Nesse sentido, a abundância relativa de terras tornou também relativamente inócua a Lei de Terras. Os próprios imigrantes não se tornam, aqui, pura e simplesmente vendedores de força de trabalho. De certa forma, eles se ligam, embora parcialmente, aos meios de

produção e produzem seus próprios meios de vida” (Graziano da Silva, 1980 a: 27).

A hipótese central que explica a análise de Graziano da Silva é que o atraso da agricultura resulta da debilidade das transformações capitalistas, pela insuficiência do processo de proletarização. Ou seja, a permanência do campesinato pode ser explicada pela “relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura. Isso significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico” (Graziano da Silva , 1980a: 227). A insuficiência do desenvolvimento capitalista na agricultura expressa-se, segundo o autor: 1) na propriedade privada da terra; 2) na persistência da pequena produção; 3) nas políticas estatais de modernização da agricultura e 4) no alto grau de exploração da mão-de-obra empregada. Na sua visão, o elo condutor desse desenvolvimento insuficiente do capitalismo é a propriedade privada da terra. Nas suas palavras:

“A terra, ou melhor, a propriedade desta, se configura como o principal mecanismo de apropriação e acesso a outras formas de riqueza na agricultura brasileira. De um lado, a importância da propriedade da terra qualifica o insuficiente desenvolvimento das relações capitalistas, apontando para a dificuldade que o capital apresenta de transformar o processo de produção, De outro, põe em evidência o caráter muitas vezes parasitário de algumas transformações que aí se realizam” (Graziano da Silva, 1980 a: 229).

Quadro 3. O conceito de trabalho assalariado na análise graziana

Tema	Categorias	Problema	Hipótese
Expansão do capitalismo no campo	Trabalho assalariado: permanente e temporário	Se o trabalho assalariado pode ser considerado um indicador do desenvolvimento do processo de produção capitalista no campo	O trabalho assalariado “tende a se concentrar nas maiores propriedades, sugerindo que entre estas é que deve estar situada a maioria das unidades capitalistas” (p.220). “Já o trabalho temporário mostra-se importante em qualquer tipo de imóvel, sendo um indicador expressivo do processo de expropriação que marca a expansão do capitalismo no campo” (p. 220)

Fonte: *Estrutura agrária e produção de subsistência na Agricultura brasileira* (Primeira Edição: 1978)

Na análise de Graziano da Silva, o trabalho assalariado representa um duplo papel e significado: por um lado, é um indicador da presença de relações capitalistas nas grandes propriedades e, pelo outro, é expressão do avanço do capitalismo que se traduz na expropriação dos pequenos produtores agrícolas. De outro modo, a passagem do trabalho assalariado temporário para o trabalho assalariado permanente, sugerida por Graziano da Silva é expressão da dinâmica do capitalismo no campo, idéia que também dá sustentação a sua *tese da proletarização*: “É importante lembrar que o trabalho temporário representa não somente aqueles despossuídos dos meios de produção, como também inclui muitos pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que, em face da impossibilidade de se reproduzirem com base unicamente nas diminutas áreas que possuem, assalariam-se temporariamente em determinadas épocas do ano (1980a:22).

Graziano da Silva (1980 a: 229) reconhece a importância do trabalho familiar e, para ele, a permanência de relações não-capitalistas se explica pela insuficiência do desenvolvimento do capitalismo no campo. A explicação que ele fornece para o

entendimento da insuficiência do capitalismo na agricultura é que o desenvolvimento do capital no Brasil “reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes” (Graziano da Silva, 1980a: 230). Como mostra, isso aconteceu como resultado da aliança entre o capital e a grande propriedade e, mais ainda, pela fusão, numa mesma figura social, do latifundiário e do capitalista. Ademais, ele defende a idéia da insuficiência do desenvolvimento capitalista na agricultura evidenciado ainda: 1) pela subordinação da agricultura ao capital comercial e industrial que tem obstaculizado o desenvolvimento das forças produtivas; 2) pela especulação de terras (a terra como reserva de valor) e pela recriação, nas zonas de fronteira agrícola, de relações não-capitalistas (pequena produção baseada no trabalho familiar); 3) a implementação de uma política para a modernização da agricultura, que tem favorecido latifundiários e capitalistas e em consequência marginalizado pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e parceiros.

Então, na visão de Graziano da Silva, o atraso da agricultura não se deriva de pretensos restos feudais⁸, mas da forma específica adotada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao mesmo tempo, como mostra, a emergência da mão-de-obra volante e a modernização da agricultura no Centro-Sul parece contradizer o diagnóstico de atraso e debilidade do capitalismo no campo. Em suas palavras:

“É necessário não esquecer que a modernização da agricultura brasileira é ainda apenas parcial, num duplo sentido. Primeiro, porque não atingiu todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita de seus principais produtos típicos (caso do café, da cana-de-açúcar, do cacau, da laranja, etc.) Segundo porque se restringiu a algumas zonas do país, em especial à região Centro-Sul e de modo particular ao Estado de São Paulo e algumas zonas limítrofes, como o norte do Paraná, sul de Minas Gerais e de Mato Grosso”.

Assim, continua o autor, “o volante representa uma relação de trabalho que permite contornar o problema das variações sazonais de exigências de mão-de-obra acentuadas com

⁸ A explicação feudalista teve muita difusão entre muitos marxistas na América Latina que afirmavam que a estrutura feudal na agricultura impedia o desenvolvimento econômico. Até a Segunda Declaração de Havana em 1962, considera feudal a agricultura latino-americana. Inclusive escritores como Carlos Fuentes

a modernização parcial da agricultura, evitando que isso se traduza num aumento da folha de salários do empregador rural” (Graziano da Silva, 1980b 137-138),.

Essa problemática levou Graziano da Silva a estudar os processos de proletarização do campesinato em vários países (Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Alemanha). Como resultado, o autor descobriu “a importância das particularidades históricas associadas, que acabam por determinar as formas específicas distintas que assumem aqueles processos em tempos e países diferentes” (Graziano da Silva, 1980b:2). Como demonstra, a existência do trabalhador volante não poderia ser entendida como resultado do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas como decorrência da debilidade do capitalismo monopolista, que não possuía a força revolucionária que teve o capitalismo concorrencial em outros países. Como argumenta Graziano da Silva (1980b: 2), “na etapa monopolista do desenvolvimento do capital tornam-se visíveis as suas formas parasitárias de dominação, que limitam o próprio desenvolvimento das forças produtivas na agricultura” .

3. O progresso técnico na agricultura

O progresso técnico na agricultura é uma categoria que Graziano da Silva retoma da teoria exposta por Marx em *O Capital*. Para o autor, o progresso técnico é a melhor forma de representar o avanço do capitalismo no campo porque, por um lado, permite a superação da barreira que significa a renda da terra⁹ e, por outro lado, possibilita minimizar os efeitos da natureza sobre as atividades agrícolas. Através do progresso técnico, o comando da produção agrícola passa às mãos do capital. Como afirma Graziano da Silva (1980b: 23-24), “é como se o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ao enfrentar a questão do monopólio da propriedade da terra e o fato de ser esta limitada em sua disponibilidade, ‘fabricasse mais terras’, explorando cada unidade de área de maneira mais intensiva”.

reconheciam que “o feudalismo agrário é a base da riqueza e da dominação política das classes governantes da América Latina” (Gunder Frank, 1970: 218-219).

⁹ A renda da terra é uma parte da mais-valia, extraída aos trabalhadores pelo capitalista e que é apropriada pelo proprietário da terra. Ver Marx (1989)

O conceito de progresso técnico, tal qual aparece nas formulações de Marx e também de Graziano da Silva, tem um significado histórico que é dado pelo seu objetivo, ou seja, garantir a dominação do processo de trabalho pelo capital. O fim último do progresso técnico é o aumento da taxa do lucro. Não é um processo linear, mas “tangido pelas lutas de classes que a cada instante opõem interesses em conflito, seja dos capitalistas entre si ou com os proprietários rurais, seja destes ou daqueles aos interesses dos trabalhadores e/ou camponeses” (Graziano da Silva, 1980b:28).

Em suas análises, Graziano da Silva mostra que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é lento e desigual por causa das barreiras que representam a renda da terra e pela ação da natureza. Dentro dessa perspectiva, o conceito de progresso técnico permite expressar e superar os obstáculos que o capitalismo encontra na agricultura. Mesmo assim, segundo o autor, permanece a pergunta de por que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura desenvolve-se de forma lenta e desigual. Para Graziano da Silva (1980b: 34-35), “a resposta tem que ser buscada não nas barreiras naturais que se antepõem ao capital, senão nos próprios limites que esse modo de produção coloca para si mesmo no seu desenvolvimento na agricultura. Não parece possível, dentro do sistema capitalista, atingir um grau de desenvolvimento das forças produtivas no campo que se equipare ao da indústria”. Como ele demonstra, um dos limites do capital é a impossibilidade de garantir a apropriação privada dos resultados do progresso técnico.

Para Graziano da Silva, o progresso técnico e a intensificação do trabalho não conseguem reduzir o período de produção (devido às barreiras naturais) na agricultura. E, por isso, a agricultura não é atraente para o capital, sendo seu desenvolvimento lento e desigual. Dito de outra perspectiva, na visão de Graziano da Silva, o desenvolvimento lento do capital na agricultura é resultado da insuficiente divisão do trabalho e da impossibilidade de reduzir o tempo necessário, o que afeta a acumulação do capital. Ou seja, o capital não tem interesse na agricultura, porque as possibilidades de obter lucro são reduzidas¹⁰.

¹⁰ A idéia da incompatibilidade da produção agrícola com o desenvolvimento do capitalismo é discutida por Mann e Dickinson (1987) para explicar a persistência da agricultura familiar. Apesar de que a idéia de Marx acerca da agricultura familiar mais difundida é a sua diferenciação social e seu desaparecimento, os autores

4. Industrialização da agricultura: a nova síntese

O conceito de *industrialização da agricultura* do autor baseia-se nas formulações de Marx acerca da divisão social do trabalho, cuja máxima expressão é a separação campo-cidade. Na visão de Marx, corroborada por Graziano da Silva, a industrialização da agricultura representa a síntese de um processo que se inicia com a separação da agricultura da indústria, até a reunificação de ambas, sobre novas bases. Como diz Graziano da Silva, a separação da indústria da agricultura é possível devido ao aparecimento da máquina-ferramenta “que permite libertar o processo de trabalho dos seus condicionantes naturais relacionados com a arte, a habilidade manual e a perspicácia do próprio homem” (Graziano da Silva, 1980b). E, sobretudo, dentro desta perspectiva, permitiu que a indústria ficasse livre dos condicionamentos naturais. Com a superação das condições naturais na indústria, está completa a separação campo-cidade. A reunificação acontece quando o campo “se converte numa fábrica”, a agricultura perde sua condição autônoma e torna-se um ramo da indústria. Segundo o autor, a industrialização da agricultura “representa a subordinação da Natureza ao capital, quando então se liberta o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias” (Graziano da Silva, 1980b:45). Assim, na sua visão, a separação campo-cidade é a forma em que se apresenta o processo de industrialização da produção.

demonstram que Marx também explica que o desenvolvimento do capitalismo é incompatível com as características de certas esferas da produção agrícola. Estes autores, a partir da distinção marxista entre tempo de produção e tempo de trabalho, argumentam que a permanência da agricultura familiar se explica pela natureza e lógica do capitalismo. A diferença entre o tempo de trabalho e tempo de produção causa um efeito negativo na taxa de lucro, na eficiência na utilização do capital constante (máquinas, equipamentos, etc.), e do capital variável, assim como na circulação (realização da mais-valia). Na teoria marxista o tempo de produção compreende duas partes: um onde o trabalho é efetivamente aplicado na produção e outro, em que a produção da mercadoria está condicionada pelos “processos naturais, químicos e biológicos”. Exemplos destes processos são a reprodução do rebanho ou o crescimento das plantas. Quando o processo de produção é “abandonado” a estas condições naturais necessárias, não há produção de mais-valia. Por isso é que “a capitalização da agricultura avança mais rapidamente nas esferas onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso” (Mann e Dickinson, 1987:17). Porém, as argumentações dos autores não devem ser confundidas com nenhum tipo de determinismo natural: “a relação com os processos objetivos e naturais é muito mais intensa na agricultura do que na indústria, mas uma explicação baseada apenas na natureza não explica por que algumas esferas da agricultura se tornam capitalistas com relativa rapidez, enquanto que outras esferas são caracterizadas por formas não-capitalistas” (Mann e Dickinson, 1987:25).

Como afirma Graziano da Silva (1980b:46), “o desenvolvimento do modo de produção capitalista, num primeiro momento, provoca a separação da indústria da agricultura, para posteriormente realizar a própria industrialização desta, com base nos avanços técnicos conseguidos a partir da própria indústria”. Com a industrialização da agricultura suprime-se a separação entre a indústria e a agricultura. Nessa perspectiva, o processo dialético iniciado com a separação da indústria da agricultura, que retorna a seu ponto de partida, como uma síntese, reunificando-as em outra dimensão (industrialização da agricultura), significa a destruição da relação do campesinato com a natureza, sendo o início de sua destruição, através da proletarianização-industrialização da agricultura, como classe social. Como indica Graziano da Silva (1980b), o camponês passa a ser um simples agricultor.

Em resumo, de acordo com Graziano da Silva, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é lento e desigual não somente pelas barreiras que o próprio capital cria, mas pelas próprias determinações naturais, que têm como consequência, por um lado, a não coincidência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho e, pelo outro, as variações sazonais da mão-de-obra.

5. A proletarianização do campesinato

Graziano da Silva considera a proletarianização do campesinato como resultado e expressão da subordinação do trabalho ao capital e não apenas como expropriação do produtor direto de seus meios de produção. Como ele afirma,

“..o fato do capitalismo reproduzir a pequena produção, a produção camponesa, numa determinada fase histórica de sua evolução, não invalida o argumento de que isso também é parte do processo de proletarianização. Na verdade, a reprodução desses ‘novos camponeses’ não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital” (Graziano da Silva, 1980b:51).

Desta forma, na visão de Graziano da Silva, a reprodução do campesinato não é antagônica com o processo de proletarianização, mas é considerada como “um duplo

movimento como parte de um processo de proletarização, ou seja, de subordinação do trabalho ao capital” (Graziano da Silva 1980b:51). Então, a separação da cidade e do campo e a industrialização da agricultura provocam a proletarização do campesinato, mas não sob a forma de expropriação, mas como subordinação do trabalho ao capital.

Nesta perspectiva de análise, o desenvolvimento do capitalismo no campo teria que reduzir a sazonalidade da mão-de-obra na agricultura, formando um mercado de trabalho e proletarizando o campesinato. Ou seja, isto supõe um “longo processo” de formação de um proletariado agrícola “que se inicia com a transformação do camponês num assalariado temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria nascente” (Graziano da Silva, 1980b 54). O trabalho temporário do camponês expressaria a debilidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, permitindo, por um lado, a complementação da sua renda e, por outro, que ele não fosse obrigado a pagar o tempo de não-trabalho, resultado da sazonalidade. E esta é a articulação que se realiza entre a grande empresa capitalista e os camponeses. De acordo com Graziano da Silva (1982: 30): “A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais”.

6. A apropriação histórica da terra

A diferença entre a agricultura e a indústria reside em que esta última é capaz de produzir seus instrumentos de trabalho, o que não acontece com a terra, elemento fundamental da agricultura.

Na visão de Graziano da Silva, mais que a renda da terra, a especulação financeira se tornou um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Para ele, o fato de que no início do desenvolvimento do capitalismo no Brasil existiam terras ainda não

apropriadas e o proprietário da terra era o próprio capitalista, dá uma particularidade histórica que contrasta com a teoria da renda de Marx. Como afirma Graziano da Silva (1980b: 64),

“a barreira ao emprego do capital na agricultura não foi suprimida com a figura do proprietário que explorava diretamente a terra no caso brasileiro. Mas, pelo contrário, é como se ela tivesse sido redefinida, à medida que esse proprietário se transformou num negociante de terras. Foi o próprio capital comercial que se fundiu aí com o proprietário de terras, e não exatamente o arrendatário capitalista que falava Marx, para criar essa figura parasitária do especulador fundiário”.

No seu livro *A Modernização dolorosa*, José Graziano da Silva revisa a idéia baseada na visão de Rosa Luxemburg de que o desenvolvimento do capital precisa da existência da economia camponesa e de relações não capitalistas. Se num trabalho anterior (Graziano da Silva, 1980^a), o autor defendia esta idéia, quando considera a agricultura tradicional (isto é, a produção camponesa) como fundamental no processo de acumulação capitalista, agora ele afirma que o capitalismo não precisa da preservação de um “setor atrasado” porque “a dinâmica do capitalismo é dada pelo movimento do próprio capital, não sendo necessária nenhuma ‘acumulação primitiva contínua’ para que o sistema se desenvolva” (Graziano da Silva, 1982:9). Para o autor, basta a acumulação primitiva, no sentido dado por Marx no capítulo 24 de *O Capital*, ou seja, são necessárias a concentração e a apropriação privada da terra e a separação dos produtores diretos de seus meios de produção para que o capital se desenvolva. Assim, ele contrapõe o conceito de “agricultura primitiva continuada” de Luxemburg¹¹ e o de “acumulação primitiva” de Marx, dando mais importância à “apropriação prévia” dos meios de produção.

¹¹ Para Rosa Luxemburg (1983: 298), “não houve nem há uma sociedade capitalista que se baste por si mesma, na qual domine exclusivamente o modo de produção capitalista”. O que se quer frisar é que nesta autora existe a idéia de que o capitalismo precisa de outras relações sociais não propriamente capitalistas para se desenvolver. Por exemplo, o exército industrial de reserva, isto é, a reserva de mão-de-obra que necessita o capital, é formado a partir de “outras reservas sociais” e não exclusivamente da “procriação natural” do proletariado. A autora vê a formação do proletariado como resultado da proletarização constante de camponeses e artesãos, como um “trânsito contínuo de operários que passam de meios não-capitalistas para o capitalista, como produtos de eliminação de formas de produtos pré-capitalistas no processo constante de seu desmoroamento e dissolução” (Luxemburg, 1983: 311). Porém, mais adiante afirma que o capitalismo necessita, para sua própria existência e funcionamento, de “formas de produção não-capitalistas. “Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de

Apesar disso, a idéia da permanência de “formas não especificamente capitalistas” permanece na concepção do autor como uma particularidade do desenvolvimento “lento e débil” do capitalismo no Brasil. Contudo, como ele indica, a existência de relações pré-capitalistas apenas com a acumulação do capital não elimina as contradições do próprio capitalismo:

“..a subordinação das relações pré-capitalistas ao capital não pode de modo algum ser compreendida como uma funcionalização dessas relações. A subordinação das relações pré-capitalistas determina contradições específicas, jamais uma solução para contradições do capitalismo” (Graziano da Silva, 1982:31).

A partir do reconhecimento desta contradição no processo de desenvolvimento do capitalismo é que nasce o conceito de “novos camponeses” de José Graziano da Silva. Como o autor afirma, esse novo camponês “não é apenas o antigo, revestido de novas características e funções que o colocam como uma peça integrada ao circuito global da acumulação capitalista. Longe de ser apenas um personagem travestido, ele ganha novas determinações e gera também novas ambiguidades e contradições que, mais que tudo, legam-lhe importantes e novos papéis políticos” (Graziano da Silva, 1982:13). A influência de Marx na visão que Graziano da Silva tem acerca do caráter e a forma em que o capitalismo se desenvolve no campo fica explícita na seguinte citação:

“O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção; e converte em assalariados os produtores diretos (...) A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.

produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado” (Luxemburg, 1983: 317). Entende-se que essa idéia está longe de uma mera funcionalidade da economia camponesa para a acumulação do capital, mas o que a autora pretende destacar é que essas formas sociais não-capitalistas fornecem o contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo. Como mostra Graziano da Silva há uma contradição fundamental no processo de desenvolvimento do capitalismo, que por um lado destrói as formas sociais não capitalistas mas por outro necessita delas e portanto as reproduz (Graziano da Silva, 1982:13).

(...) A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno.

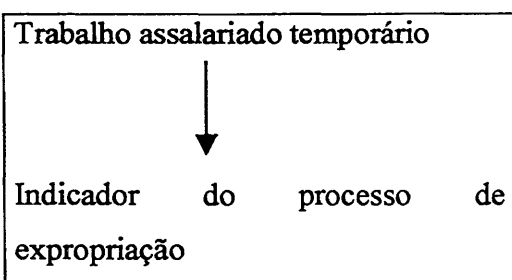
Na realidade, os acontecimentos que transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo para este o mercado interno. Antes a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma (...) Assim, a expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo da dissociação entre a agricultura e a indústria” (Marx apud Graziano da Silva, 1982: 21).

Essa idéia também encontra-se em Rosa Luxemburgo conforme citação feita por Graziano da Silva: “O primitivismo das condições permite que a acumulação se desenvolva com uma violência e rapidez extraordinárias” (Luxemburgo apud Graziano da Silva, 1982: 21)

A recriação da pequena produção aparece como tema central no seu livro *A modernização dolorosa*, salientando o papel da agricultura de subsistência no conjunto de relações capitalistas. A produção de alimentos devido à insuficiência da demanda urbana (baixo salários dos trabalhadores urbanos) ficou relegada à pequena produção alheia à lógica do mercado, ou seja, sem comportamento empresarial: pequenos proprietários, arrendatários e ocupantes dedicados à produção de seus próprios meios de subsistência, gerando um pequeno excedente para o mercado.

Graziano da Silva não considera as relações pré-capitalistas como funcionais à acumulação do capital, pelo contrário elas são uma forma particular das contradições do capitalismo. A questão central de pesquisa tratada pelo autor neste livro busca desvendar o significado da dominação do capital na agricultura e as contradições geradas pelo seu desenvolvimento. De acordo com Graziano da Silva (1982:33), um traço característico da modernização da agricultura e da acumulação capitalista na agricultura é a relativa debilidade do desenvolvimento do capitalismo no campo. Segundo o autor, a relativa debilidade das transformações capitalistas no campo se traduzem:

- a) no papel determinante que assume a propriedade da terra;
- b) na persistência e recriação da pequena produção: parceiros, posseiros, pequenos proprietários e arrendatários;
- c) no alto grau de exploração da mão-de-obra assalariada e familiar.



A explicação que Graziano da Silva fornece para a existência das relações sociais pré-capitalistas baseia-se no modelo de desenvolvimento capitalista fundamentado na grande propriedade da terra. O autor refere-se especificamente à aliança do capital com a grande propriedade da terra. Nas palavras de Graziano da Silva: “a questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um de seus baluartes. Ou seja a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra” (Graziano da Silva, 1982: 36).

Graziano da Silva (1982: 40), caracteriza a modernização da agricultura, no Brasil, durante os anos 60 e 70, como conservadora, tendo em vista que ela “privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades)”.

Segundo o autor, o processo de modernização conservadora é irreversível e isto está dado pela expropriação dos pequenos produtores e surgimento do proletariado no campo. A existência ou não de uma classe proletária no campo se torna uma questão fundamental na análise do autor. “A estratégia da modernização conservadora deve ser considerada irreversível a partir do momento que se constitui no campo uma classe proletária que dependa para sua sobrevivência exclusivamente de relações assalariadas” (Graziano da Silva (1982: 40).

No seu livro *a modernização dolorosa* a reforma agrária é concebida como uma forma que pode acelerar o desenvolvimento capitalista na agricultura, mas também como uma bandeira que possibilite unir diversos grupos sociais na luta pelas liberdades democráticas.

Em certa medida o conceito de reforma agrária foi substituído pelo autor por outro conceito que denotaria a expansão do capitalismo no campo. Este conceito é o de *industrialização da agricultura*. A industrialização da agricultura, segundo Graziano da Silva, além de ser a forma de expansão do capitalismo no campo, também significa a superação dos obstáculos naturais à reprodução do capital.

Capital industrial —————▶ **modernização da agricultura**

Na análise de Graziano da Silva, a modernização da agricultura brasileira é um processo resultante da consolidação da hegemonia do capital industrial. Com isso, a agricultura deixa de ser um setor autosuficiente e passa a depender da produção industrial. O autor define esse processo a partir do conceito de “complexo agroindustrial” utilizado por

Alberto Passos Guimarães na sua obra *A crise agrária*. Pode-se sintetizar a visão de Graziano da Silva da seguinte forma: “(...) no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada” (Graziano da Silva, 1982: 46). Ao se tornar um mercado de “meios industriais de produção”, tanto como compradora como vendedora, a agricultura não pode ser vista desde a ótica dualista. Dessa forma, o autor possibilita superar as interpretações dualistas que consideram o rural como um mundo separado.

Quadro 4. A subordinação da propriedade da terra ao capital

Tema	Categoria	problema	hipótese
A concentração da propriedade como elemento do processo de industrialização	A subordinação da propriedade da terra ao capital	Se a agricultura representa um estrangulamento do processo de industrialização	(...) a estrutura agrária continuou concentrada (...) mas houve uma transformação interna ao nível das relações de produção que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização” (1982: 47)

Fonte: *A modernização dolorosa*

De acordo com a análise deste autor, a estrutura da terra aparece como “pano de fundo” do processo de desenvolvimento capitalista no campo, mas que não se torna um obstáculo precisamente porque o proprietário de terra e o dirigente do processo produtivo (capitalista), à diferença do que ocorreu nas nações europeias, são a mesma figura social.

Quadro 5: Recriação e destruição da pequena propriedade

Tema	categoria	problema	hipótese
Multiplicação da pequena propriedade	A dinâmica de recriação/destruição da pequena propriedade	Explicar a criação/destruição da pequena propriedade apesar da concentração da terra	“A expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a produção agrícola sem necessidade de redistribuir a propriedade agrária. Foi a urbanização da população ativa que significou a ampliação do mercado interno para o capital” (1982: 62).
As transformações da agricultura	Produção agrícola mercantil	Explicar as transformações da agricultura	“Devido ao aparecimento de uma demanda crescente de alimento no setor urbano, a contrapartida foi o desenvolvimento de uma produção agrícola mercantil para abastecer o próprio consumo do País” (Graziano da Silva: 1982: 62)

Fonte: A modernização dolorosa

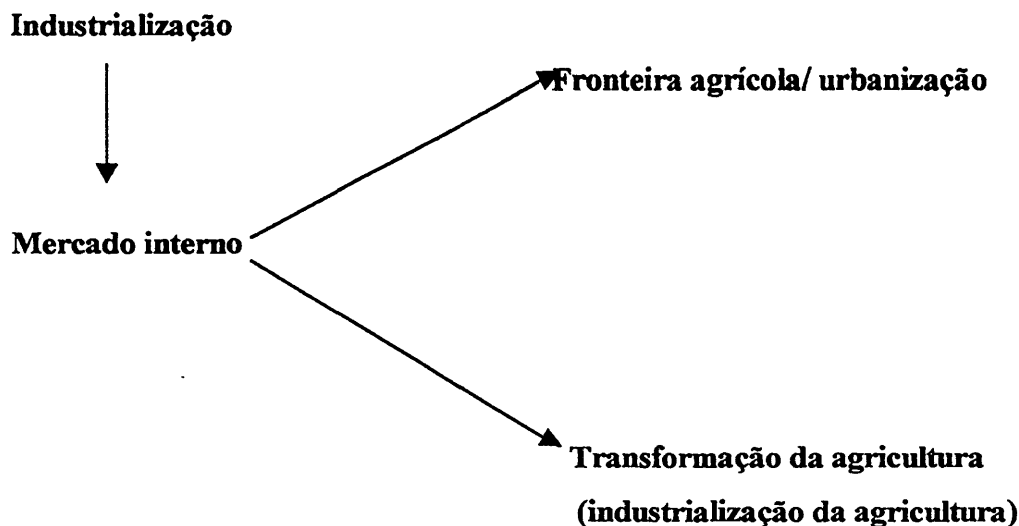


Fig. 6 A dinâmica da industrialização na análise graziana

O autor mostra que a agricultura e a estrutura agrária não se constituíram num obstáculo para a industrialização da economia brasileira. Segundo ele, “a ampliação do mercado não é apenas o aumento do consumo de bens finais, mas principalmente o abastecimento do consumo de bens intermediários” (Graziano da Silva (1982: 62). Nesse sentido, a ampliação do mercado interno de bens industriais não significou necessariamente o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores do campo. “Ao contrário, a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis ‘bóias-frias’” (Graziano da Silva (1982: 63). No caso brasileiro ocorre segundo o autor, um processo de “lumpenização” dos trabalhadores rurais porque os pequenos produtores expropriados não se transformam em proletários¹². Por outro lado, o autor explica a permanência da pequena produção porque ela se constitui em fonte de trabalho excedente para o grande capital e reserva de mão-de-obra barata. “(...) o processo de acumulação não provocou ainda uma transformação

¹² Para que isso ocorresse, eles deveriam ter condições de vender sua força de trabalho, o que nem sempre conseguem fazer.

completa da produção agropecuária brasileira, mas contenta-se ainda com a submissão do meio rural que pode comportar em seu interior formas não especificamente capitalistas” (Graziano da Silva, 1982: 67).

De acordo com o autor, citando Vergopulos, a “acumulação do capital necessita não da ‘racionalização’ da agricultura, mas da submissão da agricultura à racionalidade do setor industrial, o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de ‘irracionalidade’ relativa da produção agrícola” (Vergopulos apud Graziano da Silva, 1982: 105).

Influenciado por estes autores, como mostram as citações no livro *A modernização dolorosa*, Graziano da Silva caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no campo como lento e desigual. Na sua análise, a expansão do capitalismo no campo se realiza através do apoio do Estado e da subordinação da agricultura ao capital comercial.

Em termos analíticos, Graziano da Silva toma o movimento do capital como ponto de partida para entender e explicar o processo de transformações da agricultura brasileira. O traço fundamental das transformações na agricultura é a industrialização. A industrialização da agricultura é um dos conceitos chaves para entender a visão do autor, que o leva a concluir sobre a existência de uma nova síntese e a levantar a hipótese de um novo rural brasileiro. A industrialização da agricultura significa fundamentalmente a possibilidade de apropriação e de fabricação das condições naturais. A causa da “modernização conservadora”, segundo Graziano da Silva (1982: 126), é a “industrialização tardia” dos países da América Latina. A característica principal desta etapa é a aliança do grande capital e do latifúndio sob a égide do estado e a dominação do velho capital comercial e usurário junto com o capital financeiro, “reproduzindo também este muitas vezes formas arcaicas de relações de trabalho” (Graziano da Silva, 1982: 126).

Como se pode observar, o problema que está no centro da análise da modernização conservadora é a tentativa de explicar o significado do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e especificamente as mudanças que esse processo provoca nos

pequenos produtores familiares. No livro *A modernização dolorosa*, o autor reconhece a importância numérica dos pequenos produtores “organizados com base no trabalho familiar, que ainda hoje constituem a grande maioria das unidades produtivas no campo” (Graziano da Silva, 1982: 127).

Graziano da Silva define as pequenas unidades familiares como o espaço “...onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores, contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação” (Graziano da Silva, 1982: 127)

Para Graziano da Silva (1982: 127), estas unidades familiares não são fechadas ou independentes “pois seu grau de participação no mercado – tanto na venda de produtos como na compra de insumos – é bastante elevado”. Essa vinculação com o mercado possibilita a extração de excedentes destes “camponeses”. Vale a pena salientar que Graziano da Silva utiliza de forma indistinta os conceitos de “pequenos produtores familiares”, “pequenas unidades familiares” e “camponeses” como sinônimos. A debilidade das transformações capitalistas é resultado da subordinação específica ao capital comercial.

Ou seja, a “subordinação ao capital comercial” se torna o elemento explicativo do “atual quadro de um desenvolvimento lento e desigual das forças produtivas em nossa agricultura” (Graziano da Silva, 1982). A “subordinação” tem um caráter reacionário porque impossibilitou o desenvolvimento das “formas específicas do modo capitalista de produção. Quando Graziano da Silva refere-se às formas específicas do modo de produção capitalista de produção, está pensando nas formas clássicas capitalistas com um considerável grau de tecnificação e no trabalho assalariado como indicador exclusivo das relações sociais capitalistas.

Outro conceito que o autor usa para caracterizar as especificidades das relações não capitalistas no campo é o de “trabalhadores para o capital” no mesmo sentido dado por Wanderley (1981), apesar das diversas formas de trabalho existentes, considera que

moradores, agregados, colonos, posseiros, meeiros, pequenos arrendatários, sitiantes, todos eles tem um elo comum: “são trabalhadores para o capital” que não necessariamente perderam a posse de seus meios de produção, principalmente da terra. O autor reconhece que apesar dessa diversidade de formas, é possível considera-los uma mesma categoria de análise:

“Embora as situações concretas mostrem uma grande complexidade e multiplicidade de formas de pequenos produtores, ou camponeses como os estamos denominando, é possível unificá-los numa mesma categoria de análise na medida em que dispõem de condições insuficientes - terra ou instrumentos de trabalho - para reproduzir a sua unidade familiar. Isso acarreta um outro elemento comum à grande maioria desses pequenos produtores, que é a necessidade de recorrer ao assalariamento temporário, a fim de garantir a reprodução de sua unidade familiar” (Graziano da Silva, 1982: 128-129).

A análise graziana, que permite unificar numa mesma categoria a diversidade de formas da pequena produção familiar no Brasil, tem como consequência o surgimento do conceito de “novo camponês”, que expressa a superação da visão de um campesinato isolado e afastado do mercado. O autor defende a idéia de que o campesinato brasileiro “não é absolutamente independente ou desconectado do circuito global do capital” (Graziano da Silva, 1982: 130). Esse novo conceito possibilita rejeitar a tese de origem chayanoviana, que permite conceber a idéia da existência de um “modo de produção camponês” secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o autor afirma que:

“(…) tampouco entendemos a pequena produção como resquício de modos de produção anteriores ou de situações ‘atrasadas e tradicionais’, nem como mera recriação pelo capital de algo alheio, externo a ele. Essas abordagens ficam comprometidas com uma ‘tendência inexorável da eliminação da produção camponesa’ à medida que o sistema capitalista se desenvolva na agricultura” (Graziano da Silva, 1982: 131).

Ou seja, para o autor, a pequena produção está inserida no sistema capitalista como parte integrante do mesmo, “como uma forma adequada (em determinadas circunstâncias e

momentos concretos) ao movimento de acumulação” (Graziano da Silva, 1982: 131). Isto quer dizer que não existe uma lógica específica de reprodução camponesa por que ela faz parte do movimento do capital que a recria. O autor se refere à recriação desse novo camponês que, como se afirmou anteriormente, nada mais é do que um trabalhador para o capital.

Ao defender a idéia de reprodução camponesa subordinada ao capital, o autor rejeita as críticas superficiais de uma suposta funcionalidade da pequena produção. Para ele, longe de ser apenas uma solução funcional, trata-se da emergência de novas contradições. Por exemplo, “ao opor limites à expansão das forças produtivas, à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos, ao constituir base para a hipertrofia da dominação do capital comercial e usurário” (Graziano da Silva, 1982: 131).

Dessas considerações, deriva-se o conceito de *novo camponês* que o autor define a partir de dois elementos fundamentais: a posse direta dos meios de produção e o trabalho familiar. Ainda que o pareça, esta idéia não se contrapõe à tese da proletarização sustentada pelo autor. Ou seja a proletarização ocorre apesar de que os trabalhadores ainda tenham posse direta dos meios de produção. Essa idéia encontra-se na análise de Lênin tal e como é citado por Graziano da Silva: “Freqüentemente se compreende com excessiva rapidez a tese teórica de que o capitalismo requer um trabalhador livre, sem terra. Isso é de todo justo como tendência fundamental, mas na agricultura o capitalismo penetra com especial lentidão e através de formas extraordinariamente diversas. A cessão da terra ao trabalhador do campo efetua-se muitas vezes no interesse dos próprios proprietários rurais e por isso o tipo de operário que possui um pedaço de terra é próprio de todos os países capitalistas” (Lênin apud Graziano da Silva, 1982: 133)

A *proletarização*, como conceito analítico utilizado por Graziano da Silva, assume um significado amplo e não se restringe apenas à expropriação dos pequenos produtores familiares e sua conversão em assalariados sem terra, mas trata-se do aumento de atividades

auxiliares que os tornam assalariados temporários. Para Graziano da Silva, a proletarização é definida “como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês” (Graziano da Silva, 1982: 134).

A visão de Graziano da Silva para definir o novo camponês vai além de critérios puramente econômicos, antes disso, ela está fundamentada na análise das classes sociais. Dessa forma pode-se incluir no conceito de campesinato todos aqueles que “organizam a produção com base no trabalho familiar e que só excepcionalmente lançam mão de trabalho assalariado nas suas unidades de exploração. Em outras palavras, todos aqueles que não se caracterizam por exercerem um comando sobre o trabalho alheio, envolvendo apenas a si mesmo e a seus familiares na produção direta” (Graziano da Silva, 1982: 139). Como resultado, a luta pela reforma agrária deixa de ser somente uma luta pela terra para se tornar uma luta por um novo sistema de organização social e econômica.

Utilizando como critério o “grau de dependência do trabalho assalariado”, Graziano da Silva faz a seguinte classificação das classes sociais no campo:

Quadro 6: Classificação graziana das classes sociais no campo

minifundistas	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho assalariado temporário • Mão-de-obra familiar
Pequenos fazendeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho familiar • Contratação de trabalho assalariado em épocas de pico
Médios fazendeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Organizam sua produção em base ao trabalho assalariado (quase todo temporário) complementado com trabalho familiar • Trabalho familiar em atividades qualificadas
Grandes fazendeiros	Utilizam exclusivamente trabalho assalariado (permanente e temporário)

Fonte: *A modernização dolorosa*

Graziano da Silva considera trabalhadores rurais os minifundistas e os pequenos fazendeiros porque vendem sua força de trabalho, “ou seja, todos os que obtêm do trabalho assalariado pelo menos uma parte dos meios de subsistência” (Graziano da Silva, 1982: 145). A razão disto é o fato de que ambas categorias têm as mesmas reivindicações sociais porque são dependentes do trabalho assalariado. Aqui é evidente a concepção leninista do autor baseada nas classes sociais, o que é demonstrado na seguinte citação de Lênin: “O essencial é que os interesses fundamentais de classe de todos os que vendem sua força de trabalho são homogêneos e que é absolutamente necessária a união de todos os que obtêm do trabalho assalariado ‘para outras pessoas’ pelo menos uma parte dos meios de existência” (Lênin apud Graziano da Silva, 1982: 145).

Para o autor, a proletarização do trabalhador rural é resultado da combinação de fatores institucionais como a promulgação do Estatuto do Trabalhador em 1963, e do processo intensivo e do uso não produtivo da terra (Graziano da Silva, 1981:4).

No seu livro *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, Graziano da Silva investiga os reflexos das alterações da base técnica da produção agrícola no Estado de São Paulo sobre as relações de trabalho no campo. O trabalhador volante aparece como expressão da insuficiência do capitalismo. O objetivo proposto pelo autor é mostrar como o desenvolvimento do capitalismo promove a adequação da força de trabalho no campo. Ele toma como referência de análise o Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo alterou profundamente as relações de trabalho.

O autor mostra que a modernização da agricultura atingiu apenas algumas regiões, produtos e fases específicas de alguns produtos. Daí que ele a denomina de modernização parcial. O trabalhador volante representa, nesta análise, uma forma transitória do processo de proletarização do camponês. O conceito de progresso técnico é utilizado para argumentar a perda da importância da renda da terra enquanto obstáculo ao desenvolvimento do capital.

Outra questão levantada pelo autor é a determinação dos fatores explicativos para o relativo atraso do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Influenciado por Marx, afirma que a resposta deve ser encontrada “na história concreta das relações sociais e não em fatores de ordem natural” (Graziano da Silva, 1981:29). Graziano da Silva citando Marx, argumenta que “a persistência de formas de sobretrabalho não específicas ao modo de produção capitalista retarda o seu desenvolvimento” (Graziano da Silva, 1981:29). Esta é uma “via reacionária” (Marx apud Graziano da Silva, 1981:29) “porque não consegue transformar o “velho processo de produção, o qual conserva e mantém como condição fundamental para a extração do excedente, em contraposição à ‘via revolucionária’, onde o trabalho é diretamente submetido ao capital”. O autor chega à conclusão de que a agricultura nunca atingirá o grau do desenvolvimento da indústria precisamente por causa

da grande diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção¹³. A questão fundamental, para o autor, gira em torno da apropriação privada dos resultados do progresso técnico na agricultura. Ele se refere à dificuldade de apropriação dos resultados decorrentes das inovações biológicas, “sendo impraticável a sua monopolização por um determinado capital particular” (Graziano da Silva, 1981: 35).

7. A separação cidade-campo e a industrialização da agricultura

Ao longo de toda sua obra, Graziano da Silva aborda os temas da separação cidade-campo e da industrialização da agricultura. Para tratar desses temas ele faz uso do conceito de *subordinação direta do trabalho ao capital*. A visão do autor se fundamenta na idéia de Marx acerca da divisão entre o campo e a cidade, como resultado da divisão de trabalho própria da produção capitalista de mercadorias, sendo portanto uma condição para que a produção de mercadorias se realize.

Citando Marx, Graziano da Silva indica que: “(...) o fundamental de toda divisão de trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese (...) O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que se desenvolveram em mútua oposição” (Marx apud Graziano da Silva, 1981: 42).

Para o autor, essa nova síntese é a industrialização da agricultura: “A separação da cidade/campo só se dá por inteiro quando a indústria se muda para a cidade; a reunificação, quando o próprio campo se converte numa fábrica” (Graziano da Silva, 1981: 43). A agricultura perde sua autonomia e se torna um ramo da indústria. Trata-se da subordinação da natureza ao capital. A idéia de Graziano da Silva para explicar o desenvolvimento do

¹³ Questão discutida por Mann e Dickinson (1987), conforme indicou-se acima.

modo de produção capitalista, que primeiramente causa a separação da indústria da agricultura para posteriormente realizar a industrialização da agricultura, está presente em Marx, Lênin e Kautsky. O autor recorre a esses clássicos para sustentar a tese do caráter atrasado, lento e parcial do desenvolvimento capitalista no campo.

Citando Kautsky, Graziano da Silva afirma que: “A indústria constitui a mola não só da sua própria evolução, mas também da evolução agrícola. Vimos que foi a indústria urbana que quebrou a unidade entre a indústria e a agricultura no campo, que transformou o (homem) rural num puro agricultor, num produtor de mercadorias dependente dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade da sua proletarização (...) é assim que o modo de produção moderno chega (...) no fim do processo dialético, ao seu ponto de partida: à supressão da separação entre indústria e agricultura” (Kautsky apud Graziano da Silva, 1981: 46-47).

A partir dessas influências Graziano da Silva considera que o processo de proletarização não se restringe à expropriação dos pequenos produtores mas sim à subordinação direta do trabalho ao capital. Nas palavras do autor: “É fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como um processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês” (Graziano da Silva, 1981: 51). Poder-se-ia afirmar que esse novo conceito de proletarização evita a falsa oposição entre expropriação e recriação do campesinato.

8. O capitalismo fraco

Como já foi dito acima, as contradições e as transformações da agricultura (modernização) são vistas pelo autor como insuficientes e resultado de uma “relativa debilidade” do capitalismo. Isso significa, por um lado, que o capital não tem realizado a expropriação completa do campesinato nem provocado uma revolução no processo de produção e, por outro, que o capitalismo no campo desenvolve-se de forma lenta e desigual.

Na perspectiva adotada por Graziano da Silva, o insuficiente desenvolvimento do capital na agricultura passa a ser explicado pela existência da propriedade da terra, que se traduz na estrutura agrária concentradora, ou seja, o desenvolvimento do capital é lento porque não expropria os camponeses e nem reduz o poder dos latifundiários. O significado do capitalismo, para o autor, pode ser resumido em dois elementos: proletarianização e transformação do latifúndio em empresa capitalista. Mas não tem acontecido nem uma coisa nem a outra; pelo contrário, a pequena produção recria-se e fortalece o poder do latifúndio, sobretudo a partir da especulação financeira da terra.

Para o autor, o trabalho assalariado é um indicador do processo de produção capitalista, pois só se assalaria quem não detém os próprios meios de produção. Ao mesmo tempo, o trabalho assalariado temporário expressa o nível de expropriação dos pequenos produtores¹⁴, que embora detenham os meios de produção, não conseguem através, através deles, garantir sua reprodução.

Para Graziano da Silva, o processo de transformação da agricultura é visto como a transição do complexo rural ao complexo agroindustrial. O elemento central deste processo é a criação de um mercado interno (Graziano da Silva, 1996). Na visão de Lenin (1974), a criação do mercado interno é resultado do desenvolvimento da divisão social do trabalho e da produção de mercadorias. É importante deter-se um pouco nesta visão de Lenin porque, de uma certa forma, explica a concepção de Graziano da Silva acerca do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. A visão de Lenin (1974) pode ser resumida em três teses teóricas:

1) O processo de criação do mercado interno é resultado do desenvolvimento da divisão social do trabalho. Esse processo implica no surgimento de processos de transformação de matérias primas (criação de indústrias) que se separam sucessivamente da agricultura e que se constituem em ramos independentes. Essas indústrias estabelecem uma relação de mercado

¹⁴ Os trabalhadores temporários são o contingente formado por aqueles trabalhadores que não possuem meios de produção assim como por pequenos produtores, parceiros, arrendatários com terras insuficientes para garantir a sua reprodução.

com a agricultura. A agricultura torna-se produtora de mercadorias, ou seja, transforma-se em indústria, operando no seu interior um processo de especialização;

2) Em consequência disto, a população industrial cresce mais rapidamente que a população agrícola;

3) A separação do produtor direto de seus meios de produção cria o mercado interno (proletarização) e marca a transição da produção mercantil simples à produção capitalista. Por um lado, os meios de produção liberados concentram-se e tornam-se capital nas mãos dos capitalistas. Os produtos desses meios de produção são convertidos em mercadorias. Do outro lado, como os produtores diretos carecem de meios de produção para produzir seus meios de subsistência, estes devem ser adquiridos no mercado. E isto é possível porque os produtores diretos recebem um salário para comprar no mercado esses meios de subsistência. Estes meios de subsistência fazem parte do capital variável, ou seja, a parte do capital destinada a pagar os salários.

9. A questão da pequena produção

Na visão de Graziano da Silva, o debate acerca da pequena produção no Brasil está dominado por duas tendências: a primeira é a defesa da pequena produção, que se encontra no Estatuto da Terra, que “faz uma clara defesa da propriedade familiar ao elegê-la, junto com a propriedade cooperativa (ou associativa), como a única forma admissível de distribuição das terras desapropriadas para fins da reforma agrária” (Graziano da Silva, 1999a:103); a segunda é a tese da “funcionalidade”, baseada nas idéias de Rosa Luxemburgo, que afirma “que a não eliminação do setor não-capitalista era a condição para a rápida acumulação no setor capitalista, pois permitia uma espécie de ‘acumulação primitiva contínua’ o pobre do campo alimentava o pobre da cidade” (Graziano da Silva, 1999a: 105). Conforme indicou-se acima, Graziano da Silva nega que a pequena produção seja necessária para a acumulação de capital. Essas duas teses se centram nos dois papéis

atribuídos à pequena produção: produzir alimentos e matérias primas e fornecer mão-de-obra.

Tendo o processo de diferenciação da pequena produção como marco de referência para sua análise, o autor define as seguintes situações: “a) uma camada em processo de tecnificação e capitalização, conduzindo à formação de pequenas empresas familiares; e b) uma camada em franco processo de proletarização e marginalização das atividades produtivas. Entre esses dois extremos subsiste uma faixa intermediária, ainda com características de campesinato, com uma diferenciação interna visível pelo seu maior ou menor grau de riqueza (pobres, remediados e ricos)” (Graziano da Silva, 1999a:126-127).

De acordo com Graziano da Silva a camada superior teria a função de produzir alimentos e matéria primas enquanto que a segunda seria o reservatório de mão-de-obra. Além disso, essa diferenciação interna também se expressa “nas condições diferenciadas do desenvolvimento capitalista no campo em nível nacional” (Graziano da Silva, 1999a: 127).

10. A perda de importância da pequena produção

Para Graziano da Silva (1999a), o processo de expropriação sistemática que tem afetado a pequena produção explica a perda da sua importância. O autor demonstra que, no final da década de 70, a pequena produção diminuiu sua participação no valor total da produção, enquanto que inversamente aumenta a participação dos estabelecimentos maiores de 50 hectares. Segundo ele, a perda de importância da pequena produção deve-se ao processo de proletarização provocado pelo avanço do capitalismo no campo, que em alguns casos assalaria a mão de obra e em outros mantém e subordina a pequena produção familiar. Assim, aumentam no campo os chamados empregos capitalistas: “entre 1970 e 1980, só o aumento dos assalariados temporários foi responsável por mais da metade de todos os empregos criados na agricultura brasileira ao longo da década. Isso resultou num crescimento da instabilidade do emprego no campo e, dado o crescimento da sazonalidade

do trabalho agrícola, do subemprego” (Graziano da Silva, 1999a: 110). Estes trabalhadores não são “proletários puros”, mas ‘semiproletários’, ou seja, são os pequenos produtores que vendem sua força de trabalho devido à insuficiência dos seus meios de produção¹⁵. Isto mostra a perda de importância do papel da produção familiar de fornecedora de força de trabalho “em função do imenso excedente de mão-de-obra hoje amontoado nas periferias das cidades, de onde são mais facilmente mobilizáveis nas épocas de safra” (Graziano da Silva, 1999a: 110).

A partir da constatação da acentuada diferenciação social da estrutura agrária brasileira, Graziano da Silva (1999a:133) argumenta que:

“não bastam políticas diferenciadas, por exemplo, por tipo de produtos, para dar conta da heterogeneidade das categorias sociais hoje existentes na agropecuária brasileira...os objetivos das reformas agrária ‘burguesas’ elaboradas antes de 64 foram, em grande parte, superadas pela própria modernização da agricultura brasileira nesses últimos 20 anos. Criou-se um amplo mercado interno para a indústria nascente; aumentou-se a produção e a produtividade; o campesinato tradicional diferenciou-se gerando não apenas um ‘novo camponês tecnificado’ mas também empresas familiares de um lado e proletários e semiproletários de outro; o grande capital se ‘territorializou’ integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais”.

¹⁵ O surgimento do bóia-fria motivou, nos anos 70, alguns estudos que afirmavam que este tipo social era “uma manifestação histórica da contradição básica do sistema” (D’Incao, 1975:147). O livro de Maria Conceição D’Incao *O bóia-fria – acumulação e miséria*, é representativo de uma interpretação marxista brasileira, que enfatiza a sociedade urbano-industrial como elemento fundamental na análise. O bóia-fria aparece como um novo grupo social, uma forma de transição que revela o desaparecimento do campesinato. O bóia-fria é a representação da emergência de um proletariado agrícola, expressão do avanço das relações capitalistas no campo. Assim, D’Incao afirma que: “A ampliação das relações capitalistas de produção no meio rural, feita pela expansão da agricultura comercial de subsistência, se faz acompanhada, de um lado, da concentração da propriedade fundiária e, de outro, da substituição dos sistemas de exploração da força de trabalho com remuneração total ou parcialmente ‘in natura’ (arrendamento, parceria ou agregados), pelo sistema de remuneração monetária (trabalhadores assalariados)” (D’Incao, 1975:147). Poder-se-ia afirmar que a descoberta do bóia-fria provocou entusiasmo naqueles que tentavam aplicar de forma mecânica a teoria marxista à realidade brasileira.

Num texto publicado em 1983 e reproduzido em 1999¹⁶ (Graziano da Silva, 1999:137), o autor afirma que a tecnologia é o elemento mediador da diferenciação social dos produtores camponeses. A tecnologia tem a função de “destruir, manter e elevar a economia camponesa”. Neste texto, intitulado *Tecnologia e campesinato*¹⁷ Graziano da Silva (1999a:137), faz ênfase na grande dificuldade de definir a “produção camponesa”, mostrando a grande variedade de formas em que ela se apresenta. No interior da unidade produtiva, o uso de tecnologia depende das possibilidades de contar ou não com recursos financeiros e do grau de inserção do mercado. Então, o uso de tecnologia e a inserção no mercado são dois critérios que permitem a Graziano da Silva mostrar o enorme leque de formas da “produção camponesa”. Nas palavras do autor:

“Devido à própria extensão territorial, abrigando as mais contrastantes configurações regionais, e devido, principalmente, à forma particular de desenvolvimento que o capitalismo engendrou no Brasil, a produção camponesa tendeu, historicamente, a interpenetrar os mais diversos setores produtivos agrícolas e regiões do país. De uma parte, essas condições criaram uma riqueza de formas de existência do setor camponês, que assume desde o caráter de pequenas parcerias escassamente monetarizadas, como no Nordeste, até o de um elo na integração vertical das agroindústrias, como no Sul do país, em que a unidade camponesa é densamente tecnificada e mercantil” (Graziano da Silva, 1999a:139).

Assim, na visão do autor, a grande variedade de formas camponesas tem como elemento comum seu caráter subordinado, seja ao proprietário fundiário, ao capital comercial ou às agroindústrias e cooperativas-capitalistas.

De acordo com Graziano da Silva, além dessas formas de subordinação, o camponês se subordina ao capital através da venda da sua força de trabalho. A característica fundamental da produção camponesa é sua dependência através destas formas, ao capital, o

¹⁶ Trata-se do livro *Tecnologia e Agricultura familiar* que é uma coletânea de alguns dos artigos mais importantes de Graziano da Silva, dentre os quais estão: *O progresso técnico na agricultura, a modernização conservadora dos anos 70, tecnologia e campesinato e diferenciação camponesa e mudança tecnológica: um estudo de caso.*

¹⁷ Este artigo foi publicado na Revista de Economia política em 1983 tendo como co-autores Ângela Kageyama, Devancyr A. Romão, José A. Wagner Neto e Luzia C. Guedes Pinto.

que também significa que o camponês está inserido no mercado e nas relações sociais capitalistas.

Graziano da Silva chama a atenção para a impossibilidade de estudar o “mundo rural” sem considerar suas inter-relações com o “mundo urbano”. Assim, ele afirma que:

“com a crise do final da década dos 70, a ênfase nas questões agrícolas foi cedendo espaço para as questões agrárias, ou seja, sobre a proletarianização do campesinato, da geração da renda agrícola e de empregos no setor, o êxodo da mão-de-obra do meio rural, etc. (...) A emergência de um novo relacionamento entre o mundo rural e o mundo urbano, especialmente nas cidades médias e pequenas, já era facilmente perceptível. De modo que o problema agrícola e o problema agrário passam novamente a andar juntos; e desta vez, tendo a questão urbana como pano de fundo” (Graziano da Silva, 1985:2).

11. A reforma agrária

A distinção do agrário e do agrícola utilizada por Graziano da Silva têm origem na diferenciação realizada por Ignácio Rangel, como ele mesmo reconhece num de seus livros mais editados, *O que é a questão agrária*¹⁸. Essa distinção será o fundamento para a elaboração da sua concepção acerca da urbanização do campo e de uma reforma agrária não necessariamente agrícola. Esta reforma agrária não agrícola constitui a base da sua proposta de um “novo rural” brasileiro. Graziano da Silva afirma que: “Essa separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um recurso analítico ...a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz” (Graziano da Silva, 1985:10-11).

A partir desta distinção Graziano da Silva sustenta que nos anos 50 a reforma agrária aparecia como:

¹⁸ O que é a questão agrária foi publicada pela primeira vez em 1980.

“o remédio para a crise agrária e a crise agrícola por que passava o país. A reforma agrária visava então a alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que pudesse haver um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo (...) pretendia-se assim exorcizar os fantasmas dos ‘restos feudais’ escondidos nos latifúndios que atormentavam a vida dos trabalhadores rurais. A reforma agrária, entregando esses latifúndios para os camponeses, suprimiria as ‘relações pré-capitalistas’ (isto é, resolveria a questão agrária) e faria aumentar a produção, uma vez que colocaria as terras ociosas dos latifúndios em cultivos (isto é, resolveria a questão agrícola)” (Graziano da Silva, 1985:100-101).

A ausência de uma reforma agrária não se tornou um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, isto é, do processo de industrialização da economia. Antes disso, segundo Graziano da Silva, o “desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira conseguiu grandes avanços na solução das questões agrícolas (...) Mas esse desenvolvimento só fez agravar a questão agrária, ou seja, o nível de miséria da população rural brasileira” (Graziano da Silva, 1985:101).

Portanto, nos anos 80, Graziano da Silva (1985:104) considerava que a reforma agrária era a solução “democrática possível” para a crise agrária e não para a crise agrícola. Mesmo assim, ele percebia a necessidade de ampliar a noção de questão agrária, incluindo outros temas como: a questão indígena, ecológica, urbana e das desigualdades. Há então uma tentativa de parte do autor de fornecer um conteúdo mais abrangente da questão agrária. Essa concepção do autor evoluiria muito nos anos 90. Nesta nova concepção, a questão urbana é mais decisiva para entender e explicar a sociedade brasileira.

Nos anos 80, segundo Graziano da Silva, a reforma agrária se apresentava como uma questão puramente política e social e não como uma questão indispensável para o desenvolvimento capitalista. A reforma agrária é um “questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento” (Graziano da Silva, 1985:105). Ela é uma reivindicação de milhões de trabalhadores brasileiros. A reforma agrária é a forma principal que toma a luta pela transformação da sociedade brasileira “onde o trabalhador não só trabalhe, mas também se aproprie dos frutos do seu trabalho” (Graziano da Silva, 1985:105). Por trás

dessa idéia há uma concepção acerca da necessidade de uma nova sociedade que Marx e Engels (1987) chamavam de comunista.

A reforma agrária permitiria unificar os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais. Graziano da Silva reconhece que: “Evidentemente não basta desejarmos isso. Essa é uma luta política de muitos, durante muito tempo. E apenas a organização dos trabalhadores do campo e da cidade em sindicatos livres e autênticos poderá levá-la à frente” (Graziano da Silva, 1985:105). Esta posição de Graziano da Silva está influenciada, pela teoria marxista-leninista da revolução a partir da luta da reforma agrária.

Nos anos 80, a concepção de Graziano da Silva acerca da reforma agrária vai além de um significado meramente produtivista. Ele considera a reforma agrária uma questão política e principalmente social porque deveria permitir o acesso à cidadania de milhões de trabalhadores rurais. Os problemas de produção e de produtividade podem ser resolvidos com políticas agrícolas para o setor capitalista. A reforma agrária é uma questão política porque sua implementação tenderia a alterar as relações de poder no campo, entre possuidores e despossuídos. A concepção de reforma agrária do autor está baseada na sua concepção que analisa a sociedade do ponto de vista das classes sociais. Assim o mostra o quadro seguinte, no qual estão sintetizadas as políticas agrícolas que Graziano da Silva acreditam serem necessárias para cada uma das classes sociais do campo (Graziano da Silva (1999^a: 132-133):

Quadro 7: Estrutura de classes no campo e políticas públicas

CLASSE SOCIAL	POLÍTICAS PÚBLICAS
Camponeses pobres e semiproletários	Política social
Camponeses	Política agrícola diferenciada
Empresas familiares	Preços mínimos Crédito para investimentos Preços de insumos de origem industrial
Empresas capitalista	Crédito Estabilidade das políticas por produtos

Na visão de Graziano da Silva as propostas de reforma agrária “burguesas” foram superadas pela modernização da agricultura. Esse processo de modernização da agricultura possibilitou a criação de um amplo mercado interno de acordo com as necessidades de expansão da industrialização brasileira. A incorporação de insumos de origem agrícola provocou o aumento da produção e da produtividade agrícolas, “o campesinato tradicional diferenciou-se gerando não apenas um ‘novo camponês tecnificado’ mas também empresas familiares de um lado e proletários e semiproletários de outro; o grande capital se ‘territorializou’ integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindústrias e rompeu-se a velha dicotomia mercado externo/mercado interno que unificava a agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros” (Graziano da Silva, 1999^a: 134).

Nos anos 90, Graziano da Silva, no seu artigo *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*, afirma que a reforma agrária continua sendo uma proposta para resolver os graves problemas sociais do país, mas não como uma reforma agrária distributivista ou produtivista e sim, como uma opção de políticas públicas. Neste sentido, ele afirma que “é preciso criar novas formas de ocupação para a parte significativa da população brasileira que não tem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delineaia” (Graziano da Silva, 1999b:132).

A nova concepção de Graziano se baseia na constatação de que “de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro, duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em outras atividades, com destaque para a prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro nos anos 80” (Graziano da Silva, 1999:132-133).

Segundo Graziano da Silva, por causa das transformações no mundo do trabalho, a superação do modelo fordista, a emergência de uma organização do trabalho, denominada

de “acumulação flexível” por David Harvey (1992), e o impacto das novas tecnologias baseadas na microeletrônica e na informática, é que a reforma agrária não pode ser considerada apenas agrícola. Além disso, o autor afirma que “os problemas fundamentais de produção e preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos industriais” (Graziano da Silva, 1999:133). A reforma agrária aparece na concepção atual de Graziano da Silva como uma resposta intermediária, no processo de transição para uma sociedade urbanizada. Desde esta perspectiva, a reforma agrária tem um sentido puramente prático e não mais político de “ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional até que se complete a nossa ‘transição demográfica’ recém iniciada” (Graziano da Silva, 1999:133).

Nesta nova concepção de Graziano da Silva, não há nenhuma possibilidade de desarticular a forte aliança entre latifúndio e capital, e isto impede a realização de uma reforma agrária radical. Por esta razão, a nova proposta de reforma agrária precisa de pouca terra. Esta idéia encontra-se nas análises de Ignácio Rangel, como o próprio Graziano da Silva admite.

“Para Rangel, no início dos anos 60 não havia condições políticas para se implementar uma proposta com vistas à desapropriação das terras ociosas e o seu pagamento a longo prazo em títulos da dívida pública, dada a aliança estabelecida ente os latifundiários e a burguesia industrial nascente, para levar avante o desenvolvimento capitalista do país (...) nos anos 70, convencido de que os preços das terras não cairiam tão cedo, em função da inflação crônica que tomara conta da nossa economia, e de que a forma como se estavam resolvendo a nossas questões agrícolas (processo que ficou conhecido como ‘a modernização conservadora’) terminaria por agravar ainda mais nossa questão agrária, Rangel passou a defender a reforma agrária que utilizasse pouca terra, para não acirrar muitos os ânimos dos latifundiários e seus representantes políticos no congresso” (Graziano da Silva, 1999:131).

Desta forma, segundo o autor, uma reforma agrária que também estimulasse as atividades não-agrícolas “teria a grande vantagem de necessitar de menos terras, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é forte limitante

para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do sul e Sudeste” (Graziano da Silva, 1999: 133).

No fundo, trata-se da busca de novas ocupações para a população sobrando e que resultou da “modernização conservadora”.

A proposta de Graziano da Silva se baseia nas transformações importantes que têm ocorrido no mundo rural nas últimas décadas. Essas transformações sociais provocam e exigem mudanças nos conceitos utilizados pelos cientistas sociais para representar os grupos e classes sociais no campo. Assim, essas transformações afetam o longo debate acerca da caracterização e o significado da pequena produção familiar ou campesinato brasileiro. A partir desta nova abordagem, Graziano da Silva pretende entender o “mundo rural” não apenas como um espaço social centrado na produção agropecuária, mas que aponta à emergência de novas atividades não-agrícolas. O autor considera que o produtor “part-time” é um novo “tipo social” que se soma aos outros dois frequentemente citados nos “estudos agrários”: o produtor de subsistência e o produtor familiar eficiente (Graziano da Silva, 1999:210).

Os três tipos sociais estão sujeitos ao que Lenin (1975) chamou de “diferenciação social”. A questão fundamental que Graziano da Silva enfatiza é a dificuldade maior que se tem agora para caracterizar as classes sociais no campo: “com a emergência do ‘part-time’ tanto o corte capitalista/camponês, como o corte patronato/familiar vão fechando, cada vez mais, sua relevância analítica” (Graziano da Silva, 1999:210).

O surgimento do “part-time”, conclui Graziano da Silva (1999:210), “obriga a uma redefinição do conceito da unidade produtiva de referência, colocando a família e suas múltiplas formas de ocupação e de geração de renda agrícolas e não-agrícolas no centro da análise”. A causa disto é que a renda agrícola perde importância nos rendimentos das famílias rurais e também por que a atividade produtiva se torna individual. Esta situação também exige uma nova política econômica que não seja exclusivamente agrícola.

“É preciso deixar claro que uma nova abordagem para as políticas públicas se impõe hoje no contexto de uma agricultura modernizada e de um espaço agrário que se urbaniza...Por isso, ao lado da política agrária, uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país, tem de incorporar uma proposta de urbanização desse mundo interiorano: dotar as vilas rurais de infraestrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches, etc.); e estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, para aumentar o valor agregado da produção local” (Graziano da Silva, 1999: 230).

De um golpe só, Graziano acelera a proletarização do campesinato, sendo o “part-time” a figura social que se torna a forma transitória para a inevitável urbanização do campo.

No seu artigo *Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato*¹⁹, o autor constrói uma nova classificação social no campo com a intenção de mostrar o processo de decomposição e diferenciação do campesinato e enfatizando o surgimento de novas categorias intermediárias. Essa classificação é a seguinte:

Quadro 8: Decomposição e diferenciação do campesinato

TIPO	MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO (REPRODUÇÃO)	DE	MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO (DECOMPOSIÇÃO)	DE
<ul style="list-style-type: none"> • Produtores de subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho • Formas de tenência da terra • Sobretrabalho • Transferência de renda (pensões, aposentadorias) dos que saíram para trabalhar e morar fora. 		<ul style="list-style-type: none"> • Inserção no mercado de trabalho e produtos 	
<ul style="list-style-type: none"> • Propriedade familiar “eficiente” 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas produtivistas (subsídios, refinanciamento das dívidas) 	públicas		
<ul style="list-style-type: none"> • Part-Time 	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade dos mercados • Políticas de infraestrutura (comunicações, transporte) • Políticas agrárias de cunho não produtivista (providência social) 			

¹⁹ Artigo publicado na coletânea *Tecnologia e agricultura familiar*.

No que se refere aos produtores de subsistência, os mecanismos diferenciadores são aqueles vinculados com o tamanho e forma de apropriação da terra, isto quer dizer se são proprietários ou não. Como já foi dito, de acordo com Graziano da Silva (1999^a: 210) o surgimento do “part-time” dificulta a análise das classes no campo e faz com que percam importância o corte analítico “capitalista/camponês e patronato/familiar”.

Utilizando como critério o comando sobre o trabalho alheio, Graziano da Silva (1999^a:214-215) caracteriza as classes sociais no campo.

Quadro 9: Caracterização das classes sociais no campo

CLASSES SOCIAIS	CARACTERÍSTICAS
Grandes proprietários e capitalistas agrários	<ul style="list-style-type: none"> • Propriedade real dos meios de produção • Divisão de trabalho que separa os trabalhadores diretos do responsável pelo empreendimento • Orientação dos investimentos pela taxa de lucro
Empresas familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Número variável de trabalhadores temporários ou pelo menos 1 assalariado em caráter permanente • A família se concentra em atividades especializadas • A taxa de lucro não é variável chave • Cálculo econômico para maximizar a renda líquida • Pequena mobilidade do capital • O dono realiza algumas tarefas lado a lado com seus 'empregados' • Relações não formalizadas legalmente • O nível de rentabilidade das unidades produtivas não é suficiente para garantir a remuneração da mão-de-obra contratada de acordo com a legislação.
Produtores camponeses	<ul style="list-style-type: none"> • Posse de pequenas áreas • Trabalho familiar • Trabalho assalariado temporário • Mínima mobilidade do capital

Ao fazer essa classificação, o autor reconhece que resulta insuficiente utilizar o trabalho assalariado para distinguir e caracterizar a produção capitalista. Segundo ele, é necessário que os médios de produção funcionem como capital e isso significa que o proprietário desses meios personifique o capital, ou seja, que se dedique fundamentalmente à gerência do empreendimento. Assim, para que o camponês se torne capitalista deve ter como finalidade imediata a obtenção do lucro e estar separado da produção direta.

12. A urbanização do rural

Nos anos 90, as preocupações do autor se voltam para temas como: as transformações nas relações campo-cidade; a evolução das ocupações no meio rural brasileiro; a delimitação do rural e do urbano e as políticas não agrícolas para o *novo rural*. Esses temas, frutos das observações empíricas de Graziano da Silva, estão vinculados à preocupação do autor em mostrar a existência de um “novo rural” brasileiro. A hipótese que sustenta a análise do autor, sobretudo nos anos 90, é a urbanização do rural brasileiro como resultado do processo de industrialização. Para ele, o rural não pode mais ser definido como o lugar onde acontece a produção agrícola nem a cidade como o lugar da produção industrial. O novo rural é resultado do processo de profundas transformações da sociedade brasileira. Nesse processo, a agricultura passou de um setor relativamente autárquico para integrar-se à economia nacional, com isso, o velho mundo rural se transformou. Graziano enfatiza que o que ocorre é um processo de urbanização do mundo rural. A urbanização é resultado da expansão do espaço urbano e da industrialização da agricultura.

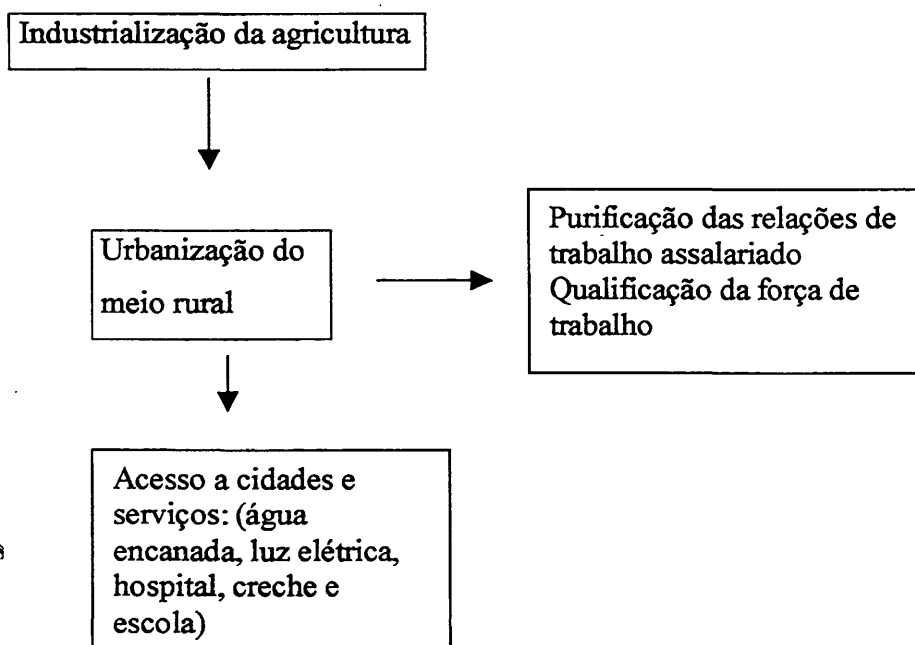


Fig. 7: Esquema analítico graziano

Para Graziano da Silva, o mundo rural deixou de existir, pelo menos nos moldes que era considerado no passado. Novas atividades caracterizam este “novo rural”, atividades que ultrapassam a agricultura e a pecuária como atividades tradicionais. O rural não pode ser considerado isolado, pelo contrário, sua identidade passa a ser descoberta nas relações que constrói com a indústria, que lhe fornece os insumos e compra seus produtos. O conceito de complexo agroindustrial permitiu ao autor explicar esse processo de integração da agricultura com a indústria.

A preocupação de Graziano da Silva por estudar as atividades não-agrícolas, apesar de ter uma motivação de ordem prática, isto é, de propor políticas públicas para a criação de emprego e de regulamentação ambiental, está fundamentada na idéia do desaparecimento do campesinato. Essas novas áreas de lazer substituiriam a pequena agricultura familiar. Nas palavras de Graziano da Silva (1999: 19),

“O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, as chácaras contribuem para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as ‘grandes culturas’ que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local como ‘caseiros’, jardineiros e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários”.

A explicação que Graziano da Silva oferece acerca das transformações da agricultura a partir do conceito de complexo agroindustrial foi substituída nos seus últimos trabalhos por uma interpretação mais ampla, que aponta para uma “nova sociedade em gestação”. Segundo Graziano da Silva:

“Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação (...) Possivelmente a emergência de um novo paradigma, que vem sendo chamado de pós-industrial por uns e por pós-fordista por outros, assentado nas novas tecnologias – com destaque para a informática e a microelectrônica – permitirá alterar simultaneamente a natureza das inovações tecnológicas e as formas de organização industrial decorrentes de sua aplicação ainda no final do século XX” (Graziano da Silva, 1999:3).

Como exemplo dessa nova sociedade, Graziano da Silva refere-se às mudanças na qualidade de vida e às inovações no transporte e nas comunicações, que modificaram as noções de tempo e espaço. Enfim trata-se, segundo o autor, de um novo paradigma social assentado em novas tecnologias, especialmente a informática e a microelectrônica. No seu entender, tanto na indústria como na agricultura essas inovações tecnológicas estariam alterando a organização social do trabalho e redefinindo a localização espacial das atividades produtivas.

Neste contexto de análise, segundo Graziano da Silva, a dicotomia urbano-rural perde sentido teórico e metodológico. Para o autor, a divisão urbano-rural estava baseada no conflito de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, onde o rural representava o passado, o atraso e a presença dos latifundiários, enquanto que o urbano significava o progresso, o novo e o moderno, enfim, a sociedade capitalista. A argumentação do autor acerca do fim da dicotomia urbano-rural está fundamentada na idéia do desaparecimento do conflito sociedade tradicional x sociedade moderna, ou seja, na consolidação da sociedade capitalista. Essas transformações sociais, na sua visão, obrigam à redefinição do rural.

O “part-time farmer”²⁰ é para Graziano da Silva, o novo ator social, resultado das transformações do mundo rural nos países desenvolvidos. O part-time farmer caracteriza-se por combinar atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas (turismo, lazer,

²⁰ Sobre este tema José Graziano da Silva coordena um grupo de pesquisadores, dentro de um projeto denominado RURBANO. Entre esses pesquisadores encontram-se sociólogos (como Sergio Schneider) e antropólogos (como Maria José Carneiro) que haviam iniciado pesquisas sobre esta temática anteriormente.

conservação da natureza, moradia e prestação de serviços). Essas atividades combinadas recebem o nome de *pluriatividade*. Diferentemente da idéia de camponês em processo de proletarização de Marx e Kautsky, a pluriatividade refere-se a atividades não-agrícolas realizadas fora do estabelecimento. Chamando a atenção sobre as possibilidades de combinação de outras atividades agrícolas “acessórias” do camponês, Kautsky (1989:210) afirmava que a “forma de ocupação acessória mais ao alcance do pequeno camponês é o trabalho assalariado agrícola”. Além disso, segundo Graziano da Silva (1999 :6), “os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora da sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social”.

Segundo Graziano da Silva (1999: 7), a pluriatividade configura-se de duas formas básicas:

“a) por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);

b) por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário como ‘management’ das atividades agropecuárias”.

A emergência e a difusão da pluriatividade são produtos da redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares e trabalhadores por conta própria, devido à mecanização das atividades agrícolas e à automação das atividades de criação. Outro elemento que explica a ocorrência de pluriatividade nos países desenvolvidos é a dinâmica do crescimento do emprego em atividades rurais não-agrícolas, como resultado da transferência de indústrias tradicionais para o campo atraídas por melhores condições de produção e de trabalho. Graziano da Silva indica outros fenômenos que estariam estimulando a pluriatividade, entre os quais estão: 1) a contratação de serviços externos de parte das unidades produtivas como aluguel de máquinas e assistência técnica; 2) a especialização da produção, que dá origem a novos produtos, como, por exemplo, animais jovens, mudas e insumos; 3) a formação de rede entre agricultores, fornecedores de

insumos, prestadores de serviços, agroindústrias e empresas comerciais; 4) o aumento da qualificação do emprego rural com profissões técnicas próprias do meio urbano; e, 5) a melhoria da infra-estrutura social e de lazer (maior acesso a serviços públicos como a previdência, saneamento básico, assistência médica e educação).

Segundo Graziano da Silva (1999), as principais atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro estão relacionadas, em primeiro lugar, com o crescimento da agroindústria; em segundo lugar, com a urbanização do meio rural e a preservação do meio ambiente (atividades de lazer, moradia, turismo rural, e outros serviços) e, por último, com a disseminação de chácaras de lazer das famílias de classe média urbana.

O processo de expansão das chácaras de lazer é uma forma de proletarização da agricultura familiar, substituindo a mão de obra familiar, relativamente autônoma, com trabalhadores assalariados como jardineiros e caseiros.

Da idéia exposta no parágrafo acima, deriva-se a concepção do autor de que a reforma agrária não é mais uma política de distribuição de terra, mas um conjunto de medidas que estimulam o emprego através do apoio dessas atividades não-agrícolas. Aliás, o autor, nos seus trabalhos mais recentes, não trata a reforma agrária como a solução dos problemas do campo. Ele mostra que é preciso reconhecer, no entanto, que, de um modo geral, o emprego assalariado, para esses trabalhadores, representa maior segurança e qualidade de vida do que a que usufruíam anteriormente. Tendo a pluriatividade como marco de referência, Graziano da Silva propõe que uma das medidas que poderiam ser implementadas pelas prefeituras do interior é a recuperação de casas abandonadas no meio rural, com o objetivo de torná-las lugares de lazer. A reforma agrária, como tema de reflexão e estudo desaparece nos últimos trabalhos de Graziano da Silva, pois a solução dos problemas, dos produtores familiares está na disseminação das atividades não-agrícolas com o apoio do Estado. O tema da reforma agrária é substituído pelo tema do “novo rural” brasileiro.

Poder-se-ia afirmar que *novo rural brasileiro*, como idéia-elemento e conceito, representa uma espécie de ponto de chegada do pensamento de Graziano da Silva, pois é onde se encontra, para ele, a solução para a problemática agrária brasileira atual. Para ele, o rural é redefinido e ele não é mais o lugar onde ocorre somente a produção agrícola e pecuária. Além disso, a dinâmica do emprego rural não pode ser explicada exclusivamente a partir do emprego agrícola. Como afirma Graziano da Silva (1999: 30),

“nos segmentos não patronais as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida. A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda”.

Em outras palavras, na sua visão a urbanização do meio rural é a solução para a problemática do emprego e do êxodo populacional para as cidades.

Na perspectiva de Graziano da Silva, a reforma agrária não tem a mesma importância que tinha nos anos 50 e 60. Em outras palavras, a reforma agrária não é indispensável nem para o desenvolvimento capitalista nem como solução para os problemas de miséria e desemprego no mundo rural.

Nos anos 90, as influências de Marx e Lenin sobre a obra de Graziano da Silva não tem o mesmo peso que nos anos 70 e 80. É possível que o contato com outros autores contemporâneos como David Goodman e Eduardo Moyano tenham aberto um novo leque de possibilidades temáticas e enfoques teórico- metodológicos. Assim, Graziano da Silva contribuirá de forma importante na introdução de temas como a pluriatividade, o “part-farmer” e o “novo rural” brasileiro. Em certa medida pode-se afirmar que o autor não consegue romper de vez com o paradigma leninista da diferenciação social e da proletarianização do campesinato. Em alguns momentos parece que ele se distancia da forte influência que exerce sobre ele as idéias de Marx expostas em *O Capital* e as teses que Lenin apresenta em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Talvez o que se pode concluir é que mesmo que Graziano da Silva não rompa com suas influências, elas não são tão fortes como se mostram no início da sua trajetória. Ainda no início dos anos 80 a

utilização da teoria da renda marxista que Graziano da Silva faz parece um tanto enrijecida. Assim, nos anos 90 ocorre uma espécie de flexibilização da pesada herança leninista mas sem abandoná-la por completo. Mas será que o autor precisaria largar a tese leninista, quando o capitalismo brasileiro parece confirmar que o processo de proletarização é inevitável?

CAPÍTULO V

COINCIDÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO “NOVO DEBATE AGRARISTA”

Neste capítulo, conforme previsto no roteiro metodológico, serão confrontados os conceitos e idéias desenvolvidas ao longo da produção acadêmica de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva, analisados anteriormente, para destacar as coincidências e divergências das suas perspectivas analíticas.

Em certa medida as obras de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva protagonizam¹ um novo “debate”² acerca do mundo rural brasileiro, situando-se em pólos de um mesmo campo de interesse, que em determinados momentos de suas trajetórias intelectuais se afastam e noutros se aproximam. Os estudos produzidos pelos dois autores convergem num mesmo objeto: desvendar as nuances do capitalismo agrário e o destino do “campesinato” no Brasil.

No processo da produção do conhecimento para interpretar e explicar as transformações do mundo agrário, os dois autores reeditam, mas sob outra perspectiva, o debate acerca da natureza das relações sociais no campo travado nos anos 50 entre Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Naquele momento, o que estava em jogo no

¹ Cabe aclarar que os autores não “protagonizam” um debate no sentido estrito do termo, mas o autor desta tese sugere a existência de um confronto não declarado entre as teses de Martins e as defendidas por Graziano da Silva ao respeito do “mundo rural” no Brasil.

² Segundo Santos (1998: 38), os estudos de José de Souza Martins constituem um elemento importante do segundo debate agrarista porque se opõem à visão de Caio Prado Júnior que desconsiderou a existência do campesinato. O primeiro debate agrarista, de acordo com Santos, é a “querela” entre Francisco Julião e o PCB pelo controle das Ligas Camponesas. O que se sugere neste capítulo é a existência de um novo “debate” agrarista protagonizado por José de Souza Martins e José Graziano da Silva, que redimensiona, renovando-o, o problema agrário no Brasil.

debate era a definição do lugar do campesinato no capitalismo brasileiro, ou como afirmam Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 131), “o status da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista”.

No que Santos (1998) chama de “segundo debate agrarista”, a “ensaística” de José de Souza Martins interpela a cultura política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), polemizando, principalmente, com as teses de Caio Prado Júnior. Martins, segundo Santos (1998: 38), inaugura “um novo modo de pensar o problema agrário” porque, entre outras coisas, analisa o campesinato fora da “cultura leninista”. As interpretações informadas pela cultura leninista apostaram no desaparecimento do campesinato por ser este considerado representante de relações sociais pré-capitalistas.

Poder-se-ia afirmar que as contribuições de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva para as ciências sociais alteram substantivamente o debate acerca da questão agrária brasileira. Enquanto que as interpretações anteriores acerca do papel da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, assim como as análises sobre as classes sociais no campo estiveram impregnadas do paradigma leninista da diferenciação social, os autores mencionados se posicionam cada um a sua maneira em relação à herança das idéias de Lênin.

No caso de Martins, sua obra nunca esteve influenciada pelo paradigma leninista. Na verdade, ele constrói sua interpretação em aberto confronto com o paradigma leninista da diferenciação do campesinato, e centra suas críticas contra os seguidores de Marx e Lênin, que ele denomina de “marxistas vulgares”. No caso de Graziano da Silva, a tese leninista da diferenciação social do campesinato, enriquecida com uma quantidade importante de estudos empíricos, está presente na sua produção, como um poderoso elemento explicativo da sua análise sobre o “mundo rural”.

De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 132), no paradigma leninista as relações sociais capitalistas presentes no espaço urbano-industrial se estenderiam, da mesma forma, à agricultura. No substrato da visão leninista se encontra o pressuposto de

que a indústria e a agricultura possuem uma mesma natureza; em outras palavras, Lênin ignora as particularidades da agricultura. De acordo com a visão leninista, o avanço do capitalismo no campo se expressa na existência de um mercado de trabalho rural e no crescimento do proletariado. Como afirmam Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 132), Lênin “fundiu dois argumentos: a penetração das relações de trocas capitalistas no campo, neste caso no *mir* (a comuna russa), e a reprodução das relações de trabalho assalariado, típicas do capitalismo, no processo de produção agrícola”.

Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 132), em oposição à visão leninista da diferenciação social e do desaparecimento do campesinato, pode-se encontrar no debate alemão os elementos de uma nova análise da questão agrária. No debate alemão³, o camponês médio, “longe de ser uma vítima precoce da diferenciação, frequentemente era capaz de adaptar-se ao processo de modernização” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990: 133). A produção camponesa era vista, nesse debate, como superior em relação à produção capitalista ou em outros termos, a produção familiar era “capaz de sobreviver precisamente como resultado da modernização” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990: 133). Nessa mesma linha de argumentação se colocam os defensores brasileiros da agricultura familiar, Veiga, (1997), Abramovay (1992), Schneider (1999) entre outros, que enfatizam a mercantilização da produção familiar para diferenciá-la do campesinato não integrado no mercado.

Ainda segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 133), diante do evidente peso do campesinato nos países do Terceiro Mundo e da persistência da agricultura familiar nos países desenvolvidos, a tradição marxista viu-se obrigada a efetuar adaptações na teoria, mas sem abrir mão da tese leninista da tendência à proletarização do campesinato. Assim, segundo os mesmos autores, ainda que nesta nova interpretação se reconheça a existência do campesinato, “essas aparências formais são enganadoras”, porque “intermediam e incorporam relações capitalistas de produção. Nesse sentido, produtores familiares

³ Trata-se do debate contra o revisionismo protagonizado por Kautsky e que marcou a socialdemocracia alemã a finais do século XIX. A questão agrária e o campesinato estavam no centro deste debate. Nos anos 90 do século XIX a questão agrária passa a ocupar lugar de destaque nas discussões da socialdemocracia alemã. A questão agrária foi amplamente discutida nos Congressos socialdemocratas de Frankfurt (1894) e de Breslau (1895). A preocupação dos socialdemocratas pela questão agrária se intensificou a partir da crise econômica de 1873, que afetava particularmente os camponeses, considerados uma grande reserva de votos.

camponeses são, em essência, proletários, uma vez que sua reprodução está subordinada às leis capitalistas de movimento” (Goodman, Sorj e Wilkinson (1990: 135). De acordo com esta visão, a posse da terra de parte dos pequenos produtores é apenas formal porque a propriedade real está em mãos das empresas agroindustriais, expressando a subordinação real do trabalho ao capital. Como se observou no capítulo IV, esta idéia aparece na interpretação de José Graziano da Silva como subordinação do trabalho ao capital.

Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:135), em termos analíticos, se realiza uma fusão da interpretação leninista e da chayanoviana, transformando o camponês em proletário. Talvez somente nesse sentido se pode entender, mas sem necessariamente concordar com elas, as críticas dirigidas a José de Souza Martins e José Graziano da Silva de parte daqueles que os intitulam defensores da tese da funcionalidade da pequena produção. Tanto um como outro convergem em afirmar que a pequena produção agrícola ou camponesa está subordinada ao processo de acumulação de capital, mas que longe de suprimir as contradições, o capitalismo a redefine e recria.

Schneider (1999) explica a tese da funcionalidade da pequena produção defendida por Martins e Graziano da Silva a partir da influência que eles recebem do marxismo. Nas palavras de Schneider: “nesse debate sobre a pequena produção e o campesinato a influência do marxismo clássico revelou-se absolutamente dominante. Este é particularmente o caso dos estudos sobre a ‘funcionalidade da pequena produção’ no interior do capitalismo, como em Oliveira (1988), Martins (1975) e Graziano da Silva (1978), entre outros”. No entanto, vincular a tese da funcionalidade à teoria marxista é no mínimo superficial, porque o marxismo baseia-se na contradição e na superação dialética e a funcionalidade supõe a negação das contradições. A idéia de reprodução camponesa subordinada ao capital defendida por Graziano da Silva não pode ser entendida a partir de uma suposta funcionalidade da pequena produção. Para ele, longe de ser apenas uma solução funcional, o domínio da lógica do capital faz emergir novas contradições como, por exemplo, “ao opor limites à expansão das forças produtivas, à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos, ao constituir base para a hipertrofia da dominação do capital comercial e usurário” (Graziano da Silva, 1982: 131).

1. O desenvolvimento capitalista no campo

O marxismo exerce uma forte influência nas perspectivas analíticas de Martins e de Graziano da Silva, assim como numa parcela importante dos produtores de conhecimento sobre o “mundo rural” brasileiro. Com isto, não se quer dizer que os estudiosos da questão agrária no Brasil não tenham recebido também outras influências teóricas, como por exemplo, a teoria da economia camponesa de Chayanov que foi utilizada como uma nova referência analítica nos trabalhos de Tavares do Santos (1978), Heredia (1979) e Garcia Jr (1983).

Tanto Martins como Graziano da Silva compartilham a mesma preocupação científica, ou seja, entender e explicar as relações sociais no “mundo rural”. Eles demonstram que a pequena produção familiar ou camponesa, longe de constituir um modo de produção independente, está sob o domínio da lógica do capital e do mercado. Apesar disso, suas posições são contrastantes em relação ao destino do campesinato.

As análises de Martins e Graziano da Silva são construídas a partir de hipóteses opostas. Para Martins, a existência de relações não capitalistas e, por conseguinte, do campesinato no Brasil, está dada pelo movimento do capitalismo, que recria e subordina relações sociais não capitalistas, portanto, é resultado do seu processo de ampliação e desenvolvimento. No sentido contrário, José Graziano da Silva tenta mostrar que a existência destas relações sociais não capitalistas é resultado do próprio caráter insuficiente do capitalismo, mas a tendência do desenvolvimento é eliminar as relações sociais não mediadas pelo salário.

Para Martins, o capitalismo nos países como Brasil se caracteriza pela coexistência de diferentes ritmos e tempos, o que significa a permanência de relações sociais não tipicamente capitalistas. Apesar de reconhecer a complexidade do mundo rural, Martins nega a possibilidade de entendê-lo de forma separada e independente. Segundo ele, não se

pode separar o que o próprio capitalismo já uniu. Na análise de Graziano da Silva, o capitalismo na agricultura aparece como sendo fraco não apenas pelas suas particularidades (dissociação entre tempo de produção e tempo de trabalho), mas também pela propriedade capitalista da terra. Poder-se-ia afirmar que há, na visão de Graziano da Silva, um certo determinismo histórico precisamente por anunciar uma única trajetória do capitalismo no campo, ou seja, a generalização das relações sociais capitalistas (isto é as relações sociais mediadas pelo salário) e, portanto, o desaparecimento do campesinato.

Para Graziano da Silva, o trabalho assalariado é o indicador por excelência das relações capitalistas, do que se deriva que as relações sociais que não são mediadas pelo salário devam ser consideradas pré-capitalistas ou não capitalistas. Na visão de Martins, o fato dos trabalhadores produzirem seus próprios meios de subsistência é expressão de relações não capitalistas, recriadas e reproduzidas pela acumulação do capital. Mas para ele, considerar a compra e venda da força de trabalho como critério para definir o caráter capitalista ou não das relações sociais é insuficiente, dada a complexidade das relações sociais existentes no mundo rural brasileiro. Essa complexidade se expressa no que Martins chama de “tipos intermediários”: o parceiro, o colono, o caipira e o arrendatário. É por isso que para Martins o capitalismo não é necessariamente destruidor das relações não capitalistas. Para ele o capital não compreende apenas a relação social baseada no salário: “a exploração capitalista assume diferentes *formas*, não só a partir das condições sociais e econômicas que encontra, mas também a partir das relações sociais que cria, as mediações que gera” (Martins, 1984:14).

Na análise de Graziano da Silva, o trabalho assalariado representa um duplo papel e significado. Por um lado, é um indicador da presença de relações capitalistas nas grandes propriedades e, por outro, é expressão do avanço do capitalismo que se traduz na expropriação dos pequenos produtores agrícolas. De outro modo, a passagem do trabalho assalariado temporário para o trabalho assalariado permanente, sugerida por Graziano da Silva, é expressão da dinâmica do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, dá sustentação a sua *tese da proletarianização*. Nas suas palavras: “É importante lembrar que o trabalho temporário representa não somente aqueles despossuídos dos meios de produção,

como também inclui muitos pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que, em face da impossibilidade de se reproduzirem com base unicamente nas diminutas áreas que possuem assalariam-se temporariamente em determinadas épocas do ano (Graziano da Silva, 1980a:22).

Na visão de Martins, a modernização da agricultura não é incompatível com a persistência de relações sociais não capitalistas. Nesse sentido, como já se viu no capítulo III, a análise das relações sociais não-capitalistas está presente nos primeiros trabalhos de Martins, mostrando as articulações entre o tradicionalismo caipira e a acumulação do capital, ou seja, para ele as relações sociais no mundo rural são capitalistas, mas elas não se estabelecem necessariamente entre burguesia e proletariado: as relações não-capitalistas se tornam relações sociais capitalistas a partir da mediação estabelecida pela propriedade privada da terra, que ele chama de “renda capitalizada”. Esses “tipos intermediários”, mencionados anteriormente, na visão de Martins, não representam um estágio do desenvolvimento capitalista, mas são resultado do próprio capitalismo. É por isso que Martins se posiciona contra a *tese da proletarização* e da diferenciação social de origem leninista, em certa medida defendida por Graziano da Silva.

Para Martins, o campesinato não desaparecerá para dar origem a duas classes diferentes, a burguesia e o proletariado, precisamente por que o campesinato brasileiro é resultado (recriado) do desenvolvimento capitalista no país. Para Graziano da Silva, o capitalismo é portador de um novo mundo e a condição para seu surgimento é a destruição das relações não capitalistas e da pequena produção camponesa, porém o capitalismo brasileiro não faz isso ou o faz de forma insuficiente precisamente por ser fraco e débil. Em outras palavras, Graziano da Silva estabelece uma relação analítica entre a presença do campesinato e a insuficiência do desenvolvimento capitalista.

Na análise de Graziano da Silva, a dinâmica da agricultura brasileira é considerada como a passagem do complexo rural isolado para o complexo agroindustrial, nesse processo a agricultura se torna um “ramo da indústria”. Para ele esse processo de modernização da agricultura transcorreu de forma diferenciada por regiões e culturas, daí

seu caráter desigual. Tanto Graziano da Silva como Martins convergem ao considerarem o desenvolvimento capitalista como desigual, porém essa caracterização toma uma dimensão distinta nas suas análises.

Em suas análises, Graziano da Silva mostra que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é lento e desigual por causa das barreiras que representam a renda da terra e a natureza. Dentro dessa perspectiva, o conceito de progresso técnico expressa a superação dos obstáculos que o capitalismo encontra na agricultura. Mesmo assim, segundo o autor, permanece a pergunta: por que o capitalismo na agricultura desenvolve-se de forma lenta e desigual? Para Graziano da Silva (1980b: 34-35), “a resposta tem que ser buscada não nas barreiras naturais que se antepõem ao capital, senão nos próprios limites que esse modo de produção coloca para si mesmo no seu desenvolvimento na agricultura. Não parece possível, dentro do sistema capitalista, atingir um grau de desenvolvimento das forças produtivas no campo que se equipare ao da indústria”. O autor se refere às inovações biológicas, já que uma máquina ou uma fórmula química é mais fácil de ser patenteada de modo a permitir a apropriação do lucro. Além disso, “uma vez ‘inventada’ uma nova variedade (...) sua multiplicação pelos usuários dificilmente pode ser controlada, sendo impraticável sua monopolização por um determinado capital particular” (Graziano da Silva, 1980b: 35). Então é a impossibilidade de apropriação privada dos benefícios dessas inovações que dificulta o progresso técnico na agricultura.

A interpretação de Graziano da Silva acerca do desenvolvimento do capitalismo se baseia na noção de modo de produção do Primeiro Tomo de *O capital*. Por isso, o autor salienta a importância do trabalho assalariado para caracterizar as relações sociais capitalistas. A visão de Martins, pelo contrário se constrói a partir da noção de formação econômico-social e de desenvolvimento desigual. Poder-se-ia dizer que as análises de Graziano da Silva estão inspiradas em *O capital*, no qual o modo de produção capitalista aparece de forma pura e cuja lógica histórica é antagônica com a existência de relações sociais pré-capitalistas, isto é seu desenvolvimento é igual. Num sentido contrário, a visão

martiniana se baseia principalmente nos *Grundrisse*⁴, nos quais as relações atrasadas convivem com relações sociais capitalistas e o desenvolvimento do capitalismo é desigual. Não há nenhum registro que indique que Graziano da Silva faça referência aos *Grundrisse*; quando ele cita Marx, refere-se principalmente a *O Capital*.

De acordo com o esquema analítico de Graziano da Silva, cabe salientar que a dinâmica do capitalismo desigual leva em primeiro lugar à integração de capitais, o que dificulta referir-se a uma “burguesia agrária” como uma classe social relativamente autônoma; em segundo lugar, leva à perda de importância da pequena produção familiar ou produção camponesa; e por último, leva à redução da sazonalidade do trabalho temporário.

O conceito de *complexos agroindustriais* proposto pelo autor expressa a fusão dos capitais industrial, bancário e agrícola. Dentro desta perspectiva analítica, não cabe mais falar de burguesia agrícola, industrial ou financeira, mas de uma “burguesia brasileira” vinculada a interesses econômicos internacionais. Poder-se-ia afirmar, seguindo o raciocínio do autor, que também não há um proletariado rural e urbano, mas um proletariado brasileiro. Desta forma, perderiam sentido e força as reivindicações parciais como a reforma agrária dos trabalhadores sem terra, e pelo contrário, ganharia força a luta pela cidadania, por salário e condições de trabalho.

Outro aspecto da análise graziana é a redução da importância, para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, da pequena produção camponesa ou familiar, na sua “função” de reserva de mão-de-obra e de produção de bens. Nas palavras do autor:

“na produção de força de trabalho, se formaram nas periferias das cidades grandes contingentes de mão-de-obra temporária. Uma superpopulação relativa expulsa do campo veio se

⁴ Trata-se dos rascunhos que Marx escreveu em 1857-1858 como exercício preparatório para a redação das suas obras *Contribuição para a crítica da economia política* e *O capital*. Esses rascunhos somente foram publicados em Moscou em 1939-1941 sob o título de *Grundrisse der Kritik des politischen Ökonomie*. Segundo Hobsbawm (1998), o momento e o lugar da primeira publicação da obra ficaram desconhecidos até sua publicação em Berlim em 1953. Cabe mencionar que até o momento não há nenhuma tradução brasileira dessa obra. “Poder-se-ia afirmar sem nenhuma dúvida que qualquer análise histórica marxista que não faça referência a essa obra – isto é, praticamente todas as análises anteriores a 1941 e, ainda, muitas das posteriores – devem ser reconsideradas” (Hobsbawm, 1998: 10).

aglutinar em volta das cidades e torna desnecessária a reserva de mão-de-obra que era representada pela pequena produção (...) a pequena produção perde também o seu papel produtivo, não só porque houve uma concentração da produção, fruto desse desenvolvimento capitalista, mas porque uma série de produtos de consumo típico da população brasileira vem caindo rapidamente ao longo do tempo” (Graziano da Silva, 1994b: 140).

O processo de urbanização, de acordo com Graziano da Silva, tem sido um elemento importante na mudança do hábito de consumo da população, ou seja, não é mais a agricultura que alimenta a população, são os produtos das agroindústrias: sardinhas enlatadas, macarrão, ovos e não produtos *in natura*. Com esses argumentos, o autor mostra que no cenário atual da economia brasileira está acontecendo uma modificação relevante no “papel” da pequena produção familiar, ou seja, “a pequena produção não está mais ligada ao circuito de alimentar a força de trabalho das grandes metrópoles brasileiras” (Graziano da Silva, 1994b: 140).

Por outro lado, segundo Graziano da Silva, o desenvolvimento capitalista também tem provocado a redução da sazonalidade da agricultura, ou seja, está ocorrendo uma queda importante da demanda de trabalho temporário. Isto ocorre principalmente por causa da mecanização nas colheitas de algumas culturas.

A partir dessa visão acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o autor considera desnecessária a realização da reforma agrária como via para o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a reforma agrária não é uma necessidade para o capital, apenas uma necessidade para os trabalhadores e, portanto, somente será possível através das lutas dos trabalhadores. Porém, o autor considera que os trabalhadores estão isolados precisamente por lutar especificamente pela terra, por considerar que a reforma agrária é apenas interesse dos trabalhadores rurais, sem buscar a aliança com os trabalhadores urbanos. Em oposição a outros autores, entre eles José de Souza Martins, que enxergam na luta pela terra uma luta revolucionária, Graziano da Silva não acredita que os trabalhadores rurais tenham “organização e força para impor à burguesia, não mais agrária, mas à burguesia brasileira, uma transformação profunda na sociedade agrária brasileira” (Graziano da Silva, 1994:b: 142-143). Nesse quadro de análise, a reforma agrária se

restringiria a resolver conflitos pontuais. A luta pela terra, segundo ele, não é o caminho para deter o êxodo rural nem a “lumpenização” do campesinato. Não se trata então de defender a realização de uma reforma agrária como solução, mas de uma questão de renda e emprego que tome os trabalhadores cidadãos.

Na análise de Graziano da Silva, o caráter desigual parece se restringir aos resultados das políticas do Estado (principalmente a política de crédito) que beneficiaram somente alguns produtores e culturas. Nas palavras de Graziano da Silva (1994b: 138), “esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade”. Essas diferenças, segundo Graziano da Silva, são resultado das posições distintas dos participantes na “corrida” pela modernização. Como disse o autor: “Ao longo desse processo, desses 30 anos de caminhada, foi ficando pela estrada a grande maioria daqueles que partiram a pé, dos que partiram com tração animal, dos que partiram com o trabalho da família, dos que partiram sem crédito” (Graziano da Silva, 1994b: 139). Em outras palavras, na visão de Graziano da Silva, o capitalismo é desigual por que ao mesmo tempo em que concentra a terra e a renda, produz riqueza e miséria.

Na perspectiva de Martins, o avanço do capitalismo no campo não pode ser expresso exclusivamente pela compra e venda da força de trabalho. Para ele, o capitalismo constitui-se, no campo, quando surge a propriedade capitalista da terra.

Martins considera que a propriedade privada da terra representa a mediação das relações sociais capitalistas no campo. Por isso, na sua visão, é insuficiente utilizar a compra e venda da força de trabalho como critério para identificar a existência das relações sociais capitalistas. É através da terra, enquanto equivalente de capital, que os sujeitos estabelecem suas relações sociais no campo. Em outras palavras, de acordo com Martins, a “renda territorial capitalizada” permite vincular a produção camponesa com as necessidades

da reprodução ampliada do capital e a insere nas leis do mercado. Assim, para Martins, a identidade dos camponeses não pode ser definida a partir da sua relação com a natureza e sim pela “renda capitalizada”, ou seja, pelas suas relações com a sociedade capitalista.

As análises de Martins tomam o “mundo rural” como ponto de partida metodológico, porque nele se expressam de forma mais clara os diferentes ritmos e tempos do desenvolvimento capitalista. Como se viu no capítulo III, dedicado à análise da obra de Martins, o objeto central da sua pesquisa é o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e não apenas o mundo rural.

2. A pequena produção familiar: declínio ou recriação?

Nos seus primeiros trabalhos, Graziano da Silva, influenciado pelas idéias de Rosa Luxemburg, sustenta que o capitalismo necessita da economia camponesa. Para Rosa Luxemburg (1983: 298), “não houve nem há uma sociedade capitalista que se baste por si mesma, na qual domine exclusivamente o modo de produção capitalista”. O que se quer frisar é que nesta autora existe a idéia de que o capitalismo precisa de outras relações sociais não propriamente capitalistas para se desenvolver. Por exemplo, o exército industrial de reserva, isto é, a reserva de mão-de-obra necessária para o capital, é formado a partir de “outras reservas sociais” e não exclusivamente da “procriação natural” do proletariado. A autora vê a formação do proletariado como resultado da proletarização constante de camponeses e artesãos, como um “trânsito contínuo de operários que passam de meios não-capitalistas para o capitalista, como produtos de eliminação de formas de produtos pré-capitalistas no processo constante de seu desmoronamento e dissolução” (Luxemburg, 1983: 311). Porém, mais adiante, afirma que o capitalismo necessita, para sua própria existência e funcionamento, de “formas de produção não-capitalistas: “necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado” (Luxemburg, 1983: 317). Entende-se que essa idéia está longe de uma mera funcionalidade da economia camponesa para a acumulação do capital, mas o que a autora pretende

destacar é que essas formas sociais não-capitalistas fornecem o contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo.

No livro *A modernização dolorosa*, de José Graziano da Silva, se observa uma mudança de enfoque, uma vez que o autor contesta a idéia defendida por Rosa Luxemburg, de que o desenvolvimento do capital precisa da existência da economia camponesa e de relações não capitalistas. O autor afirma que o capitalismo não precisa da preservação de um “setor atrasado” porque “a dinâmica do capitalismo é dada pelo movimento do próprio capital, não sendo necessária nenhuma ‘acumulação primitiva contínua’ para que o sistema se desenvolva” (Graziano da Silva, 1982:9). Para o autor, basta a acumulação primitiva, no sentido dado por Marx no capítulo 24 de *O Capital*, ou seja, para o desenvolvimento do capitalismo são necessárias por um lado a concentração privada da terra e, pelo outro, a separação dos produtores diretos de seus meios de produção. Assim, ele contrapõe o conceito de “agricultura primitiva continuada” de Luxemburg com o de “acumulação primitiva” de Marx, dando mais importância à “apropriação prévia” dos meios de produção. Nesta nova visão do autor, há uma contradição fundamental no processo de desenvolvimento do capitalismo, que por um lado destrói as formas sociais não capitalistas, mas por outro necessita delas e portanto as reproduz (Graziano da Silva, 1982:13). No seu artigo *Mas qual reforma agrária?* Graziano da Silva mostra que, apesar de que a pequena produção ainda tenha um peso importante na produção de alimentos, observa-se uma tendência declinante, assim o problema alimentar ficaria separado da solução do problema agrário. Porém cabe salientar que mesmo reconhecendo a perda de importância da pequena produção como ofertante de matérias primas e de mão-de-obra, o autor afirma que isso não implica a eliminação da mesma, porque o capitalismo cria novas contradições na medida que resolve as velhas, por isso é que para ele a crise agrária ameaça se transformar em crise urbana.

Graziano da Silva destaca que, no Brasil, o debate sobre a produção camponesa (agricultura tradicional) polarizou-se em duas interpretações: a primeira considera a agricultura tradicional como arcaica e obstáculo para o desenvolvimento do capital, enquanto que a segunda considera-a como peça fundamental no processo de acumulação

capitalista. Esta última é a tese que ele defende. Para isto, o capitalismo recria sob novas formas, velhas relações sociais de produção. “Assim, a pequena propriedade, a parceria, o pequeno arrendamento, a posse, podem se configurar como diferentes formas de reprodução do ‘velho’, inclusive com diferentes conotações regionais” (Graziano da Silva, 1980 a: 7). Graziano da Silva vai além dizendo que precisamente essa condição “atrasada” permite à agricultura cumprir dois papéis fundamentais: ofertar mão de obra abundante para a indústria e alimentos para as cidades a baixos custos.

Segundo Graziano da Silva (1980a: 8), é a produção camponesa e as relações não-capitalistas em que está inserida que tornam possível a acumulação capitalista: por um lado, a reprodução das relações não-capitalistas acontece sob o domínio do capital, e pelo outro, a acumulação do capital baseia-se na reprodução das relações não-capitalistas.

A hipótese central que Graziano da Silva utiliza na sua análise do campesinato é que o atraso da agricultura resulta da debilidade das transformações capitalistas e da insuficiência do processo de proletarização. Ou seja, a permanência do campesinato pode ser explicada pela “relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura. Isso significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico” (Graziano da Silva, 1980a: 227).

Cabe salientar que, na análise graziana, se unifica numa mesma categoria a diversidade de formas da pequena produção familiar no Brasil. Essa categoria ou conceito é o de “novo camponês”, que serve para expressar a superação da visão de um campesinato isolado e afastado do mercado. O autor defende a idéia de que o campesinato brasileiro “não é absolutamente independente ou desconectado do circuito global do capital” (Graziano da Silva, 1982: 130). Esse novo conceito possibilita rejeitar a tese de origem chayanoviana que sustenta a idéia da existência de um “modo de produção camponês” secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista.

A *proletarização* como conceito analítico utilizado por Graziano da Silva assume um significado amplo e não se restringe apenas à expropriação dos pequenos produtores familiares e sua conversão em assalariados sem terra, mas trata-se do aumento de atividades auxiliares que os tornam assalariados temporários. Para Graziano da Silva, a proletarização é definida “como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês” (Graziano da Silva, 1982: 134).

Desta forma, na visão de Graziano da Silva, a reprodução do campesinato não é antagônica com o processo de proletarização, mas é considerada como “um duplo movimento como parte de um processo de proletarização, ou seja, de subordinação do trabalho ao capital” (Graziano da Silva 1980b:51). Então, a separação da cidade e do campo e a industrialização da agricultura provocam a proletarização do campesinato, mas não sob a forma de expropriação, mas como subordinação do trabalho ao capital. A problemática da proletarização do campesinato da forma em que é abordada pelos dois autores está vinculada às categorias analíticas de *industrialização da agricultura* e de *produção capitalista de relações não capitalistas*, utilizadas por Graziano da Silva e José de Souza Martins, respectivamente. Essas categorias ocupam um lugar central na produção destes dois autores e permitem entender e explicar as diferenças de abordagem, de visão de mundo e de interpretação dos autores em relação ao mundo rural.

O campesinato desempenha um papel metodológico e analítico fundamental na construção da explicação sociológica de Martins acerca da sociedade brasileira, que, na sua visão, se afasta das interpretações maniqueístas e simplistas dos mediadores da luta pela terra. Para Martins o campesinato revela a “desumanização própria da chamada acumulação primitiva. Uma função histórica que o operariado não pode cumprir e na qual não pode reconhecer-se. Mas o campesinato também tem um lugar histórico enquanto categoria com funções analisadoras-reveladoras, metodológicas, para utilizar uma concepção de Henri Lefebvre” (Martins, 2000: 57). Da mesma forma que em Marx, Martins encontra no campesinato a possibilidade de desvendar e explicar a destruição social que o capital provoca quando se apropria da terra e da força de trabalho. Segundo Martins (2000: 57),

“essa consciência o operário não tem nem pode ter, pois essa violência não está no âmbito de sua situação social e de sua consciência possível. Portanto, a compreensão da força histórica do campesinato em diferentes sociedades depende grandemente da boa compreensão de seus limites e debilidades e não da apologia gratuita, apaixonada e cúmplice”.

Na análise graziana, a perda da importância da pequena produção é concomitante com a proposição do conceito de complexo agroindustrial, ou seja, ao mesmo tempo em que Graziano da Silva mostra o declínio da importância da pequena produção familiar no desenvolvimento capitalista brasileiro, ele propõe o *complexo agroindustrial* como unidade de análise. Nesta perspectiva, não é somente a pequena produção que perde importância mas também a agricultura como um todo.

Martins, claramente em confronto com a análise graziana, afirma que o tipo de desenvolvimento industrial no Brasil não conseguiu absorver os excedentes de população expulsa do campo por causa da modernização da agricultura, da impossibilidade de acesso à terra e da concentração fundiária.

O conceito de *industrialização da agricultura* é fundamental na construção analítica de Graziano da Silva. Poder-se-ia afirmar que esse conceito é um resultado, um ponto de chegada de seu percurso intelectual, a culminação da sua produção. Esse conceito permite entender a forma em que o autor entende e explica a dinâmica e o resultado do capitalismo no campo. A influência marxista é inegável nesse aspecto. Quando a agricultura se torna um ramo da indústria, se produz a síntese do movimento do capital, desaparece a divisão campo-cidade, o rural se urbaniza e os camponeses se proletarizam. Segundo ele, a proletarianização do campesinato é resultado e expressão da subordinação do trabalho ao capital e não apenas como expropriação do produtor direto de seus meios de produção.

Como ele afirma,

“..o fato do capitalismo reproduzir a pequena produção, a produção camponesa, numa determinada fase histórica de sua evolução, não invalida o argumento de que isso também é parte do

processo de proletarização. Na verdade, a reprodução desses 'novos camponeses' não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital" (Graziano da Silva, 1980b:51).

A idéia da industrialização da agricultura se encontra nas formulações de Marx acerca da divisão social do trabalho, cuja máxima expressão é a separação campo-cidade. Na visão de Marx, a industrialização da agricultura representa a síntese de um processo que se inicia com a separação da agricultura da indústria, até a reunificação de ambas, sobre novas bases. Como diz Graziano da Silva, a separação da indústria da agricultura é possível devido ao aparecimento da máquina-ferramenta "que permite libertar o processo de trabalho dos seus condicionantes naturais relacionados com a arte, a habilidade manual e a perspicácia do próprio homem" (Graziano, 1980b:51).

Para o autor, essa nova síntese é a industrialização da agricultura: "A separação da cidade/campo só se dá por inteiro quando a indústria se muda para a cidade; a reunificação, quando o próprio campo se converte numa fábrica" (Graziano da Silva, 1981: 43). A agricultura perde sua autonomia e se torna um ramo da indústria. Trata-se da subordinação da natureza ao capital. A idéia de Graziano da Silva para explicar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que primeiramente causa a separação da indústria da agricultura para posteriormente realizar a industrialização da agricultura, está presente em Marx, Lênin e Kautsky. O autor recorre a esses clássicos para sustentar a tese do caráter atrasado, lento e parcial do desenvolvimento capitalista no campo.

Nesta perspectiva de análise, o desenvolvimento do capitalismo no campo teria que reduzir a sazonalidade da mão-de-obra na agricultura, formando um mercado de trabalho e proletarizando o campesinato. Ou seja, isto supõe um "longo processo" de formação de um proletariado agrícola "que se inicia com a transformação do camponês num assalariado temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria nascente" (Graziano da Silva, 1980b 54). O trabalho temporário do camponês expressaria a debilidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, permitindo, por um lado, a complementação da sua renda e, por outro, que ele não fosse obrigado a pagar o tempo de não-trabalho, resultado da sazonalidade. E esta é a articulação que se realiza entre

a grande empresa capitalista e os camponeses. De acordo com Graziano da Silva (1982: 30), “a mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais”

A partir dessas influências, Graziano da Silva considera que o processo de proletarização não se restringe à expropriação dos pequenos produtores, mas sim à subordinação direta do trabalho ao capital. Nas palavras do autor: “é fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como um processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês” (Graziano da Silva, 1981: 51). Esse novo conceito de proletarização evita a falsa oposição entre expropriação e recriação do campesinato.

Na perspectiva adotada por Graziano da Silva, o insuficiente desenvolvimento do capital na agricultura passa a ser explicado pela existência da propriedade da terra, que se traduz na estrutura agrária concentradora, ou seja, o desenvolvimento do capital é lento porque não expropria os camponeses e porque não reduz o poder dos latifundiários. O significado do capitalismo, para o autor, pode ser resumido em dois elementos: proletarização e transformação do latifúndio em empresa capitalista. Mas não tem acontecido nem uma coisa nem a outra; pelo contrário, a pequena produção recria-se e fortalece o poder do latifúndio, sobretudo a partir da especulação financeira da terra.

Para Graziano da Silva, o trabalho assalariado é um indicador do processo de produção capitalista. Por outro lado, o trabalho assalariado temporário expressa o nível de expropriação dos pequenos produtores.⁵

⁵ Os trabalhadores temporários são o contingente formado por aqueles trabalhadores que não possuem meios de produção assim como por pequenos produtores, parceiros, arrendatários com terras insuficientes para garantir a sua reprodução.

A superação da rigidez da análise graziana baseada nas relações salariais, da problemática agrária no Brasil, leva Martins a propor novos conceitos como: classes subordinadas, nova cultura dos pobres do campo, a propriedade da terra como mediação do social, a noção de tempo histórico, tutela esclarecida, capitalismo inacabado, sacralização do espaço, a noção de pessoa, temporalidade das lutas e dos movimentos sociais, novos subalternos, até chegar à sociologia do estranho ou do estranhamento, da dissimulação e das revoluções inconclusas.

Se para Graziano da Silva o desenvolvimento do capitalismo é lento, a proletarianização do campesinato, isto é a eliminação de relações sociais não capitalistas (não mediadas pelo trabalho assalariado) é inevitável (apenas protelada) e se configura como a tendência ao progresso; para Martins a sociedade brasileira se caracteriza pela sua história lenta e pela combinação do atraso com o progresso. Segundo a visão de Martins, o atraso forma parte da sociedade brasileira, por isso é que a história brasileira é uma história da espera, do inacabado, uma história por fazer. Para Martins, essa característica da sociedade brasileira está dada pelo problema fundiário, onde se encontra “o núcleo das dificuldades para que o País se modernize e se democratize (...) a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País” (Martins, 1994: 12). Talvez seja possível afirmar que na visão graziana haja um certo tom de evolucionismo histórico porque ele parece considerar o presente como uma etapa transitória até que se superem os obstáculos que travam o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Martins se opõe criticamente à visão em que o progresso parece inevitável. De acordo com ele “o grande equívoco de sociólogos e cientistas políticos tem sido o de pressupor que essas mediações são apenas obstáculos ao progresso, ao desenvolvimento e à modernização. E de que o progresso domina inexoravelmente a História. A questão, aliás, nem é saber se domina ou não, dúvida em si mais que razoável. A questão é saber quais são as condições históricas que estabelecem o *ritmo do progresso* em diferentes sociedades” (Martins, 1994: 14).

3. A questão agrária na sociedade brasileira

Em ambos autores, a problemática agrária e a reforma agrária são um tema relevante que no transcurso da sua trajetória é abordada não só de forma diferente, mas de forma insistente e recorrente e sempre presente nas suas reflexões. Ambos autores coincidem em apontar a importância que tem a Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravatura em 1888 como elementos fundamentais para a definição do problema agrário brasileiro. De acordo com Martins (1975: 52), a Lei de Terras “foi promulgada em face da futura provável emancipação do trabalhador cativo para promover a criação de um mercado livre de força de trabalho após a libertação dos escravos”. Diante a possibilidade de que os escravos libertos ocupassem as terras devolutas, a Lei de Terras determinava que “a terra seria ocupada unicamente por meio de compra” (Martins, 1975: 53). Graziano da Silva (1980) também reconhece a importância da Lei de Terras para a constituição do mercado de trabalho, como ele afirma, “quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada” (Graziano da Silva, 1980: 25).

No artigo *Mas qual reforma agrária*, publicado em 1987, Graziano da Silva, como resultado da perda de importância da pequena produção e da agricultura na economia e na sociedade brasileira, considera que a reforma agrária teria uma finalidade mais social e política que produtivista e econômica. Segundo ele, “a reforma agrária brasileira nos anos 80 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros” (Graziano da Silva, 1985: 101).

Na perspectiva analítica de Graziano da Silva, a reforma agrária teria um enorme significado político precisamente porque redefiniria a relação de poder entre possuidores e não possuidores de meios de produção, principalmente da terra, ou seja, segundo o autor, a reforma agrária seria um caminho para uma sociedade menos desigual. Fazendo uso do referencial da teoria econômica, o autor considerava, nos anos 80, que era necessária a

implementação de “uma política keynesiana de gastos públicos para a geração de empregos, redistribuição de rendas”; no campo, essa política se traduziria numa reforma agrária que contemplasse a heterogeneidade de classes sociais.

Posteriormente, o autor, no seu artigo *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*, publicado em 1996,⁶ questiona se ainda é necessária nos anos 90 uma reforma agrária no Brasil. Nesse artigo ele propõe um “novo programa agrário para o país nesse final de século” (Graziano da Silva: 1999: 129). Para construir sua análise mais recente, o autor retoma as posições dos clássicos brasileiros sobre a questão agrária: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Segundo Graziano da Silva, apenas para Passos Guimarães a questão agrária se restringia a uma questão fundiária *strictu sensu* ou seja, neste autor a concentração de terra e o poder político dos latifundiários apareciam como obstáculos para o desenvolvimento capitalista, porque impediam a ampliação do mercado interno; a reforma agrária seria o mecanismo que permitiria remover esses empecilhos. Como se sabe, Caio Prado Júnior, opondo-se à interpretação de Passos Guimarães, argumentou que as relações sociais no campo nunca tinham sido feudais e, portanto, o que caberia era a intervenção do Estado, para garantir aos trabalhadores rurais os mesmos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos. Graziano da Silva afirma que as propostas políticas desse debate se materializaram no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e no Estatuto da Terra (1964). De acordo com a análise de Graziano da Silva, e neste sentido influenciado pela interpretação caiopradista, o Estado desempenhou um papel decisivo na implementação da legislação trabalhista e sua extensão para o meio rural.

Mas não são as idéias caiopradistas que explicam a nova visão de Graziano da Silva acerca da reforma agrária brasileira nos anos 90. Ele faz referência a uma “vertente do debate dos anos 60 que ficou ‘esquecida’ pelos nossos formuladores de política para o agro” (Graziano da Silva: 1999:130). Essa vertente se deriva da problemática levantada por Inácio Rangel, que interpretava a questão agrária como o excedente populacional que resultou da aceleração da modernização da agricultura. A criação desse excedente como resultado do aumento da produtividade significou também a existência crescente de “uma

⁶ Este artigo faz parte do livro *O Novo rural brasileiro*, publicado em 1999.

capacidade ociosa nos campos, de terras que não eram mais necessárias à produção; e nas cidades, de mão-de-obra que já não encontrava ocupação produtiva nos novos setores que estavam sendo criados pela industrialização substitutiva de importações” (Graziano da Silva, 1999: 130-131). A reforma agrária deveria associar esses dois elementos separados pelo capitalismo, ou seja: a terra e a mão-de-obra ociosas. No esquema analítico de Rangel, os altos preços das terras haviam-se tornado a forma fundamental de poupança e de reserva de valor das classes dominantes, impedindo essa junção. Nos anos 70, diante da impossibilidade de reduzir o preço das terras e da aliança consolidada entre latifundiários e capitalistas, Rangel passa a defender uma reforma agrária que utilizasse pouca terra. Com o objetivo de definir sua visão acerca da reforma agrária nos anos 90, Graziano da Silva baseia-se nestas idéias de Rangel. “Na minha opinião, o momento que vivemos nesse final de século confere muita atualidade às propostas de Rangel” (Graziano da Silva, 1999: 132). Isto ocorre, principalmente, porque as classes dominantes continuam a considerar desnecessária qualquer tipo de reforma agrária redistributiva.

Na visão de Graziano da Silva, a reforma agrária deve ter como objetivo fundamental a criação de novas formas de ocupação para uma parte importante da população que não tem nenhum tipo de qualificação profissional num novo modelo de acumulação capitalista que supera o regime fordista baseado na equação mais investimentos = mais produção = mais emprego. Essas transformações afetam também o mundo rural, que não pode mais ser caracterizado apenas a partir da produção agrícola. Segundo Graziano da Silva, nos anos 80, de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro, duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em atividades não agrícolas (prestação de serviços, indústria de transformação, comércio, construção civil), o que o autor denomina de “urbanização do meio rural brasileiro”. Outra evidência empírica que o autor salienta refere-se às taxas de crescimento da ocupação no meio rural entre 1980 e 1990: a ocupação nas atividades agropecuárias cresceu apenas 0,7% a.a, enquanto que a ocupação em atividades não agrícolas cresceu 5,9% a.a. Além do anteriormente mencionado, soma-se o impacto das novas tecnologias da informática e da microelectrónica sobre a produção e o emprego.

A partir dessa análise o autor considera que a reforma agrária neste novo século não deve ser agrícola, porque os problemas de produção e de preços estão sendo resolvidos pelos complexos agroindustriais. Assim, propõe uma reforma agrária que combine as atividades não agrícolas e agrícolas. Uma reforma agrária deste tipo precisaria de menos terra e, portanto, não afetaria o bloco de poder vigente. Um elemento importante da análise graziana é que a reforma agrária possibilitaria equacionar o excedente populacional até que se complete a “transição demográfica”, que levaria à urbanização completa da sociedade brasileira. Nesse sentido, a reforma agrária proposta por Graziano da Silva é ampla o suficiente para incluir os milhões de “sem-sem” que “não tem o privilégio de estarem organizados no Movimento dos Sem Terra”.

A abordagem sociológica de José de Souza Martins acerca da reforma agrária contrasta com a análise econômica de Graziano da Silva, primeiro porque Martins considera a reforma agrária como um movimento social e não restrita apenas a um conjunto de políticas públicas a serem implementadas pelo Estado, como fica evidente na visão graziana. Num dos seus primeiros trabalhos de 1973, intitulado *A questão agrária no Brasil*⁷, Martins afirma que a reforma agrária é um processo social, mediatizado pelas condições históricas, compreendendo duas dimensões: a consciência social e a direção que assume. Isto significa que existe uma realidade construída pelos sujeitos que é modificada a partir de um tipo de interpretação dessa realidade, ou seja, apesar de que provavelmente as conseqüências da reforma agrária sejam econômicas, o fundamental nessa abordagem martiniana é que a reforma agrária implicaria uma mudança nas relações entre o homem e a natureza, o que significaria uma mudança profunda nas relações sociais. Porém, o autor confere um papel importante ao Estado, referindo-se ao fato de que “a reforma agrária é uma técnica social baseada no poder político. O que quer dizer que o reformador age tecnicamente para colocar a sociedade agrária no caminho dos objetivos dos grupos sociais dominantes (...) que têm controle do Estado ou influência sobre ele” (Martins, 1975: 55).

Para Martins, a reforma agrária é a resposta ao problema agrário e nisso ele se diferencia substancialmente da forma clássica analisada por David Ricardo e Marx, que se

⁷ Este trabalho forma parte do livro *Capitalismo e tradicionalismo* publicado em 1975.

caracterizava pela contradição entre capitalistas e latifundiários. No Brasil os grandes proprietários de terras se converteram em capitalistas. Nas palavras de Martins (2000: 90), “o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, como aconteceu em outros [países], na extensão necessária a que a contradição entre o capital e a terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesse e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (e político)”.

Por outro lado, na interpretação de Martins sobre a reforma agrária no Brasil, diferentemente de outros países como Estados Unidos, a existência de miséria e de pobreza não se tornou empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, assim nas palavras do autor: “até mesmo a grave anomalia de uma massa de miseráveis vivendo em condições sub-humanas não compromete o desenvolvimento capitalista” (Martins, 2000: 91).

Segundo Martins (2000: 99), o impasse histórico, resultante da contradição entre terra e trabalho se resolveu no Brasil com a constituição de um capitalismo rentista, em consequência, a reforma agrária não pode ser considerada como uma questão histórica e estrutural como equivocadamente é considerada pelos grupos de mediação criticados por ele. Para Martins, “no camponês de hoje não subsiste o camponês do passado, senão como um conjunto de superações” (Martins, 2000: 109). Para Martins, a questão agrária neste início de século reaparece como a necessidade da recuperação do território de parte do Estado. “A questão agrária se redefine como forte componente da questão da soberania e não mais exclusiva ou principalmente como irracionalidade do processo de reprodução ampliada do capital. Redefine-se como questão política engendrada pela questão social, o que confirma a nossa tendência histórica de ter nos pobres e desvalidos os agentes sempre indiretos das ações demarcatórias da história, ainda que delas destinatários, mesmo que não reconheçam aí seu ‘projeto social explícito’” (Martins, 2000: 124). Dessa forma, a reforma agrária se torna uma questão de Estado, que reconhece a precedência dos interesses sociais em relação ao direito da propriedade. Assim, o Estado retira o direito de propriedade do particular e o entrega para a sociedade.

Se para Graziano da Silva a realização da reforma agrária depende fundamentalmente do Estado e de suas políticas públicas, para Martins a viabilização de uma reforma agrária se situa além das instituições, seja o Estado ou os partidos políticos. Pelo contrário, segundo Martins, a monopolização deste ou daquele grupo de interesse impossibilita sua viabilização. É essa análise que aprofunda no seu último livro *Reforma Agrária – o impossível diálogo*. Nesse livro, segundo o autor, a questão agrária é impossível pela intolerância dos partidos e grupos que defendem seus interesses particulares, tornando os pobres da terra em “vítimas inocentes de interesses que não são imediatamente os seus, de prioridades estranhas às suas próprias urgências” (Martins, 2000: 14). Assim, ele considera que a questão agrária é uma questão pendente devido principalmente à dissociação entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária. Para Martins (2000:19):

“A luta pela terra atrai e polariza um conjunto bem maior de descontentamentos sociais, políticos e ideológicos (e religiosos) que de algum modo poderão ser resolvidos por uma reforma agrária cujo alcance é muito restrito em face de tantos e tão amplos questionamentos e das complexas necessidades históricas de que derivam”.

Na análise graziana, o Estado aparece como o demiurgo que dá sentido e viabiliza as transformações históricas, é o caso da “modernização da agricultura” viabilizada pela ação racional do Estado, assim como a constituição dos complexos agroindustriais. Nas suas palavras: “A relação entre a representação dos interesses empresariais e o Estado é essencial para explicar o processo histórico de constituição dos complexos agroindustriais no Brasil. Ou seja, o Estado, através das suas políticas públicas, contribuiu de forma decisiva na configuração estrutural dos mercados e nas suas formas de concorrência, consolidando determinados grupos empresariais líderes” (Graziano da Silva, 1996: vi). Na sua perspectiva, os movimentos sociais, sobretudo o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, por encontrarem-se isolados, têm poucas possibilidades de provocar mudanças sociais. A reforma agrária, para ele, é uma opção de política pública e necessária para “criar novas formas de ocupação para parte significativa da população brasileira que não tem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção

produtiva no novo mundo do trabalho que se delineaia” (Graziano da Silva, 1999: 132). Cabe salientar que para Graziano da Silva a reforma agrária deve ser parte de “uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país” que contemple uma “proposta de urbanização desse mundo interiorano, ou seja, dotar as vilas rurais de infraestrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches, etc. (Graziano da Silva, 1999: 230).

Martins coincide com Graziano da Silva ao afirmar que a reforma agrária somente será possível com a participação do Estado. No seu último livro, Martins salienta a importância do papel do Estado quando se refere à “retomada do senhorio do Estado sobre o território” (Martins, 2000: 65) e argumentando ainda que a reforma agrária expressa os interesses conjuntos da sociedade, do capital, dos trabalhadores rurais e do Estado. “É uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas populares” (Martins, 2000: 25).

A partir das considerações anteriores, Martins (2000:33) critica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), porque ela reduz a reforma agrária a uma “questão quantitativa, sem qualquer intervenção ou inovação de natureza histórica e institucional. O quantitativo é o modo de fazer refluir o tema da terra para um campo de reivindicação social em que nossa forma arcaica de direito fundiário fica devidamente resguardada”.

Há então, na concepção e na prática da CPT, segundo Martins (2000:23), uma visão de curto prazo, estando ausente uma perspectiva histórica que remova a “lógica do regime fundiário”, ou seja, a CPT propõe uma “modalidade de reforma agrária” sem nenhuma referência à questão agrária.

Martins nega a possibilidade de uma reforma agrária a partir exclusivamente das lutas populares. Por tal motivo, ele acredita que a participação do Estado como mediador é fundamental. Neste último livro, Martins parece justificar seu distanciamento e ruptura com a CPT e com o MST. Segundo Martins, “a reforma agrária brasileira de fato combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Sem o que seria

inviável neste momento. Quem desconhece essa circunstância, de fato não faz da sua peleja, uma peleja pela reforma agrária” (Martins, 2000:25).

O raciocínio de Martins o leva a considerar o Estado brasileiro como mediador privilegiado da reforma agrária. Ele acredita que sem a participação do Estado a reforma agrária não será possível. Mas, na sua visão, entre o MST e a CPT de um lado, e o Estado do outro, não há possibilidade de diálogo. A reforma agrária não será possível até que seja reconhecido o Estado como mediador e, ao não reconhecer o papel mediador do Estado, o MST e a CPT se anulam a si mesmos como mediadores. Nas palavras de Martins: “Essas instituições, MST e Igreja, anulam sua própria conquista ao exigirem o seu reconhecimento como protagonistas políticos legítimos e, ao mesmo tempo, ao se recusarem a reconhecer a legitimidade institucional e das ações do governo e do Estado” (Martins, 2000:26).

Nas análises dos dois autores, o problema agrário no Brasil vai adquirindo às vezes a forma de um problema imediato e regional a ser resolvido com programas e políticas públicas adequadas. Assim pode ser entendida, por exemplo, a proposta graziana de uma reforma agrária não essencialmente agrícola; outras vezes, assume o status de um problema histórico que sintetiza as principais contradições da sociedade brasileira. Em Martins, por exemplo, a análise que ele elabora acerca da questão agrária possui um imenso poder interpretativo da sociedade brasileira que ele define como uma “sociedade de história lenta”, caracterizada pela “presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado”. Na sua visão é a mediação dessas estruturas e relações sociais do passado que “freia o processo histórico e o torna lento”. Apesar da diversidade de formas em que os dois autores abordam a questão agrária, não há dúvida que esta representa uma questão fundamental e relevante nas suas análises.

4. O lugar do “rural” como categoria analítica

Certamente o rural, entendendo-o como um espaço das contradições entre o social e o econômico, entre o real e o possível, aparece como o foco das análises dos autores estudados. Mesmo assim, poder-se-ia afirmar que o rural aparece revestido de múltiplas

formas à medida que os dois autores vão tecendo e construindo o conhecimento. Na obra de Graziano da Silva, o rural é apresentado como o objeto empírico, é a partir dele que o autor problematiza, para desvendar as particularidades do capitalismo brasileiro. Em outras palavras, o rural se torna ponto de partida na perspectiva analítica graziana, quando ele mostra que é a industrialização e não a agricultura, como síntese do processo histórico, que explica a dinâmica da sociedade brasileira. No quadro analítico graziano, o rural não é relevante, assim como também não são relevantes o campesinato e a burguesia agrária. O campesinato perdeu seu papel de fornecedor de matérias primas e de reserva de mão-de-obra e a burguesia agrária não existe mais, pois no seu lugar emergiu a burguesia brasileira, produto da fusão dos diversos capitais.

Para Graziano da Silva, o mundo rural deixou de existir, pelo menos nos moldes em que era considerado no passado. Novas atividades caracterizam este “novo rural”, atividades que ultrapassam a agricultura e a pecuária como atividades tradicionais. O rural não pode ser considerado isolado, pelo contrário, sua identidade passa a ser descoberta nas relações que constrói com a indústria, que lhe fornece os insumos e compra seus produtos. O conceito de complexo agroindustrial permitiu ao autor explicar esse processo de integração da agricultura com a indústria, assim o conceito de rural não permite mais apreender os fenômenos econômicos e sociais que resultam das últimas transformações da sociedade brasileira.

Martins também coincide em que para compreender o mundo rural é imprescindível levar em conta suas conexões com o urbano, ou seja, entender a sociedade brasileira como uma totalidade, onde o urbano e o rural são aspectos da sociedade nacional, mas não como a concepção dualista que considerava o rural e o urbano como pólos separados e até antagônicos.

Na construção analítica de Martins, o rural desempenha um elemento fundamental para explicar a natureza do capitalismo brasileiro. Para Martins, o rural, porque se situa na margem da sociedade capitalista, oferece um formidável posto de observação e de análise. Referindo-se a Florestan Fernandes e a Lefebvre, Martins afirma que eles também

buscaram um lugar privilegiado de análise, da mesma forma que “Marx destacou a importância sociológica estratégica de Londres para decifrar o mundo capitalista (...) Poucos, porém se lembram de que ele destacou também a importância sociológica da periferia, da Irlanda agrária e rentista, para decifrar a metrópole e suas contradições diacrônica, de tempos históricos distintos e coexistentes” (Martins, 1998: 100).

Essa preocupação do autor por entender o marginal, o estranho, o subalterno, o dominado, talvez se explique pela sua própria origem social. O autor constrói uma sociologia da alienação e da práxis, herança intelectual vigorosa de Florestan Fernandes e de Lefebvre, que também tinham origem social na margem e não no centro das sociedades.

A preocupação sociológica e metodológica de Martins contrasta com a abordagem econômica de Graziano da Silva, que define o “novo rural” principalmente a partir das novas atividades não agrícolas que emergem no campo, do que se deriva que o “velho” rural, de acordo com Graziano da Silva, se define pelas atividades agrícolas. Para Martins, ocorre um desencontro entre a teoria e a práxis, que ele propõe superar na construção de uma sociologia do estranhamento. Na perspectiva graziana, a teoria, enquanto tal, permanece e talvez poder-se-ia afirmar que para ele a realidade deveria até certo ponto se ajustar a ela, sem modificá-la de forma radical. A tese leninista da diferenciação social, como já se disse, se enriquece com os dados empíricos que Graziano da Silva extrai da realidade, mas, mesmo assim, permanece como o principal elemento de explicação do desenvolvimento capitalista no campo.

Neste contexto de análise, segundo Graziano da Silva, a dicotomia urbano-rural perde sentido teórico e metodológico. Para o autor, a divisão urbano-rural estava baseada no conflito de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, onde o rural representava o passado, o atraso e a presença dos latifundiários, enquanto que o urbano significava o progresso, o novo e o moderno, enfim, a sociedade capitalista. A argumentação do autor acerca do fim da dicotomia urbano-rural está fundamentada na idéia do desaparecimento do conflito sociedade tradicional x sociedade moderna, ou seja, na

consolidação da sociedade capitalista. Essas transformações sociais, na sua visão, obrigam a redefinição do rural.

5. Os vínculos institucionais

Cabe mencionar que os vínculos institucionais, da Igreja no caso de Martins e do PT no caso de Graziano da Silva, não foram determinantes para a definição das perspectivas de ambos autores. Eles mostraram até hoje uma significativa autonomia e independência intelectual. Nesse sentido, eles têm resultado mais fieis a suas preocupações científicas que a esses vínculos institucionais. A ruptura recente de Martins com a CPT é um exemplo dessa autonomia. Sem dúvida, ambos autores têm um compromisso intelectual e político que ultrapassa um comprometimento partidário ou institucional.

A interferência das instituições as quais os dois autores estiveram de uma ou de outra forma vinculados não foi relevante, mas de certa forma influenciou na escolha de temas e objeto de estudos. Poder-se-ia afirmar que essa relação institucional esteve marcada por tensões, aproximações e rupturas. A relação institucional mais forte de José Graziano da Silva é a que ele manteve e ainda mantém com o Partido dos Trabalhadores, mas também cabe salientar sua relação como assessor dos sindicatos de trabalhadores do Estado de São Paulo. No seu livro *De bóias-frias a empregados rurais*, publicado em 1997, o autor realiza uma espécie de ajuste de contas da sua atuação como assessor da diretoria da Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, durante o período 1983-1987. Esse foi o período em que predominou o militante, substituindo ao pesquisador. Como ele mesmo afirma, “foi uma fase da minha vida em que a militância política predominou sobre a atividade acadêmica” (Graziano da Silva, 1999: 12).

Essa fase de militância ativa junto aos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo seguiu-se à frustrada experiência como assessor do Governo de Franco Montoro em 1983. Nas suas palavras: “Saí de lá convencido de que as transformações que queríamos para o

país nunca viriam daquela rede de intrigas palacianas dedicada à disputa do poder pelo poder. As mudanças tinham que vir por pressão de fora, dos setores organizados da sociedade” (Graziano da Silva, 1999: 12). Nesse momento, Graziano da Silva fez uma escolha pelos trabalhadores, uma escolha ideológica aproveitando seu conhecimento acadêmico. Segundo o autor, a falta de bibliografia sobre sindicalismo, nessa época, foi suprida pelo convívio com os dirigentes sindicais. Cabe mencionar também que nesse período o autor participa da Comissão Agrária do PT de São Paulo. A fase de militância acabou mal, produzindo uma grande amargura e frustração. “Esperei 10 anos para publicar esse livro, imaginei que isso pudesse diminuir a minha decepção com alguns dos protagonistas de fatos aqui relatados. A releitura dos originais mostrou-se, todavia, ainda mais dolorida. Optei então por guardar comigo as minhas mágoas: cortei nomes e excluí julgamento de valores em relação a personagens que o tempo mostrou não terem sido sequer coadjuvantes dessa parte da história da sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros” (Graziano da Silva, 1999: 14).

No seu último livro, José de Souza Martins explicita sua “ruptura” com a Comissão Pastoral da Terra, desmitificando o papel do “sociólogo militante”. Mas essa ruptura não é institucional, mas um rompimento que expressa uma profunda crítica à concepção e ação da CPT como agência mediadora da luta pela reforma agrária. Para o autor, os grupos de mediação, tanto o MST como a CPT, pertencem às classes médias, o que provoca o desencontro entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária. Esses grupos de mediação introduziram nas lutas populares, não só na luta pela reforma agrária, “o seu próprio movimento social e o seu próprio e impotente hibridismo de classe” (Martins, 2000: 19). Afinal esse hibridismo dá mais importância à mediação ideológica que a própria “utopia camponesa”, radical e “potencialmente renovadora e transformadora” que se expressa na luta pela terra. Martins vai mais longe nessa ruptura quando afirma que o MST e a CPT “perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e reducionista da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos dos pobres da terra” (Martins, 2000: 21).

Martins considera que o MST e a CPT inviabilizam a verdadeira luta pela terra, por que “negam a inevitabilidade da mediação do Estado na consumação da reforma e na legislação do que é, no mais das vezes, legítimo” (Martins, 2000:22).

A ruptura de Martins não é orgânica, porque ele não se tornou em nenhum momento militante, conservando sua independência intelectual, portanto esse rompimento se dá no campo das interpretações e do conhecimento da realidade. A consciência popular é insuficiente para compreender os problemas sociais. “A concepção fundamentalista muito difundida, mais na CPT que no MST, de que essa consciência já contém um projeto histórico abrangente, resulta numa tese política simplificadora e pobre da conflitividade na História e da função histórica dos conflitos sociais” (Martins, 2000: 27). Ou seja, esses grupos mediadores não reconhecem que as ações sociais têm um significado muito mais amplo, além da consciência imediata. Esse significado mais amplo refere-se à utopia camponesa que é o novo, a renovação a necessidade histórica, mas ela não contém a forma de fazer essas transformações. Assim se produz um desencontro entre os grupos mediadores e a luta dos trabalhadores rurais.

Para Martins, o cientista social deve revelar as contradições da realidade social e do processo histórico e nele o papel que cabe à reforma agrária. O papel do sociólogo não é tomar partido, mas construir a explicação científica de como funciona a sociedade. “Há, sem dúvida, uma intervenção extracientífica e valorativa no trabalho de todo sociólogo, Mas, ela se limita à escolha dos temas” (Martins, 2000: 51).

Os dois autores ficaram às vezes tentados a transformar o mundo e não apenas a interpretá-lo, ou seja, em alguns momentos de seu percurso intelectual, se aproximaram e formaram parte, como assessores ou militantes, do que agora Martins chama de grupos de mediadores oriundos das classes médias. Mas neles prevaleceu a autonomia e a vocação por construir uma explicação científica do capitalismo brasileiro. A importância de José de Souza Martins e de José Graziano da Silva não está nesses momentos de militância ou assessorias aos movimentos sociais, mas na relevância das suas contribuições teóricas e empíricas, para explicar as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ambos autores privilegiaram e centraram seus esforços no que poder-se-ia denominar, talvez não muito adequadamente, como “campo dos estudos agrários”, dedicando toda a sua vida intelectual à pesquisa empírica, coletando dados, analisando-os, contrapondo-os com as descobertas teóricas, modificando as hipóteses, enriquecendo as teorias. Enfim, não se pode entender o “mundo rural” brasileiro sem ter como referência a vasta obra destes dois autores que em alguns momentos divergem, mas que em outros se complementam.

Sem dúvida, a formação distinta dos dois autores, um economista e outro sociólogo, faz com que um deles saliente os aspectos e manifestações econômicas do desenvolvimento capitalista, das políticas públicas, dos preços dos produtos agrícolas e da terra; enquanto o outro, com uma visão mais abrangente, mostra que, por exemplo, a questão agrária é um processo histórico. Porém Graziano da Silva não é um economista neoclássico, preocupado pela combinação dos fatores de produção, mas um economista que mesmo com uma influência marxista ortodoxa no seu início, foi abrindo novos caminhos, buscando uma explicação mais ampla das relações sociais no campo. Poder-se-ia dizer que a influência de Marx em Graziano da Silva se flexibiliza, mas não desaparece, pelo contrário se enriquece na combinação de novas influências e leituras, e principalmente a partir da pesquisa empírica.

Apesar de que aparentemente os autores se localizam em pólos antagônicos, um defendendo a tese da proletarização e o outro a tese da reprodução das relações não-capitalistas, o conhecimento produzido por ambos se complementa, mesmo se situando em níveis distintos. Enquanto Martins se dedica à produção do conhecimento sociológico, inovando, criando e propondo novos conceitos, Graziano da Silva dedica-se a sistematizar e organizar uma quantidade importante de material empírico. Mesmo que Graziano da Silva possa parecer às vezes muito “comprometido” com os modelos teóricos por ele escolhidos, principalmente daquele que provêm da teoria marxista-leninista, ele busca estabelecer uma ponte com a realidade onde está inserido, construindo propostas específicas para resolver os graves problemas da sociedade brasileira como a falta de emprego, a miséria e a fome que afeta milhões de pessoas no campo e na cidade. Mesmo com o risco de uma simplificação grosseira poder-se-ia afirmar que Martins é mais propenso às teorizações enquanto que

Graziano da Silva é mais pragmático, nesse sentido pode entender-se a complementaridade do conhecimento produzido por esses dois autores que sem dúvida podem ser considerados os produtores de conhecimento sobre o mundo rural mais importantes nos últimos 30 anos da história das ciências sociais brasileiras. Não se está querendo afirmar, de nenhuma maneira, que Martins não faz pesquisa empírica, muito pelo contrário, conhece-se a relevância do trabalho de campo, mas a questão reside na forma em que ambos autores se posicionam diante do material empírico coletado. Para Martins, os dados são um ponto de partida para a construção de novos conceitos; para Graziano da Silva, em certa medida, os dados reunidos são utilizados principalmente para confirmar a teoria marxista da diferenciação social ou a tese da síntese do movimento capitalista que se expressa na “industrialização da agricultura” (Marx). É a partir dessa idéia encontrada em Marx que Graziano da Silva propõe a existência de um “novo rural brasileiro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez seja necessário iniciar esta parte final da tese chamando a atenção ao fato de que os cientistas sociais brasileiros que poderiam ser denominados de “não ruralistas”, por não haver centrado sua atenção nos fenômenos rurais, quando se referem ao campo da produção de conhecimento da sociologia rural, o denominam de “Estudos agrários” denotando uma certa ambiguidade e até um certo ar de desconhecimento. Para eles, o mundo rural aparece como um mundo estranho, e a seus olhos, quem estuda esse “mundo” não são sociólogos ou economistas, mas simplesmente “agraristas”. Assim por exemplo, Palácios (1997), na sua tese de doutorado, classifica os estudos sobre o “mundo rural” brasileiro como “estudos rurais”, da mesma forma que Kuhn Júnior (1999) se refere à “área de estudos agrários”.

A despeito desta consideração, a referência à existência de um campo dos “Estudos agrários” mostra que a produção de conhecimento sobre o “mundo rural” brasileiro tem um forte caráter interdisciplinar. Ao longo dos últimos 30 anos, produtores de conhecimento buscaram seus referenciais em disciplinas tão diversas como a geografia, a economia, a antropologia e a sociologia, para fundamentar suas análises e construir suas interpretações acerca do “mundo rural” brasileiro. A verdade é que os estudos sobre o mundo rural brasileiro transcendem e prescindem de uma abordagem disciplinar. Assim, os dois autores cujas obras foram objeto de estudo nesta tese analisam o rural a partir da teoria econômica e da teoria sociológica e, em última instância, se se considera a totalidade da sua produção, os estudos de um podem complementar os estudos do outro. Em outras palavras, a contribuição graziana, predominantemente econômica, complementa a abordagem sociológica de Martins.

Cabe mencionar nestas considerações finais que o percurso transcorrido, pelo autor desta tese, desde as primeiras idéias nebulosas e confusas acerca do que seria a

problemática a ser abordada, uma etapa “normal” que enfrentam até os pesquisadores mais experientes, como afirma Bourdieu, até a finalização do trabalho, teve um profundo significado na formação e no aprendizado como cientista social. Nessa primeira fase confusa, uma das dificuldades enfrentadas foi a escolha dos autores cujas obras seriam estudadas. Como escolher esses autores? A partir de quais critérios? Como analisar o conhecimento produzido pelos dois autores?

Escolher estes dois autores, dentro de uma constelação ampla de produtores de conhecimento sobre o mundo rural brasileiro foi uma tarefa complicada da pesquisa tendo em vista que o universo dos produtores de conhecimento sobre o rural brasileiro é amplo, variado e diversificado. Por que Martins e Graziano da Silva? Por que não Octávio Ianni ou outros? Uma das razões da escolha é sua produção constante sobre o rural. Eles nunca se afastaram do “campo dos estudos agrários”, como aconteceu com Ianni. Poder-se-ia afirmar que a identidade intelectual tanto de Graziano da Silva como de Martins está estreitamente vinculada com sua produção de conhecimento sobre o rural brasileiro. Mesmo incursionando em outras temáticas, como faz Martins quando trata dos sonhos dos operários nas cidades, da vida cotidiana ou da morte, sempre retorna a seu objeto preferido. Com Ianni não ocorre o mesmo, o rural e a luta pela terra, por exemplo, são apenas outros temas.

Um dos questionamentos que podem ser feitos a esta tese é: por que analisar as obras de dois autores ainda vivos e que continuam a produzir? O fato de que os autores estudados continuem vivos e produzindo não seria um argumento que invalide a escolha deste estudo. Poder-se-ia afirmar que o conhecimento produzido pelos dois autores até hoje é de uma significativa riqueza, resultado de um processo criativo caracterizado pela busca de uma nova interpretação sobre o mundo rural brasileiro. Certamente os autores continuarão a produzir, como está efetivamente ocorrendo, mas é muito pouco provável que eles mudem radicalmente suas referências fundamentais que impregnam e estruturam seu modo de pensar sobre a sociedade brasileira. Sem dúvida, eles podem encontrar novas evidências empíricas para reforçar suas idéias, mas também propor novos conceitos. É

difícil acreditar que Martins encontre uma nova influência teórica que o faça rever a forte influência de Lefebvre e Marx que marca de forma indelével sua interpretação.

No transcurso longo do desenvolvimento desta tese sentiu-se a ausência de uma tradição sociológica voltada à análise das interpretações e das explicações sobre o mundo rural. Em consequência da falta de uma linha ou de uma tradição que reflita a prática sociológica, ou seja, de uma carência de uma sociologia do conhecimento sociológico, observou-se a ausência de modelos que servissem de referência para a elaboração deste trabalho.

Menos ainda existe uma cultura ou uma prática sociológica que busque estabelecer um “diálogo” entre autores distintos e suas obras, tentando decifrar influências, identificar convergências e divergências. Na verdade, acontece o contrário. Raramente os autores dialogam com as obras de seus pares. Da mesma forma, Graziano da Silva raramente faz referência à obra de Martins. Igualmente Martins não se refere à obra de Graziano da Silva, nem quando aborda o mesmo aspecto ou tema, nem ainda quando chegam às mesmas conclusões. Uma das poucas vezes que Martins menciona Graziano da Silva foi numa nota de rodapé em *Os camponeses e a política no Brasil*. Os dois autores praticamente se ignoram. Uma das virtudes desta tese é que chama a atenção acerca da possibilidade do diálogo entre os dois, mostrando a forma em que ambos autores abordam os mesmos temas, o mesmo objeto, a mesma problemática e também suas divergências teórico-metodológicas e suas diferentes influências teóricas ou quando se dedicam a analisar aspectos diferentes do mesmo objeto.

O pressuposto teórico extraído do campo da sociologia do conhecimento, que se apresentou no capítulo I, mediante o qual o conhecimento está vinculado com as condições históricas, institucionais e ainda por condicionantes não teóricos orientou a análise das obras dos autores. Observou-se que as obras de Martins e de Graziano da Silva são construídas em permanente tensão com o processo histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil. Tensão que se traduz na busca de uma nova interpretação, afastando-se e

superando os conceitos e as hipóteses iniciais, alimentando as teorias com a pesquisa empírica.

A flexibilidade da análise martiniana contrasta com um certo enrijecimento da interpretação graziana. Essa flexibilidade de Martins se traduz nas inovações de seus enfoques analíticos e sua leitura criativa de Marx, e ele consegue fazer isso através da influência benéfica da interpretação de Lefèbvre. Em Graziano da Silva percebe-se a existência um núcleo duro construído a partir da tese marxista-leninista da diferenciação e da proletarização social. Essa idéia é central e contribui para compreender sua obra e estabelecer as diferenças em relação à obra de Martins. As hipóteses acerca da industrialização da agricultura, da urbanização do campo, a proposta de uma reforma agrária não necessariamente agrícola, e por fim a proposta de um “novo rural brasileiro” levantadas por Graziano da Silva podem ser entendidas tendo como referência a idéia da diferenciação social do campesinato.

No entanto, observa-se na análise graziana uma tensão que se produz entre a tese da proletarização, levantada por ele, e o débil e insuficiente desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo, não somente pela especificidade do ambiente natural da agricultura, mas pela apropriação privada da terra. Ou seja, a tendência de proletarização do campesinato permanece como um forte elemento explicativo da interpretação de Graziano da Silva, mas a dificuldade da sua análise reside em que o autor não consegue demonstrá-la, precisamente pela fraqueza do capitalismo brasileiro.

Outra dificuldade encontrada na análise da produção destes dois autores é que sua obra permanece em aberto, em construção, eles continuam produzindo, buscando novos enfoques, novos temas, novas influências. Porém, não há nenhuma dúvida ao afirmar que não se pode entender o “mundo rural” no Brasil sem tomar conhecimento das suas contribuições. Martins e Graziano da Silva se situam no mesmo patamar de autores já clássicos como Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.

Mesmo assim, ainda está por ser feita uma análise que dimensione a profunda influência que estes dois autores exercem sobre os produtores contemporâneos de conhecimento sobre o mundo rural no Brasil. Ainda faltaria mostrar de forma objetiva como as obras de Martins e de Graziano da Silva continuam a informar e servir de referência para os pesquisadores brasileiros e estrangeiros acerca do mundo rural.

As análises das obras e da trajetória intelectual de José de Souza Martins e José Graziano da Silva mostraram a influência decisiva dos autores-mentores. Esses autores-mentores são determinantes não somente nas escolhas dos temas e objetos de estudo privilegiados, mas também na formulação das hipóteses e na utilização de determinados conceitos. No caso de Martins ficou evidente a influência de Lefebvre e de Marx (Ver Quadro 10). No caso de Graziano da Silva as influências são mais variadas e dispersas, porém Marx é indiscutivelmente a influência mais forte, sobretudo na fase inicial da sua trajetória. A sua concepção acerca do movimento do capital, entendido como uma relação social, Graziano a toma de Marx. Lenin é o segundo autor-mentor mais importante, de quem Graziano da Silva toma emprestado a tese da proletarização do campesinato.

Quadro 10: Principais influências teóricas

José de Souza Martins	José Graziano da Silva
Marx <i>Produção de relações capitalistas</i> <i>Historicidade do homem</i>	Rosa Luxemburgo <i>Subordinação das formas pré-capitalistas ao capital</i>
Lefebvre <i>Produção de relações não-capitalistas</i> <i>Formação econômico-social</i> <i>Desenvolvimento desigual</i> <i>Exploração/ expropriação</i>	Marx <i>Acumulação originária</i> <i>Industrialização da agricultura</i> <i>Subordinação do trabalho ao capital</i> <i>Renda da terra</i> <i>Proletarização</i> <i>O capital como relação social</i>
Gramsci Classes Subordinadas	Inácio Rangel Caio Prado Júnior <i>Reforma agrária não-agrícola</i>
	Marx Caio Prado Júnior <i>Trabalho assalariado como indicador de relações capitalistas</i>
	Lênin <i>Diferenciação social do campesinato</i> <i>proletarização</i>
	Kautsky <i>proletarização</i>

Como afirma Mannheim os fatores existenciais condicionam o pensamento, mas essa idéia é insuficiente. Mannheim mostra apenas um aspecto de uma relação dialética entre condições sociais e pensamento. Mas, porém de acordo com os resultados desta tese, também se produz uma influência do pensamento sobre o pensamento. Daí a importância da influência teórica que os autores-mentores exercem sobre as construções teóricas e as explicações de Martins e Graziano da Silva.

Apesar de que os dois autores se situarem em pólos antagônicos do campo de estudos sobre o “mundo rural” brasileiro, o conjunto das suas obras oferece para os estudiosos um vasto quadro interpretativo e teórico-empírico acerca do processo histórico de formação e de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Por um lado Graziano da Silva representa a continuidade de uma tradição de pensamento que se fundamenta num tipo de leitura da obra marxista; pelo outro, Martins busca reconstruir criticamente o

método dialético para criar uma rica interpretação e uma nova visão acerca dos fenômenos sociais do “mundo rural” brasileiro.

O quadro a seguir pretende contribuir a entender as diferenças entre os dois autores a partir dos conceitos que estão presentes e ausentes. Mannheim afirma que a ausência de certos conceitos não indica apenas a ausência de determinados pontos de vista, mas uma compreensão limitada de alguns problemas centrais.

Quadro 11: Principais conceitos das perspectivas analíticas de José de Souza Martins e José Graziano da Silva

Objeto	José de Souza Martins	José Graziano da Silva
Processo de transformações na agricultura	<i>Produção capitalista de relações não-capitalistas</i>	*
	*	<i>Industrialização da agricultura</i>
	<i>Desenvolvimento desigual</i>	<i>Desenvolvimento desigual</i>
Formação econômico-social		*
	*	proletarização
expropriação		*
Ideologia urbana		*
	*	Urbanização do campo
	*	Subordinação do trabalho ao capital
Exclusão integrativa		*
Terra de trabalho/terra de negócio		*
Luta pela terra/luta pela reforma agrária		*
	*	Reforma agrária não-agrícola
Capitalismo rentista		*

* Conceito ausente

Uma das teses centrais da sociologia do conhecimento, nas formulações realizadas por Mannheim, Merton e Berger e Luckmann, e que parece ser um consenso entre os sociólogos do conhecimento, é a idéia de que a produção de conhecimento está determinada pelas condições sociais e institucionais em que se insere. Esta tese em certa medida foi confirmada por esta pesquisa. O conhecimento social acerca do mundo rural brasileiro esteve fortemente vinculado às profundas transformações econômicas e sociais nas últimas décadas. Vale salientar que estas transformações são ao mesmo tempo resultado e expressão do processo de desenvolvimento capitalista. Os autores estudados foram influenciados e continuam a sê-lo por esse processo de mudanças. As transformações econômicas, os conflitos e movimentos sociais, o surgimento de novos grupos sociais como o *bóia-fria* primeiro e o *part-time* depois, a permanência recriada ou o desaparecimento da pequena produção foram objetos de preocupação teórica e empírica destes dois autores. Cabe ainda enfatizar que nem Martins nem Graziano da Silva abordam todos os aspectos e temas possíveis dentro do campo dos estudos sobre o mundo rural brasileiro. Martins não aborda temas como a religião e a cultura camponesa, os sindicatos de trabalhadores rurais, as cooperativas agrícolas, os assentamentos de reforma agrária e a questão ambiental no campo. Por sua vez na análise de Graziano da Silva estão ausentes temas como a cultura e a reprodução social camponesa, os partidos políticos no campo e sua relação com os movimentos sociais, a religião camponesa, as cooperativas agrícolas, os assentamentos de reforma agrária e a violência no campo.

Por último cabe questionar a pertinência e a permanência de uma “sociologia rural”, como uma sociologia especial, ao mesmo tempo que se coloca em questão o “rural” como objeto de estudo. Esta posição pode ser observada de forma explícita ou às vezes de forma implícita nas análises de Martins e Graziano da Silva.

Como se viu no capítulo II, nos últimos 40 anos se formou, no Brasil, uma ampla e variada constelação de produtores de conhecimento sobre o “mundo rural”. No início dos anos 90, de acordo com Sigaud (1992) existiam em torno de 800 produtores de conhecimento sobre o campo, com uma formação muito variada: agrônomos com “vocaçã

sociológica”, historiadores, cientistas políticos, economistas, geógrafos, antropólogos e sociólogos, o que mostra o caráter interdisciplinar dos estudos sobre a problemática agrária.

Por isso, dificilmente pode-se falar de uma tradição ou de uma escola brasileira de sociologia rural, há sim, sem dúvida, uma importante vertente de estudos, caracterizada pela sua abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, sobre o mundo rural brasileiro. O estudo do mundo rural brasileiro, pela sua complexidade e pela sua diversidade, pela sua dinâmica e pelas suas inter-relações com a sociedade, não pode ser privilégio de uma única disciplina, seja esta a sociologia, a antropologia, a geografia ou a economia. Cabe mencionar que não há nenhum sociólogo brasileiro que se reivindica o título de “sociólogo rural”. Nem mesmo José de Souza Martins¹, com sua impressionante trajetória e dedicação intelectual aos estudos sobre o “mundo rural”, reivindica o pertencimento a uma “escola de sociologia rural”. Ele se reconhece como sociólogo que faz sociologia e que encontrou no “mundo rural” a mediação metodológica para desvendar a natureza e as contradições do capitalismo brasileiro. O rural é para Martins o lugar de observação privilegiado de onde ele examina as contradições do “capitalismo rentista”.

A “sociologia rural” teve um papel relevante na análise da modernização da agricultura, mas sua atuação ficou restrita no âmbito da produção agrícola e das inovações, relegando para um segundo plano a possibilidade de descobrir no mundo rural uma nova visão e formas sociais em contrastes com o mundo urbanizado e industrializado. A prática da sociologia rural predominante (de origem norte-americana) baseou-se no falso pressuposto de que a modernização econômica implicaria também a modernização social. A situação atual das ciências sociais brasileiras exige um balanço profundo acerca do que significou o compromisso da sociologia rural com o processo de modernização que marginalizou segmentos da população rural não só no Brasil, mas nos outros países da América Latina. Essa avaliação deverá ser feita de forma crítica no marco de uma sociologia da “sociologia rural”.

¹ Num texto recente Navarro reconhece que José de Souza Martins é “o maior interpretador do mundo rural” no Brasil (Navarro, 2002).

Porém, no Brasil, como já foi dito anteriormente, a sociologia rural não se firmou como uma especialidade da sociologia talvez porque rapidamente surgiram as evidentes conseqüências sociais da modernização que demandou a busca de uma vertente crítica dentro das ciências sociais, em relação ao processo de transformações que continua a excluir contingentes significativos da população rural. No lugar da sociologia rural emergiu um riquíssimo campo interdisciplinar de estudos sobre o mundo rural. Mesmo assim (ou talvez por isso mesmo), os sociólogos brasileiros nunca tiveram (nem pretenderam ter) a exclusividade sobre o rural como objeto de estudo.

O conhecimento produzido sobre o “mundo rural” é, até certo ponto, um indicador da impossibilidade de uma abordagem monodisciplinar ou apenas disciplinar, dada a complexidade da problemática a ser estudada. Em certo sentido, ao iniciar um diálogo com dois autores distintos e convergentes ao mesmo tempo, esta tese mostra e aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para a análise do mundo rural. Martins e Graziano da Silva são autores distintos porque cada um possui uma trajetória acadêmica singular e, sobretudo porque se situam em pontos de observação diferentes. Mas ao mesmo tempo convergem muitas vezes em tomar como centrais certos temas e problemas de pesquisa. Mesmo assim, esta tese tenta subverter a possibilidade de uma sociologia rural, ao mostrar que autores diversos pela sua formação e pelas suas influências teóricas como Martins e Graziano da Silva elaboram uma interpretação e análise do rural brasileiro, prescindindo da necessidade de compor, de pertencer e de fundar uma escola de “sociologia rural” ou de “economia agrícola”.

Alguns autores como Brumer (1999) caracterizam a abordagem multi-disciplinar como aquela em que várias disciplinas centram sua atenção sobre um mesmo objeto, enquanto que o enfoque inter-disciplinar é definido como “olhares cruzados de diferentes disciplinas sobre um mesmo objeto de pesquisa” (Brumer, 1999: 203). A necessidade de uma abordagem multi-disciplinar e inter-disciplinar, para interpretar a complexidade do real ainda é uma questão em aberto nas ciências sociais brasileiras. Os cientistas sociais brasileiros ainda não chegaram a um consenso, pelo contrário há muitas dúvidas. Até agora,

os cientistas sociais enfatizaram as limitações da abordagem disciplinar diante fenômenos cada vez mais complexos que exigiriam a colaboração de várias disciplinas.

A existência de um campo interdisciplinar de “estudos agrários” obriga a fazer uma reflexão que pode ser construída a partir de várias dimensões. A primeira delas refere-se ao questionamento da validade do “rural” ainda permanecer como um objeto de estudo. Os autores estudados nesta tese, de diferente forma, questionam a possibilidade de conceber o “rural” como objeto de estudo sem ter em conta suas inter-relações com o “urbano”, por exemplo. O que se deriva da análise de Graziano da Silva é que o rural não é mais um espaço da produção agrícola, pelo contrário o “novo rural” é uma síntese do movimento do capital. O rural somente tem sentido quando é tomando apenas como um recorte espacial e, portanto, não exige a participação de uma disciplina específica. Uma segunda dimensão refere-se a uma certa tendência ao estabelecimento de uma inter-relação entre as especialidades da sociologia o que levaria a uma nova configuração da sociologia, assim o momento atual se caracterizaria pelo questionamento da divisão da sociologia em especialidades como sociologia política, sociologia do trabalho, sociologia rural, etc.. Esta ainda é uma discussão incipiente e que com certeza levará a uma renovação da sociologia como ciência, recuperando sua tradição clássica, eliminando as especializações e a atual e artificial divisão de trabalho entre os sociólogos.

Finalmente, apesar do esforço realizado para finalizar esta tese, não se pode afirmar que seus resultados sejam definitivos. Porém este trabalho pode suscitar novas questões de pesquisa, novas elaborações e enfoques não somente em relação às obras dos dois autores, mas da produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil. O que se pode afirmar com certeza é que esta tese é uma pequena e modesta contribuição para a análise da produção de conhecimento sobre o mundo rural no Brasil.

ANEXOS

A) PROCEDIMENTO UTILIZADO PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

A imigração e a crise do Brasil agrário (1973)

CATEGORIAS ²	INDICADORES	UNIDADE DE REGISTRO (Temas)	UNIDADE DE CONTEXTO
Ideologia urbana	Crescimento das cidades e da população urbana	Transição da sociedade agrária para a sociedade industrial	A ideologia urbana é a causa, origem e criadora de uma nova visão, que se torna dominante e que considera o rural como sinônimo de atrasado e arcaico.
	Emergência de novos valores	Superação da concepção que considera o campo e a cidade como pólos antagônicos	A superação da crise do mundo rural deve ser resultado da ação externa, da transferência de tecnologia, políticas econômicas e de valores sociais modernos. O mundo rural é considerado “problema agrário” só na medida em que a cidade e a indústria se vejam afetadas. A divisão da sociedade e a economia em urbano e rural é parcial, subjetiva e principalmente ideológica.

² Categoria:

Para efeito da análise entende-se por categoria um conjunto de sinais da linguagem que representam uma determinada variável. A categoria se expressa através de um termo-chave que mostra o significado central do conceito. Dessa forma, “a inclusão de um segmento de texto numa categoria pressupõe a detecção dos indicadores relativos a essa categoria.” (Vala, 1986:11).

Unidade de registro:

Vala (1986) define a unidade de registro como segmentos de conteúdo caracterizados dentro de uma determinada categoria.

Unidade de contexto:

É o segmento mais largo do conteúdo que se analisa quando se caracteriza uma unidade de registro.

<p>Ideologia capitalista</p>	<p>racionalidade capitalista</p> <p>maior remuneração do capital nas cidades que no campo</p> <p>capitalismo industrial</p> <p>mercado livre de força de trabalho</p>	<p>Os diagnósticos de baixa produtividade no mundo rural evidenciam uma preocupação desde a perspectiva da cidade. Não tem havido uma preocupação por aumentar a rentabilidade do capital.</p> <p>A sociedade capitalista brasileira poderia ser definida como uma sociedade que formula soluções anticapitalistas para o setor agrário.</p> <p>Negação da racionalidade econômica capitalista para as atividades rurais.</p>
<p>Ideologia do trabalho na “grande lavoura”</p>	<p>Lei 601 conhecida como Lei da terras (1850)</p> <p>Abolição da escravatura (1888)</p> <p>Imigração</p>	<p>Transição do trabalho escravo para o trabalho livre</p> <p>A política de colonização baseou-se no suposto ideológico de que os trabalhadores assalariados poderiam ter acesso à terra através do mercado.</p> <p>A ideologia burguesa e sua tradução na consciência do trabalhador se expressa na idéia de que o trabalhador se tornaria proprietário através do trabalho contumaz e a poupança.</p> <p>Essa ideologia permite a reprodução social de um tipo de produtor que ao mesmo tempo produz para o mercado também produz seus meios de subsistência.</p> <p>A imigração é considerada como um processo social historicamente determinado pelas necessidades de expansão do desenvolvimento capitalista no Brasil.</p> <p>A ideologia do trabalho da grande lavoura e a propriedade privada da terra são elementos que, combinados, garantiram o abastecimento de força de trabalho para as grandes lavouras.</p>

Ideologia rural tradicional		Dissolução da sociedade agrária tradicional	A dissolução da sociedade e valores tradicionais, provocou uma reação dos setores sociais tradicionais que se opunham ao processo de industrialização
O rural e o urbano		Superação da concepção que considera o campo e a cidade como polos antagônicos	São considerados como duas expressões, distintas, mas ao mesmo tempo constituintes da sociedade nacional. A agricultura de subsistência e a industrialização representam “momentos polares” no processo de formação da economia nacional.
A natureza social do rural			A complexidade das relações sociais no mundo rural brasileiro dificultam a apreensão da natureza do tipo estrutural que marca o rural brasileiro
Modernização da agricultura	Modernização “artificial” Modernização “empresarial” Dois tipos de sujeitos sociais: o “produtor” e o “empresário	Transição da sociedade agrária para a sociedade industrial	A modernização se restringe à adoção de práticas e técnicas mas sem adotar a racionalidade capitalista É a ação do “empresário” que produz a modernização.
A questão agrária brasileira	Mercado de trabalho Propriedade privada da terra		A questão agrária é considerada um problema social de raízes estruturais resultado das particularidades do desenvolvimento capitalista
Reforma agrária			A reforma agrária é a solução para a questão agrária. O processo social da reforma agrária é uma interferência deliberada nas tendências da vida social com a finalidade de modificá-las conforme um tipo de interpretação da realidade.

O problema camponês	A renda territorial capitalizada como mediação entre a atividade produtiva do camponês e as necessidades da reprodução ampliada do capital.	A sociedade capitalista recria formas sociais que correspondem a formações sociais anteriores. O camponês é recriado através d mediações próprias da sociedade capitalista.
Relações sociais capitalistas no campo		O que caracteriza as relações sociais no campo como capitalistas é a propriedade privada da terra, como mediação da renda capitalizada entre produtor e sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Não é possível compreender o capitalismo no campo apenas através da compra e venda da força de trabalho, mas a partir das relações que se estabelecem a partir da propriedade privada da terra
Crise social agrária	Contradição entre as necessidades de acumulação do capital e a realização do lucro. E as terras que produzem os meios de subsistência dos trabalhadores	Processo de expansão capitalista no campo

Função ambígua da força de trabalho			A imigração teve o papel de criar uma força de trabalho que respondesse às necessidades do capitalismo na agricultura mas desempenhando uma função ambígua. Por um lado, “alimentando a agricultura de subsistência” e pelo outro evitando a reprodução social do pequeno proprietário. Os “trabalhadores livres” nas fazendas, para se tornar proprietários, primeiro tinham que ser assalariados.
Crise fundamental	Crise de realização do capitalismo	A crise agrária é o “nódulo” da crise fundamental da sociedade brasileira	
Exclusão integrativa	Auto-exploração do caipira em função dos mínimos vitais	O excedente na economia caipira não é produzido como mercadoria, mas se torna uma mercadoria por que é demandado como tal, portanto a economia caipira se integra na divisão social do trabalho	
Problema agrário brasileiro	Dois tipos de problemas agrários: Rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta, pelos próprios trabalhadores, dos seus meios de vida. A ocupação de novas terras nas fronteiras econômicas do país.	Processo de expansão capitalista no campo	Ausência de uma ação compatível com a remuneração do capital investido, afastando a hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano. A economia agrária não está regulada pelo mecanismo de remuneração do capital. A solução do problema agrária está em estender, para o mundo rural, a racionalidade capitalista e portanto, a remuneração dos fatores de produção o que possibilitaria a acumulação de capital que beneficiaria os empreendimentos rurais

.QUADRO 2
 JOSÉ DE SOUZA MARTINS
O cativério da terra

CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADE DE REGISTRO (TEMAS)	UNIDADE DE CONTEXTO
A produção capitalista de relações não capitalistas		A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado Formação do capitalismo brasileiro Natureza das relações sociais: debate feudalismo X capitalismo	Difícilmente as relações sociais que predominaram no processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, podem ser definidas como capitalistas. O fato do trabalhador livre produzir diretamente seus meios de subsistência impossibilita considerá-lo como trabalhador assalariado nem as relações como capitalistas. O capitalismo não só redefine as relações sociais anteriores, subordinando-as, mas que também gera relações não capitalistas que são necessárias para seu funcionamento e reprodução.
Desenvolvimento desigual			
Trabalho livre			O trabalho livre era resultado de uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. Tanto o escravo como o trabalhador livre estavam separados

			dos meios de produção, mas se diferenciava na medida que “o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário de terra” (Martins, 1996:16)
Renda capitalizada	Forma assumida pelo capital O trabalhador cativo é considerado renda capitalizada “renda que se reveste da forma de lucro”, por isso o fazendeiro não pode ser definido como um rentista feudal, um consumidor de rendas.	O problema da personificação do capital	Explica a aparente contradição entre o caráter capitalista do fazendeiro e o tipo de relações sociais que se constituem no interior da fazenda e que são consideradas não capitalistas, “arcaicas” ou “pré-capitalistas”.
Renda capitalizada	Metamorfose da renda capitalizada	Transição do cativo do escravo para o cativo da terra	“A determinação histórica do capital não destrui a renda nem preserva seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (Martins, 1996:3).

B) OUTRO PROCESSO UTILIZADO PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS TEXTOS

“Na primeira metade dos anos 70, outra ‘tese’ procurou ressaltar a funcionalidade da pequena produção camponesa para a acumulação de capital no País. Com base nas idéias de Rosa Luxemburgo, argumenta-se que a não-eliminação do setor não-capitalista era condição para a rápida acumulação no setor capitalista, pois permitia uma espécie de ‘acumulação primitiva contínua’, o pobre do campo alimentava o pobre da cidade (Graziano da Silva, 1977). Havíamos recriado, na verdade, um ‘moto perpétuo’ para o desenvolvimento capitalista. Confundia-se aí, na verdade, a necessidade com a possibilidade: o fato de a pequena produção se reproduzir sob o capitalismo não significa que ela ocupa um espaço vital no processo de acumulação”.

“A modernização conservadora dos anos 70” In: Tecnologia e agricultura familiar. (José Graziano da Silva)



Tema



Conceito



Autor-mentor

]



Significado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec-ANPOCS-Editora da UNICAMP, 1992
- ANDERSON, C. Arnold. Tendências na sociologia rural. In: Martins, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986
- BACON, Francis. Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.
- BASTIDE, Roger. Brasil: terra de contrastes. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973
- BASTOS, Élide Rugai. As Ligas camponesas. Rio de Janeiro: Vozes, 1984
- BASTOS, Élide Rugai. Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais. In: CATANI, Afrânio e outros. Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BEALE, Robert C., WILLITS, Fern K. e KUVLESKI, William P. O significado do “ruralismo” na sociedade americana: implicações de algumas alternativas de definições. Mimeo, 1963.
- BERGER, Peter e Luckmann, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1998
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas – sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico – A dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papyrus: 2000.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. Os anos 70: produção familiar na agricultura e a questão agrária. In: Anais do Seminário Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP) – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, 24-25 de março de 1983, São Paulo, 1984.
- BRUMER, Anita. Olhares cruzados sobre o rural brasileiro. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 12. Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- BRUMER, Anita e TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Por uma sociologia dos processos agrários -Editorial- In: Produção familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia vol. 6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1994.

- BRUMER, Anita e TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da sociologia Rural no final do século XX). In: PIÑERO, Diego (compilador). 30 años de sociologia rural en América Latina. Montevideo, Uruguay: Asociación Latinoamericana de Sociologia Rural, julio de 2000.
- BUTTEL, Frederick H. e Newby, Howard. The Rural Sociology of Advanced Societies: Critical Perspectives. Montclair: Allanheld, Osmun, 1980
- BUTTEL, Frederick H. et alii. The Sociology of Agriculture. Connecticut: Greenwood Press, 1990
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros de Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CASTRO, Ana Célia et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília: Binagri Edições, 1979
- CATANI, Afranio et alii. Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CAVALCANTI, Josefa Saete. Teoria Sociológica e agricultura: Tendências e desafios .Cadernos de Sociologia -Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.
- CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DA SILVA, Francisco Carlos Texeira. Conflito e conservadorismo numa sociedade agrária. In: Da Silva, Francisco Carlos Texeira; Santos Raimundo; Costa, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). Mundo Rural e Política – Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp. 3-19.
- DE JANVRY, Alain. Social differentiation in agriculture and the ideology of populism. In: BUTTEL, Frederick H. e NEWBY, Howard (org.) The Rural Sociology of the Advanced Societies. Montclair, NJ: Allanheld, Osmund & Co., 1980.
- DE VITA, Álvaro et. al. A ousadia crítica - ensaios para Gabriel Cohn. Londrina: Editora UEL, 1998
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Vera. A questão agrária. Brasiliense: São Paulo, 1981.
- DINÇÃO, Maria Conceição. O Bóia-fria – acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1975

- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa – O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martin Fontes, 1996.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERNANDES, Florestan. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. A condição de sociólogo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRANK, André Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Buenos Aires: Edições Signo, 1970.
- GALVÃO, Walnice. Euclides da Cunha, Graciliano, Guimarães Rosa. . In: Anais do Seminário Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP) – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, 24-25 de março de 1983, São Paulo, 1984.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio e HEREDIA, Beatriz. Trabalho familiar e campesinato. América Latina, No 14, Rio de Janeiro, 1971.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1976.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GNACCARINI, José César e MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. Boletim Informativo Bibliográfico, n. 15, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1983
- GÓMEZ, Sergio. Dilemas de la sociologia rural frente en la América Latina de hoy. Cadernos de Sociologia vol. 6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1994.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.
- GOODMAN, David. et alii. Da lavoura às biotecnologias - agricultura e indústria no Sistema Internacional. São Paulo: Editora Campus, 1990
- GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Vera. A questão agrária. Brasiliense: São Paulo, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. Hucitec: São Paulo, 1980a.

GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Hucitec: São Paulo, 1980b

GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar, Rio de Janeiro, 1982

GRAZIANO DA SILVA, José. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1985 11ª. ed.

GRAZIANO DA SILVA, José; Belik, Walter, "Estrutura Agrária e Irrigação no Nordeste", Temas Rurais, v.1, n.3/4, 99-132, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. "A Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna", Fortaleza - CE, BRASIL, XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, v.1, 244-273, 1988

GRAZIANO DA SILVA, José. "A Persistência da Parceria na Agricultura Irrigada do Nordeste", Natal - RN, BRASIL, Seminário "Nordeste: O Que há de Novo?", 186-199, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. et, al. "El Significado de la aparceria en la agricultura irrigada del Nordeste de Brasil", Estudios Rurales Latinoamericanos, v.12, n.3, 313-326, 1989.

Belik, Walter; GRAZIANO DA SILVA, José. ; Buainain, Antonio Marcio, "A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste", Editora: PRONI/UNICAMP, BRASIL, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José et, alii, "Estrutura Agrária e Irrigação no Nordeste", Revista Econômica do Nordeste, v.20, n.4, 431-452, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela Antonia, "Agricultura Contadina e Tendenze Recenti Dello Sviluppo Capitalistico in Brazile", La Questione Agraria, n.33/34, 265-296, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. "A Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna", Revista de Economia e Sociologia Rural, v.27, n.3, 309-326, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. "Terra Para Quem Nela Não Trabalha", Teoria e Debate, n.7, 46-49, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. "Estimativa do Emprego Agrícola a Partir dos Coeficientes Técnicos por Produto: Brasil 1984-87", Brasília - DF, BRASIL, XXVII Congresso da SOBER, 130-161, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. "As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia", Campinas - SP, BRASIL, XXIX Congresso da SOBER, v.1, 249-260, 1991.

- GRAZIANO DA SILVA, José. "Complexos Agroindustriais e Outros Complexos", *Reforma Agrária*, v.21, n.3, 5-34, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Review: "Grandes Seigneurs et Multinationales: l'economie politique de l'ethanol au Bresil"", *Journal of Latin American Studies*, v.23, 662-663, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Estrutura Agrária y Movimientos Sociales en el Campo: Brasil, 1950-1990", Quito, PERU, Seminário "Estrutura Agrária y Movimientos Campesinos en América Latin, 1-50, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Rumo a la internacionalización de los complejos bio-industriales: el desarrollo de nuevas tecnologías y sus posibles impactos sobre la agricultura latinoamericana, Iquito, PERU, IV Seminário Permanente de Investigación Agraria (SEPIA), Anais do IV Seminário, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Les Associations Patronales de L'Agriculture Brasiliene Moderne: Les Controverses au Cours de la Transition Vers la Démocratie, 1985-1989", *Cahiers du Brésil Contemporain*, v.18, 11-34, 1992
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Fim do "Agribusiness" ou Emergência da Biotecnologia?", *Economia e Sociedade*, v.1, n.1, 163-167, 1992.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira", *São Paulo em Perspectiva*, v.7(3), 2-10, 1993a.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Distribuição de Renda, Preços dos Alimentos e Padrão de Desenvolvimento Agrícola", *Conjuntura Alimentos*, v.5, n.2, 38-44, 1993b.
- Graziano da Silva, José. "A Reforma Agrária na Virada do Século", *Cadernos da ABRA*, v.1, n.1, 20-27, 1993c
- GRAZIANO DA SILVA, José. Viabilidade de uma Reforma Agrária em São Paulo. In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A questão Agrária Hoje*, Editora: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, RS, BRASIL, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A questão Agrária Hoje*. Editora: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, RS, BRASIL, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Complejos Agroindustriales y Otros Complejos", *Agricultura y Sociedad*, v.72, 205-240, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A questão agrária hoje*. Editora da universidade: Porto Alegre, 1994

- GRAZIANO DA SILVA, José. "Políticas de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza", Concepción, CHILE, IV Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "A Formação de Precos dos Produtos Agrícolas: Notas para Discussão de uma Abordagem Alternativa", Nova Economia, v.5, n.2, 47-60, 1995a.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agricultura Sustentável: Um novo paradigma ou um novo movimento social?", Informações Econômicas, v.25, n.11, 11-24, 1995b.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "A Demanda Regional da Força de Trabalho Agrícola no Estado de São Paulo e sua Sazonalidade (1993-94)", Informações Econômicas, v.25, n.6, 19-30, 1995c.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Produção mecanizada provoca migrações - (Fuga da Terra)", Correio Popular, 1995d.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agricultura Sustentável: Um Novo Paradigma ou Um Novo Movimento Social?", Porto Alegre, RS, BRASIL, Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1-18, 1995e.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "O novo rural brasileiro", Águas de Lindóia, SP, BRASIL, XXIV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Anais do XXIV Encontro da ANPEC, v.1, 345-361, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José; SALAY, Elisabete, "Mais especulações a respeito da agricultura brasileira.", Caderno Ciência e tecnologia, v.13, n.02, 225-240, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. "A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro 92/95", Recife, PE, BRASIL, XXV Encontro Nacional de Economia, XXV Encontro Nacional de Economia, v.2, 940-954, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das Novas PNADs", Natal, RN, BRASIL, XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural, Anais do XXXV Congresso da SOBER, v.1, 114-146, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Uma nova agenda de pesquisa ainda para este século.", Caxambu, MG, BRASIL, XXI Encontro Anual da ANPOCS, Anais do XXI Encontro Anual..., v.1, 96-96, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agro-indústria e globalização no contexto da nova ruralidade: o caso do Estado de São Paulo", Recife, PE, BRASIL, Seminário de Comparação Internacional. "Globalização, Trabalho e Meio ambiente. Anais, v.1, 12-13, 1997
- GRAZIANO DA SILVA, José. "De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme", 1 ed., Editora: EDUFAL, AL, BRASIL, v.1, Pags. 1-200, 1997.

- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agricultura e reforma agrária: uma avaliação dos anos 1995/1997", O Brasil pós-Real: a política econômica em debate, Editora: UNICAMP.IE, SP, BRASIL, v.1, Pags. 249-262, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?", Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, 1 ed., Editora: Editora da Universidade/UFRGS, RS, BRASIL, v.1, Pags. 106-127, 21 paginas, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo, "A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs", Economia e Sociedade, v.8, 247-261, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "O novo rural brasileiro", Nova Economia, v.7, n.1, 43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José; BALSADI, O; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. "O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário", São Paulo em Perspectiva, v.11, n.2, 50-64, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José; BASALDI, Otávio, "Menos trabalho no campo", O Estado, v.1, 6-6, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro", O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas (Trabalhos apresentados ao 36o. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, de 10-14/08/98), Editora: SOBER, DF, BRASIL, v.1, Pags. 117-142, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José."Agroindústria e globalização. O caso da laranja no Estado de São Paulo", Niterói, RJ, BRASIL, III Encontro Nacional de Economia Política. Anais v.2, 1058-1073, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José; Grossi, Mauro Eduardo Del,"A pluriatividade no meio rural brasileiro: notas metodológicas", Caxambu, MG, BRASIL, XXII Encontro Anual da ANPOCS, Programa e Resumos do XXII, v.1, 113-114, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José; et al. "Globalização e localização: como entender a reestruturação dos espaços rurais", Globalização, trabalho e meio ambiente, Editora: UFPE, PE, BRASIL, v.n/in, Pags. 121-153, 25 paginas, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José; et al."Estimativa da demanda de força de trabalho na agropecuária brasileira", Niterói, RJ, BRASIL, III Encontro Nacional de Economia Política, Anais, v.2, 1019-1029, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "A globalização da agricultura", Globalização e sustentabilidade da agricultura, Editora: CPMA/EMBRAPA, SP, BRASIL, Pags. 29-38, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999a.

- GRAZIANO DA SILVA, José. A Pluriatividade no Meio Rural Brasileiro: Notas Metodológicas, Caxambu, MG, BRASIL, XXII Encontro Anual da ANPOCS, 113-114, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José; Hoffmann, Rodolfo, "O censo agropecuário de 1995/96 e a distribuição da posse de terra no Brasil", Rio de Janeiro, RJ, BRASIL, XXVII Congresso da SOBER, 180-180, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil 1992/97", Rio de Janeiro, RJ, BRASIL, XXXVII Congresso da SOBER, 269-269, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Estimativa da Demanda de Força de Trabalho na Agropecuária Brasileira", Niterói, RJ, BRASIL, III Encontro Nacional da Economia Política, 1019-1029, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999
- GROSSI PORTO, Maria Stella. O campo revisitado. Cadernos de Sociologia - Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.
- GUIGOU, Jacques. O sociólogo rural e a ideologia da mudança. In: Martins, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986
- GUNDER FRANK, André. Capitalismo y subdesarrollo em América Latina. Buenos Aires: Signos, 1970.
- GURVITCH, G. e COURTIN, P. Classes urbana e classes rurais. In: Queiroz, Maria Isaura Pereira. Sociologia rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969
- HARNECKER, Marta. Conceptos elementales del materialismo histórico. México: Siglo XXI, 1977.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992
- HEGEDUS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do marxismo. Vol. 4. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- HEREDIA, Beatriz. A morada da vida: trabalho familiar entre pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl e HOBBSAWM, Eric. Formaciones económicas precapitalistas. México: Siglo XXI, 1998.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4ta. Edição revista, 1978.
- IANNI, Octávio. Os anos 60: reforma agrária e questão agrária no período populista. In: Anais do Seminário Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP) – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, 24-25 de março de 1983, São Paulo, 1984.

- IANNI, Octávio. Revoluções camponesas na América Latina. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Revoluções camponesas em América Latina. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1985.
- IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octávio (org.) Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1986.
- IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. In: Adorno, Sérgio. A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Cadernos de Sociologia - Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1995.
- IANNI, Octávio. A sociologia do Brasil. In: CATANI, Afrânio e outros. Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- JULIÃO, Francisco. O que são as ligas camponesas? Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962;
- KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990
- KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>
- KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria. México: Siglo XXI, 1989.
- KANDISNKI, Wassily. Ponto e linha sobre plano. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KHUN JÚNIOR, Norberto. A pós-graduação em sociologia na UFRGS (1965-1995). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1999.
- LAMARCHE, Hugues (coord.) A agricultura familiar – do mito à realidade v.II. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LAMBERT, Jaques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LAMO, GONZÁLEZ e TORRES. La sociologia del conocimiento y de la ciencia. Madrid: Alianza editorial, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Madrid: Ediciones Península, 1978 4ta. Edição.
- LEFEBVRE, Henri. La violencia y el fin de la historia. Buenos Aires: Leviatan, 1986
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de sociologia rural. In: Martins, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEME FALEIROS, Maria Isabel e CRESPO, Regina Afida (orgs.) Humanismo e compromisso – ensaio sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da Universidade estadual paulista, 1996.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente.

LENIN, V.I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Ariel: Barcelona, 1974.

LIEDKE FILHO, Enno. Sociologia e sociedade – Brasil e Argentina. Caderno de Sociologia. (1954-1984). In: Caderno de Sociologia, Vol. II No 2, Porto Alegre, maio de 1990.

LIEDKE FILHO, Enno. Teoria social e método na escola da USP (1954-1962). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1977.

LIEDKE FILHO, Enno. Luiz Aguiar Costa pinto: a sociologia do desenvolvimento e a marginalidade estrutural. In: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.) Idéias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999

LIEDKE, Elida. capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do sul. Dissertação de Mestrado, Dep. Ciências Sociais, UnB., 1977.

LIMONGI, Fernando. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, V. 1.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: Miceli, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. V. 1. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

LUKÁCS, Georg. Historia y consciencia de clase. Barcelona: Grijalbo, 1975.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital . Rio de Janeiro : Zahar, 1983.

MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.) Idéias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999

MANN, Susan A. e DICKINSON, James M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Literatura Econômica, 9(1): 7-26, 1987

MANNHEIM, Karl. Sociologia da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MANNHEIM, KARL. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: Martins, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

- MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Censos consensos contra-sensos. Anais do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos. Ouro Preto, ABEP/ Fundação Ford, 1984.
- MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. "Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo". Revista do Instituto de estudos Brasileiros, n. 6, São Paulo, 1969.
- MARTINS, José de Souza. "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica". Cadernos, n. 5, CERU, São Paulo, 1972.
- MARTINS, José de Souza. "A adoção de práticas agrícolas e tensões sociais (a situação dos plantadores de algodão na alta Sorocabana)". Cadernos n. 6, CERU, São Paulo, 1973.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. "Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça". Encontros com a Civilização Brasileira, n. 22, abril, Rio de Janeiro, 1979.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. São Paulo: Vozes, 1983
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985
- MARTINS, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986^a
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1991
- MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992
- MARTINS, José de Souza. O massacre dos inocentes. São Paulo: Hucitec, 1993^a
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993b
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994
- MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: Martins, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996b
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1996a.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997^a
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997b
- MARTINS, José de Souza. *Entrevista*. Estudos Avançados 11 (31), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997c
- MARTINS, José de Souza. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. Hucitec, São Paulo, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Hucitec, 2000
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- MARX, Karl. *El Capital – crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 1986.
- MARX, Karl. *El Capital – Libro I – Capítulo Inédito*. México: Siglo XXI, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital*. V. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl e HOBBSBAWM, Eric. *Formaciones económicas precapitalistas*. México: Siglo XXI, 1998
- MARTÍNEZ, Paulo Henrique. *Florestan ou sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MASSI, Fernanda. *Franceses e norte-americano nas ciências sociais brasileiras 1930 – 1960*. In: MICELI, Sérgio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, V. 1.
- MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio. *Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo e Costa, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo Rural e Política – Ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- MENDRAS, Henri et al. *A cidade e o campo* In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969

- MENDRAS, Henri et al. Sociologia do meio rural. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Sociologia rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969
- MELO, Manuel Palacios C. As ciências sociais no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia. IUPERJ: Rio de Janeiro, 1997.
- MERTON, Robert K. La sociología de la ciencia. Madrid : Alianza Universidad, 1977
- MICELI, Sergio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. V. 1. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- MOONEY, Patrick H. My Own Boss. Boulder, CO: Westview Press, 1988
- MOONEY, Patrick H. Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconsideração da tese de Mann-Dickinson, *Literatura Econômica*, 9(1): 7-26, 1987.
- MUSUMECI, L. Bibliografia sobre pequenos produtores, modernização agrícola e transformações sociais no campo brasileiro. (Textos de economia e ciências sociais). UFRJ, Faculdade de Economia e Administração. Rio de Janeiro, mimeo, 1989
- NASCIMENTO ARRUDA, Maria Arminda do. A modernidade possível. In: Miceli, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. V. 1. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- NAVARRO, Zander. O Brasil precisa de reforma agrária?. *Muito Mais*. Jornal mensal de cultura, São Paulo, janeiro de 2002.
- NEWBY, Howard. El desafio de la sociologia rural en la actualidad. *Comércio Exterior*, vol. 32, n. 4, México, abril de 1982, p. 347-356.
- NISBET, Robert. La formación del pensamiento sociológico. 2vol. Buenos Aires: Editores Amorrortu, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re (li) gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.
- PALACIOS, Guillermo. Campesinato e historiografia no Brasil – comentários sobre algumas obras notáveis. Rio de Janeiro: BIB, n. 35, 1ro. Semestre 1993, pp 41-57
- PALACIOS DA CUNHA E MELO, Manuel. As ciências sociais no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.
- PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. ANPOCS, Caxambú, 1997.

- SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. Trad. Angela Kageyama, 1996. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>
- SCHNEIDER, Sérgio. Os colonos da indústria calçadista e as transformações da agricultura familiar. *Ensaio FEE*, ano 17-n. 1, Porto Alegre, RS, 1996.
- SCHNEIDER, Sérgio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciencia e Tecnologia*, V 14, n. 2 mai/ago 1997, p. 225-257, Brasília/EMBRAPA
- SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e pluriatividade. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH, UFRGS. Tese de doutoramento, 1999
- SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sergio. Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: IDESP; Rio de Janeiro: Ed. Sumaré, 1992.
- SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1988
- SOLARI, Aldo. O Objeto da sociologia rural. In: Szmrecsányi, Tamás e Queda Oriowaldo. Vida Rural e mudança social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SORJ, Bernardo. A questão agrária no Brasil, de Caio Prado Junior e a Crise agrária, de Alberto Passos Guimarães. Rio de Janeiro: Dados – vol. 23, n. 1, 1980.
- SOROKIN, Pitirin; ZIMMERMAN, Carlo e GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, José de Souza (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986
- STÉDILE, João Pedro (org.) A questão Agrária Hoje. Editora: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, RS, BRASIL, 1994.
- STÉDILE, João Pedro (org.) A reforma agrária e a luta do MST. Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. V. 1. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os colonos do vinho. Petrópolis: Vozes, 1979
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos agrários. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. Cadernos de Sociologia- Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1993.

- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Matuchos – exclusão e luta – do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993
- TROTSKY, León. Historia de la Revolución Rusa. México: Juan Pablo Editor: 1980.
- VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1986
- VEIGA, José Eli da. Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. XXI Encontro anual da ANPOCS, Caxambú, MG 1987.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1979 2ª ed.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês: um trabalhador para o capital. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil – Projeto de pesquisa, mimeo, 1998a.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio. In: LAMARCHE, Hugues (Coord). A agricultura familiar. Vol. II Do mito à realidade. São Paulo: Editora da UNICAMP 1998b
- WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec, 1986.